



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Relatório de Estágio na EAPN – Núcleo de Viseu: Capacitação Infantojuvenil para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sofia Margarida Martins Abrantes

Sofia Margarida Martins Abrantes
2025

Relatório de Estágio na EAPN – Núcleo de Viseu: Capacitação Infantojuvenil para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável PV – ESEV

Julho de 2025



Polit6cnico
de Viseu

Escola Superior
de Educa76o
de Viseu

Relat6rio de Est6gio na EAPN – N6cleo de Viseu: Capacita76o Infantojuvenil para os Objetivos de Desenvolvimento Sustent6vel

Sofia Margarida Martins Abrantes

Mestrado

Interven76o Psicossocial com Crian76as e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob a orienta76o de:
Professora Doutora Susana Fonseca
Professora Doutora Lia Ara7ujo

Julho de 2025

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Sofia Margarida Martins Abrantes, n.º 20728 do curso Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que o relatório final de estágio é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 20 de julho de 2025

O aluno, Sofia Abrantes

A GRADECIMENTOS

Chegar ao fim de um percurso é, muitas vezes, olhar para trás com o coração cheio de memórias, de aprendizagens e de pessoas que, de uma forma ou de outra, deixaram marcas no caminho. Este relatório de estágio não é apenas o reflexo de um trabalho realizado, mas também o espelho de encontros, desafios e crescimentos partilhados. A cada passo, houve vozes que orientaram, mãos que apoiaram e presenças que inspiraram. É a todas essas presenças, visíveis e invisíveis, que deixo aqui o meu mais profundo agradecimento.

Às orientadoras, Professora Doutora Susana Fonseca e Professora Doutora Lia Araújo, pela disponibilidade, pelo acompanhamento atento e pelas orientações ao longo deste percurso. A vossa partilha de saberes e o vosso apoio foram fundamentais para a concretização deste estágio e para o meu crescimento enquanto futura profissional.

Ao Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, por me ter permitido a oportunidade de desenvolver competências transferíveis e igualmente indispensáveis ao desempenho profissional. Ao Dr. Tiago, expresso o meu sincero agradecimento pela orientação, disponibilidade e profissionalismo ao longo de todo o estágio. A sua escuta atenta, os conselhos partilhados e os desafios lançados foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional. A forma acessível e encorajadora com que sempre me acompanhou fez com que me sentisse segura e confiante ao longo de todo o processo.

Aos meus pais, agradeço por todo o apoio incondicional, pela paciência nos momentos mais exigentes e por acreditarem sempre em mim. A vossa presença constante, foi essencial para que este percurso fosse possível.

À minha restante família e em especial à minha avó Isilda, que já não está fisicamente presente, mas cuja força, carinho e forma de estar na vida continuam a ser uma inspiração para mim. Por sempre ter acreditado em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidava, deixo-lhe a minha mais profunda gratidão. Este trabalho é também, em parte, para ela.

À Mariana, amiga e colega de estágio, por todo o apoio, companheirismo e partilha ao longo deste percurso. A tua presença tornou os desafios mais leves e os momentos de trabalho mais enriquecedores. A colaboração constante, a entreaajuda e as conversas motivadoras contribuíram, sem dúvida, para que esta experiência fosse mais significativa e gratificante.

Aos meus amigos e amigas, agradeço por estarem sempre presentes, mesmo nos momentos de maior exigência. O vosso apoio, compreensão e incentivo foram fundamentais ao longo deste percurso. Obrigada por celebrarem comigo as conquistas, por ouvirem os desabafos e por nunca deixarem faltar uma palavra de ânimo.

Ao Rodrigo, pela paciência e apoio incondicional ao longo deste percurso. A tua motivação e incentivo foram fundamentais nos momentos mais desafiantes. Obrigada por estares sempre ao meu lado e por caminhares de mãos dadas comigo!

Resumo

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abrangem dimensões sociais, económicas e ambientais, promovendo uma visão integrada para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável. Assim, destaca-se a relevância de envolver crianças e jovens na reflexão crítica e na ação em torno destas temáticas, reconhecendo que a infância e a adolescência são fases determinantes no desenvolvimento humano. A integração dos ODS nos processos educativos contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e solidários, reforçando o papel da educação como motor de transformação social e como base para o desenvolvimento de sociedades mais inclusivas e sustentáveis. Posto isto, neste Relatório de Estágio, é descrito o projeto implementado no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que teve como principal objetivo a capacitação infantojuvenil para os ODS. Neste sentido, o projeto centrou-se em três medidas de intervenção, designadamente o (i) Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar, a (ii) participação em projetos /iniciativas promovidas com entidades parceiras da EAPN Portugal, a (iii) participação nas atividades desenvolvidas pela EAPN Portugal. O presente documento integra, assim, todo o processo de intervenção no âmbito do estágio realizado, desde o diagnóstico à avaliação, identificando as potencialidades e dificuldades sentidas no decorrer do mesmo.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Crianças e Jovens; Contexto Escolar.

Abstract

The 2030 Agenda for Sustainable Development sets out 17 Sustainable Development Goals (SDGs) that encompass social, economic, and environmental dimensions, promoting an integrated vision for building a fairer, more equitable, and sustainable future. In this context, the importance of involving children and young people in critical reflection and action on these themes is highlighted, recognizing that childhood and adolescence are crucial stages in human development. Integrating the SDGs into educational processes contributes to the formation of more conscious, engaged, and supportive citizens, reinforcing the role of education as a driver of social transformation and a foundation for the development of more inclusive and sustainable societies. Accordingly, this Internship Report describes the project implemented at the Viseu District Branch of EAPN Portugal, which aimed primarily at empowering children and youth in relation to the SDGs. The project focused on three key intervention measures: (i) Implementation of Socio-Educational Strategies for the Promotion of the SDGs in School Contexts, (ii) participation in projects/initiatives promoted in partnership with EAPN Portugal's partner entities, and (iii) participation in activities organized by EAPN Portugal. This document, therefore, encompasses the entire intervention process carried out during the internship, from diagnosis to evaluation, identifying both the potential and challenges encountered throughout the experience.

Keywords: Sustainable Development Goals; Children and Youth; School Context.

Índice De Figuras.....	VIII
Índice De Tabelas.....	IX
Lista De Abreviaturas E/Ou Siglas.....	IX
Introdução.....	1
I. Enquadramento Teórico.....	2
1. INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2
1.1. Conceito De Infância E Juventude.....	2
1.2. Os Direitos Das Crianças E Dos Jovens.....	3
2. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO.....	5
2.1 O Enquadramento Legal Das Crianças E Jovens Em Risco/ Perigo.....	5
2.2 O Papel Dos Profissionais Na Prevenção Do Risco E/Ou Perigo.....	8
3.O COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL.....	9
3.1 Pobreza E Exclusão Social.....	9
3.2. A Pobreza Infantil Na Perspetiva Dos Direitos Humanos.....	11
3.3 Mecanismos De Combate À Pobreza E Exclusão Social.....	12
3.3.1 Dimensão Social Europeia.....	12
3.3.2. Dimensão Social Nacional.....	13
4. AGENDA 2030.....	14
4.1 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável.....	15
4.1.1. Objetivo 1 - Erradicar A Pobreza.....	16
4.1.2. Objetivo 2 – Erradicar A Fome.....	17
4.1.3. Objetivo 3 – Saúde De Qualidade.....	17
4.1.4. Objetivo 4 – Educação De Qualidade.....	18
4.1.5. Objetivo 5 – Igualdade De Género.....	19
4.1.6. Objetivo 6 – Agua Potável E Saneamento.....	19
4.1.7. Objetivo 7 – Energias Renováveis E Acessíveis.....	20
4.1.8. Objetivo 8 – Trabalho Digno E Crescimento Económico.....	20
4.1.9. Objetivo 9 – Indústria, Inovação E Infraestruturas.....	21
4.1.10. Objetivo 10 - Reduzir As Desigualdades.....	21
4.1.11. Objetivo 11 – Cidades E Comunidades Sustentáveis.....	22
4.1.12. Objetivo 12 - Produção E Recursos Sustentáveis.....	22
4.1.13. Objetivo 13-Ação Climática.....	23
4.1.14. Objetivo 14 - Proteger A Vida Marinha.....	23
4.1.15. Objetivo 15 – Proteger A Vida Terrestre.....	24
4.1.16. Objetivo 16 – Paz, Justiça E Instituições Eficazes.....	25
4.1.17. Objetivo 17 – Parcerias Para A Implementação Dos Objetivos.....	25
4.2 Os Ods Em Portugal.....	27
II. Enquadramento Do Contexto.....	30
1. EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK/REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA (EAPN).....	30
1.1. Contextualização Histórica.....	30
1.2. Linhas Orientadoras Da Eapn Portugal (Missão, Visão E Valores).....	31
1.3. Órgãos Socais E Equipa Técnica.....	31
1.4. Base Associativa E Voluntariado.....	33
1.5. Áreas De Intervenção.....	34
2. O NÚCLEO DISTRITAL DE VISEU DA EAPN PORTUGAL.....	36
2.1. Contextualização Geográfica.....	36
2.2. Atividade Institucional.....	36
III. Prática Do Estágio No Contexto.....	38
1. FASES DA PRÁTICA DO ESTÁGIO.....	38
1.1. Diagnóstico.....	38
1.2. Planeamento.....	40

1.3. Implementação.....	42
1.4. Avaliação.....	48
2. REFLEXÃO CRÍTICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO.....	55
3. SUGESTÕES DE ATIVIDADES FUTURAS.....	56
Conclusão.....	58
Referências Bibliográficas.....	59
Anexos.....	65
Anexo A – Folhas De Presença.....	65
Anexo B - Planificação “O Valor De Cada Pessoa”.....	77
Anexo C – Fotografias Da Atividade “O Valor De Cada Pessoa”.....	90
Anexo D - Questionários Implementados Na Atividade “O Valor De Cada Pessoa”.....	91
Anexo E – Planificação “Pelo Mundo”.....	106
Anexo F – Fotografias Da Atividade “Pelo Mundo”.....	115
Anexo G – Análise Dos Questionários Implementados Na Atividade “Pelo Mundo”.....	116
Anexo H – Ficha Da Atividade “ Quem Pode Ser?”.....	121
Anexo I – Fotografias Da Atividade “Quem Pode Ser?”.....	135
Anexo J – Análise Dos Questionários Implementados Na Atividade “Quem Pode Ser?”.....	136
Anexo K – Planificação Da Atividade “Tod@S Diferentes, Tod@S Iguais!”.....	138
Anexo L – Fotografias Da Atividade “Tod@S Diferentes, Tod@S Iguais!”.....	160
Anexo M – Análise Dos Questionários Implementados Dn Atividade “Tod@S Diferentes, Tod@S Iguais!”.....	161
Anexo N – Planificação Da Atividade “ A Idade Não Nos Define”.....	171
Anexo O – Fotografias Da Atividade “ A Idade Não Nos Define”.....	186
Anexo P – Análise Dos Questionários Implementados Na Atividade “A Idade Não Nos Define”	187
Anexo Q – Reflexão Da Ação De Formação: “Respostas Sociais Do Futuro – O Primado Do Sad”	193
Anexo R – Reflexão Da Ação De Formação: “Liderar Com Impacto E Com Inteligência Emocional”.....	195
Anexo S – Reflexão Da Ação De Formação: “Academias Da Mente: Estratégias Para Replicação E Promoção Do Envelhecimento Ativo E Saudável”.....	197
Anexo T – Reflexão - Oficina De Prática E Conhecimento: “Práticas De Intervenção Direta No Rsi”.....	198
Anexo U – Oficina De Prática E Conhecimento “Parentalidade: Protetora Ou De Risco”.....	201
Anexo V – Reflexão Ii Conferência Da Cpcj De Viseu: “Dizer Não Ao Abuso – Um Compromisso Com A Criança”.....	202
Anexo W- Reflexão “Seminário Comunidade De Cuidados: Boas Práticas Ao Serviço”.....	204
Anexo X – Reflexão “Sessão Online: Inteligência Artificial E Direitos Humanos – Onde Estamos E Para Onde Queremos Ir”.....	207
Anexo Y – Reflexão “Webinar: Entre A Imigração E O Tráfico De Seres Humanos”.....	210
Anexo Z – Planificação Da Atividade “Interculturalidade E Diversidade Cultural”.....	211
Anexo AA – Planificação Da Atividade “Inclusão E Diversidade”.....	215
Anexo AB – Digrama De Gantt.....	218
Anexo AC – Ebook “Educar Para O Desenvolvimento Sustentável”.....	219

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Organização temática dos ODS (5P).....	16
Figura 2 - Árvore dos problemas.....	39
Figura 3- Árvore dos objetivos.....	41

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Análise SWOT do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.....	40
Tabela 2 - Quadro de medidas.....	41
Tabela 3 - Diagrama de Gantt Adaptado.....	41
Tabela 4 - Grau de execução das atividades.....	48
Tabela 5 - Desvio Financeiro.....	49
Tabela 6 - Grau de alcance dos objetivos.....	50
Tabela 7 - Grau de alcance dos resultados.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AOD - Assistência Oficial ao Desenvolvimento
CCDRC- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança
DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho
EAPN - European Anti Poverty Network/Rede Europeia Anti-Pobreza
ECMIJ - Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
MPPO - Metodologia de Planeamento de Projetos por Objetivos
ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGD – Organização não Governamental para o Desenvolvimento
ONU- Organização das Nações Unidas
PIB-Produto Interno Bruto
PlanAPP-Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
RVN - Relatório Voluntário Nacional
SDSN - Sustainable Development Solutions Network
UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (United Nations International Children's Emergency Fund)
UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas
UNSC - United Nations Statistical Commission /Comissão de Estatística das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pelas Nações Unidas em 2015, define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) interligados que propõem uma visão comum para alcançar um desenvolvimento sustentável, abrangendo questões sociais, económicas e ambientais até 2030. Entre estes objetivos destacam-se áreas essenciais como a igualdade de género, a educação de qualidade, a ação climática, a saúde e o bem-estar, sendo estas pilares fundamentais para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável (Centro Regional de Informação das Nações Unidas [UNRIC], 2018).

Neste contexto, torna-se evidente a importância de envolver as gerações mais jovens na reflexão e ação em torno destes temas. A infância e a adolescência são etapas determinantes no desenvolvimento humano, marcadas pela aprendizagem contínua e pela construção de valores. Durante estas fases, a família representa o primeiro e mais importante espaço de socialização, desempenhando um papel crucial na educação e na formação da criança. Posteriormente, a escola surge como um contexto privilegiado não apenas de transmissão de conhecimentos, mas também de promoção da cidadania, da consciência crítica e da responsabilidade social (D'Aroz & Vestena, 2021). É precisamente neste cruzamento entre educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social que a escola se afirma como um espaço transformador, capaz de inspirar e preparar crianças e adolescentes para se tornarem cidadãos mais conscientes, ativos e solidários. Ao integrar os ODS nos processos educativos, abre-se caminho para a construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis (Menezes et al., 2021).

Tendo por base este enquadramento, e como objetivo geral a capacitação infantojuvenil para os ODS, a prática de estágio realizou-se no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, proporcionando um leque variado de contextos de intervenção, e baseou-se numa visão integrativa da sociedade. O presente Relatório visa sistematizar o trabalho desenvolvido e encontra-se estruturado em três partes distintas, a saber: Enquadramento Teórico, no qual, mediante uma abordagem teórica, são abordados os temas e conceitos que deram estrutura e definição à componente de estágio; Enquadramento do Contexto, na qual se encontra caracterizada a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), numa lógica europeia, nacional e distrital; Prática de estágio no contexto, onde são descritas as fases de diagnóstico, planificação, execução e avaliação do projeto, com destaque para as principais linhas de atuação; Conclusão, onde se destacam as potencialidade e limitações da prática de estágio.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Infância e Juventude

1.1. Conceito de infância e juventude

Ao longo dos últimos anos, foram vários os contributos exercidos por um vasto leque de autores, com o objetivo de concetualizar o termo infância.

Nos termos da presente Convenção sobre os Direitos da Criança, no artigo 1.º, entende-se por criança todo o ser humano com idade inferior a dezoito anos, salvo se a legislação aplicável reconheça, previamente, a maioridade. Neste sentido, a criança deve ser compreendida como um sujeito único em desenvolvimento, titular de direitos fundamentais que, mediante as interações que estabelece com o meio, tende a construir a sua própria identidade pessoal e coletiva (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2019). A infância é um conceito complexo, usado para referir um momento na vida de uma pessoa, em relação a um indivíduo ou grupo. Neste âmbito, a infância, correspondendo à primeira etapa de vida do ser humano, apresenta um caráter fundamental no desenvolvimento das crianças, a nível físico, psicológico, como, também, social (Tenreiro, 2019).

A Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget é uma das teorias mais influentes e amplamente aceites da psicologia do desenvolvimento. De acordo com Teoria, o desenvolvimento cognitivo é um processo de construção ativa do conhecimento, no qual o indivíduo atua sobre o ambiente e transforma as informações em conhecimento. A sua teoria, defende que o desenvolvimento infantil ocorre em quatro fases principais: sensório-motora, pré-operatória, operatória concreta e operatória formal (Piaget & Inhelder, 1969). A fase sensório-motora decorre do nascimento até aos dois anos e é marcada pelo conhecimento adquirido através dos sentidos e das capacidades motoras, bem como pela capacidade de representar mentalmente os objetos (Júnior et al., 2025; Piaget & Inhelder, 1969). A fase pré-operatória, entre os dois e os seis anos, caracteriza-se pela aprendizagem do uso de palavras, números e símbolos para representar o mundo à sua volta. Segue-se a fase operatória concreta, dos sete aos 11 anos, onde a criança desenvolve a capacidade de realizar operações lógicas com base em experiências concretas e imediatas. Por fim, a fase operatória formal, própria da adolescência, é definida pela capacidade de pensar de forma abstrata, lidar com hipóteses e fazer raciocínios dedutivos (Júnior et al., 2025; Piaget & Inhelder, 1969).

Neste seguimento, considerando a adolescência e juventude, cabe mencionar que os conceitos nem sempre existiram, contruindo-se ao longo da história da humanidade. Sendo uma construção, a adolescência e a juventude são transformações que ocorreram longo do espaço de tempo (Silva et al, 2021). Até ao século XVII, a adolescência foi confundida com a infância, ou seja, não se limitava a infância pela puberdade, mas sim pelo fim ou diminuição da dependência familiar (Silva et al, 2021). Atualmente, Organização Mundial de Saúde (OMS) (2014) considera adolescente o indivíduo entre os 10 e os 19 anos. Esta é dividida em duas fases, entre os 10 e os 14 anos corresponde à pré-adolescência e as idades entre os 15 e os 19 anos (Silva et al., 2021).

De acordo com Naves (2016), a adolescência é um fenómeno complexo que deve ser observado na sua totalidade, destacando-se como um período de obrigatório de passagem para a vida adulta, anunciada por mudanças corporais e representada como uma fase problemática da vida. Embora, apresente um carácter de transição de uma etapa da vida para a outra, a adolescência não pode ser percecionada como um mero período de mudança, no qual sejam colocadas de parte as especificidades que lhe estão subjacentes (Silva et al., 2021). A adolescência é, desta forma, caracterizada pelo crescente desenvolvimento cognitivo, biológico, social e emocional, no qual se perceciona a reestruturação do processo de socialização (Direção-Geral da Saúde, 2013). Isocronicamente, confirma-se a consolidação da identidade pessoal e da autonomia, bem como a crescente valorização do grupo de pares (Fonseca, 2008). Este processo de transformação prolonga-se e aprofunda-se na juventude, fase que, muitas vezes entendida como uma mera continuação da adolescência ou uma etapa de transição para a vida adulta, todavia possui dinâmicas próprias (Pais, 2001).

A definição da faixa etária que compreende os “jovens” varia consoante a instituição, contexto cultural e objetivos da análise, no entanto a Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (2024) define jovens como pessoas com idade entre 15 e 24 anos. A juventude, representa, assim, um período de afirmação identitária, exploração de papéis sociais e maior participação na esfera pública (Erikson, 1968; Pais, 2001). Para Dayrell (2003), esta etapa não deve ser vista apenas como preparatória, mas sim como um momento com valor em si mesmo, onde os jovens constroem formas específicas de estar e interagir no mundo. Também Sarmiento (2003) reforça que a juventude deve ser compreendida como uma construção social e cultural, fortemente influenciada pelas condições históricas e contextuais em que se desenvolve. Assim, a compreensão da juventude exige uma perspetiva ampla, que considere não apenas os fatores biológicos e desenvolvimentais, mas também os contextos sociais, económicos e simbólicos que moldam as trajetórias juvenis.

1.2. Os direitos das crianças e dos jovens

A primeira referência encontrada na literatura sobre os Direitos da Criança, remota ao século XIX, 1842, quando é estabelecida a idade mínima de dez anos para o trabalho nas minas de carvão no Reino Unido (Tomás, 2011).

Em 1924, no século XX, a Assembleia da Sociedade das Nações adotou uma resolução anteriormente promulgada, em 1923, pelo Conselho da União Internacional de Proteção à Infância, uma organização de natureza não governamental. Esta resolução apelava a que todos os Estados membros da Sociedade das Nações se orientassem pelos princípios nela consignados. Após a sua ratificação, o documento passou a ser conhecido como “Declaração de Genebra”, assumindo-se como um marco inaugural na afirmação internacional dos direitos da criança (Albuquerque, 2001).

Em 1945, foi criado o Conselho Económico e Social das Nações Unidas, no âmbito da reorganização do sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial. No ano seguinte, em 1946, este

órgão recomendou a adoção da Declaração de Genebra, numa tentativa de sensibilizar a comunidade internacional para os graves problemas enfrentados pelas crianças no contexto do pós-guerra. Nesse mesmo ano, foi também fundada a UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (United Nations International Children's Emergency Fund) (Albuquerque, 2001).

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que estabelece um conjunto de normas orientadoras que consagram os direitos e liberdades fundamentais a que todas as pessoas podem aspirar (Albuquerque, 2001).

Um avanço significativo ocorreu a 20 de novembro de 1959, com a proclamação da Declaração dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Embora esta declaração não tivesse força vinculativa em termos jurídicos, representava, segundo Albuquerque (2001), a consagração de deveres morais universais em relação à infância. Entre os seus princípios fundamentais destaca-se a afirmação de que a Humanidade deve dar o melhor de si mesma à criança (UNICEF, 2019).

O ano de 1979 constituiu um marco simbólico e político relevante, com a proclamação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, do Ano Internacional da Criança. Esta iniciativa teve como principal objetivo sensibilizar decisores políticos e a opinião pública para as necessidades específicas das crianças em todo o mundo (Tomás, 2011).

Após um longo processo de negociação, que decorreu entre 1980 e 1987, a 20 de novembro de 1989, foi adota pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção sobre os Direitos da Criança, entrando posteriormente em vigor a 2 de setembro de 1990. Trata-se do instrumento internacional de direitos humanos com maior aceitação na história, contando com a ratificação de 196 países. A Convenção representou, assim, uma mudança de paradigma no modo como as crianças são entendidas no plano jurídico e social, reconhecendo-lhes não apenas proteção, mas também direitos civis, sociais e políticos equivalentes aos dos adultos, incluindo, de forma inovadora, o princípio da participação da criança na sociedade (Tomás, 2011).

Em Portugal, esta foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 49/90, também de 12 de setembro, passando a integrar o quadro legal de proteção dos direitos da criança em Portugal.

De forma geral, a Convenção sobre os Direitos da Criança é composta por cinquenta e quatro artigos, que podem ser agrupados em quatro categorias fundamentais. A primeira corresponde aos direitos pessoais, que incluem o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento. A segunda diz respeito aos direitos de provisão, os quais garantem o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e cuidados básicos (UNICEF, 2019). A terceira categoria abrange os direitos de proteção, salvaguardando as crianças contra situações de discriminação, abuso físico e sexual, exploração, negligência e exposição a contextos de injustiça ou conflito. Por fim, destacam-se os direitos de participação, que incluem os direitos civis e políticos, nomeadamente o direito da criança a ser ouvida em todos os assuntos que a afetem, bem como os direitos à informação, à liberdade de expressão, de

opinião e à participação ativa nos processos de tomada de decisão (UNICEF, 2019).

Neste seguimento, a 7 de dezembro de 2000, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi proclamada, assumindo, à época, um caráter meramente político, sem força jurídica vinculativa. No entanto, com vista à sua integração plena no quadro jurídico da União, foram realizadas adaptações que culminaram numa segunda proclamação, a 12 de dezembro de 2007. A Carta adquiriu força jurídica equivalente à dos Tratados com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a 1 de dezembro de 2009. Desde então, o seu cumprimento tornou-se obrigatório para as instituições, órgãos e agências da União Europeia, bem como para os Estados-Membros, sempre que aplicam o direito da União. A criação da Carta foi motivada pela necessidade de consolidar, num único documento, o conjunto dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus, conferindo-lhes maior visibilidade e garantindo que as entidades da União respeitam e promovem os direitos nela consagrados, reforçando assim a proteção dos cidadãos no espaço europeu (União Europeia, 2020).

No que concerne especificamente às crianças, a Carta estabelece de forma explícita, no artigo 24.º, que "as crianças têm direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar", reconhecendo-lhes também o direito de expressar livremente as suas opiniões, sendo estas devidamente consideradas em todos os assuntos que lhes digam respeito, de acordo com a sua idade e maturidade. Este artigo reforça os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, conferindo-lhes força vinculativa no espaço europeu e promovendo uma abordagem centrada na criança, que valoriza a sua dignidade, participação e proteção. Assim, a Carta representa um instrumento jurídico de grande relevância para a intervenção psicossocial com crianças e jovens, ao assegurar uma base legal comum de direitos fundamentais que os Estados-Membros devem respeitar e integrar nas suas políticas e práticas (União Europeia, 2020).

2. Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

2.1. O enquadramento legal das crianças e jovens em risco/ perigo

Para o correto e adequado parecer acerca da criança e/ou jovem em situação de vulnerabilidade social, importa clarificar, o conceito de risco. Conceptualizar o risco afigura-se imprescindível na compreensão do impacto no desenvolvimento infantojuvenil. Nesta linha de pensamento, a noção de risco tem subjacente a ideia de uma probabilidade acrescida do indivíduo, tendo em conta a situação em que se encontra ou as características que apresenta, de vivenciar uma situação indesejada (Carvalho, 2012). O mesmo autor, define que perigo existe na iminência na concretização da ameaça, colocando, assim, o indivíduo numa situação em que a integridade física não se encontra assegurada (Carvalho, 2012). Neste âmbito, importa salientar que, embora a maioria das situações de perigo possa emergir da acumulação progressiva de fatores de risco ao longo do tempo, tal não implica que todas as situações de perigo tenham necessariamente origem numa trajetória prévia de risco. Determinados acontecimentos críticos, como a ocorrência de uma crise aguda, por exemplo, de uma separação abrupta ou do

falecimento de uma figura significativa no círculo relacional próximo da criança ou do jovem podem, de forma súbita, desencadear uma situação de perigo, independentemente da existência de antecedentes de risco (Bernardo et al., 2015).

A proteção de crianças e jovens constitui uma prioridade global, refletida em diversos instrumentos legais e normativos internacionais que orientam os Estados na promoção dos direitos das crianças e na resposta às situações de vulnerabilidade. O principal marco internacional, já referido, é a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Esta estabelece um conjunto de direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, com autonomia progressiva e necessidades específicas de proteção.

Outro instrumento relevante é a Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de menores, que obriga os Estados-membros a implementar medidas eficazes de prevenção, proteção e apoio às vítimas. Além disso, a Estratégia do Conselho da Europa para os Direitos da Criança (2022–2027) enfatiza a importância de sistemas integrados de proteção infantil que garantam respostas coordenadas e intersetoriais face às situações de risco e perigo (União Europeia, 2021).

Em Portugal, o principal instrumento normativo é a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Esta lei visa, assim, garantir os direitos e promover a proteção das crianças e dos jovens (artigo 1.º, capítulo I, da LPCJP), de forma assegurar o seu bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 2.º da LPCJP). Neste sentido, os técnicos com competência em matéria de infância e juventude podem intervir sempre que os pais ou o representante legal coloquem o menor em perigo, bem como, em situações que envolvam terceiros ou a própria criança ou jovem (artigo 3.º n.º 1, capítulo I, da LPCJP).

De acordo com o regime jurídico consagrado na LPCJP, a intervenção deve reger-se por um conjunto de princípios fundamentais que orientam a sua legitimidade, pertinência e eficácia. Entre eles, destaca-se o princípio do superior interesse da criança e do jovem, que impõe a primazia dos direitos e necessidades do menor em qualquer decisão ou medida adotada. A privacidade é igualmente assegurada, salvaguardando o direito à vida privada do menor e da sua família. A intervenção precoce constitui outro pilar essencial, determinando que qualquer atuação deve ocorrer logo que se verifique uma situação de perigo ou risco, por forma a minimizar os impactos negativos no desenvolvimento da criança ou jovem. Paralelamente, a intervenção mínima postula que a atuação deve ser realizada apenas pelas entidades competentes e na medida estritamente necessária à salvaguarda dos direitos da criança, evitando interferências desproporcionadas na vida familiar (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Os princípios da proporcionalidade e atualidade requerem que a intervenção seja adequada à gravidade da situação e atual face às circunstâncias, restringindo-se ao essencial. O primado da continuidade das relações psicológicas profundas reconhece a importância de preservar os vínculos afetivos significativos para o desenvolvimento emocional e psicológico do menor. Em articulação com este, a prevalência da família

orienta a aplicação de medidas que favoreçam a manutenção ou reintegração familiar, sempre que possível e no interesse da criança. A LPCJP estabelece ainda o direito à informação, garantindo que a criança, os pais ou representantes legais sejam devidamente esclarecidos quanto aos seus direitos e às razões subjacentes à intervenção. Por sua vez, os princípios da audição obrigatória e da participação asseguram que todas as partes envolvidas têm o direito de ser ouvidas e de participar ativamente no processo. Por último, o princípio da subsidiariedade determina uma ordem de intervenção escalonada, em função da gravidade da situação e da necessidade de proteção. Assim, a atuação compete, em primeiro lugar, às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ); na ausência de resposta eficaz, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); e, em última instância, ao sistema judicial, através dos tribunais (artigo 4.º da LPCJP).

A intervenção por parte das ECMIJ, tal como previsto no artigo 7.º da LPCJP, deve ser realizada em articulação com os pais ou representantes legais da criança, observando os princípios anteriormente enunciados. Estas entidades, por atuarem diretamente junto das crianças, jovens e respetivas famílias, assumem um papel estratégico na deteção precoce de situações de perigo, sendo muitas vezes o primeiro ponto de contacto com realidades de risco.

O Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens encontra-se estruturado segundo uma lógica de hierarquização da intervenção, determinada pela natureza e gravidade das situações de risco ou perigo em que os menores se encontram. Esta hierarquia assenta em diferentes níveis de atuação, cada um com um grau distinto de exigência legal e de envolvimento das entidades competentes, conforme estabelecido na LPCJP. A primeira linha de intervenção cabe às ECMIJ, cuja atuação depende do consenso da criança ou jovem e da respetiva família (artigo 6.º da LPCJP). Esta abordagem, de carácter essencialmente colaborativo, visa prevenir o agravamento das situações de risco, privilegiando a proximidade, a promoção dos direitos da criança e o reforço das competências parentais. Nos casos em que a atuação das ECMIJ se revele insuficiente ou inviável, o processo transita para a segunda linha de intervenção, a cargo das CPCJ. Estas operam em duas modalidades distintas: comissão alargada, que tem como principal missão desenvolver ações de promoção dos direitos das crianças e jovens e de prevenção de situações de perigo (artigo 18.º, n.º 1, da LPCJP); e comissão restrita, responsável pela análise e intervenção em situações concretas de perigo (artigo 21.º, n.º 1, da LPCJP). A intervenção das CPCJ exige o consentimento expresso dos pais ou representantes legais, mantendo-se, contudo, numa lógica extrajudicial e de cooperação. Sempre que se verifique a impossibilidade de intervenção eficaz pelas instâncias anteriores, seja pela gravidade da situação ou pela ausência de colaboração por parte da família, recorre-se à terceira linha de intervenção, da competência dos tribunais. Nestes casos, a atuação assume um carácter coercivo, permitindo a aplicação de medidas de promoção e proteção sem necessidade de consentimento das partes envolvidas, nomeadamente em contextos de perigo iminente (artigo 11.º da LPCJP).

Ainda que, no âmbito judicial, o consentimento da criança, jovem ou família não seja legalmente

exigido, realça-se a importância de serem promovidos esforços no sentido de envolver estes sujeitos no processo, de forma a potenciar a eficácia da intervenção, reforçar a adesão às medidas e assegurar a continuidade das mesmas ao longo do tempo (Lopes, 2022).

Deste modo, A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação atual resultante das sucessivas alterações legislativas, veio reforçar de forma inequívoca o caráter urgente, prioritário e imprescindível da proteção de crianças e jovens em situação de perigo. Paralelamente, esta legislação contribuiu significativamente para a valorização da dimensão preventiva da intervenção, ao reconhecer a importância de uma atuação precoce e articulada por parte das entidades com competência em matéria de infância e juventude. Tal intervenção visa não apenas responder a situações de risco já identificadas, mas sobretudo promover o bem-estar integral da criança e do jovem, garantindo o respeito pelos seus direitos fundamentais.

2.2. O papel dos profissionais na prevenção do risco e/ou perigo

A prevenção de situações de risco e/ou perigo constitui uma dimensão central na intervenção psicossocial com crianças e jovens. O principal objetivo desta abordagem é atuar de forma precoce, evitando que contextos de vulnerabilidade evoluam para situações de perigo efetivo. A LPCJP (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) estabelece os princípios orientadores da intervenção, nomeadamente a prevenção, a intervenção mínima e a subsidiariedade, reforçando o papel ativo dos profissionais na deteção, avaliação e atuação antes da ocorrência de danos significativos.

Nesse sentido, os técnicos, enquanto agentes de suporte na promoção e proteção dos direitos da criança, possuem um conhecimento aprofundado sobre estratégias e deveres específicos relacionados com a problemática do risco e do perigo, nomeadamente no que diz respeito à sua identificação e, posteriormente, à sua prevenção (Reis, 2009). De acordo com Magalhães (2002), cabe ao técnico, numa perspetiva ampla, intervir de forma coordenada, assegurando a continuidade das diferentes fases do processo de proteção, valorizando a cooperação e a articulação intersetorial entre os serviços públicos e privados.

As ECMIJ têm como finalidade central o apoio educativo e social, bem como a salvaguarda dos direitos das crianças e/ou jovens. Estas entidades, frequentemente constituídas por técnicos das áreas do serviço social, da psicologia e da educação, estão habilitadas a avaliar situações de risco e/ou perigo iminente. Nesses casos, compete-lhes, em articulação com as famílias e sempre que o superior interesse da criança assim o exija, organizar um plano de intervenção centrado na promoção do desenvolvimento integral do menor (Reis, 2009).

Como previsto no Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, a intervenção dos técnicos de promoção e proteção de crianças e jovens em risco deve assumir uma lógica de apoio e colaboração com as famílias, apresentando-se como uma possibilidade e não como uma imposição.

Sousa (2005, citado por Gonçalves, 2018) reconhece no técnico o estatuto de agente de

mudança, ao qual é atribuído o dever de apoiar o processo de identificação de padrões disfuncionais no contexto familiar, bem como de fomentar a criação de oportunidades que promovam o empowerment e o reforço das dinâmicas relacionais. Nesta perspectiva, Madsen (2007, citado por Governo, 2012) sublinha a relevância de uma abordagem centrada nas competências familiares, valorizando os recursos já existentes no seio da família como base para a superação de adversidades. Esta metodologia visa promover uma reflexão partilhada, encorajando soluções autorreguladas e sustentadas no quotidiano das famílias.

Neste enquadramento, destaca-se o modelo de intervenção centrado nas forças, alicerçado na premissa de que todas as famílias detêm capacidades intrínsecas que, quando devidamente estimuladas, permitem enfrentar os desafios que ameaçam o bem-estar das crianças. De acordo com Melo (2011), este modelo promove uma resposta mais autónoma e menos reativa, partindo da ideia de que a mobilização interna das famílias pode constituir-se como o motor principal da mudança. Assim, a intervenção preventiva em contextos de risco e/ou perigo configura-se como um processo exigente, multidimensional e indispensável, dada a multiplicidade de responsabilidades atribuídas aos profissionais da área da infância. Esta atuação visa, entre outros objetivos, o desenvolvimento integral da criança e a promoção progressiva da sua autonomia. Neste sentido, Reis (2009) reforça que a identificação de indicadores de risco constitui uma exigência não apenas de ordem pedagógica, mas igualmente de natureza social e legal, sendo imprescindível que as equipas técnicas possuam formação e competências adequadas para detetar precocemente sinais de negligência ou maus-tratos e desencadear respostas eficazes.

Conclui-se, portanto, que refletir criticamente sobre a intervenção psicossocial na proteção da infância é fundamental para consolidar práticas promotoras da capacitação parental, orientadas para a proteção e promoção dos direitos e do desenvolvimento pleno de crianças e jovens.

3.O combate à pobreza e à exclusão social

3.1. Pobreza e exclusão social

O conceito de pobreza remete para a ausência de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder fundamentais para um adequado desenvolvimento e integração do indivíduo, tanto ao nível dos direitos civis, culturais, económicos como, também, sociais. Segundo Costa (1984), o conceito de pobreza não se restringe unicamente à insuficiência de rendimentos, mas diz respeito, sobretudo, à privação de recursos essenciais que compromete a possibilidade de uma vida digna. Neste enquadramento, é possível distinguir duas formas principais de pobreza: pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta diz respeito à incapacidade de satisfazer necessidades humanas fundamentais, como o acesso à alimentação, à habitação ou aos cuidados de saúde. Por outro lado, a pobreza relativa refere-se a uma condição em que os rendimentos e o estilo de vida de um indivíduo se situam abaixo do padrão médio da sociedade em que se insere, limitando a sua participação plena na vida

social. Embora a pobreza relativa não implique, necessariamente, a privação extrema observada na pobreza absoluta, ambas constituem fenómenos socialmente preocupantes, exigindo respostas políticas e sociais adequadas (Costa, 1984).

Assim, operacionalizar o conceito de pobreza implica considerá-lo como um fenómeno multidimensional, na medida em que esta condição acarreta a escassez de recursos e, conseqüentemente, conduz à privação e à exclusão de diversos elementos essenciais para o pleno exercício de uma cidadania ativa (Perista & Baptista, 2010).

Quando as necessidades básicas do ser humano não são satisfeitas, o indivíduo em situação de pobreza vê-se confrontado com uma rutura face aos diferentes sistemas que o envolvem. Nesta perspetiva, compreende-se que, quanto maior for a privação de recursos e serviços, mais acentuado será o grau de exclusão social experienciado. Deste modo, os conceitos de pobreza e exclusão social revelam-se interligados, na medida em que não existe pobreza sem exclusão social. No entanto, apesar desta ligação estreita, é essencial reconhecer que a relação entre ambos não é linear, pois podem existir formas de exclusão social que não decorrem, necessariamente, de uma situação de pobreza (Perista & Baptista, 2010).

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelas no Relatório Pobreza e Exclusão Social 2024, em 2023 cerca de 20,1 % da população estava em risco de pobreza ou exclusão social o que representa aproximadamente 2,1 milhões de pessoas. No entanto apesar desde valor acompanhar o de 2022, havia cerca 20 mil pessoas em situação de risco de pobreza ou exclusão social face ao ano anterior. Assim, é possível afirmar que em 2023, este indicador parece apontar para uma dinâmica de estagnação, no que concerne à sua taxa face ao ano precedente, e para um potencial incremento no que respeita ao número de pessoas em risco pobreza ou exclusão social (Observatório Nacional da Luta contra a Pobreza, 2024). Apesar da evolução claramente positiva deste indicador, é importante sublinhar que mais de 2 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal (2 104 mil pessoas), fazendo com que Portugal se localize na 13^a posição, registando uma taxa média de risco de pobreza ou exclusão social abaixo da média europeia (20,1% em Portugal e 21,3% na UE) (Observatório Nacional da Luta contra a Pobreza, 2024).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, constitui o maior desafio global da atualidade e representa um requisito fundamental para a concretização do desenvolvimento sustentável (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Perante o exposto, a pobreza e a exclusão social são fenómenos interligados e complexos que resultam da desigualdade no acesso a recursos oportunidades e direitos fundamentais. A exclusão social assume um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, sendo suscetível de se reproduzir intergeracionalmente (Rodrigues et al., 1999; EAPN Portugal & Eurochild, 2014). Nesse sentido, o indivíduo em situação de pobreza, ao encontrar-se inevitavelmente em condição de exclusão social,

contribuiu para a produção de ruturas na coesão social e para a intensificação de processos de fragmentação, comprometendo, assim, o seu desenvolvimento integral e o exercício pleno da cidadania (Rodrigues et al., 1999)

3.2. A pobreza infantil na perspetiva dos direitos humanos

A pobreza infantil constitui uma violação grave dos direitos humanos, afetando o desenvolvimento integral da criança e comprometendo a sua dignidade, bem-estar e futuro (Silva, 2010). De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2019), todas as crianças têm direito a um nível de vida adequado que favoreça o seu crescimento físico, mental, espiritual, moral e social o que pressupõe o acesso a condições adequadas de habitação, educação, saúde, proteção e participação na vida comunitária. Viver em situação de pobreza representa, portanto, uma negação sistemática desses direitos fundamentais.

Em Portugal, a pobreza infantil permanece um fenómeno persistente, estrutural e multidimensional (União Europeia, 2014). Segundo Silva (2010), esta realidade revela falhas significativas na concretização dos direitos das crianças, sendo particularmente visível em contextos familiares marcados pela vulnerabilidade socioeconómica, como os agregados monoparentais, numerosos ou com baixos níveis de escolaridade. Esta condição social compromete não só o presente das crianças, mas também o seu futuro, perpetuando ciclos de pobreza que se reproduzem ao longo das gerações ((EAPN Portugal & Eurochild, 2014).

Sarmento e Veiga (2010) sublinham que “há, percentualmente, mais crianças pobres do que adultos pobres e a infância é o grupo geracional mais afetado pela pobreza” (p. 7), considerando que esta representa um marcador de desigualdade e um obstáculo ao exercício efetivo da cidadania infantil. Tal facto demonstra que a pobreza infantil está profundamente enraizada nas estruturas sociais e económicas, exigindo respostas estruturais e integradas (Sarmento e Veiga, 2010). Enquanto fenómeno complexo, a pobreza infantil não se reduz à escassez de rendimentos monetários (Sarmento e Veiga, 2010). Como referem Perista e Baptista (2010), manifesta-se também através da privação de acesso a bens e serviços essenciais, tais como uma educação de qualidade, cuidados de saúde adequados, alimentação equilibrada, habitação condigna, atividades de lazer e participação social. Segundos os mesmos autores anteriormente referidos, estas privações comprometem de forma duradoura o percurso de vida das crianças e jovens, afetando o seu bem-estar e as suas oportunidades futuras.

A abordagem à pobreza infantil na perspetiva dos direitos humanos implica, medir a pobreza por meio de indicadores diretos, que expressem o bem-estar das crianças, ao invés de recorrer unicamente a indicadores sobre as condições de vida do seu agregado familiar (Fernandes, 2006).

Neste sentido, negar os direitos humanos é causa e consequência do problema. Face a isto, sendo que a privação, material e/ou social, se constitui como um atentado aos direitos da criança, o combate da pobreza infantil deve estar estritamente ligado à defesa do seu pleno desenvolvimento, bem como à

salvaguarda das suas necessidades básicas. (Sarmiento & Vieira, 2010) Denota-se a importância de clarificar conceitos, possuir um conhecimento atualizado e abrangente sobre a realidade da pobreza e da exclusão social, apresentam-se como instrumentos cruciais para uma intervenção que se ambiciona interpelativa e crítica do contexto social (European Court of Auditors, 2020). Acarreta, pois, colocar a tónica sob a perspectiva da criança, tendo em consideração a multidimensionalidade das suas vidas e o poder das relações que estabelece (Sarmiento & Veiga, 2010).

3.3. Mecanismos de combate à pobreza e exclusão social

Face à crescente incidência da pobreza infantil e à consequente exclusão social torna-se imperativo que os Estados-Membros desenvolvam estratégias eficazes para atenuar esta realidade e os seus impactos (Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2014) . O objetivo central deverá ser a promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral de crianças e jovens. Como refere Sarmiento (2019), as políticas públicas orientadas para a infância assumem um papel de destaque, pois ao focarem-se na redução da pobreza infantil, constituem um investimento estruturante numa sociedade futura mais justa, onde todos os cidadãos tenham acesso a direitos e oportunidades em condições de igualdade.

3.3.1 .Dimensão Social Europeia

A pobreza infantil continua a ser um dos maiores desafios para muitos Estados Membros da União Europeia. Apesar da primeira responsabilidade por combater a pobreza infantil permaneça nos Estados Membros, a União Europeia reforçou o seu compromisso neste domínio nos últimos anos. Ao nível da União Europeia, a luta contra a pobreza e a exclusão social está consagrada como uma das metas fundamentais no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, concretamente no ODS 1 (UNRIC, 2018).

Com o objetivo de mitigar o aumento progressivo da pobreza e da exclusão social, especialmente no que diz respeito ao seu impacto no desenvolvimento de crianças e jovens foi lançada, em 2021, a Garantia Europeia para a Infância, no seguimento do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Este Pilar, estabelecido em 2017 estabelece 20 princípios orientadores para a construção de uma Europa mais inclusiva, destacando-se o acesso a uma proteção social adequada, à habitação digna, à educação e à igualdade de oportunidades. Entre esses princípios, destacou-se, para o primeiro trimestre de 2021, a proposta de uma estratégia centrada nos direitos da criança, que culminou na criação da Garantia Europeia para a Infância. Esta iniciativa visa assegurar o acesso efetivo de todas as crianças em risco de pobreza e exclusão social a serviços essenciais, como saúde e educação, fundamentais ao seu desenvolvimento (European Commission, 2021).

Assim, o Plano de Ação constitui o principal instrumento de implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, orientando a concretização dos seus princípios.

3.3.2. Dimensão Social Nacional

Em Portugal, o combate à pobreza e à exclusão social tem vindo a ser enquadrado em diversas estratégias e planos nacionais. Destaca-se, em particular, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021–2030, aprovada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, que tem como objetivo reduzir de forma significativa a pobreza, em especial a pobreza infantil, através de uma abordagem centrada nos ciclos de vida, na prevenção e na intervenção precoce. Esta estratégia assume como metas, entre outras, a redução em 660 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social até 2030, e promove a articulação entre políticas de rendimento, educação, saúde, habitação e inclusão ativa.

Neste sentido, e com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro, a referida estratégia é operacionalizada através de um conjunto de eixos estratégicos, entre os quais se destacam: reduzir a pobreza entre crianças, jovens e respetivas famílias; promover a plena integração dos jovens adultos na sociedade, diminuindo sistematicamente o seu risco de pobreza; e fazer do combate à pobreza um desígnio nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, ponto 2). Neste âmbito, os planos de ação definidos a partir dos referidos eixos de intervenção têm como objetivo central, para os períodos de 2022–2025 e 2026–2030, a promoção de melhores condições de vida para todas as crianças e jovens, assegurando o seu desenvolvimento integral e a sua participação ativa na sociedade.

Em 2020, foi aprovada a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021–2024, com o propósito de garantir a proteção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens. Esta estratégia assenta em cinco áreas prioritárias, desenvolvidas através de objetivos estratégicos concretos. As prioridades definidas orientam-se pelo princípio da promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, nomeadamente: promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades; apoiar as famílias e a parentalidade; fomentar o acesso à informação e à participação de crianças e jovens; prevenir e combater todas as formas de violência contra crianças e jovens; e promover a produção de instrumentos e conhecimento científico que sustentem uma visão integrada dos direitos da infância e juventude (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020).

Neste contexto, considerando a infância e a juventude como fases estruturantes para a construção de uma sociedade assente na igualdade de direitos e oportunidades, torna-se essencial o desenvolvimento e a implementação de estratégias eficazes de combate à pobreza e à exclusão social.

4. Agenda 2030

A 25 de setembro de 2015, os 193 Estados-membros da ONU aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de promover um mundo melhor, erradicando a pobreza em todas as suas dimensões. No dia 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da ONU intitulada “Transformar o Mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, 169 metas que irão vigorar durante 15 anos (UNRIC, 2018).

A Agenda 2030 é uma continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que estiveram em vigor entre 2000 e 2015, sendo estes a primeira convergência internacional para enfrentar problemas globais como a erradicação da pobreza extrema e fome ou melhorar o acesso à educação (Rede para o Desenvolvimento, 2020). Estes foram O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015, demonstra o sucesso e o esforço a nível global de alcançar as oito metas estabelecidas pela declaração do Milênio em 2000 (ONU, 2015). Os ODS foram, assim, pensados a partir do sucesso dos ODM com o intuito de ir mais longe, colmatando as falhas dos seus antecessores e alargando os desafios que devem ser abordados para erradicar a pobreza, nas dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, promovendo a paz, a justiça e instituições eficazes (Rede para o Desenvolvimento, 2020). Ou seja, os objetivos globais assumidos pelos 193 países das Nações Unidas têm como ambição “não deixar ninguém para trás”, através do estabelecimento de uma linguagem comum para todos os stakeholders (BCSD, 2022).

Em março de 2017, foi adotada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (UNSC), uma lista de indicadores globais, que medem o grau de concretização das metas dos ODS (BCSD, 2022). A Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução legitimou a importância de quadros estatísticos sólidos para a monitorização dos ODS e acompanhamento estatístico da Agenda 2030. No que concerne, ao quadro de avaliação de progresso, este contém 258 indicadores globais, sendo 231 únicos, categorizados por níveis de acordo com a disponibilidade de dados e nível de desenvolvimento metodológico. Importa referir que a lista global de indicadores da ONU não é vinculativa, assim, cabe a cada país adotá-la ou, identificar um conjunto de indicadores adequados ao acompanhamento das metas consideradas relevantes ao seu contexto nacional. O processo de monitorização e reporte internacional no contexto dos ODS contempla a existência de agências de proteção de dados, ou seja, organizações internacionais responsáveis pelos avanços metodológicos e pela comparação internacional de indicadores dentro da sua área de intervenção, atualizando a base de dados global de indicadores (BCSD, 2022). Dessa forma, a atualização da base de dados global permitirá a elaboração do relatório anual das Nações Unidas sobre o progresso dos ODS a nível global.

O atual secretário-geral da ONU, António Guterres, considera a Agenda 2030 como o caminho para o desenvolvimento e que deve implementado este plano como um elemento definidor do nosso tempo e uma plataforma integrada, de forma a responder às necessidades das pessoas e dos governos (UNRIC, 2018).

4.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os 17 ODS devem ser analisados a partir de quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: social, económica, ambiental e institucional (Silva, 2018). Os ODS têm como base o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, concebido na ideia de que nenhum direito humano pode ser integralmente implementado sem que os outros direitos também sejam (Silva, 2018). Estes, visam concretizar o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, ao exigir a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais, independentemente das diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao estabelecerem metas e prazos para sua execução, os ODS podem servir como um estímulo complementar à promoção dos direitos humanos, além de representarem uma tentativa de superar a prática de adiamento indefinido da universalização dos benefícios do direito ao desenvolvimento para todos (Silva, 2018).

Os ODS estruturam-se em torno de cinco Pilares (Figura 1): Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias (CCDRC, 2024; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017):

- **Pessoas:** Erradicar a pobreza e a fome em todas as suas formas, assim como zelar que todos os cidadãos possam explorar o seu potencial com dignidade e igualdade, num meio ambiente saudável;
- **Prosperidade:** Conseguir que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e plena e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- **Planeta:** Proteger o planeta contra a degradação, mediante um consumo, uma produção e uma gestão dos recursos naturais sustentável, e adotar medidas para frear as mudanças climáticas;
- **Paz:** Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estejam livres do medo e da violência;
- **Parcerias:** Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 mediante parcerias baseadas na solidariedade e focadas nas necessidades dos mais vulneráveis.

Figura 1
Organização temática dos ODS (5P)



Fonte: CCDRC, 2024

4.1.1. Objetivo 1 - Erradicar a Pobreza

O ODS 1 consiste em erradicar a pobreza extrema em todas as suas formas, em todos os lugares e tem como metas até 2030 (UNRIC, 2018):

- erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida pelo rendimento por pessoa inferior a 1,25 dólares por dia;
- reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza;
- implementar sistemas e medidas de proteção social nacionalmente apropriados e atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis;
- garantir que todos os homens e mulheres, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, serviços básicos, à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento
- aumentar a resiliência das mais vulneráveis e reduzir sua exposição a eventos climáticos extremos e desastres socioeconómicos;
- mobilizar recursos diversificados para apoiar os países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos, na implementação de políticas para erradicar a pobreza em todas as suas dimensões.

4.1.2. Objetivo 2 – Erradicar a Fome

O ODS 2 consiste em erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável e tem como metas até 2030 (UNRIC, 2018):

- erradicar a fome e garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade, durante o ano, especialmente para os mais pobres e vulneráveis;
- acabar com a malnutrição, cumprir metas globais sobre nanismo e caquexia infantil até 2025 e atender às necessidades nutricionais de adolescentes, grávidas, lactantes e idosos;
- duplicar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores, com foco em mulheres, povos indígenas e comunidades rurais, garantindo acesso igualitário a terra, recursos produtivos, serviços financeiros e mercados;
- garantir sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes que aumentem a produtividade, protejam os ecossistemas, promovam a adaptação às mudanças climáticas e melhorem a qualidade do solo.

Como metas previstas até 2020 (UNRIC, 2018):

- manter a diversidade genética de sementes, plantas, animais e suas espécies selvagens, através de bancos bem geridos, e promover a repartição justa dos benefícios dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais;
- aumentar o investimento em infraestruturas rurais, pesquisa agrícola, desenvolvimento de tecnologia e bancos de genes de plantas e animais, para fortalecer a produção agrícola nos países em desenvolvimento, especialmente nos menos desenvolvidos; corrigir restrições comerciais e distorções nos mercados agrícolas globais, eliminando subsídios à exportação e medidas equivalentes, em conformidade com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha.
- adotar medidas para garantir o bom funcionamento dos mercados de materiais primários agrícolas e fornecer acesso a informações sobre o mercado, incluindo reservas de alimentos, para limitar a volatilidade dos preços.

4.1.3. Objetivo 3 – Saúde de Qualidade

O ODS 3 consiste em garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e tem como metas até 2030 (UNRIC, 2018):

- reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 000 nados-vivos;
- acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos;

- acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis;
- reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;
- reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool;
- reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo;
- fortalecer a implementação da Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco em todos os países;
- apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento;
- reforçar a capacidade de todos os países, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde;
- assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais);
- atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.

Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.

4.1.4. Objetivo 4 – Educação de Qualidade

O ODS 4 visa garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e tem como metas até 2030 (UNRIC, 2018):

- garantir o acesso universal, gratuito e de qualidade ao ensino primário e secundário para todas as crianças, resultando em aprendizagens relevantes e eficazes;
- assegurar acesso universal a cuidados, desenvolvimento e educação pré-escolar de qualidade, de modo a estarem preparados para o ensino primário;
- assegurar a igualdade de acesso para todos à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis;
- aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes,

inclusive competências técnicas e profissionais;

- eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis;
- garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres;
- garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.1.5. Objetivo 5 – Igualdade de Género

O ODS 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas e tem como metas até 2030 (UNRIC, 2018):

- acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em todos os lugares;
- eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e outros tipos;
- eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas;
- reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
- garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública;
- assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão.

4.1.6. Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento

O ODS 6 visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos e tem como metas, até 2030 (UNRIC, 2018):

- alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, a preços acessíveis;

- alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade;
- melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo de produtos químicos e materiais perigosos;
- aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis, e reduzir o número de pessoas sem água;
- implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça;

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos (UNRIC, 2018).

4.1.7. Objetivo 7 – Energias Renováveis e Acessíveis

O ODS 7 visa garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos e tem como metas, até 2030 (UNRIC, 2018):

- assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis;
- aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética global;
- duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética;
- reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso às tecnologias e investigação sobre energias limpas.

4.1.8. Objetivo 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

O ODS 8 visa promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos e tem como metas (UNRIC, 2018):

- sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos;
- alcançar níveis mais altos de produtividade económica por meio da diversificação, atualização tecnológica e inovação;
- promover medidas de emprego pleno e produtivo e trabalho justo e inclusivo;
- tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das formas de trabalho infantil;
- proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos;
- fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

Até 2030 (UNRIC, 2018):

- alcançar eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e procurar ativamente dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos na liderança;
- alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais;

O ODS 8 tem ainda como metas intermédias, até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas e até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação.

4.1.9. Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

O ODS 9 visa construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação e tem como metas (UNRIC, 2018):

- garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria;
- promover a industrialização inclusiva e sustentável;
- aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados;
- até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades;
- fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento.

4.1.10. Objetivo 10 - Reduzir as Desigualdades

O ODS 10 visa reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países e tem como metas (UNRIC, 2018) :

- até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional;
- até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição

económica;

- garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias;
- adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;
- melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
- assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas;
- facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.

4.1.11. Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 visa tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis e tem como metas, até 2030 (UNRIC, 2018):

- garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos;
- proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos;
- aumentar a capacidade de planeamento e gestão integrados e sustentáveis de aglomerados humanos;
- fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo;
- reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade;
- reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos
- proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

4.1.12. Objetivo 12 - Produção e Recursos Sustentáveis

O ODS 12 visa garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis e tem como metas

(UNRIC, 2018):

- implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis;
- até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- até 2030, reduzir para metade, à escala global, o desperdício de alimentos per capita e o desperdício de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita;
- até 2020, alcançar a gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida;
- até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade;
- promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;
- até 2030, garantir que as pessoas, tenham acesso informação relevante para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

4.1.13. Objetivo 13-Ação Climática

O ODS 13 visa adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos e tem como metas (UNRIC, 2018):

- fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos perigos e desastres naturais relacionados ao clima, em todos os países;
- integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais
- melhorar a educação sobre mitigação das mudanças climáticas, redução de impacto e alerta precoce.

4.1.14. Objetivo 14 - Proteger a Vida Marinha

O ODS 14 visa conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável e tem como metas (UNRIC, 2018):

- até 2025, prevenir e diminuir a poluição marinha de todos os tipos, em particular de atividades terrestres;
- até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos;
- minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis;

- até 2020, regular, a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão, para restaurar populações de peixes;
- até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional;
- até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada;
- até 2030, aumentar os benefícios económicos os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

4.1.15. Objetivo 15 – Proteger a Vida Terrestre

O ODS 15 visa proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade e tem como metas (UNRIC, 2018):

- até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
- até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global;
- até 2030, combater a desertificação, restaurar terras e solos degradados, incluindo áreas impactadas por secas e inundações, visando um mundo com degradação neutra do sol;
- até 2030, garantir a conservação dos ecossistemas de montanha e sua biodiversidade, fortalecendo sua capacidade de oferecer benefícios essenciais ao desenvolvimento sustentável;
- tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
- assegurar a distribuição justa dos benefícios dos recursos genéticos e promover seu acesso adequado;
- adotar medidas urgentes contra a caça ilegal, o tráfico de espécies protegidas e o comércio de produtos ilegais da vida selvagem;
- até 2020, implementar medidas para prevenir e reduzir o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos, controlando ou erradicando as prioritárias.
- Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas

de contabilidade.

4.1.16. Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

O ODS 16 visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis e tem como metas (UNRIC, 2018):

- reduzir todas as formas de violência e a taxa de mortalidade com ela relacionada;
- acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças;
- promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
- até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais, financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;
- diminuir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;
- desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes;
- garantir que a tomada de decisão seja responsável, inclusiva, participativa e representativa;
- ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global;
- até 2030, prover identidade legal para todos, incluindo registo de nascimento;
- assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;
- fortalecer as instituições nacionais relevantes, através da cooperação internacional, para uma melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;
- promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

4.1.17. Objetivo 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos

O último ODS, o 17, visa reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável e tem como metas (UNRIC, 2018):

- fortalecer a mobilização de recursos internos, através do apoio internacional aos países em desenvolvimento a fim de melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita;
- nos países desenvolvidos implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive conduzir 0,7% do rendimento nacional bruto para AOD aos países em desenvolvimento, e alocar entre 0,15% e 0,20% desse valor para

os países menos desenvolvidos;

- mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;
- auxiliar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, e analisar a dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o superendividamento;
- adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos;
- melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;
- promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;
- operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;
- reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;
- promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), inclusive através da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha;
- até 2020, aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais;
- aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas;
- fomentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
- respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;
- fortalecer a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem o conhecimento, a perícia, a tecnologia e os recursos

financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;

- estimular e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias;
- até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos;
- até 2030, partir de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o Produto Interno Bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

4.2 Os ODS em Portugal

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro, estabelece o modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos ODS. Esta resolução prevê, que compete ao membro do Governo responsável pela Presidência de Conselho de Ministros, ao nível interno, coordenar e acompanhar a implementação dos ODS estabelecidos na Agenda 2030 e cria a Comissão de Acompanhamento de alto nível (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro). Atualmente, o papel de coordenação geral na implementação da Agenda 2030 foi assumido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em colaboração com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas. Neste contexto, o Instituto Nacional de Estatística (INE), é a principal organização no na produção e divulgação de estatísticas oficiais (Decreto-Lei n.º 136/2012). No âmbito das atividades previstas a desenvolver, cabe ao Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP) coordenar internamente, as atividades de reporte da implementação da Agenda 2030 em Portugal, nomeadamente o Relatório Voluntário Nacional (RVN) 2023, em colaboração com a Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) (CCDR, 2024).

Portugal demonstra compromisso com a Agenda 2030 na adoção de políticas e práticas que promovem o desenvolvimento sustentável (SDSN, 2024). As instituições públicas desempenham um papel fulcral na materialização dos objetivos, através da elaboração de políticas, promoção de parcerias e monitorização do progresso. O compromisso do país com a Agenda 2030, é ilustrado na Estratégia Portugal 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro); as Grandes Opções para 2022-2026 (Lei n.º 24-C/2022, de 30 de dezembro); o Programa Nacional de Reformas 2023; a programação dos instrumentos de financiamento nacionais e europeus, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência. Em 2024, o relatório de desenvolvimento sustentável destacou Portugal como um dos países mais sustentáveis do mundo, ocupando a 16.ª posição entre 167 países, com uma pontuação de 80,22 em 100 (SDSN, 2024).

A implementação da Agenda 2030 a nível nacional, é orientada de forma: abrangente e

completa, considerando o esforço nacional para o cumprimento de todos os ODS; integrada, respeitando uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e evitando a compartimentação de políticas por silos; e focada, com uma clara identificação dos ODS prioritários à luz da visão estratégica de desenvolvimento do País (Rede para o Desenvolvimento, 2020). Portugal tem desenvolvido um papel ativo na implementação da Agenda 2030, tendo materializado nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 as suas prioridades estratégicas (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Portugal confere uma importância à educação, formação e qualificação, ao longo da vida, de forma inverter atrasos e exclusões históricos, com impactos diretos no bem-estar das pessoas, no desempenho económico, no combate à pobreza, na promoção da igualdade e coesão social, da cidadania e do ambiente. Dessa forma reconhece-se prioridade e a transversalidade do ODS 4 para alcançar outros objetivos (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

No que concerne a ODS 5 – Igualdade de Género, o Estado reconhece como sua tarefa fundamental a promoção de igualdade entre mulheres e homens, sendo princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa e estruturante do Estado de direito democrático a não discriminação em função do sexo ou da orientação sexual. A igualdade entre mulheres e homens é impreterível e um objetivo social em si mesmo, fundamental para uma vivência plena da cidadania, sendo necessária para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa, e um desenvolvimento verdadeiramente sustentável (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Relativamente ao ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, denota-se a ligação entre o crescimento económico, o desenvolvimento social e a adaptação e mitigação das alterações climáticas estão interligados com o investimento em infraestruturas adequadas, numa indústria moderna, empreendedora e sustentável, no progresso tecnológico e na digitalização da economia. O conjunto de estratégias e programas que procuram apoiar e desenvolver os setores das infraestruturas, da indústria e da inovação demonstram o empenho em responder a estes desafios. no Programa Nacional de Reformas Governo Constitucional inscreveu a intenção de criar uma dinâmica de crescimento económico equilibrado e coesão social que se reforcem mutuamente, garantindo a consolidação das contas públicas (Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Perante o ODS10 – Reduzir as Desigualdades, o Governo Português definiu como linhas orientadoras da sua intervenção: combater a pobreza e a exclusão social, criando medidas direcionadas aos grupos mais vulneráveis; diminuir as desigualdades prosseguindo a elevação do rendimento disponível das famílias e diligenciar o acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, reforçando esta vertente no combate ao empobrecimento e na defesa da dignidade humana. A intervenção estrutural deverá, assim, pautar-se por critérios sustentáveis e multifacetados, abrangendo áreas como a saúde, a educação, um mercado de trabalho mais justo e inclusivo (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Relativamente ao ODS13 – Ação Climática, Portugal, desafia-se a garantir que se assegure a

implementação dos compromissos acordados no âmbito da redução das emissões de gases com efeito de estufa, aumento da quota-parte das energias renováveis, melhoria da eficiência energética e reforço da capacidade das interligações energéticas. Neste sentido, as respostas às alterações climáticas devem ser enquadradas e integradas de forma a progredir no planeamento e desenvolvimento de uma economia resiliente, competitiva e de baixo carbono.

Num contexto geopolítico, Portugal é o maior Estado costeiro da União Europeia, assumindo um papel fundamental de dimensão internacional na sustentabilidade e governança dos Oceanos. Desta forma, torna-se prioritário o ODS14 – Proteger a Vida Marinha.

Neste seguimento, no RVN 2023, o Estado considera no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, que as prioridades nacionais, em 2023 se encontram alinhadas segundo os pilares da Agenda 2030 – Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz (Figura 1), dando especial atenção às Parcerias, fulcrais para a concretização dos ODS (República Portuguesa, 2023).

No que concerne à mais recente avaliação da implementação dos ODS em Portugal o percurso é globalmente positivo, dados demonstram que 61% das metas estão a evoluir no sentido desejado, apesar dos impactos da pandemia da doença COVID-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia. No entanto, 11% das metas estão a dirigir-se no sentido contrário do desejado (República Portuguesa, 2023).

II. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO

1. European Anti Poverty Network/Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN)

1.1. Contextualização Histórica

Em 1985, na Comunidade Europeia, viviam cerca de 44 milhões de pessoas abaixo do nível considerado como limiar da pobreza, número que em cinco anos passou para 53 milhões. Neste sentido, surgiu a necessidade de investir na (re)formulação de políticas sociais ativas, destinadas à inclusão de grupos desfavorecidos e/ou marginalizados (Rebello, 2016). A Comissão Europeia (Direção Geral dos Assuntos Sociais) perante o aumento dos fenómenos da pobreza e da exclusão social na Europa solicitou às Organizações, que se organizassem e constituíssem um grupo de intervenção, de modo atingirem uma maior eficácia nas ações destinadas ao combate à pobreza e à exclusão social (EAPN Portugal, 2024a).

Em 1990, constituída ao abrigo da legislação belga, é criada a Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti Poverty Network), uma coligação independente de organizações não governamentais e de grupos empenhados na luta contra a pobreza e a exclusão social. Atualmente, a Rede Europeia Anti-Pobreza é constituída por 31 Redes Nacionais e pelas várias Organizações Europeias EAPN Portugal (EAPN Portugal, 2024a).

Ao nível nacional, mediante a decisão dos membros representantes de Portugal na Assembleia Constituinte, procedeu-se à criação da EAPN Portugal, a 17 de dezembro de 1991. Face à necessidade de apresentar estabilidade jurídica, capaz de dotá-la com competências suficientes para intervir, a EAPN Portugal surge, inicialmente, como Associação de Solidariedade Social, designada por Associação REAPN- Rede Europeia Anti- Pobreza/Portugal, que obteve posteriormente, no ano de 1995, o estatuto de Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Em 2010, recebe o Prémio Direitos Humanos, atribuído pela Assembleia da República, por decisão unânime do júri eleito no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. No ano seguinte, 2011, é modificado nome da Associação, passando a denominar-se por EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação (EAPN Portugal, 2024a).

A EAPN Portugal, enquanto ONGD voltada para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e inclusiva, dispõe de Núcleos Distritais, distribuídos por Portugal continental e de um Núcleo Regional na Região Autónoma da Madeira. Esta distribuição promove um apoio mais próximo das pessoas de cada distritos/região (EAPN Portugal, 2024b).

Neste âmbito, a EAPN, enquanto Organização que estabelece redes de informação e apoio, apresenta uma metodologia de funcionamento circular, caracterizada pela troca de informações e diretrizes entre as várias esferas da organização. Deste modo, a EAPN Europa, face às políticas e recomendações europeias, disponibiliza diretrizes para, deste modo, orientar o trabalho e os eixos de intervenção da EAPN Portugal. Por sua vez, face às recomendações recebidas a nível europeu, a Organização procede ao delineamento da sua ação, bem como dos respetivos núcleos para, deste modo, adequar o seu exercício à realidade nacional e europeia. Neste seguimento, e apresentando um contacto

direto com as instituições e conjunto de pessoas das várias regiões do país, os Núcleos Distritais disponibilizam, à sede da organização, as informações recolhidas junto da população que se encontra ou já vivenciou situação de pobreza ou exclusão social, influenciando a trajetória de ação da EAPN Portugal, levando a que, concomitantemente, disponibilize pareceres, ao organismo europeu, relacionados à realidade nacional (EAPN Portugal, 2024d).

1.2. Linhas orientadoras da EAPN Portugal (Missão, Visão e Valores)

A EAPN Portugal, enquanto ONGD que procura mitigar e atenuar as situações de pobreza e de exclusão social, delineou os valores e objetivos que regem a sua atuação. A sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, através de uma cidadania informada, participativa e inclusiva, baseada na promoção dos Direitos Humanos (EAPN Portugal, 2024c).

A atuação da EAPN é regida por um conjunto de objetivos sendo de destacar, o estabelecimento de uma rede entre as instituições, grupos e pessoas que operam no combate à pobreza e à exclusão social; o aumento da eficácia e da eficiência das ações, dando voz aos cidadãos; a promoção da integração/inclusão social, mediante a organização de serviços e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas ou grupos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social; a mobilização de formas de intervenção e de proteção social alternativas e, por último, a intervenção por meio de projetos e ações, nas áreas de promoção da igualdade de oportunidades para todos (EAPN Portugal, 2024c).

A EAPN Portugal visa ser coerente com o princípio fundamental da dignidade humana, de forma a contribuir para a formação de um mundo livre de situações de pobreza e de exclusão social. Nesse sentido importa referir que a sua ação é regida por quatro valores fundamentais, como a dignidade, na salvaguarda das condições de vida adequadas às necessidades e expectativas legítimas da população; a justiça, pela defesa dos direitos e deveres fundamentais de todas as pessoas; a solidariedade, por meio da partilha de fins para uma sociedade mais justa e, por último, a igualdade, considerada como condição comum que, face aos direitos e aos deveres, se fundamenta na ausência de todas as formas de discriminação (EAPN Portugal, 2024c).

1.3. Órgãos Sociais e Equipa Técnica

A EAPN Portugal tem três Órgãos Sociais, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, dispondo de elementos suplentes para a Direção, bem como para o Conselho Fiscal, quando os atuais não reúnam as condições para exercer, de forma correta, as suas funções. O mandato dos honorários dos Órgãos Sociais tem a duração máxima de quatro anos, tendo os atuais membros tomado posse a 13 de janeiro de 2021, podendo apenas ser reeleitos por três mandatos consecutivos. O Estatuto Social da Organização evidencia

que o exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é totalmente gratuito, no entanto, pode justificar o pagamento de despesas derivadas do cargo (EAPN Portugal, 2023).

A Assembleia Geral é o órgão soberano da EAPN, representa a universalidade dos associados, em que na conformidade com a lei, as suas deliberações sejam de cariz obrigatório. É constituída por todos os associados que se encontrem em pleno exercício dos seus direitos associativos. A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, 1.º Secretário e 2.º Secretário. Compete à Assembleia Geral a definição e deliberação dos assuntos que não se encontrem abrangidos pelos restantes órgãos sociais, nomeadamente: definir as linhas de intervenção da EAPN; nomear e destituir os membros do respetivo órgão ou a generalidade dos órgãos executivos ou de fiscalização; apreciar e votar no programa de ação, no orçamento, no relatório e nas contas de gerência da EAPN Portugal; decidir a alteração dos Estatutos Sociais, bem como determinar a extinção e fusão da organização; requerer atos e funções exercidos pelos elementos dos corpos gerentes; aprovar a adesão da EAPN Portugal a outras confederações e organizações; averiguar o cumprimento da lei e dos respetivos estatutos; e definir o montante e as condições de pagamento de quotas (EAPN Portugal, 2023).

A Direção é constituída por cinco membros: Presidente, Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal. Quando se discutem matérias de âmbito europeu marca, também, presença o Delegado da EAPN Portugal do Comité Executivo da EAPN. Contende á Direção gerir a Organização e representá-la, incumbindo-lhe as seguintes funções: gerir da admissão e exclusão dos Associados; elaborar das linhas gerais de orientação estratégicas e dos planos plurianuais; elaborar o relatório de contas, o orçamento e programa de ação referente ao ano seguinte; celebrar acordos de cooperação; organizar, gerir e contratar funcionários; assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos; garantir a efetivação dos livros dos direitos dos beneficiários; zelar pelo cumprimento da Lei dos Estatutos e das deliberações os órgãos; contribuir os Núcleos Regionais e Polos Locais, bem como definir o seu âmbito de competências e regras de funcionamento; designar o representante da EAPN Portugal no Comité Executivo da EAPN em Bruxelas, e por fim, propor à Assembleia Geral o montante e condições do pagamento das quotas (EAPN Portugal, 2023).

O Conselho Fiscal é composto por três membros, um Presidente e dois vogais. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização, nomeadamente, o desempenho das seguintes funções: fiscalizar os atos praticados pela Direção e pela Direção Executiva; dar o parecer sobre o relatório de contas, programa e orçamento; disponibilizar parecer sobre assuntos de caráter económico e financeiro da EAPN Portugal ou de outros assuntos solicitados; averiguar o cumprimento da Lei, dos estatutos e dos regulamentos e convocar reuniões de natureza extraordinária da Assembleia Geral (EAPN Portugal, 2023).

Nos termos do Estatuto Social da Organização, os representantes da EAPN Portugal na Assembleia Geral da EAPN Bruxelas, serão elementos da Direção e o representante no Comité Executivo da EAPN Europa será um associado. Perante o exposto, quer a Direção, quer o Conselho

Fiscal não podem ser compostos, maioritariamente, pela equipa técnica da EAPN Portugal. Ademais, nenhum titular da Direção poderá, concomitantemente, exercer funções no órgão de fiscalização ou Assembleia Geral (EAPN Portugal, 2023).

De acordo com o Relatório Anual de 2023, a EAPN Portugal apresenta uma equipa diversificada, com 53 colaboradores, sendo a idade média destes atuais é 45 anos. No mesmo ano, registaram-se treze admissões e sete saídas, sendo o tempo médio de trabalho na organização de 10 anos. Com o intuito de exercer o seu papel em função dos objetivos a que se propõe, bem como concretizar a missão, visão e valores que lhe dão estrutura, a Organização, aposta na formação e motivação da equipa através de momentos formativos e de coesão, bem como reuniões conjuntas. Assim, no que concerne à sede da EAPN Portugal, a mesma é composta pela Direção Executiva, Gestão de Património e Pessoas, Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento de Comunicação, Informação e Documentação, Departamento de Desenvolvimento e Formação, Departamento de Investigação e Projetos, Observatório da Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, bem como, por Outros Serviços de Apoio (EAPN Portugal, 2024c).

1.4. Base associativa e voluntariado

A base associativa da EAPN Portugal é composta por pessoas singulares ou coletivas, que se proponham a participar para os fins institucionais, mediante o pagamento de quotas, realização de donativos e/ou a prestação de serviços. A qualidade de associado é intransmissível e patenteia-se pela inscrição na plataforma oficial, que a organização possui. A organização, categoriza os associados, tendo em conta as características dos mesmos, podendo designar-se, respetivamente: associados individuais, ou seja, pessoas individuais, com 18 ou mais anos de idade, que têm intenções de contribuir, de um modo voluntário, com as condições anteriormente descritas, para a concretização dos objetivos da instituição; associados coletivos, ou seja, Organizações Não-governamentais que contribuam voluntariamente com o pagamento das suas quotas e prestações de serviços indo ao encontro dos objetivos da EAPN; associados honorários, pessoas singulares ou coletivas eleitas pelas assembleia geral, através da proposta da Direção e que contribuam através de donativos, patrocínios, subsídios ou serviços gratuitos para a concretização, gestão, divulgação e/ou sustentabilidade do projeto e, por ultimo, associados por inerência, ou seja, pessoas individuais, na ausência de pagamentos, adiram aos Conselhos Locais de Cidadãos no âmbito dos Núcleos Distritais. Segundo o Relatório de Atividades de 2023, a Organização, em 2023, apresentou, 860 associados, destes, 501 coletivos, 255 individuais, 103 inerência, 1 honorário (EAPN Portugal, 2024d).

Os associados devem exercer com dedicação e eficiência as funções pelo qual forem eleitos e nomeados, de forma cooperativa para o desenvolvimento da ação social promovida pela EAPN Portugal, efetivando, ainda, o pagamento de quotas e comparecendo ativamente nas reuniões de Assembleia Geral. Assim, devem desenvolver a sua ação tendo por base os princípios orientadores, através do cumprimento das disposições legais, estatutárias, regulamentares, bem como das deliberações exercidas pelos corpos gerentes,

contribuindo para o prestígio da EAPN Portugal. Quando o mesmo não se averiguar, os associados ficam sujeitos a sanções, tais como, repreensão escrita, suspensão de direitos até seis meses ou demissão. Ademais, para além dos deveres elencados anteriormente, os associados têm como direitos; a possibilidade de participar nas reuniões de Assembleia Geral; eleger ou ser eleito para desempenhar cargos sociais; solicitar reuniões extraordinárias da Assembleia Geral, de acordo com o descrito nos Estatutos Sociais; bem como, consultar documentos da organização, como relatórios, contas ou livros, desde que o solicitem com a devida antecedência e que demonstrem interesse pessoal, direto e legítimo (EAPN Portugal, 2024d).

A base associativa da EAPN Portugal detém um alargado conjunto de vantagens, sendo de destacar, o desconto nas ações de formação desenvolvidas no decorrer do período anual, o desconto na aquisição de publicações, o acesso a informações especializadas e consultadoria, a assinatura gratuita da revista Focus-social, bem como a participação em grupos de trabalho e em inúmeras atividades da organização (EAPN Portugal, 2024e).

A EAPN Portugal acredita que os objetivos da organização são concretizados, com maior sucesso, mediante o envolvimento ativo dos cidadãos da comunidade em todos os níveis, bem como em qualquer programa e/ou atividades institucionais. De acordo com o Programa de Gestão de Voluntários (EAPN Portugal, 2022), é crucial que cada voluntário deva receber a orientação de um supervisor, responsável pela gestão e orientação diária do trabalho de voluntariado, pela consulta e assistência à pessoa voluntária, pelo envolvimento da mesma no fluxo de comunicação da organização e pelo fornecimento de feedback relativo à prática desenvolvida. Dessa forma, os voluntários são autorizados a envolverem-se em qualquer programa e/ou atividade da organização, possuindo, como direitos, o de receber missões significativas e tratamento sem discriminação, o de receberem uma supervisão eficaz, o de envolvimento e participação total e, por fim, o de reconhecimento pelo trabalho efetuado. Assim, devem aceitar realizar, ativamente, os seus deveres e permanecerem leais aos valores, objetivos e procedimentos da organização. Neste quadro, é exigida a confidencialidade de toda a informação sigilosa exposta durante o serviço, sendo que, a incapacidade de manter sigilo pode resultar na cessação da sua qualidade de voluntário (EAPN Portugal, 2022).

1.5. Áreas de intervenção

A ação da EAPN Portugal sustenta-se através de três diferentes áreas, nomeadamente, Formação, Informação e Investigação e Projetos.

Com a evolução dos fenómenos de pobreza e exclusão social, dado o tipo de intervenção nestes domínios torna-se fulcral a constante atualização formativa. Assim, a formação é um dos grandes objetivos estratégicos da intervenção da EAPN Portugal, de forma a construir uma sociedade mais participada e democrática, investindo na capacitação dos agentes e atores que intervêm. Neste âmbito, a EAPN Portugal é reconhecida, pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), como entidade formadora certificada nas áreas de Desenvolvimento Pessoal, Gestão e Administração, Enquadramento na Organização/Empresa e Trabalho Social e Orientação (EAPN Portugal, 2024f). Segundo o Relatório

de Atividades, em 2023, a EAPN desenvolveu 27 Seminários, 1007 horas formativas, 85 ações de formação, tendo em conta 1430 formandos (EAPN Portugal, 2024d).

No que concerne à Informação, esta tem como principais objetivos, divulgar informação e conhecimento que possibilite a intervenção mais eficaz ; simplificar o acesso à informação e sensibilização sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social; dar a conhecer projetos, ações, boas práticas desenvolvidas; promover um circuito de informação através da edição de publicações, que permitam atualizar os associados a face às grandes questões de política e ação social (nacional e europeia; Organização de espaços de partilha de opiniões e informação, afim de encontrar soluções inovadoras para os problemas sociais, que podem tomar vários formatos, como sejam seminários, workshops, congressos (EAPN Portugal, 2024f). No âmbito do trabalho de acompanhamento das políticas sociais nacionais e europeias, a EAPN Portugal concebe de documentos relevantes de reflexão e de posicionamento estratégico que são difundidos junto de órgãos de decisão (nacionais e europeus), atores e organizações chave ao nível nacional e cidadãos em geral.

A EAPN Portugal considera que pela investigação se atinge uma melhor intervenção, assim, privilegia o estudo dos fenómenos de pobreza e exclusão social, como forma de mapear e resolver os problemas. Na área de Investigação e Projetos, considera-se, então, que dedica a sua atividade à análise aprofundada de temáticas relacionadas com a missão da organização, que se concretiza na elaboração de pareceres e tomadas de posição pública, na dinamização de grupos de trabalho temáticos e transdisciplinares e no desenho e implementação de projetos de investigação-ação. Os projetos têm como função aprofundar conhecimentos sobre os fenómenos e delinear a intervenção social (EAPN Portugal, 2024d).

Em 2023, no âmbito da área de Investigação e Projetos a EAPN Portugal, produziu e difundiu periodicamente documentos-síntese sobre os principais acontecimentos diretamente relacionados com as Políticas Nacionais e Europeias; elaborou de Pareceres sobre a pobreza energética, a habitação, a alimentação/desperdício alimentar e imigração; integrou a iniciativa Living Lab promovida pela Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) afim de promover a construção colaborativa do roadmap que assegure a participação cidadã na monitorização e avaliação da ENCP; realizou a People's Summit - Cimeira das Pessoas em parceria com a EAPN Europa; dinamizou o Grupo Trabalho Temático sobre Pobreza Infantil; realizou um estudo dirigido às entidades do Terceiro Setor: Combate à Pobreza e exclusão social no contexto de múltiplas crises; elaborou um conjunto de Relatórios Sombra sobre a Habitação: Portugal em Telhados de Vidro; realizou entrevistas sobre o urbanismo e mobilidade e a sua relação com a pobreza (levantamento de boas práticas); elaborou e implementou do Plano Estratégico 2023-2025; realizou dois webinars dedicados à proposta de recomendação sobre o acesso a cuidados de longa duração acessíveis e de elevada qualidade que integra Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados; elaborou candidaturas. Todos os trabalhos referidos resultaram em 4 projetos nacionais, 5 projetos europeus, 7 estudos, 5 pareceres e 2 observatórios (EAPN Portugal, 2024d).

2. O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

2.1. Contextualização geográfica

A cidade concelhia de Viseu, capital de distrito, localiza-se na Região Centro (NUT II) e pertence a sub-região de Dão Lafões (NUT III). O concelho de Viseu encontra-se limitado a norte pelo concelho de Castro Daire, a nordeste por Vila Nova de Paiva, a leste pelos concelhos de Sátão e Penalva do Castelo, a sudeste por Mangualde e Nelas, a sul por Carregal do Sal, a sudoeste por Tondela, a oeste por Vouzela e a Noroeste pelo concelho de São Pedro do Sul. O seu território ocupa uma vasta área com 507,10km² e 99 561 habitantes (Censos 2021), abrangendo 25 freguesias, fruto da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, implementada nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 janeiro (Município de Viseu, 2022).

O distrito de Viseu subdivide-se em 24 concelhos, nomeadamente, Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e, por fim, Vouzela (Município de Viseu, 2022).

O aumento da proporção das gerações mais velhas sobre as gerações mais jovens é uma realidade atual do país e da grande maioria dos municípios. No concelho de Viseu verifica-se que o índice de envelhecimento tem registado uma tendência de crescimento desde 2011, fixando-se em 2020 nos 163,8 (para cada 100 jovens existem 163 pessoas idosas). De acordo com as projeções da população efetuadas pelo Instituto Nacional de Estatística, o concelho presenciará um agravamento do seu índice de envelhecimento com um aumento considerável na próxima década, podendo chegar às 220 pessoas idosas por cada 100 jovens em 2031 (Município de Viseu, 2022).

2.2. Atividade institucional

O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal iniciou a sua atividade em junho de 2005, com o objetivo de envolver as várias instituições de solidariedade social e definir, concomitantemente, estratégias e mecanismos de intervenção para o combate da pobreza e da exclusão social (EAPN Portugal, 2024g).

A atividade do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal é orientada mediante três eixos reconhecidos a nível nacional e já elencados anteriormente, o da Investigação e Projetos, o da Informação e o da Formação. Neste sentido, o Núcleo de Viseu dá continuidade ao desenvolvimento de iniciativas, ações e projetos locais nos eixos supramencionados, procurando uma melhoria contínua da ação, privilegiando o trabalho colaborativo, as redes sociais concelhias e supraconcelhias e a (re)integração social de pessoas em situação de maior vulnerabilidade (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, 2025).

Segundo o Relatório de Atividade 2023 (EAPN Portugal, 2024d), a intervenção realizada em 2023 foi globalmente positiva, sendo de destacar as ações de formação e várias temáticas, entre elas, prevenção de comportamentos aditivos e dependências; ferramentas de intervenção na demência; contratação pública nas IPSS; liderança por parte das direções técnicas e, por último, o coaching na intervenção social.

Em 2023, foram realizadas ações informativas de relevância para quadros técnicos de entidades públicas e da economia social, sobre o Regime Jurídico do Maior Acompanhado e o Estatuto do Cuidador Informal. As oficinas de Prática e Conhecimento foram realizadas a fim de promover a autonomização das crianças e jovens institucionalizados após o acolhimento (EAPN Portugal, 2024d).

O Núcleo Distrital de Viseu, desenvolveu uma colaboração estreita com as equipas da Igualdade na Vida Local de Nelas, Oliveira de Frades e Viseu, na realização, em parceria, de quatro ações relacionadas com o tema da igualdade (EAPN Portugal, 2024d).

A iniciativa “Escolas contra a pobreza” assume-se como um pilar relevante da atividade do núcleo, através da realização de sessões de educação não formal, em que se utilizam ferramentas de participação que envolvem os próprios alunos, promovendo a compreensão do fenómeno da pobreza e exclusão social, o contacto e a aceitação da diferença (EAPN Portugal, 2024d). Foram realizados vários recursos didáticos sobre a igualdade de género, diversidade cultural, desconstrução de preconceitos, idadismo e literacia financeira, em dois agrupamentos de escolas, de dois concelhos do distrito, num total de 30 ações desenvolvidas em 13 escolas (EAPN Portugal, 2024d).

III. PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO

O presente capítulo, Prática do Estágio no Contexto, pretende descrever as metodologias utilizadas para identificar e atender às necessidades do contexto de estágio, incluindo as ações executadas e os respetivos resultados da avaliação da intervenção.

O Estágio realizado no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, iniciou-se a 12 de novembro de 2024 e terminou a 29 de maio de 2025, perfazendo as 600 horas previstas (Anexo A) no artigo 8.º do Regulamento do 2.º Ciclo de Estudos Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu.

Neste âmbito, o trabalho desenvolvido no decorrer do Estágio Curricular teve por base as linhas orientadoras de elaboração de projetos proposta por Serrano (2010), concretizando-se através das seguintes fases: Diagnóstico; Planificação; Aplicação Execução; e, por fim Avaliação. O seu objetivo geral foi a capacitação infantojuvenil para os ODS.

1. Fases da Prática do Estágio

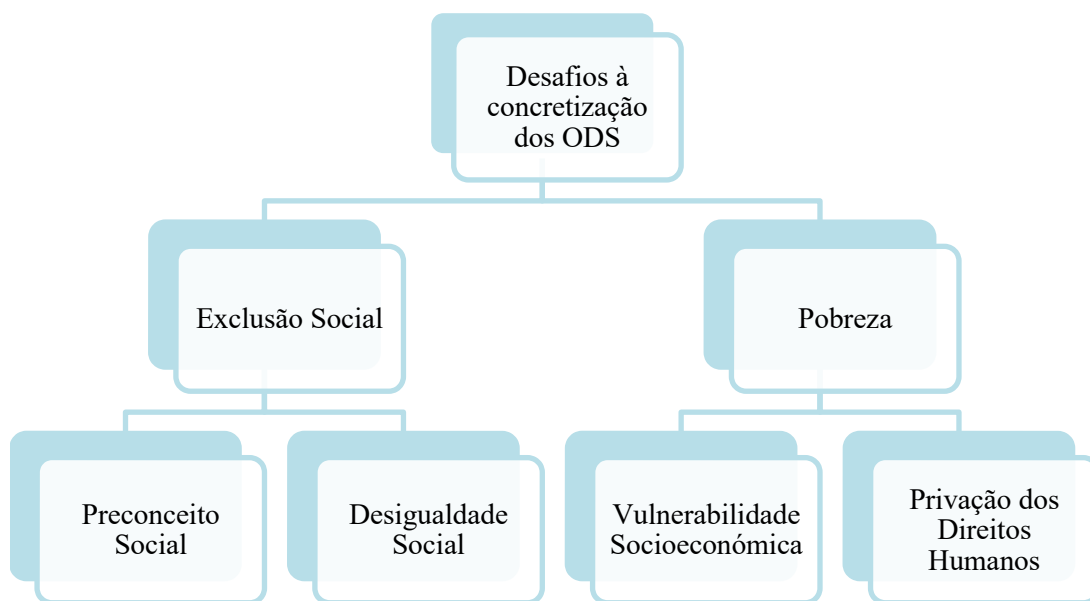
1.1. Diagnóstico

O diagnóstico, corresponde à etapa de conhecimento da realidade e do respetivo levantamento das necessidades, constituindo uma das ações teórico-metodológicas mais significativas, pela viabilidade da aproximação ao terreno e ao conhecimento da realidade (Serrano, 2010). Desta forma, a realização do diagnóstico prevê as seguintes fases: detetar necessidades, estabelecer prioridades, fundamentar o projeto de intervenção, delimitar o problema, localizar, rever a bibliografia e, por último, prever a população e os recursos que se encontram disponíveis para a concretização do projeto (Serrano, 2010).

Para a materialização desta etapa, procedeu-se ao levantamento das necessidades, através da análise de indicadores estatísticos do contexto e por meio de reuniões e conversas informais com o técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN, a fim de se ter um conhecimento mais alargado das principais dificuldades da organização e das respetivas instituições que trabalham de forma colaborativa com a mesma, bem como, dos projetos previstos/em desenvolvimento, com vista a dar respostas a essas mesmas necessidades.

Desta forma, através da recolha e análise dessas informações, foi possível definir a Árvore dos Problemas (Figura 2), representação gráfica de uma situação-problema, as suas principais causas e os seus efeitos negativos (Pena, 2005). Esta descreve como problema central os desafios inerentes à concretização dos ODS, o qual resulta dos dois problemas de primeiro nível, nomeadamente, a exclusão social e a pobreza. Da exclusão social advém o preconceito social, desigualdade social e da pobreza a vulnerabilidade Socioeconómico e a privação dos Direitos Humanos.

Figura 2
Árvore dos problemas



Recorreu-se à análise SWOT (Tabela 1), um método que traduz a observação de dois fatores de natureza interna, as forças e fraquezas, e dois fatores externos, as oportunidades e ameaças (Núcleo da Rede Social, 2002). Ou seja, permite uma leitura integrada dos recursos disponibilizados pela organização, bem como das características do meio que a envolve, a fim de sistematizar ideias e selecionar uma estratégia adequada para a efetiva concretização dos objetivos propostos. Relativamente às características do ambiente interno da EAPN constata-se, enquanto forças, a intervenção com um público-alvo diversificado, abrangendo crianças e jovens, pessoas idosas, população adulta com deficiência e incapacidade, bem como famílias e comunidade no geral; a forte divulgação de informações e ações; a capacidade de sensibilização e capacitação do 3ºsetor e a capacidade de investigação; parcerias e trabalho em rede. Todavia, como fraquezas, destaca-se, a falta de recursos, nomeadamente humanos; o desconhecimento do meio envolvente sobre a atividade institucional; a falta de um público-alvo direto, e a falta de autonomia financeira, a sustentabilidade depende do protocolo com o Instituto da Segurança Social; abrangência distrital, dificultando o trabalho noutros concelhos do distrito. Perentoriamente, são destacar as características do ambiente externo, como oportunidades, a credibilidade da EAPN a nível nacional e europeu; a dimensão europeia, nacional, local; boa localização geográfica, e constituição de uma base associativa e voluntariado, dispondo, como primado, o trabalho em rede. Em contrapartida, como ameaças destaca-se, o desconhecimento da população sobre as causas estruturais da pobreza e exclusão social; escassa participação cívica de pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social; inversão da pirâmide demográfica; instabilidade política e económica.

Tabela 1*Análise SWOT do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal*

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Ambiente Interno	Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção com um público-alvo diversificado; • Divulgação de informação e ações; • Capacidade de sensibilização e capacitação do 3º setor; • Capacidade de investigação; • Parcerias; Trabalho em rede; 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação de recursos, nomeadamente humanos; • Desconhecimento do meio envolvente sobre a atividade institucional; • Ausência de um público-alvo direto; • Dependência financeira do protocolo com o Instituto da Segurança Social; • Abrangência distrital, dificultando o trabalho noutros concelhos do distrito;
Ambiente Externo	Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
	<ul style="list-style-type: none"> • Credibilidade da EAPN a nível nacional e europeu; • Dimensão europeia, nacional e local; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da população sobre as causas estruturais da pobreza e exclusão social; • Escassa participação cívica de pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social; • Inversão da pirâmide demográfica; • Instabilidade política e económica.

1.2. Planeamento

Toda a intervenção necessita de ser planificada. A segunda fase de um projeto implica conhecer o seu ponto de partida, os recursos que se revelam essenciais, bem como os procedimentos que devem ser utilizados para concretizar as respetivas metas, através da definição de atividades que desenvolvam os objetivos programados (Serrano, 2010). Desta forma, é fulcral definir os objetivos que se pretendem alcançar, bem como, a metodologia a implementar.

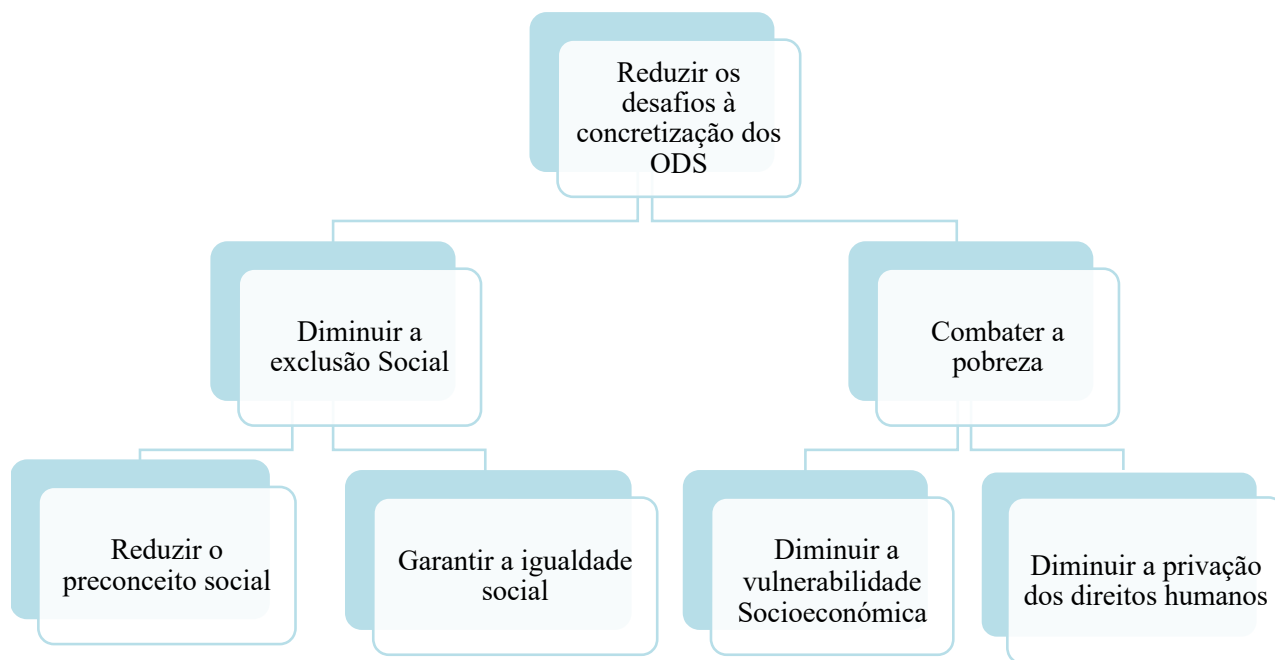
Esta pretende definir os resultados previstos, elaborar as orientações e as normas de atuação, prever as situações possíveis e preparar estratégias corretivas e, por fim, estabelecer um sistema de controlo que informe, de um modo contínuo, o desenvolvimento do processo e a obtenção de resultados.

Neste âmbito, e paralelamente à Árvore dos Problemas (Figura 2), procedeu-se ao

desenvolvimento da *Árvore do Objetivos* (Figura 3) com o intuito de representar a sequência de resolução/combate dos problemas previamente identificados (Pena, 2005).

Figura 3

Árvore dos Objetivos



Com o intuito de combater os problemas identificados e atingir os objetivos delineados, a prática de estágio teve por base 4 eixos de intervenção. O quadro de atividades por medida é uma matriz de duas entradas, em que na linha superior estão os problemas terminais e a coluna da esquerda corresponde às medidas propostas para a resolução dos problemas verificados (Pena, 2005).

Tabela 2

Quadro de medidas

Medidas	Problemas	Preconceito Social	Desigualdade Social	Vulnerabilidade e Socioeconómica	Privação dos Direitos Humanos
1. Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar		**	***	**	***

2. Participação em projetos/iniciativas promovidas por outras entidades	*	*	***	*
3. Participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal	***	***	***	**
<p>Legenda:</p> <p>*** Muito importante para a resolução do problema;</p> <p>** Importante para a resolução do problema;</p> <p>* Contribuição para a resolução do problema;</p> <p>- Não aplicável.</p>				

1.3. Implementação

Após definidos os objetivos e eixos de intervenção/medidas do projeto de estágio, mediante as necessidades identificadas nas fases antecedentes, elaborou-se o diagrama de Gantt. Este tem o intuito de prever o tempo necessário para cada ação (Tabela 3) (Pena, 2005).

De acordo com o Diagrama de Gantt definidos inicialmente (Anexo AB), os meses compreendidos entre novembro de 2024 e maio de 2025, tinham como principal enfoque: a implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar; a participação em projetos /iniciativas promovidas com outras entidades; e a participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal. Mediante a análise do Diagrama de Gantt, constata-se que a participação em projetos /iniciativas promovidas com outras entidades e a participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal se estendem ao longo dos meses entre novembro de 2024 e maio de 2025. No que concerne à primeira medida, Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar, está ocorrendo de março a maio.

Tendo como orientação a linha de pensamento de Serrano (2010), os planos devem apresentar, como principal característica, o equilíbrio em função do meio, bem como, a flexibilidade e a adaptação às necessidades sentidas, sem comprometer a operacionalização e o desenvolvimento do mesmo. Assim, sendo devido a dificuldades de agendamento e imprevistos, procedeu-se, ao reajustamento da calendarização (Tabela 3) anteriormente delineada.

Tabela 3*Diagrama de Gantt adaptado*

Medidas	2024		2025				
	novembro	dezembr o	janeiro	fevereiro	março	abril	maio
1. Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar			[Barra azul cobrindo janeiro a maio de 2025]				
1.1. Atividade “O valor de cada pessoa”					[Barra azul cobrindo março]		
1.2. Atividade “Pelo Mundo”					[Barra azul cobrindo março]		
1.2. Atividade “Quem pode ser?”							[Barra azul cobrindo maio]
1.3. Atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais!”						[Barra azul cobrindo abril e maio]	
1.4. Atividade “A idade não nos define”				[Barra azul cobrindo fevereiro e março]			
1.5. Atividade “Interculturalidade e Diversidade Cultural”			[Barra azul cobrindo janeiro]				
1.5. Atividade “Inclusão e Diversidade”							[Barra azul cobrindo maio]
1.6. Desenvolvimento do eBook “Educar para o Desenvolvimento Sustentável”			[Barra azul cobrindo janeiro a maio de 2025]				
2. Participação em projetos / iniciativas promovidas com outras entidades	[Barra azul cobrindo novembro]						
3. Participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal		[Barra azul cobrindo dezembro de 2024 e janeiro a maio de 2025]					

Mediante a análise do Diagrama de Gantt com as alterações efetuadas (Tabela 3), procede-se à apresentação e descrição, de um modo sucinto, das atividades efetuadas em cada uma das medidas da intervenção.

A primeira medida, denominada “Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar”, decorreu entre os meses de janeiro e maio de 2025. Neste sentido a operacionalização da medida, ocorreu através de ações/atividades realizadas nas seguintes escolas do distrito de Viseu: Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa; Escola Básica D. Luís

Loureiro; Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul; Centro Escolar de Oliveira de Frades; Escola Básica Aquilino Ribeiro; Escola Básica Gomes Eanes de Azurara.

A atividade “O valor de cada pessoa” (Anexos B, C e D), foi dinamizada na Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa, no dia 12 de março de 2025 e no Centro Escolar de Oliveira de Frades, no dia 7 de abril de 2025. Esta atividade dirigida ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, teve como objetivo geral promover a inclusão social, representada no ODS 10 possibilitando a compreensão do conceito de exclusão social e das suas consequências; a promoção da empatia, o respeito pelas diferenças e a valorização de cada pessoa; a promoção do respeito e a valorização da diversidade cultural e a estimulação a curiosidade e o interesse por outras culturas.

A atividade “Pelo Mundo” (Anexos E, F e G), destinada a crianças do 2.º Ciclo do Ensino Básico, foi dinamizada na Escola Básica D. Luís Loureiro em Silgueiros, no dia 18 de março de 2025 e na Escola Básica e Secundária de São Pedro do Sul, no dia 3 de abril de 2025. Esta atividade teve como objetivo geral promover a inclusão social, representada no ODS 10 e como objetivos específicos, contribuir para a compreensão da interculturalidade; promover o respeito em relação a outras culturas; sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade; reconhecer influências de outros países e culturas em diversos aspetos do seu dia a dia.

A atividade “Quem pode ser?” (Anexos H, I e J), teve como público-alvo as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Esta foi dinamizada a 14 de maio de 2025, na Escola Básica Aquilino Ribeiro em Viseu, tendo como objetivo geral contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Género dos participantes. Deste modo, através dos seguintes objetivos específicos, abordou-se o ODS 5: desmistificar estereótipos/preconceitos associados ao género; consciencializar para a importância da garantia da igualdade de oportunidades; clarificar o conceito de "Igualdade de Género".

A atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais!” (Anexo K, L e M), foi dinamizada na Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa, no dia 2 de abril de 2025, na Escola Gomes Eanes de Azurara em Mangualde, no dia 19 de maio de 2025 e na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo, no dia 23 de maio de 2025. Esta atividade dirigida ao 3.º Ciclo do Ensino Básico tinha como objetivo geral promover a inclusão social (ODS 10) e como objetivos específicos: contribuir para a compreensão da interculturalidade; promover o respeito em relação a outras culturas; sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade.

A atividade “A idade não nos define” (Anexos N, O e P), foi dinamizada na Escola Secundária Emidio Navarro no dia 24 de fevereiro de 2025 e na Escola Profissional Mariana Seixas no dia 7 de março de 2025. Esta atividade dirigida ao alunos/as do Ensino Secundário e objetivo geral, promover a inclusão social, ODS 10. Por último importa referir que as atividades suprarreferidas contribuíram para a elaboração do e-book, tendo subjacentes nos seus objetivos os ODS.

Ainda para a operacionalização desta medida, foi elaborado o ebook intitulado “Educar para o Desenvolvimento Sustentável” (Anexo AC), com o intuito de apoiar educadores/as, técnicos/as,

professores/as, animadores/as e outros/as profissionais na dinamização de atividades que estimulem a reflexão, a criatividade e o compromisso das crianças e adolescentes com os valores e princípios subjacentes aos ODS. O ebook tem como principal finalidade promover a educação para o desenvolvimento sustentável, através de atividades socioeducativas que estimulem a compreensão e o envolvimento com os ODS. De forma mais específica, pretende-se: Sensibilizar para os desafios globais que afetam o planeta e as sociedades contemporâneas, promovendo uma consciência crítica e solidária; fomentar o conhecimento dos 17 ODS, de forma adaptada às diferentes faixas etárias. Estimular competências pessoais e sociais como a empatia, a cooperação, o pensamento crítico, a criatividade e o sentido de responsabilidade; Promover a participação ativa na construção de soluções locais para problemas globais, incentivando o espírito de cidadania e compromisso com a transformação social. Este recurso conta com 12 atividades, sendo que, para além das atividades anteriormente mencionadas, estão presentes outras atividades, intituladas: “Dominó da Igualdade de Género”, “ Era uma vez”, “Aventura Sustentável”, “Memory ODS”, “Género define capacidade?”, “Trabalho Igual, Salário Igual?” e “Verdade ou Consequência Sustentável”. As atividades encontram-se divididas por nível de escolaridade. Cada ciclo de ensino é representado por uma cor distinta e no canto superior direito de cada atividade estão representados por símbolos os ODS relacionados à mesma. O ebook “Educar para o Desenvolvimento Sustentável”, foi divulgado nos meios de comunicação da EAPN Portugal, nomeada redes sociais, incluindo por email aos associados Encontra-se disponível, também para *download* no site institucional.

A atividade intitulada “Interculturalidade e Diversidade Cultural” (Anexo Z), foi dinamizada no dia 4 de janeiro de 2025, com alunos do Ensino Secundário da Escola Secundária Alves Martins em Viseu. Como o nome da atividade remete, o tema era a interculturalidade e diversidade cultural, através da visualização de um documentário. Dessa forma, o objetivo geral era contribuir para a compreensão e desconstrução de preconceitos associados à diversidade cultural e promover o diálogo intercultural através da sensibilização.

A atividade que ultimou a operacionalização da medida, foi dinamizada no dia 23 de maio de 2025 na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo, com alunos do Ensino Secundário. A atividade intitulada “Inclusão e Diversidade” (Anexo AA), tinha como objetivo geral, contribuir para uma melhor compreensão da relação entre a inclusão e a diversidade e como objetivos específicos: Clarificar os conceitos de inclusão e diversidade; desconstruir ideias pré-concebidas associadas à diferença; consciencializar para a importância do respeito entre as pessoas, de forma a contribuir para uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

A segunda medida, designada por “Participação em projetos/iniciativas promovidas por outras entidades”. A II Conferência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viseu (CPCJ), realizou-se no dia 20 de novembro de 2025, no auditório da Escola Superior de Saúde de Viseu (ESSV) que teve como tema “Dizer não ao abuso – um compromisso com a criança (Anexo V). O Seminário

“Comunidade de cuidados: Boas práticas ao serviço”, realizou-se no dia 21 de novembro, no auditório do IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude). Esta foi uma iniciativa das Obras Sociais de Viseu e do IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas) como forma de promover a reflexão sobre o papel das organizações e de cada indivíduo na criação e promoção de uma efetiva comunidade de cuidados (Anexo W).

A medida 3, Participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal”, encontra-se direcionada para o aumento do conhecimento orientado para a melhoria da intervenção social. Perante o exposto, o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal dispõe de um leque alargado de oferta formativa dirigida às instituições associadas e não associadas, bem como, à sociedade em geral. Neste sentido, entre os meses de dezembro de 2024 e março de 2025, a estagiária teve a oportunidade de participar nas seguintes Ações de Formação:

- Respostas Sociais do Futuro - O Primado do Serviço de Apoio Domiciliário, esta formação decorreu nos dias 4 e 5 de dezembro de 2024, em formato presencial, no auditório dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viseu e com a duração total de 12h. A ação teve como objetivo geral conhecer e desenvolver competências no âmbito da gestão de respostas sociais no domínio do envelhecimento e como público alvo coordenadores/as de equipas, diretores/as técnicos/as, técnicos/as e dirigentes de organizações sociais e/ou entidades públicas. A formação ministrada por Paula Guimarães, teve como conteúdos programáticos: O futuro das respostas sociais na Europa e em Portugal; Potencialidades de financiamento; Planear a longevidade e prevenir a dependência; Discussão de casos práticos; O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – Potencialidades e constrangimentos; Como organizar o SAD do futuro – gestão de equipas, código de conduta, sigilo profissional, gestão da chave; O apoio aos cuidadores informais (Anexo Q).

- Liderar com Impacto e com Inteligência Emocional, decorreu nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2025, em formato presencial, no auditório dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viseu e com a duração total de 12 horas. O objetivo geral da ação era desenvolver novas competências de Liderança para fazer face aos desafios atuais. Esta formação ministrada por Núria Mendonça, deteve como conteúdos programáticos: O Eu Líder e o Nós Equipa – conceitos e enquadramento; As Power Skills do Líder atual; A Liderança Situacional, diferentes estilos de liderança e níveis de maturidade das equipas; Autoanálise dos principais skills de liderança promotores de impacto positivo na gestão da mudança e resultados; O líder coach- metodologias de coaching para a eficácia da liderança; motivação de equipas e gestão de conflitos; O líder emocionalmente inteligente: competências de gestão emocional e relacional em contexto de trabalho; A prática da Liderança e a Liderança na prática no contexto atual (Anexo R).

- Academias da Mente: Estratégias para Replicação e Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável, que decorreu nos dias 20 e 21 de março de 2025, em formato presencial, na Fundação Mariana Seixas, com a duração total de 12h. Esta ação tinha como objetivo geral capacitar as pessoas participantes para a replicação e implementação do programa "Academia da Mente", dotando-as de

conhecimentos teóricos e práticos sobre o envelhecimento ativo e saudável, a estimulação cognitiva, a Dança Sénior® e outras estratégias que promovam o bem-estar físico, mental e social da população idosa. É destinada a profissionais de áreas da saúde e intervenção social, tais como: psicólogos/as, técnicos/as de serviço social, psicopedagogos/as, psicomotricistas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, técnicos de atividade física, animadores/as socioculturais, educadores/as sociais, entre outros/as interessados no tema. A ação foi ministrada, pelas formadoras, Vanda Serra e Ana Santos e teve como conteúdos programáticos: Fundamentos neuropsicológicos e determinantes do envelhecimento ativo e saudável; Programa da Academia da Mente; Componentes práticas do Programa Academia da Mente: Dança Sénior®, Estimulação Cognitiva e Atividades Criativas; Estratégias para Replicação e Implementação (Anexo S).

No que concerne às Oficinas de Prática e Conhecimento a estagiária teve a oportunidade de participar nas seguintes:

-“Práticas de Intervenção Direta no RSI”, no dia 25 e 27 de novembro, dinamizada pelo Dr. Hélder Nogueira, Sociólogo. Esta tinha como objetivos: compreender as funções do/a ajudante de ação direta no âmbito do protocolo do RSI; promover competências para a comunicação empática, ética e capacitadora entre famílias e equipa e promover práticas de intervenção direta associadas às atividades da vida diária e gestão doméstica (Anexo T).

- “Parentalidade: Protetora ou de Risco?”, que decorreu a 10 e 11 de fevereiro de 2025, entre através da plataforma Zoom (duração total de 4 horas). Esta oficina era dirigida a profissionais sociais da área da infância e juventude. Esta oficina foi dinamizada por Melanie Tavares (Psicóloga, Coordenadora dos Setores da Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança e Atividade Lúdica do Instituto de Apoio à Criança) e por Ana Perdigão (Jurista, Coordenadora do Serviço Jurídico do Instituto de Apoio à Criança) e tinha como objetivo principal proporcionar ferramentas e estratégias que promovam uma parentalidade positiva, empática e eficaz, favorecendo o bem-estar e o crescimento saudável das crianças (Anexo U).

Além da oferta formativa suprarreferida, o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN desenvolveu alguns *webinars* e sessões online, sobre os desafios da atualidade. Destaca-se a sessão online realizada no dia 12 de novembro de 2024, intitulada “Inteligência Artificial e Direitos Humanos – onde estamos e para onde queremos ir”. Esta sessão foi organizada pelos Núcleos Distritais de Aveiro e de Viseu da EAPN Portugal, com o objetivo de contribuir para a informação, sensibilização e debate sobre os desafios decorrentes da Inteligência Artificial (IA), num contexto de inevitabilidade da sua presença na nossa vida individual e coletiva e, sobretudo, no contexto do trabalho e da intervenção social (Anexo X).

Durante a Semana da Interculturalidade que decorreu entre 1 e 13 de abril, ocorreram várias atividades, nomeadamente atividades em escolas e o *webinar* “Entre a Imigração e o Tráfico de Seres Humanos – Como distinguir e como intervir?”. Esta iniciativa, tinha como objetivo promover uma reflexão aprofundada sobre a problemática, esclarecer mitos e perceções associadas a fluxos migratórios

e debater estratégias eficazes de prevenção, deteção e combate. O evento decorreu no dia 9 de abril de 2025, em formato online e teve como oradores, João Miguel Carvalho (CIES-ISCTE - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia), Carlos Graça (Autoridade para as Condições de Trabalho de Beja), Beatriz Tomé (Associação para o Planeamento da Família) e Ana Figueiredo (Saúde em Português) (Anexo Y).

Destaca-se por último a participação no encontro “Retratos da Vida Familiar: Da Participação à Intervenção com Famílias”, no 15 de maio de 2025. Este evento decorreu no Dia Internacional da Família com o objetivo de apresentar o Projeto Photovoice: “Retratos da Vida Familiar: Desafios, Conquistas e Recomendações”.

1.4. Avaliação

A última fase do ciclo de projetos, proposta por Serrano (2010), corresponde à fase de Avaliação. De acordo com Espinoza (1986, citado por Serrano, 2010, p. 83), “avaliar é comparar num determinado instante o que foi alcançado mediante uma ação e o que se deveria ter alcançado de acordo com uma prévia programação”. Com o intuito de realizar uma análise de todo o processo realizado, desde a primeira etapa do ciclo, até à etapa presente, recorreu-se a momentos de reflexão e de partilha de informação sistematizada.

Tendo por base os pressupostos de Pena (2005), a avaliação de um projeto realiza-se mediante a disponibilização de dados que comprovem a sua eficiência e eficácia. No que concerne à avaliação da eficiência da intervenção, recorrer-se-á à construção de uma tabela relativa ao grau de execução das atividades (Tabela 4), de forma a comparar as atividades inicialmente previstas face às atividades realizadas no contexto. Ainda, de forma a avaliar o presente indicador, o referido autor sugere, de igual forma, a avaliação do desvio financeiro face às atividades implementadas, tendo por base o orçamento previamente definido e o orçamento realizado (Tabela 5).

Tabela 4

Grau de execução das atividades

Medidas	Atividades Previstas	Atividades Realizadas
1. Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e implementação de nove atividades, em contexto escolar; • Construção de um recurso lúdico-pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e implementação de sete atividades, em contexto escolar; • Construção de um recurso lúdico-pedagógico (ebook – “Educar para o Desenvolvimento

		Sustentável”).
2. Participação em projetos / iniciativas promovidas com outras entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em quatro iniciativas promovidas por outras entidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em duas iniciativas promovidas por outras entidades;
3. Participação nas atividades desenvolvidas pela EAPN Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em quatro Ações de Formação; • Participação em duas Oficinas de Prática e Conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em três Ações de Formação; • Participação em duas Oficinas de Prática e Conhecimento.

No que respeita ao desvio financeiro (Tabela 5), o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal perspetivou a utilização de 84,00€ em materiais necessários para a execução das tarefas planeadas. No entanto, o montante gasto não ultrapassou o limite imposto, tendo-se utilizado, apenas, 54,83€, registando um excedente financeiro de 29,17€.

Tabela 5

Desvio Financeiro

Medidas	Orçamento Previsto	Orçamento Real	Excedente Financeiro
1. Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar	85€	54,83 €	29,17€
2.Participação em projetos / iniciativas promovidas com outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€
3.Participação nas atividades desenvolvidas pela EAPN Portugal	0,00€	0,00€	0,00€

Tabela 6

Grau do Alcance dos Objetivos

Medidas	Objetivos Previstos	Objetivos Alcançados
<p>1. Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desmistificar preconceitos e estereótipos • Garantir a igualdade social • Diminuir a vulnerabilidade socioeconómica • Diminuir a privação dos direitos humanos • Diminuir a exclusão Social • Combater a pobreza • Capacitação infantojuvenil para os ODS 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os alunos para os ODS e a Agenda 2030 • Promover a inclusão social • Desmistificar preconceitos e estereótipos • Desenvolver a empatia • Contribuir para o conhecimento e compreensão dos direitos e deveres • Consciencializar as crianças e jovens, para a necessidade de praticar uma cidadania respeitadora das diferenças; • Contribuir para o conhecimento e compreensão dos direitos e deveres
<p>2.Participação em projetos / iniciativas promovidas com outras entidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desmistificar preconceitos e estereótipos • Garantir a igualdade social • Diminuir a vulnerabilidade socioeconómica • Diminuir a privação dos direitos humanos • Diminuir a exclusão Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a privação dos direitos humanos • Promover a inclusão social
<p>3.Participação nas atividades desenvolvidas pela EAPN Portugal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégias de combate ao preconceito, desigualdade e vulnerabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir conhecimento sobre as várias áreas relacionadas com o combate

	<p>socioeconómica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a privação dos direitos humanos 	<p>à pobreza e exclusão social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de conhecimento com diversas instituições sociais, bem como com a população em geral.
--	--	---

No que concerne ao grau de alcance dos objetivos (Tabela 6) e dos resultados (Tabela 7), de uma forma geral, verificou-se o alcance dos mesmos, comparativamente ao previsto. Com o intuito de auxiliar a referida avaliação, recorreu-se à análise dos questionários implementados aos participantes no decorrer das atividades (Anexos D, G, J, M e P) e a elaboração de reflexões (Anexos Q, R, S, T, U, V, W, X, Y).

Como referido anteriormente, na medida 1, foram utilizados questionários de avaliação iniciais e finais de forma a fazer-se um cruzamento das respostas em função do objetivo de cada atividade. Deste modo, seria possível avaliar os resultados atingidos. Importa mencionar que no questionário de avaliação final está presente uma questão inerente à satisfação dos participantes, em relação à atividade.

A atividade “O valor de cada pessoa”, que contou com a participação de 94 crianças com idades entre os 6 e os 10 anos, teve como principais objetivos promover a empatia, o respeito pelas diferenças e a valorização de cada pessoa, bem como sensibilizar para a importância da diversidade cultural. A análise dos dados recolhidos através do questionário de avaliação inicial (Anexo D) permitiu constatar que, antes da intervenção, 74% dos participantes afirmavam que todas as pessoas têm o mesmo valor, enquanto 80% identificavam corretamente o conceito de diversidade cultural. Após a realização da atividade, verificou-se um aumento na compreensão deste conceito, com 85% dos participantes a identificá-lo corretamente, o que evidencia uma evolução positiva no conhecimento e na reflexão crítica sobre a temática abordada. Os resultados obtidos indicam, assim, que os objetivos definidos para a atividade foram atingidos, uma vez que se verificou uma melhoria na valorização da diversidade cultural, bem como na promoção de atitudes de respeito e empatia para com os outros. Importa ainda destacar o elevado grau de satisfação demonstrado pelos participantes, sendo que 97% afirmaram ter gostado da atividade.

A atividade “Pelo Mundo”, que contou 103 participantes, teve como principais objetivos promover a compreensão da interculturalidade e o respeito pelas diferentes culturas. A análise dos dados recolhidos através do questionário de avaliação inicial (Anexo J) permitiu verificar que 94% dos participantes já demonstravam conhecimento sobre o conceito de cultura, o que indica uma base de partida favorável ao desenvolvimento da atividade. Durante a sua realização, os participantes revelaram facilidade em associar elementos culturais aos respetivos países, demonstrando envolvimento e interesse

pelos conteúdos propostos. No final da atividade, 93% dos participantes identificaram corretamente o conceito de interculturalidade, o que evidencia uma evolução positiva na compreensão desta temática. Face aos resultados obtidos, é possível afirmar que os objetivos delineados foram alcançados, tendo a atividade contribuído para o reforço do conhecimento sobre a diversidade cultural e para a promoção de atitudes de respeito e valorização das diferentes culturas.

A atividade “Quem pode ser” contou com a participação de 44 crianças e teve como objetivos principais consciencializar para a importância da garantia da igualdade de oportunidades e clarificar o conceito de igualdade de género. A análise dos questionários implementados (Anexo J) revela resultados bastante positivos. Na primeira questão do questionário final, relativa ao grau de satisfação com a atividade, todos os participantes (100%) expressaram uma avaliação favorável. Além disso, todas as crianças afirmaram que a atividade as ajudou a compreender o conceito de igualdade de género. Quando solicitadas a definir esse conceito, todas responderam corretamente, demonstrando uma apropriação efetiva dos conteúdos trabalhados. Estes dados permitem concluir que os objetivos previstos para a atividade foram plenamente alcançados, contribuindo para o reforço da sensibilização em torno da igualdade de género e para o desenvolvimento de atitudes promotoras da equidade e do respeito pelas diferenças.

A atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais!” contou com 99 participantes e tinha como objetivos: Contribuir para a compreensão da interculturalidade; promover o respeito em relação a outras culturas; sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade. Analisando os questionários de avaliação aplicados (Anexo M), antes da atividade, de uma forma generalizada, verifica-se que, os participantes não tinham conhecimento sobre o que é um mito cultural/estereótipo, apenas 10 % conseguiram definir os conceitos. Em contrapartida 68% dos participantes responderam corretamente sobre o conceito de interculturalidade. No decorrer da atividade, os/as participantes demonstraram facilidade em identificar os factos, permitindo desconstruir pré-conceitos e estereótipos. Após a atividade, 91% dos/das participantes responderam corretamente sobre o conceito de interculturalidade. Desta forma, é perceptível o impacto que a atividade teve nos participantes, levando à concretização dos objetivos.

A atividade “A idade não nos define” contou com a participação de 56 crianças e teve como objetivos sensibilizar para o tema do idadismo e promover uma reflexão sobre a forma como os estereótipos associados à idade podem afetar as pessoas.

A análise dos questionários aplicados antes da atividade revelou que, de uma forma generalizada, os participantes apresentavam um conhecimento limitado sobre o conceito de idadismo, com apenas 9% a conseguirem defini-lo corretamente. No decurso da atividade, os participantes demonstraram facilidade em identificar as atitudes idadistas presentes nas histórias apresentadas, bem como em propor as respetivas correções. Após a realização da atividade, verificou-se que 91% dos participantes conseguiram identificar corretamente o conceito de idadismo, evidenciando uma evolução

significativa no seu entendimento. Estes resultados permitem concluir que a atividade teve um impacto positivo nos participantes, tendo sido atingidos os objetivos inicialmente definidos, nomeadamente a sensibilização para o idadismo e a promoção da reflexão crítica sobre os efeitos dos estereótipos relacionados com a idade.

Importa ainda referir que ao longo da implementação das atividades socioeducativas, observei um envolvimento crescente por parte das crianças e adolescentes, o que evidenciou a importância de estratégias pedagógicas participativas e adaptadas às suas realidades/faixa etária.

Ainda nesta medida, a conceção do eBook *“Educar para o Desenvolvimento Sustentável”* constituiu uma etapa estruturante do projeto. Este recurso digital foi concebido com o propósito de promover a educação para o desenvolvimento sustentável, através de atividades socioeducativas que estimulem a compreensão e o envolvimento com os ODS, promovendo a sua acessibilidade e a replicabilidade das práticas em contextos educativos e comunitários. Enquanto instrumento pedagógico e de sensibilização, o eBook apresenta-se como um suporte, contribuindo para a reflexão crítica e o desenvolvimento de competências no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este recurso disponível no site institucional da EAPN Portugal, foi concebido com o intuito de apoiar educadores/as, técnicos/as, professores/as, animadores/as e outros/as profissionais na dinamização de atividades que estimulem a reflexão, a criatividade e o compromisso das crianças e adolescentes com os valores e princípios subjacentes aos ODS.

Na medida 2, torna-se fulcral este tipo de iniciativas, que promovam a interação entre organizações., potenciando o trabalho em rede e a sinergia social potenciando recursos, saberes e impactos coletivos. A II Conferência da CPCJ de Viseu (Anexo V), sob o tema “Dizer não ao abuso – um compromisso com a criança”, reuniu diversas entidades locais com responsabilidade na promoção dos direitos da criança, tendo como objetivo central sensibilizar para a prevenção e combate ao abuso sexual infantil. Foram apresentados dados a sobre o abuso sexual de crianças a nível nacional e local, sublinhando o papel ativo das forças de segurança, nomeadamente através do Programa Escola Segura (PSP) e das ações de sensibilização promovidas pela GNR. As intervenções da Dra. Leandra Cordeiro e da Dra. Ana Rita Brito aprofundaram, respetivamente, os temas do abuso sexual infantil e do tráfico de seres humanos, abordando conceitos como parafilias, sinais de alerta, mitos e verdades, bem como a realidade da mutilação genital feminina e o papel das ONG no terreno. A realização desta conferência reveste-se de elevada importância, na medida em que promove a articulação entre entidades, fomenta a literacia em torno de temáticas sensíveis e reforça a necessidade de atuação preventiva e interventiva. Ao reunir conhecimento técnico-científico, dados estatísticos e boas práticas, este evento contribui para a capacitação dos profissionais que trabalham com crianças e jovens, e para uma resposta mais eficaz e humanizada face às múltiplas formas de violência infantil. Neste seguimento o Seminário “Comunidade de Cuidados: Boas Práticas ao Serviço revelou-se importante, ao proporcionar um espaço de partilha de conhecimento, articulação institucional e reflexão crítica sobre temáticas emergentes como o

envelhecimento, a inclusão, os direitos sociais e o combate à discriminação. Destaca-se ainda a forma como este seminário pôde contribuir para o fortalecimento das redes sociais, promovendo comunidades mais coesas, solidárias e conscientes.

A medida 3, Participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal, contou com várias atividades. Entre elas destacam-se as ações de formação que o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal disponibiliza aos seus associados (Anexos Q, R e S), com o objetivo de capacitar os vários profissionais. Para técnicos/as de intervenção psicossocial com crianças e jovens, as formações revelaram-se pertinentes, ao contribuir para o fortalecimento das competências pessoais e profissionais, reforçando não só a eficácia da intervenção psicossocial, como também o bem-estar dos próprios profissionais, tornando-os mais resilientes, conscientes e estratégicos no desempenho das suas funções.

Tabela 7

Grau de alcance dos resultados

Resultados Previstos	Resultados Alcançados
Desmistificar preconceitos e estereótipos	Aumentar o conhecimento relativo a diferentes culturas
Garantir a igualdade social	Promover a igualdade de oportunidades
Diminuir a vulnerabilidade socioeconómica	Atenuar a existência do risco e da exclusão social
Diminuir a privação dos direitos humanos	Ampliar o conhecimento relativo aos Direitos Humanos

A análise das tabelas apresentadas, com especial enfoque na avaliação da eficiência e da eficácia do projeto, evidencia que, de forma global, os objetivos estabelecidos e os resultados obtidos se mantiveram alinhados com o planeado, não se verificando desvios significativos face às previsões iniciais.

2. Reflexão Crítica do trabalho desenvolvido

A realização do estágio curricular no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal constituiu

uma mais-valia não só a nível académico e profissional, como também a nível pessoal, ao proporcionar uma compreensão mais aprofundada da relevância da intervenção social, particularmente junto de crianças e jovens. Sendo uma entidade reconhecida pela sua atuação em defesa dos direitos humanos e pela promoção do acesso a uma vida digna, esta experiência revelou-se profundamente marcante, com impactos duradouros no meu percurso pessoal, familiar, social e profissional. A oportunidade de colaborar, em contexto profissional, com uma organização orientada por valores essenciais como a dignidade, a justiça, a solidariedade e a igualdade, reforçou a consciência da importância e da responsabilidade de intervir junto de públicos em situação de vulnerabilidade. No entanto, destacam-se com limites do projeto, a dificuldade de calendarização, a falta de continuidade e ainda o facto não terem sido abordados todos os ODS nas atividades implementadas.

Posto o referido, importa referir que este projeto, através da medida 1, implementou 5 atividades, abrangeu mais de 396 crianças e jovens e 10 estabelecimentos de ensino. No que diz respeito ao grau de satisfação, todas as atividades, situou-se acima dos 95% (Anexos D, G, J, M e P). Assim concretização do projeto de estágio viabilizou a aquisição de inúmeros conhecimentos, saberes e oportunidades vitais para progredir enquanto Técnica de Intervenção Psicossocial.

O desenvolvimento e construção do ebook “Educar para o Desenvolvimento Sustentável” Inclusão” afigurou-se, de igual forma, como uma oportunidade para promover a sensibilização de crianças e jovens para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através de uma abordagem participativa, lúdica e pedagógica. A implementação de algumas atividades em contexto escolar adaptadas a cada faixa etária, permitiu observar não só o envolvimento ativo dos participantes, mas também o despertar de reflexões importantes sobre temas como a igualdade de género e a interculturalidade. Segundo Bascopé et. al (2019) atividades adaptadas à faixa etária tornam-se mais eficazes, sendo crucial utilizar métodos como a aprendizagem baseada em projetos, e dinâmicas que respeitem o estágio de desenvolvimento dos participantes.

Destaca-se, ainda, o impacto positivo no desenvolvimento de competências socioemocionais, como a escuta ativa, a empatia e o sentido de justiça. Cowell et al. (2017) demonstram que o desenvolvimento de empatia, generosidade e justiça em crianças está fortemente ligado à interação social colaborativa e à reflexão conjunta. Em alguns casos, os participantes mostraram-se surpreendidos ao refletirem sobre comportamentos naturalizados, como a divisão de tarefas por género ou os preconceitos associados à origem cultural dos colegas, o que mostra que as atividades promoveram momentos de consciencialização e desconstrução de preconceitos e estereótipos. Bigler e Liben (2007), corroboram, afirmando que intervenções educativas que utilizam narrativas contrárias aos estereótipos tradicionais podem representar de forma eficaz modelos alternativos e reduzir a internalização de normas de género rígidas.

Importa, referir também a importância das medidas 2 e 3. No que concerne à medida 2, a participação em atividades e projetos de outras entidades, vem reforçar a importância do trabalho em

rede e a sinergia social potenciando recursos, saberes e impactos coletivos. Como destaca a União Europeia (2017), o trabalho colaborativo entre organizações do setor social aumenta a eficácia das intervenções e contribui para respostas mais sustentáveis às necessidades das comunidades. Além disso, DeFilippis e Saegert (2012) sublinham que a construção de redes sociais sólidas fortalece o capital social, promovendo a coesão e a resiliência comunitária, essenciais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Neste seguimento, a medida 3, relacionada com a participação nas atividades da EAPN, demonstrou ser fundamental para o desenvolvimento de competências técnicas e sociais. Estudos indicam que a aprendizagem experiencial, como a proporcionada por oficinas práticas, favorece uma compreensão mais profunda e a aplicação efetiva dos conhecimentos adquiridos, promovendo o empowerment e a autonomia dos indivíduos (Pereira, 2009).

Numa perspetiva pessoal, a experiência revela-se, ainda assim, amplamente positiva, tendo em conta a diversidade de competências, habilidades e aptidões desenvolvidas. Em jeito de conclusão, importa enaltecer o papel do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, bem como de outras Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, na salvaguarda dos direitos das crianças e na promoção do seu bem-estar integral e pleno.

3. Sugestões de atividades futuras

Com o intuito de reforçar e valorizar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, apresentam-se de seguida algumas sugestões de atividades a considerar para futuras implementações.

Tendo como enquadramento a Agenda 2030 das Nações Unidas, que define ODS com vista à promoção de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável, destaca-se a importância de envolver as gerações mais jovens na reflexão e ação em torno destes temas. A infância e a adolescência representam fases cruciais para a formação de valores e atitudes, tornando-se essencial promover o pensamento crítico, a responsabilidade social e a sustentabilidade. Como refere a UNESCO (2017), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve ajudar as crianças e jovens a tornarem-se agentes de mudança, capazes de enfrentar os desafios atuais e futuros de forma participativa e responsável. Torna-se, por isso, pertinente a utilização do eBook "Educar para o Desenvolvimento Sustentável", enquanto recurso pedagógico promotor da sensibilização para os ODS. Face à relevância das atividades já implementadas, sugiro a aplicação das restantes atividades presentes no eBook, de forma a ampliar o impacto educativo e a coerência da intervenção.

Adicionalmente, destaca-se a pertinência da retoma da Newsletter quinzenal dinamizada anteriormente pelo Núcleo Distrital de Viseu. Esta publicação, reconhecida como um instrumento de comunicação e partilha de informação única a nível distrital, reunia conteúdos sobre candidaturas e oportunidades, atividades no setor social e solidário, alterações legislativas, relatórios técnicos e o trabalho desenvolvido pelo Núcleo e por outras entidades locais. O seu regresso poderá representar um importante reforço da transparência, da proximidade com a comunidade e do posicionamento institucional da EAPN Portugal no território. A retoma desta ferramenta de comunicação é fortemente recomendada, pois estudos recentes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) mostram que uma comunicação eficaz e inclusiva com o público fortalece a confiança nas instituições (OCDE, 2024). Além disso, a transparência sobre os dados e a base das tomadas de decisão é essencial para reforçar a credibilidade (OCDE, 2024).

CONCLUSÃO

O estágio curricular realizado no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal constituiu uma etapa essencial no meu percurso formativo enquanto mestranda em Intervenção Psicossocial com

Crianças e Jovens em Risco. O projeto desenvolvido teve como objetivo geral a capacitação infantojuvenil para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), procurando promover, junto das crianças e jovens envolvidos, uma maior consciencialização sobre os direitos humanos, a justiça social e a sustentabilidade.

Esta experiência proporcionou-me a oportunidade de articular conhecimentos teóricos com práticas concretas, num ambiente dinâmico. Através da conceção e implementação de atividades socioeducativas, observei um envolvimento crescente por parte das crianças e adolescentes, o que evidenciou a importância de estratégias pedagógicas participativas e adaptadas às suas realidades/faixa etária.

O projeto foi estruturado em quatro fases sequenciais, seguindo a metodologia MPPO e os princípios de elaboração de projetos propostos por Serrano (2010). Na fase de diagnóstico, realizou-se uma análise aprofundada dos problemas, definindo-se como objetivo geral. No planeamento, delinearam-se as medidas a implementar, nomeadamente o (i) Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar, a (ii) participação em projetos /iniciativas promovidas com entidades parceiras da EAPN Portugal, a (iii) participação nas atividades desenvolvidas pela EAPN Portugal. A fase de implementação centrou-se na operacionalização de atividades de cada medida. Por fim, a avaliação, realizada evidenciou um impacto positivo significativo, refletido na análise dos questionários das atividades, no aumento do envolvimento ativo dos participantes, no fortalecimento das suas competências socioemocionais.

Conclui-se, assim, que a intervenção delineada permitiu alcançar os objetivos propostos, assegurando a coerência metodológica e potenciando impactos positivos ao nível da capacitação infantojuvenil para os ODS. O estágio na EAPN revelou-se, assim, um espaço de aprendizagem profunda, que alimentou não só o percurso académico, como também o pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, C. (2001). Os Direitos da Criança: as Nações Unidas, a Convenção e o Comité. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/os_direitos_crianca_catarina_albuquerque.p

df

- Bascope, M., Perasso, P., & Reiss, K. (2019). Systematic Review of Education for Sustainable Development at an Early Stage: Cornerstones and Pedagogical Approaches for Teacher Professional Development. *Sustainability*, 11(3), 719. <https://doi.org/10.3390/su11030719>
- Bernardo, A., Viana, A., Siqueira, A., Monteiro, A., Soffiati, A., Cardozo, C., Carneiro, C., Nascimento, D., Vargas, D., Braga, E., Lopes, E., Nunes, J., Lisboa, J., Mendes, J., Santori, J., Antonio, L., Rocha, L., Azeredo, L., Lourenço, L. & Acosta, V. (2015). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humana e Sociais para a análise de casos concretos*. RiMa Editora. https://www.researchgate.net/publication/282024723_Risco_perigo_e_crise_Pragmatismo_e_contextualizacao
- BCSD Portugal. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* <https://ods.pt/ods/>
- Bigler, R. S., & Liben, L. S. (2007). Developmental intergroup theory: Explaining and reducing children's social stereotyping and prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 16(3), 162–166. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00491.x>
- Carvalho, M. (2012). Infância «em perigo», infância «perigosa»: as crianças como sujeitos e objetos de delinquência e crime nas notícias. *Comunicação & Cultura*, (14), 191-206. <https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/641>
- CCDR. (2024). *Monitorização e Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Na Região Centro*. <https://www.ccdr.pt/wp-content/uploads/2024/10/Monitorizacao-e-Implementacao-dos-Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel-na-Regiao-Centro.pdf#page=12.10>
- Costa, A. (1984). *Conceito de pobreza*. *Estudos de Economia*, IV(3), 275-296. <http://hdl.handle.net/10400.5/9738>
- Cowell, J. M., Lee, L., Malcolm-Smith, S., Selcuk, B., Zhou, X., & Decety, J. (2017). The development of generosity and moral cognition across five cultures. *Developmental Science*, 20(4). <https://doi.org/10.1111/desc.12403>
- D'Aroz, M. & Vestena, C. (2021). Infância e Pobreza em Contexto de Vida: A perspetiva das crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 28(3), 375-399. <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>
- Decreto-Lei n.º 281/2009 do Ministério da Saúde. (2009). Diário da República: I série, n.º 193. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/281/2009/10/06/p/dre/pt/htm>
- DeFilippis, J., & Saegert, S. (2012). *The community development reader*. Routledge.
- Direção-Geral da Saúde (2013). *Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil*.

- <https://www.dgs.pt/pns-e-programas/programas-de-saude/saude-infantil-ejuvenil.aspx>
- Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32011L0093>
- EAPN Portugal, & Eurochild. (2014). *Para o bem-estar das crianças na Europa: Pobreza infantil na UE (Explicativo n.º 4)*. <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/files/0669e1e2056729266e2ae4f9b24dd943.pdf>
- EAPN Portugal. (2022). *Programa de Gestão de Voluntários*. <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/06/Programa-de-Gesta%CC%83o-de-Volunta%CC%81rios-EAPN-Portugal-003.pdf>
- EAPN Portugal. (2023). *Estatutos*. <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2024/05/ESTATUTOS-2023.pdf>
- EAPN Portugal. (2024a). *História*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/historia/>
- EAPN Portugal. (2024b). *Equipa*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/equipa/>
- EAPN Portugal. (2024c). *Missão, Visão e Valores*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/missao-visao-valores/>
- EAPN Portugal. (2024d). *Relatório de Atividades 2023*. https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Atividades-2023_impressao.pdf#page=65.01
- EAPN Portugal. (2024e). *Associados*. <https://www.eapn.pt/associados/>
- EAPN Portugal. (2024f). *Formação*. <https://www.eapn.pt/o-que-fazemos/formacao/>
- EAPN Portugal. (2024g). *Info Institucional*. <https://www.eapn.pt/territorios/viseu/info-institucional/>
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. W. W. Norton & Company.
- European Commission. (2021). *Employment, Social Affairs & Inclusion*. https://ec.europa.eu/info/publications/annual-activity-report-2021-employment-social-affairs-and-inclusion_en
- European Court of Auditors. (2020). *Luta contra a pobreza infantil: É necessário direcionar melhor o apoio da Comissão. Relatório especial, n.º 20*. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2865/37545>
- Fernandes, R. M. S. (2006). *A pobreza Infantil e os direitos humanos* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/18924>
- Fonseca, H. (2008). *Compreender os Adolescentes Um Desafio para Pais e Educadores*. Editorial Presença
- Gonçalves, D. C. O. (2018). *Intervenção em famílias multiproblemáticas: um estudo de caso*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto Faculdade de Psicologia e de Ciências da

- Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116730>
- Governo, L. (2012). *Quem Muito Abarca Pouco Abraça? A percepção das famílias multidesafiadas sobre as suas competências em diferentes níveis de apoio formal*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa <http://hdl.handle.net/10451/8234> da Universidade de Lisboa.
- Júnior, E., Neto, J., Silva, S., Santos, V. & Santos, C. (2025). Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget e suas Implicações para o Ensino. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 10, 43-59. <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/308/262>
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). (1999). Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/p/cons/20180705/pt/html>
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). (2018). Diário da República n.º 128/2018, 1.ª Série <https://files.dre.pt/1s/2018/07/12800/0290202903.pdf> de 2018-07-05.
- Lopes, R. (2022). *Proteção de crianças e jovens em perigo: O papel central das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude*. https://www.linkedin.com/pulse/prote%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-e-jovens-em-perigo-o-papel-central-ru-i-lobes/?trk=pulse_article&originalSubdomain=pt
- Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em Crianças e Jovens – Guia prático para profissionais*. Quarteto.
- Melo, A. (2011). *As forças dos profissionais e da família multidesafiada na protecção da criança. Uma modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/18471?mode=full>
- Menezes, K., Rodrigues, C. & Candito, V. (2021). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável articulados à aprendizagem baseada em projetos: possibilidades para a educação em saúde. In *XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências*. https://www.researchgate.net/publication/357805212_Os_Objeticos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_articulados_a_aprendizagem_baseada_em_projetos_possibilidades_para_a_educacao_em_saude
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2017, julho). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf#page=5.10>
- Município de Viseu. (2022). *Relatório de Diagnóstico do Município de Viseu*. https://www.cmviseu.pt/fotos/editor2/relatorio_de_diagnostico_do_municipio_viseu_18_11.pdf#page=60.00
- Naves, F. (2016). Interfaces entre a Psicologia Sócio-Histórica e a Educação Popular com Adolescentes.

- Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9 (1), 32-49.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v9n1/v9n1a04.pdf>.
- Núcleo da Rede Social. (2002). Plano de Desenvolvimento Social. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13341/plano_desenvolvimento_social/bce793db4a3e-425c-b5b5-eb3b3f7234e0
- Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal. (2025). Plano Anual Estratégico 2025.
- Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza. (2024). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal*. https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2024/10/ONLCP_PES_Relatorio2024.pdf
- OCDE. (2024). *OECD survey on drivers of trust in public institutions: 2024 results – Full report*. OECD Publishing. https://www.oecd.org/en/publications/oecd-survey-on-drivers-of-trust-in-public-institutions-2024-results_9a20554b-en/full-report/trust-and-information-integrity_49ce5100.html
- OMS. (2014). *Health for the World's Adolescents*. https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/112750/WHO_FWC_MCA_14.05_eng.pdf?sequence=1
- ONU. (2015). *The Millennium Development Goals Report 2015*. ONU. [https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf#page=2.57](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf#page=2.57)
- ONU. (2022). *The Sustainable Development Goals Report 2022*. ONU. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2022.pdf>
- Pais, J. (2001). *Culturas juvenis*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pena, R. (2005). *Manual do Formando – MPPPO Metodologia de Planeamento de Projetos por Objetivos*. <http://arvoredeproblemas.ruipena.pt/dossie/manual.pdf>
- Pereira, M. (2009). Intervenção precoce, formação profissional e os desafios para a implementação de práticas baseadas em evidência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais*, 15(1), 1-11. <https://doi.org/10.5935/1678-5926.20090001>
- Perista, P., & Baptista, I. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Fórum Sociológico*, 20. <https://doi.org/10.4000/sociologico.165>
- Piaget, J., & Inhelder, B. (1969). *The psychology of the child*. Basic Books. https://archive.org/details/psychologyofchil00piag_0
- Presidência do Conselho de Ministros. (2012). “Decreto-Lei n.º 136/2012”. Diário da República 1ª Série, 126 (julho): 3335 – 3337. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/136-2012-178531>
- Rebello, T. (2016). *Globalização, Pobreza e Desigualdade* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas]. Repositório Universidade Nova.

- <https://run.unl.pt/handle/10362/20378>
- Reis, O. (2009). *Crianças e jovens em risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11781>
- Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro, Publicação: Diário da República n.º 211/1990, 1º Suplemento, Série I de 1990-09-12. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/20-1990-222390>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro, Diário da República n.º 16/2023, Série I de 2023-01-23, páginas 5 – 7. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/5-2023-206399845>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 da Presidência do Conselho de Ministros (2021). Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29. <https://dre.pt/dre/analise-juridica/direito-uniao-europeia/184-2021-176714553>
- Resolução do Conselho de Ministro n.º 112/2020 da Presidência do Conselho de Ministros (2020). Diário da República n.º 245/2020, Série I de 2020-12-18. <https://files.dre.pt/1s/2020/12/24500/0000200022.pdf>
- Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência. (2024). *Pessoas jovens*. <https://inee.org/pt/glossarioEeE/pessoasjovens>
- Rede para o Desenvolvimento. (2020). *ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Comunidade Educativa*. Rumo ao 30. <https://rumoa2030.pt/wp-content/uploads/2021/03/ABC-ODS-Professores.pdf#page=45.10>
- República Portuguesa. (2023). *Relatório Voluntário Nacional 2023*. https://ptsustentavel.gov.pt/wp-content/uploads/2023/09/RVN-2023_PTS_pt_22set-2.pdf#page=29.48
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. & Januário, S. (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Universidade do Porto. <https://www.fea.pt/files/90c38b7213a7e4accaa7af1da5b4d35f0d062ba8.pdf>
- Sarmento, M. J. (2019). Pobreza infantil, insucesso escolar e políticas locais integradas. *Norte 2020: Educação Para Todos* (8), pp. 4-5. <http://hdl.handle.net/1822/66516>
- Sarmento, M. & Veiga, F. (2010). *Pobreza Infantil: Realidades, Desafios, Propostas*. Edições Húmus.
- SDSN. (2024). *Sustainable Development Report 2024*. <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2024/sustainable-development-report-2024.pdf>
- Sarmento, M. J. (2003). Sociologia da infância e educação: Uma perspectiva crítica da “nova sociologia da infância. In M. J. Sarmento & M. C. Ferreira (Eds.), *Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 15–40). Campo das Letras.
- Serrano, G. P. (2010). *Elaboração de Projetos Sociais. Casos práticos*. Porto Editora.

- Silva, E. (2018). Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nação. In Negri, J., Araújo, B. & Bacelette, R. (Org.), *Desafios da Nação*, 2 (pp. 659–678). Instituto de Pesquisa Económica Aplicada. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8301>
- Silva, M. (2010). Pobreza Infantil: Uma Irrefutável Violação dos Direitos Humanos. In M. Sarmiento & F. Veiga (Org.), *Pobreza Infantil: Realidades, Desafios, Propostas* (pp. 77-83). Edições Húmus.
- Silva, M., Franco, E., Gadelha, A., Costa, C. & Sousa, C. (2021). Adolescência e Saúde: significados atribuídos por adolescentes. *Research, Society and Development*, 10 (2), 1-10. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12482>
- Tenreiro, M. (2019). O trabalho docente na educação infantil: revisitando e refletindo sobre as contribuições de alguns pensadores que nos ajudam a olhar e compreender a criança. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(15), 8-24. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/59>
- Tomás, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Edições Afrontamento.
- UNESCO. (2017). *Education for Sustainable Development Goals: learning objectives*. UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>
- UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- União Europeia (2014). *Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade*. <https://www.eapn.pt/wpcontent/uploads/files/4705e723c442ad0df5a225b6513b1bc2.pdf#page=38.12>
- União Europeia. (2020). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. <https://www.poch.portugal2020.pt/ptpt/Documents/Carta%20dos%20Direitos%20Fundamentais%20da%20UE%20pt.pdf#page=5.29>
- União Europeia. (2021). *Estratégia da UE para os Direitos da Criança e Garantia Europeia para a Infância*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/rights-child/eu-strategy-rights-child-and-european-child-guarantee_pt
- UNRIC. (2018). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. https://e4k4c4x9.delivery.rocketcdn.me/pt/wpcontent/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf#page=2.0
- União Europeia. (2017). *Social investment and social innovation*. European Commission. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1044>

ANEXOS

Anexo A – Folhas de Presença



Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
 Estágio
 Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da CAPV

Aluno(a) Sofia Margarida Moraes Abecantes

Mês Novembro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
11/11	11 : 15 H	12 : 45 H	Sofia Abecantes	1:30
12/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
12/11	14 : 00 H	16 : 30 H	Sofia Abecantes	2:30
13/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
13/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
14/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
14/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
15/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
15/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
20/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
20/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
21/11	9 : 45 H	13 : 15 H	Sofia Abecantes	3:30
21/11	14 : 00 H	16 : 30 H	Sofia Abecantes	2:00
25/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
25/11	9 : 50 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
26/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
27/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
27/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
28/11	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30
28/11	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3:30

Supervisor Luís Lais

Orientador(es) André Antunes / Luísa



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da EAPN

Aluno(a) Sofia Hargarda Martins Abrantes

Mês Dezembro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
03/12	09:00 H	12:30 H	Sofia Abrantes	3h30
03/12	14:00 H	17:30 H	Sofia Abrantes	3h30
04/12	09:30 H	13:00 H	Sofia Abrantes	3h30
04/12	14:00 H	18:00 H	Sofia Abrantes	4h
05/12	09:30 H	12:30 H	Sofia Abrantes	3h
05/12	14:30 H	17:00 H	Sofia Abrantes	2h30
10/12	09:00 H	12:30 H	Sofia Abrantes	3h30
10/12	14:00 H	17:30 H	Sofia Abrantes	3h30
11/12	09:00 H	12:30 H	Sofia Abrantes	3h30
11/12	14:00 H	17:30 H	Sofia Abrantes	3h30
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Filipe Luis

Orientador(es) Sandra Martins / Leonor



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da ENU Portugal

Aluno(a) Sofia Margarida Martins Abrantes

Mês Janeiro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
28/01	09:00 H	12:30 H	Sofia Abrantes	3h:30
28/01	14:00 H	17:30 H	Sofia Abrantes	3h:30
30/01	09:00 H	12:30 H	Sofia Abrantes	3h:30
30/01	14:00 H	17:30 H	Sofia Abrantes	3h:30
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Filipe Luis

Orientador(es) Isabel Martins / Diana



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da EAPU

Aluno(a) Sofia Margarida Martins Abecantes

Mês Fevereiro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
01/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
04/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
05/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
05/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
06/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
06/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
10/02	10:30 H	12:30 H	Sofia Abecantes	2h
11/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
11/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
12/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
12/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
13/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
13/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
15/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
16/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
19/02	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
19/02	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30min
20/02	9:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	2h:30
20/02	14:00 H	17:00 H	Sofia Abecantes	3h
21/02	9:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	2h:30

Supervisor Filipe Costa

Orientador(es) Fernando Antunes Laranjo



Polytechnic of Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da EAPW
Aluno(a) Sofia Margarida Martins Abecantes
Mês fevereiro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
21/02	14 : 00 H	17 : 00 H	Sofia Abecantes	3h
21/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
24/02	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30 min
25/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
25/02	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
26/02	9 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
26/02	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
27/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
27/02	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
13/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
13/02	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Luís Car

Orientador(es) Paula Monteiro / Luísa



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo distrital de Viseu da CAPV
Aluno(a) Sofia Margarida Martins Abecantes
Mês Março

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
03/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
05/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
06/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
06/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
07/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
08/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
10/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
10/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
11/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
11/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
12/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
12/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
13/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
13/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
14/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
14/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
18/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
19/03	09 : 00 H	14 : 00 H	Sofia Abecantes	3h : 30
19/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
20/03	09 : 30 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h

Supervisor Tiago Car

Orientador(es) Fernando Marques / Lisnajo



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da EAAD
Aluno(a) Sofia Margarida Martins Abecantes
Mês Março

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
20/03	14 : 00 H	17 : 00 H	Sofia Abecantes	3h
21/03	09 : 30 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h
21/03	14 : 00 H	17 : 00 H	Sofia Abecantes	3h
21/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
24/03	14 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
25/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
25/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
26/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
26/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
27/03	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
27/03	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Filipe Caio

Orientador(es) Fernando Monteiro / Gerardo



Polytechnic
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Unidade Distrital de Viseu da EAPN

Aluno(a) Sofia Margarida Martins Abecantes

Mês abril

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
01/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
01/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
02/04	8 : 30 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	4h
02/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
03/04	8 : 15 H	12 : 00 H	Sofia Abecantes	4h : 45min
03/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
04/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
04/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
07/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
07/04	14 : 00 H	18 : 30 H	Sofia Abecantes	4h : 30min
08/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
08/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
09/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
09/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
10/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
10/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
14/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
14/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
15/04	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min
15/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30min

Supervisor Ígor Leite

Orientador(es) Fernando Antunes / Licença



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Direção Distrital de Viseu da EAFL

Aluno(a) Sofia Magnética Martins Abecantes

Mês abril

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
16/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
16/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
17/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
18/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
19/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
22/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
23/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
23/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
24/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
25/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
26/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
26/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
27/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
27/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
28/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
28/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
29/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
29/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
30/04	09:00 H	12:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
30/04	14:00 H	17:30 H	Sofia Abecantes	3h:30 min
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Fred Louçã

Orientador(es) Luís Romão / Lígia



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da EAPEV

Aluno(a) Sofia Abecantes

Mês Maio

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
05/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
05/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
06/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
06/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
07/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
07/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
08/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
08/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
09/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
09/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
10/05	08 : 45 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 45
11/05	14 : 00 H	17 : 45 H	Sofia Abecantes	3h : 45
12/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
13/05	14 : 00 H	17 : 45 H	Sofia Abecantes	3h : 45
14/05	09 : 00 H	12 : 00 H	Sofia Abecantes	3h
14/05	13 : 15 H	17 : 45 H	Sofia Abecantes	4h : 30min
15/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
16/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30
21/05	08 : 30 H	12 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 40
21/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abecantes	3h : 30

Supervisor Luís Cal

Orientador(es) Ena Paula Monteiro Licença



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Estágio

Ano letivo 2024/2025

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da EAPN

Aluno(a) Sofia Abenantes

Mês maio

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
22/05	14 : 00 H	17 : 30 H	Sofia Abenantes	3h:30
23/05	08 : 15 H	13 : 30 H	Sofia Abenantes	4h:15
29/05	09 : 00 H	12 : 30 H	Sofia Abenantes	3h:30
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor King Cas

Orientador(es) Handmarthy Geringo

Anexo B - Planificação “O valor de cada pessoa”

Designação da Atividade: Atividade “O valor de cada pessoa ”		
Data: 12/03/2025; 07/04/2025 Hora: 14:30h	Tempo previsto: 50 minutos	Local: Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa; Centro Escolar de Oliveira de Frades
Público-Alvo: Crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico (6 a 10 anos)		Nº Participantes: 15
Objetivo Geral: Promover a inclusão social – ODS 10		
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none">• Compreender o que é exclusão social e as suas consequências;• Promover a empatia, o respeito pelas diferenças e a valorização de cada pessoa;• Promover o respeito e a valorização da diversidade cultural;• Estimular a curiosidade e o interesse por outras culturas.		
Designação da atividade: 1ª Parte - 10min <p>De forma a compreender a perceção que as crianças têm relativamente aos conceitos de exclusão social e diversidade cultural, serão entregues, numa primeira fase, os Questionários de Avaliação Inicial (Anexo III). Inicia-se a atividade com uma dinâmica quebra-gelo. Esta dinâmica inicia-se com a distribuição aleatória de um cartão colorido por cada criança, que deverá unir-se a colegas que tenham um cartão da mesma cor, formando um grupo em função dessa particularidade. Após alguns minutos, as crianças serão questionadas, como forma de , sobre como se sentiram, sendo que, algumas delas ficaram sozinhas/isoladas. Através das seguintes questões, explicar-se-á, se o que sentiram se assemelha à exclusão social.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Como te sentiste ao interagir apenas com quem tinha a mesma cor que tu?2. Como te sentiste ao ficar sozinho/a?3. Acha justo dividir o grupo desta forma? 2ª Parte <p>Na segunda Parte, explicando que os principais motivos de exclusão social verificado na nossa sociedade são as diferenças entre culturas, é apresentada às crianças uma “mala de viagem”, onde estarão elementos representativos de cada cultura (Anexo A). Será pedido às crianças que se juntem em grupos de 3 elementos. Cada grupo irá tirar uma imagem da mala e em seguida, em conjunto com o seu grupo tem de associar a um dos cinco países assinalados no mapa.</p> <p>Após todas as imagens associadas dá-se por terminado o jogo, refletindo que a diversidade cultural é uma riqueza de diferentes tradições, costumes, línguas, crenças e formas de viver das pessoas ao redor do mundo. Cada cultura tem algo especial e único.</p>		

3ª Parte – 20 min

Na terceira e última parte da atividade será transmitido o vídeo “**What would Christmas be without love?**”(<https://www.youtube.com/watch?v=Icx7hBWeULM>). Após a visualização do vídeo serão colocadas questões:

4. Já viram situações parecidas na escola?

4.1. Como achas que essa(s) pessoa(s) sentiu/sentiram?

5. O que podemos fazer para garantir que ninguém se sinta sozinho ou excluído?

6. Como podemos incluir um/a colega novo/a ou alguém que esteja sozinho/a no recreio?

A atividade termina com a reflexão de que a exclusão pode fazer alguém sentir-se triste, só, ou até invisível, mas que pequenas atitudes, poderão alterar essa condição, promovendo-se a inclusão independentemente das diferenças.

Após o momento de reflexão será solicitada a colaboração dos/das participantes na resposta ao Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo IV).

Recursos Humanos :

- Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal;
- Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.

Recursos Materiais:

- Cartões coloridos (vermelho, azul, verde e amarelo);
- Imagens (Anexo I)
- Apresentação PPT (Anexo II)

Recursos Financeiros:

10 €

Avaliação:

- Questionário de Avaliação Inicial
- Questionário de Avaliação Final

Anexo I
Imagens



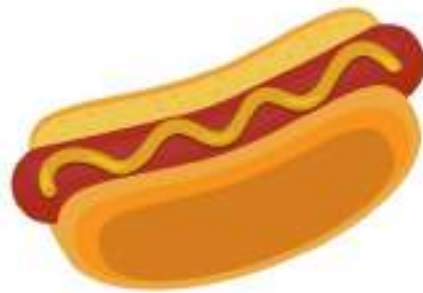






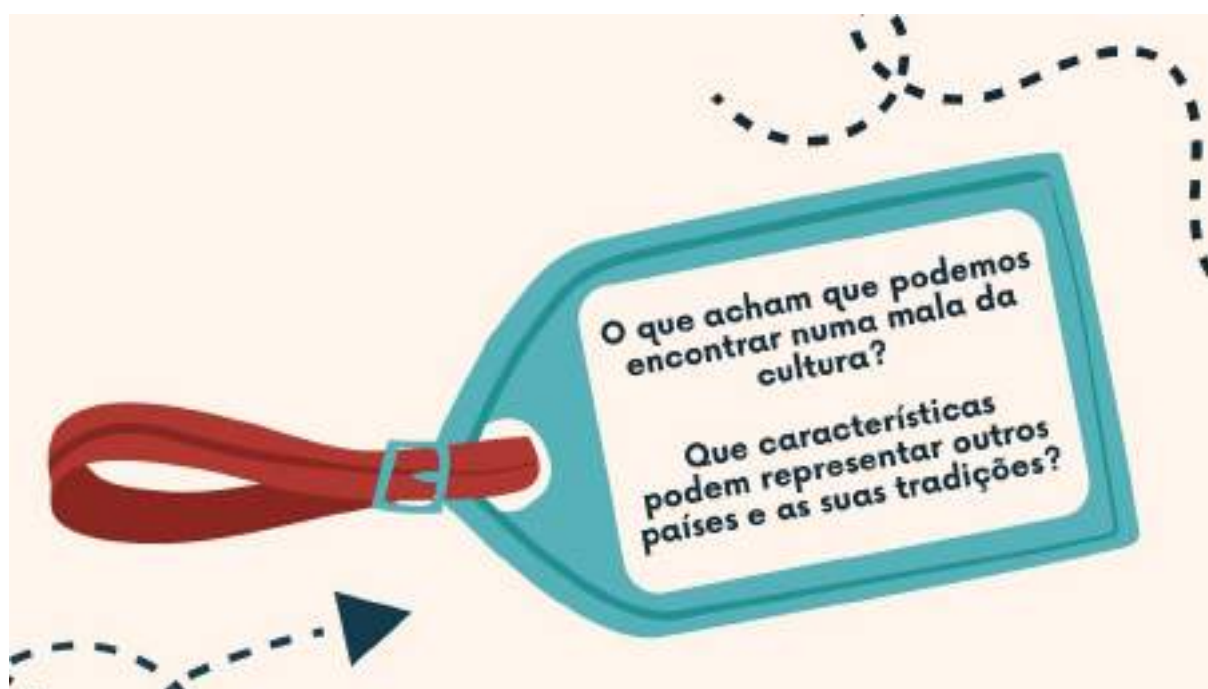






Anexo II

Apresentação PowerPoint





Anexo III

Questionário de Avaliação Inicial

Atividade - “O valor de cada pessoa”

Assinala com verdadeiro ou falso.

1. Todas as pessoas têm o mesmo valor.
 - a) Verdadeiro
 - b) Falso

2. Ser diferente pode ser um problema.
 - a) Verdadeiro
 - b) Falso

3. Já vi alguém ser tratado de forma injusta.
 - a) Verdadeiro
 - b) Falso

4. Se uma pessoa for excluída, isso não é problema meu.
 - a) Verdadeiro
 - b) Falso

5. O que significa "diversidade cultural"?
 - a) Significa que todos somos iguais em todos os países.
 - b) Significa que as pessoas de diferentes países têm formas diferentes de viver, falar e celebrar.
 - c) Significa que a comida de todos os países é a mesma.

Anexo IV – Questionário de Avaliação Final

Atividade - “O valor de cada pessoa”

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.

Sim



Não



2. Como te sentes em relação às diferenças entre as pessoas?

- a) Acho que cada pessoa é especial à sua maneira.
- b) Ainda acho que algumas pessoas têm mais valor do que outras.
- c) Não sei.

3. Porque é que é importante respeitar as culturas de outras pessoas?

- a) Porque todas as culturas têm algo a ensinar.
- b) Porque é divertido copiar as roupas e danças.
- c) Porque assim fazemos amigos.

4. O que é diversidade cultural?

- a) As pessoas de diferentes países têm culturas diferentes, com formas diferentes de viver e celebrar.
- b) Todos os países são iguais, com as mesmas comidas, músicas e danças.
- c) As pessoas só têm diferentes roupas.

5. Como podemos garantir que ninguém se sinta como o ouriço na escola?

Anexo C – Fotografias da atividade “O valor de cada pessoa”



Anexo D - Questionários Implementados na Atividade “O valor de cada pessoa”

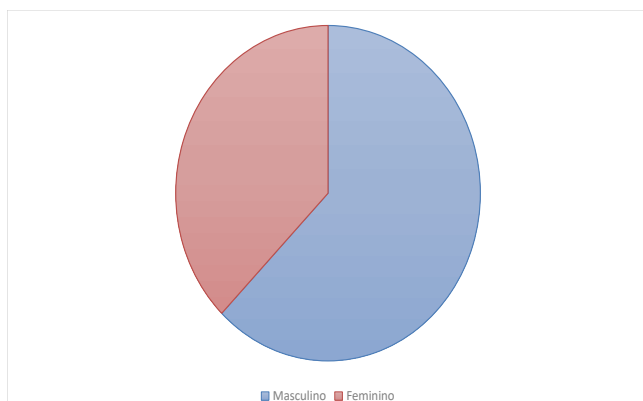
Anexo I

Análise Questionários - Centro Escolar de Oliveira de Frades

A atividade realizada no Centro Escolar de Oliveira de Frades, no dia 7 de abril de 2025, em três sessões contou com 63 participantes, 23 do gênero feminino e 38 do gênero masculino (Figura 1). Os participantes tinham idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Figura 1

Gênero dos Participantes

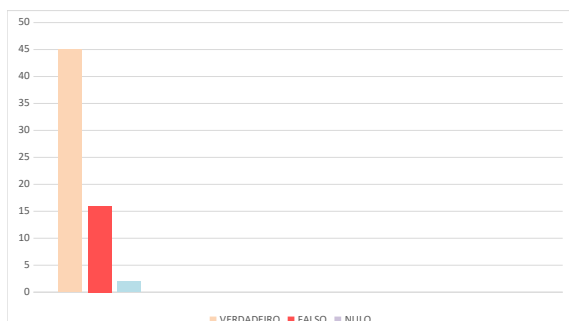


Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “Todas as pessoas têm o mesmo valor?”, 45 participantes assinalaram a opção correta, “Verdadeiro”, 16 que selecionaram como “Falso”, e, ainda duas respostas que foram consideradas nulas (Figura 2).

Figura 2

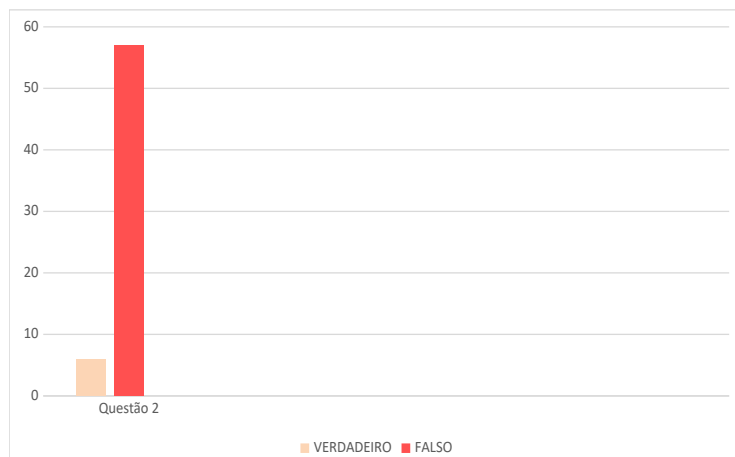
Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Relativamente à segunda questão “Ser diferente pode ser um problema?”, 57 assinalaram como “Falso”, enquanto 6 assinalaram como “Verdadeiro” (Figura 3).

Figura 3

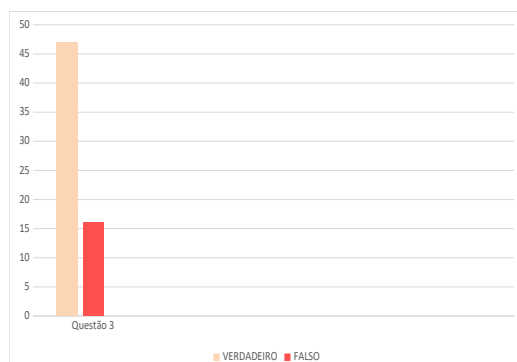
Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Na terceira questão, “Já vi alguém ser tratado de forma injusta”, 47 participantes afirmaram que já viram, enquanto 16 afirmaram que nunca viram, ao assinalarem a opção “Falso” (Figura 4).

Figura 4

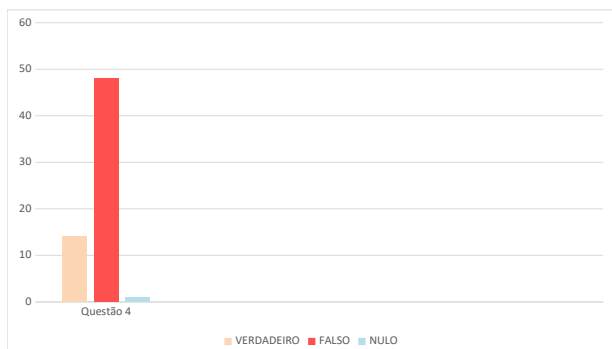
Questão 3 do Questionário de Avaliação Inicial



Na quarta questão, “Se uma pessoa for excluída, isso não é um problema meu”, 48 participantes assinalaram a opção “Falso”, enquanto 14 assinalaram a opção “Verdadeiro” (Figura 5). Uma das respostas foi considerada nula.

Figura 5

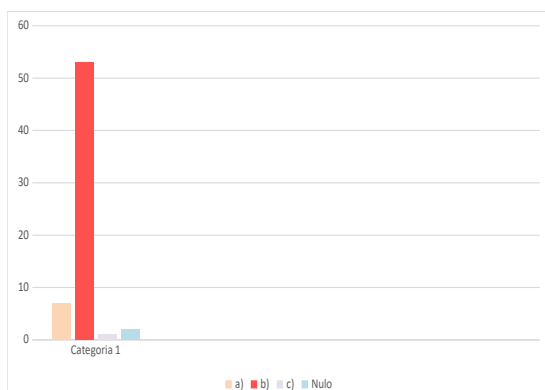
Questão 4 do Questionário de Avaliação Inicial



Na quinta e última questão, “O que significa “diversidade cultural?””, 53 participantes responderam corretamente ao assinalarem a resposta “b) Significa que as pessoas de diferentes países têm formas diferentes de viver, falar e celebrar”. Em contrapartida, 8 participantes assinalaram as respostas erradas, 7 a resposta a) “Significa que todos somos iguais em todos os países” e uma a resposta em c) “Significa que a comida de todos os países é a mesma”. (Figura 6). Foram, ainda, consideradas nulas duas respostas.

Figura 6

Questão 5 do Questionário de Avaliação Final



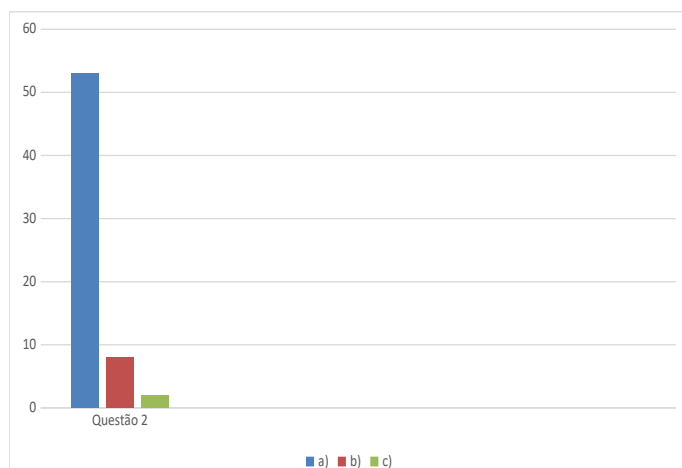
Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, obteve-se 97% (n=61) de respostas, num total de 63 participantes, na opção de que gostaram da atividade.

Na segunda questão, “Como te sentes em relação às diferenças entre as pessoas?”, 53 participantes assinalaram a opção correta, a opção a) “Acho que cada pessoa é especial à sua maneira”. Em contrapartida 10 participantes assinalaram respostas erradas, 8 na opção b) “Ainda acho que algumas pessoas têm mais valor do que outras”, e 2 na opção c) “Não sei” (Figura 7).

Figura 7

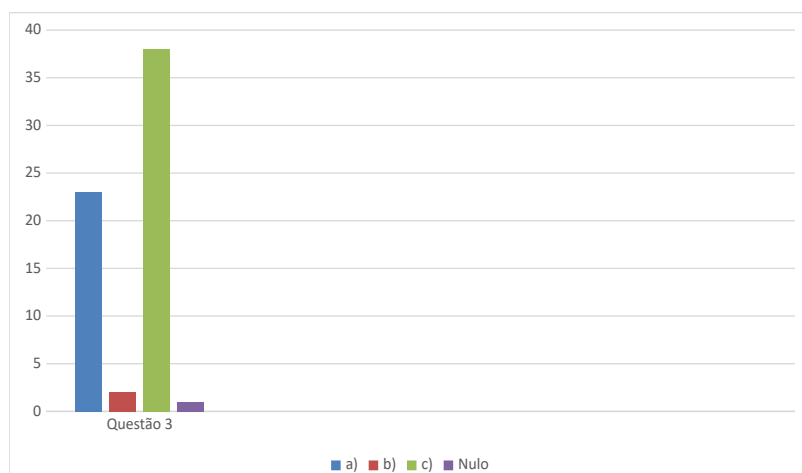
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



A terceira questão correspondente ao respeito entre culturas, “Porque é que é importante respeitar as culturas de outras pessoas?”, 23 participantes assinalaram a resposta correta, a) “Porque todas as culturas têm algo a ensinar”, 2 participantes assinalaram a resposta b) “Porque é divertido copiar as roupas e danças”, enquanto 38 participantes selecionaram a resposta errada c) “Porque assim fazemos amigos” (Figura 8). Uma resposta foi considerada nula.

Figura 8

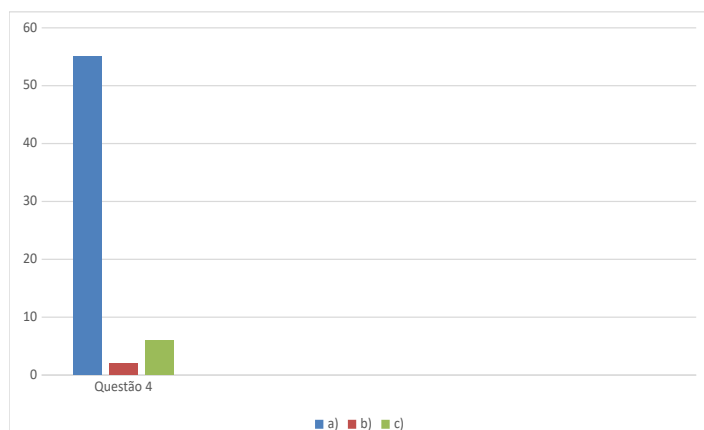
Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Na quarta questão relativa ao conceito de diversidade cultural, “O que é a diversidade cultural?”, 55 participantes, selecionaram a resposta certa a) “As pessoas de diferentes países têm culturas diferentes, com formas diferentes de viver e celebrar”, duas selecionaram a resposta errada, b) “Todos os países são iguais, com as mesmas comidas, músicas e danças” e seis selecionaram a opção c) “As pessoas só têm diferentes roupas” (Figura 9).

Figura 9

Questão 4 do Questionário de Avaliação Final



Por último, à questão 5 de resposta curta, “Como podemos garantir que ninguém se sinta como o ouriço na escola?”, contou com 39 respostas, 24 participantes não responderam à questão, devido ao facto de ainda não saberem escrever.

Analisando as respostas (Tabela 1), verifica-se o consenso entre convidar o outro para brincar, incluindo-o e ser amigo.

Tabela 1

Respostas da Questão 5 do Questionário de Avaliação Final

Questão 5	
Resposta Correta	Resposta Incorreta
Dar-lhe presentes para não se sentir mal.	Triste, porque ninguém foi brincar comigo e também foi-me ajudar.
Nós temos de o tratar bem.	A ajuda de um jeito ou de outro.
Dar um presente ou conversar com essa pessoa.	Sendo amigo dele, não o incluir no grupo e brincar.
A gente precisa de fazer amizade.	Damos algodão.
Brincar; perguntar qual o nome dele, fazer perguntas da antiga escola dele.	
Podemos garantir se formos bondosos e tomarmos conta dele.	
Podemos mostrar-lhe a escola. Podemos emprestar-lhe brinquedos.	
Eu tratava essa pessoa bem e brincava com ela.	
Dar-lhe um presente.	
Podemos recebê-lo bem e não o tratar mal.	

Dar-lhe prendas.	
Ajudá-lo e incluí-lo.	
Dar-lhe presentes com que ele se sinta bem.	
Podemos garantir que ninguém se sinta como um ouriço na escola ajudando-o.	
Fazer amizade e brincar com ele.	
Quando ele chegar à escola perguntamos o nome dele e depois brincarmos com ele.	
Fazer amizade com essa pessoa e perguntar sobre a cultura.	
Não o excluí-lo.	
Ajudando e a acolhendo.	
Incluindo na turma.	
Brincar com a pessoa, ajudando-o e acolhendo-o.	
Acolher e ajudar a sentir-se em casa.	
Acolhendo essa pessoa e respeitar a diferenças.	
Podemos garantir que ele se sinta em casa.	
Ajudar, fazer amigos e brincar com ele.	
As pessoas têm de o ajudar.	
Dar-lhe um presente e ser amigo.	
Ajudá-lo e não o retirar do grupo.	
Tratando bem e normal.	

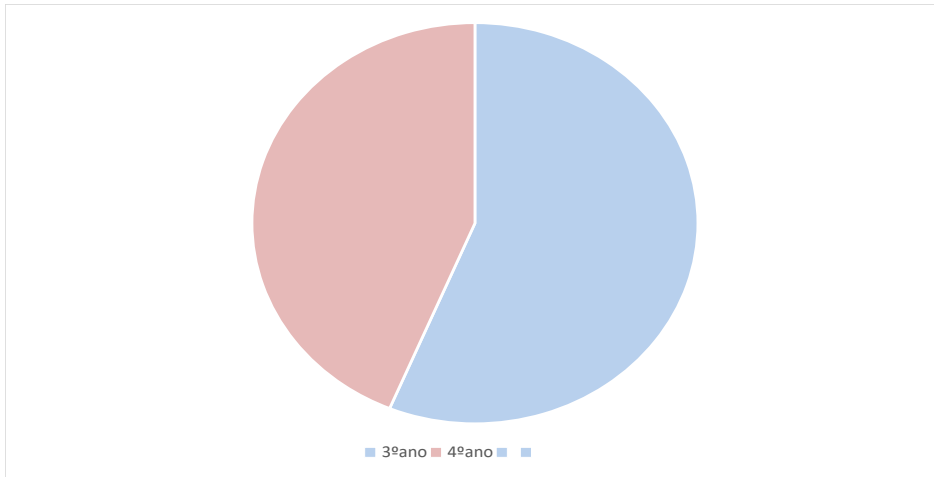
Anexo II

Análise Questionários – Escola Básica Integrada Santa Cruz da Trapa

A atividade realizada na Escola Básica Integrada Santa Cruz da Trapa, no dia 12 de março de 2025 contou com 32 participantes, 18 do 3ºano e 14 do 4ºano (Figura 1). Iniciando-se pelos alunos do 3º ano, procede-se à análise dos questionários de avaliação inicial e final.

Figura 1

Número de participantes na atividade

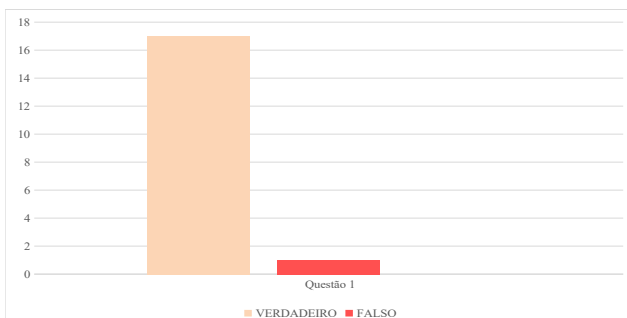


Análise do Questionário de Avaliação Inicial – 3.ºano

À primeira questão “ Todas as pessoas têm o mesmo valor?”, 17 participantes assinalaram a opção correta, “Verdadeiro”, fase a uma resposta selecionada como “Falso”(Figura 2).

Figura 2

Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial



Relativamente à segunda questão “ Ser diferente pode ser um problema?”, catorze assinalaram como “Falso”, enquanto quatro assinalaram como “Verdadeiro” (Figura 3).

Figura 3

Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Na terceira questão, “ Já vi alguém ser tratado de forma injusta”, treze participantes afirmaram que já viram, enquanto cinco, afirmaram que nunca viram, ao assinalarem a opção “Falso” (Figura 4).

Figura 4

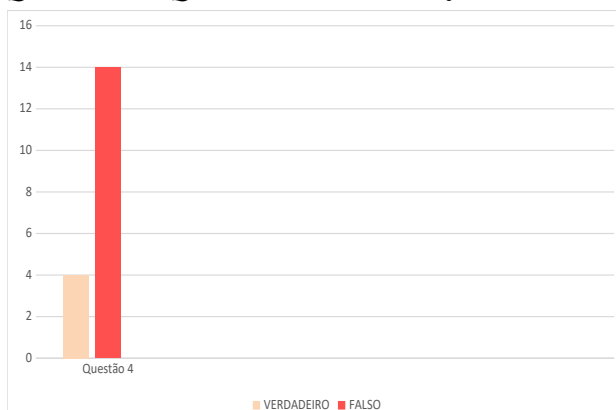
Questão 3 do Questionário de Avaliação Inicial



Na quarta questão, “Se uma pessoa for excluída, isso não é um problema meu”, catorze participantes assinalaram a opção “Falso”, enquanto quatro assinalaram a opção “Verdadeiro”(Figura 5).

Figura 5

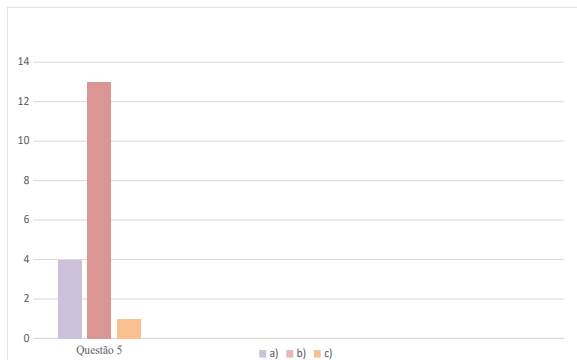
Questão 4 do Questionário de Avaliação Inicial



Na quinta e última questão, “ O que significa “diversidade cultural?””, treze participantes responderam corretamente ao assinalarem a resposta “ b) Significa que as pessoas de diferentes países têm formas diferentes de viver, falar e celebrar”. Em contrapartida, 5 participantes assinalaram as respostas erradas, 4 na resposta a) Significa que todos somos iguais em todos os países” e uma resposta em c) Significa que a comida de todos os países é a mesma. (Figura 6).

Figura 6

Questão 5 do Questionário de Avaliação Inicial



Considerando o Questionário de Avaliação Inicial num todo, verifica-se que treze participantes assinalaram corretamente todas as questões, representado 72% da amostra total.

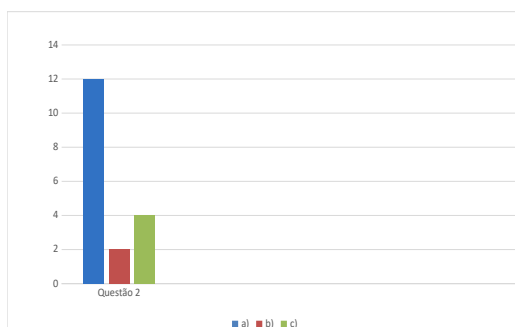
Análise do Questionário de Avaliação Final – 3ºano

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, obteve-se 100%, um total de 18 participantes gostaram da atividade.

Na segunda questão, “ Como te sentes em relação às diferenças entre as pessoas?”, 12 participantes assinalaram a opção correta, a opção a) “ Acho que cada pessoa é especial à sua maneira”. Em contrapartida 6 participantes assinalaram respostas erradas, duas na opção b) “ Ainda acho que algumas pessoas têm mais valor do que outras, e quatro na opção c) “Não sei” (Figura 7).

Figura 7

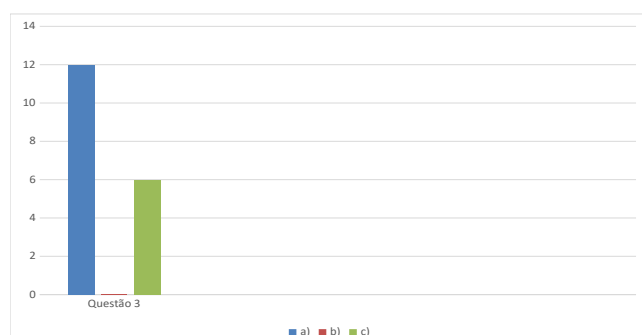
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



A terceira questão correspondente ao respeito entre culturas, “ Porque é que é importante respeitar as culturas de outras pessoas?”, doze participantes assinalaram a resposta correta, a) “Porque todas as culturas têm algo a ensinar, enquanto, seis participantes selecionaram a resposta errada c) Porque assim fazemos amigos (Figura 8).

Figura 8

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Na quarta questão relativa ao conceito de diversidade cultural, “O que é a diversidade cultural?”, dezasseis participantes, selecionaram a resposta certa a) “As pessoas de diferentes países têm culturas diferentes, com formas diferentes de viver e celebrar e duas selecionaram a resposta errada, b)” Todos os países são iguais, com as mesmas comidas, músicas e danças (Figura 9).

Figura 9

Questão 4 do Questionário de Avaliação Final



Por último, á questão 5 de resposta curta, “ Como podemos garantir que ninguém se sinta como o ouriço na escola? , todas as crianças responderam corretamente (n=17), apenas uma não respondeu à questão. Analisando as respostas (Tabela 1), verifica-se o consenso entre convidar o outro para brincar, incluindo-o e ser amigo.

Tabela 1

Respostas da Questão 5 do Questionário de Avaliação Final

Questão 5	
Resposta Correta	Resposta Incorreta
Não excluir ninguém do grupo.	
Brincar com ela.	
Ajudar e brincar.	
Nós podemos brincar com ele e ser simpáticos.	
Brincar com ele e ajudar a integrar-se e fazer amigos.	

Brincar, ajudar e partilhar.	
Convidá-lo para brincar.	
Podemos ajudá-lo para que não se sinta triste.	
Ajudar e brincar e não o desiludir.	
Chamá-lo para brincar connosco.	
Sendo amigo dele.	
Brincar com ele.	
Ajudar e brincar com ele.	
Brincar com ele.	
Convidar para brincar.	
Ajudar.	
Chamar para brincar.	

Analisando o Questionário de Avaliação Final num todo, verifica-se que nove participantes responderam corretamente, representando 50% da amostra total. Desta forma, considerando, o mesmo Questionário, foi possível concluir que a atividade teve um efeito positivo nas crianças que participaram, pois, após a mesma, as crianças conseguiram perceber o conceito diversidade cultural.

Análise do Questionário de Avaliação Inicial – 4ºano

À primeira questão “ Todas as pessoas têm o mesmo valor?”, oito crianças assinalaram a opção correta, “Verdadeiro”, fase a cinco respostas selecionadas como “Falso”(Figura 10).

Figura 10

Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial



Relativamente à segunda questão “ Ser diferente pode ser um problema?”, dez assinalaram corretamente como “Falso”, enquanto três assinalaram como “Verdadeiro” (Figura 11).

Figura 11

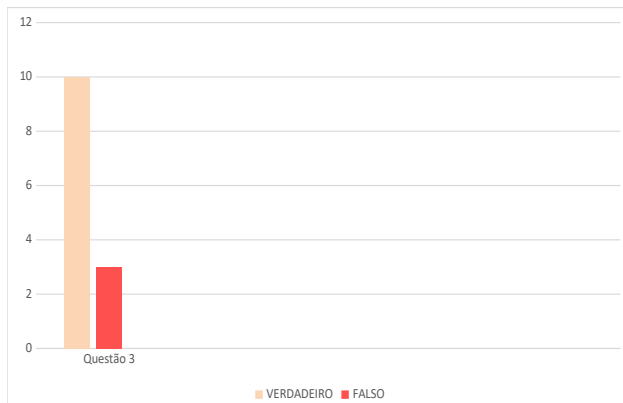
Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Na terceira questão, “ Já vi alguém ser tratado de forma injusta”, dez participantes afirmaram que já viram, enquanto três, afirmaram que nunca viram, ao assinalarem a opção “Falso” (Figura 12).

Figura 12

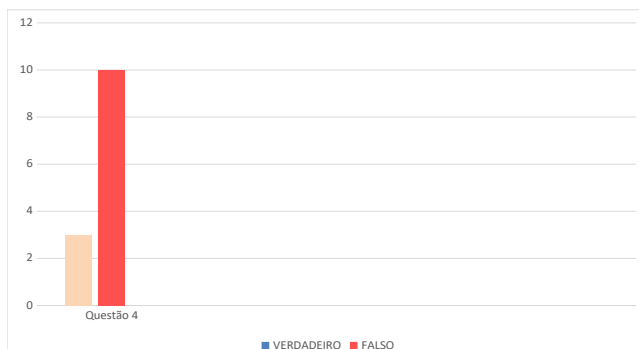
Questão 3 do Questionário de Avaliação Inicial



Na quarta questão, “Se uma pessoa for excluída, isso não é um problema meu”, dez participantes assinalaram corretamente a opção “Falso”, enquanto três assinalaram a opção “Verdadeiro”(Figura 13).

Figura 13

Questão 4 do Questionário de Avaliação Inicial



Na quinta e última questão, “ O que significa “diversidade cultural”? oito participantes responderam corretamente ao assinalarem a resposta “ b) Significa que as pessoas de diferentes países têm formas

diferentes de viver, falar e celebrar”. Em contrapartida, cinco participantes assinalaram a resposta errada a) Significa que todos somos iguais em todos os países (Figura 14).

Figura 14

Questão 5 do Questionário de Avaliação Inicial



Considerando o Questionário de Avaliação Inicial num todo, verifica-se que apenas quatro participantes assinalaram corretamente todas as questões, representado 31 % da amostra total.

Análise do Questionário de Avaliação Final – 4º ano

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, obteve-se 100%, num total de 14 participantes gostaram da atividade.

Na segunda questão, “ Como te sentes em relação às diferenças entre as pessoas?”, 13 participantes assinalaram a opção correta, a opção a) “ Acho que cada pessoa é especial à sua maneira”. Em contrapartida um participante assinalou , a resposta errada b) “ Ainda acho que algumas pessoas têm mais valor do que outras” (Figura 15).

Figura 15

Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



A terceira questão correspondente ao respeito entre culturas, “ Porque é que é importante respeitar as culturas de outras pessoas?”, nove participantes assinalaram a resposta correta, a) “Porque todas as culturas têm algo a ensinar, enquanto, cinco participantes selecionaram a resposta errada c) Porque assim

fazemos amigos (Figura 16).

Figura 16

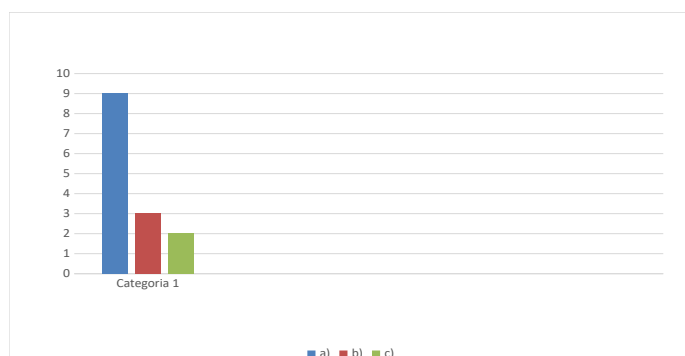
Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Na quarta questão relativa ao conceito de diversidade cultural, “O que é a diversidade cultural?”, nove participantes, selecionaram a resposta certa a) “ As pessoas de diferentes países têm culturas diferentes, com formas diferentes de viver e celebrar, cinco selecionaram a resposta errada, três selecionaram a opção b)” Todos os países são iguais, com as mesmas comidas, músicas e danças.” e dois selecionaram a opção c) “ As pessoas só têm roupas diferentes roupas” (Figura 17).

Figura 17

Questão 4 do Questionário de Avaliação Final



Por último, á questão 5 de resposta curta, “ Como podemos garantir que ninguém se sinta como o ouriço na escola? , todas as crianças responderam corretamente (n=14), apenas uma não respondeu à questão. Analisando as respostas (Tabela 2), verifica-se o consenso entre convidar o outro para brincar, incluindo-o e ser amigo.

Tabela 2

Respostas da Questão 5 do Questionário de Avaliação Final

Questão 5	
Dar-lhe um presente como algodão e aceitá-lo.	Resposta Incorreta

Não excluir ninguém e ser amigo.	
Dando um presente ou ser amigo ou brincar.	
Nós podemos garantir a não excluir ninguém que seja diferente de nós.	
Aceitar as diferenças dos outros.	
Brincar com ele.	
Não excluir a pessoa mesmo sendo diferente.	
Ajudá-lo a sentir-se melhor.	
Ser amigo.	
Aceitar todos.	
Ajudar as pessoas.	
Incluí-lo.	
Temos de fazer o melhor por ele.	
Ser amigo dele.	

Analisando o Questionário de Avaliação Final num todo, verifica-se que seis participantes responderam corretamente, representando 42%. Desta forma, considerando, o mesmo Questionário, foi possível concluir que a atividade teve um efeito positivo nas crianças que participaram, pois, após a mesma, as crianças conseguiram perceber o conceito diversidade cultural. No entanto, surge a necessidade de alteração de algumas questões dos questionários, devido às dúvidas causadas nos participantes.

Fazendo uma análise entre o 3º e 4ºano, através dos questionário de avaliação inicial e final é possível diferenciá-los. O 3ºano demonstrou mais conhecimentos prévios sobre os conceitos, fase ao 4ºano.

Anexo E – Planificação “Pelo Mundo”

Designação da Atividade: Atividade “Pelo Mundo”		
Data: 18/ 03/2025; 03/04/2025	Tempo previsto: 40 minutos	Local: Escola Básica D. Luís Loureiro; Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul
Público-Alvo: Alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico		Nº Participantes: 28
Objetivo Geral: Promover a inclusão social – ODS 10		
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a compreensão da interculturalidade; • Promover o respeito em relação a outras culturas. • Sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade. • Reconhecer influências de outros países e culturas em diversos aspetos do seu dia a dia. 		
Descrição da atividade: <p>De forma a compreender a perceção que as crianças têm relativamente à diversidade cultural, serão entregues, numa primeira fase, os Questionários de Avaliação Inicial (Anexo II). De seguida, pede-se a cada criança participante que diga o seu nome, um país que gostasse de conhecer e porquê. No final faz-se uma pequena reflexão sobre os países e as razões enumeradas.</p> <p>Num segundo momento será transmitido um pequeno vídeo intitulado “What is diversity?” (https://youtu.be/SyaLcfMeeEM?si=DxtLH_Jeom97C-dv). Após a visualização do vídeo as crianças serão questionadas sobre o que viram. Com as palavras ditas pelas crianças elaborar-se-á uma chuva de ideias que definam diversidade cultural.</p> <p>Posteriormente, inicia-se um jogo, com o intuito de conhecer outras culturas. O jogo consiste na associação de imagens ao país (Anexo I). Terminado o jogo, realiza-se um momento de reflexão através das seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como podemos respeitar as pessoas com costumes diferentes dos nossos? - Como podemos tornar a escola mais inclusiva? <p>A atividade termina refletindo-se que a diversidade cultural é uma riqueza de diferentes tradições, costumes, línguas, crenças e formas de viver das pessoas ao redor do mundo. Cada cultura tem algo especial e único, como sua música, comida, roupas e festas e é essencial as diferenças. Ao aprender sobre outras culturas, ampliamos o nosso conhecimento e tornamo-nos pessoas mais respeitadas e tolerantes. Após o momento de reflexão cada participante irá receber, um Marcador de Livros (Anexo IV) e será solicitada a sua colaboração na resposta ao Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo III).</p>		
Recursos Humanos : - Estagiária do Núcleo Distrital	Recursos Materiais:	Recursos Financeiros: 20 €

de Viseu da EAPN Portugal; - Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.	- Cartões com as imagens (Anexo I)	
Avaliação: - Questionário de Avaliação Inicial - Questionário de Avaliação Final		

Anexo I
Imagens



México



Itália





Arábia Saúdita



Japão



Brasil



Índia



Angola



**S. Tomé e
Príncipe**





**Estados Unidos
da América**

HOLLYWOOD



Grécia



Austrália

Anexo II

Questionário de Avaliação Inicial

Atividade “Pelo Mundo”

Assinala a resposta que consideras correta.

1. O que achas que significa a palavra "cultura"?
 Apenas a comida e a música de um país.
 O modo de viver de um povo, incluindo tradições, língua, comida, festas e costumes.

2. Como devemos tratar as pessoas que têm costumes e tradições diferentes das nossas?
 Devemos respeitar e aprender com elas.
 Devemos dizer que a nossa cultura é melhor.
 Devemos ignorá-las, pois são muito diferentes de nós.

3. Marca com um X as frases com que concordas:
 O mundo seria muito aborrecido se todas as pessoas fossem iguais.
 Conhecer novas culturas ajuda-nos a aprender mais e a respeitar os outros.
 O mais importante é respeitar as pessoas, independentemente da sua cultura.

Anexo III

Questionário de Avaliação Final

Atividade “Pelo Mundo”

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.



2. O que é diversidade cultural?

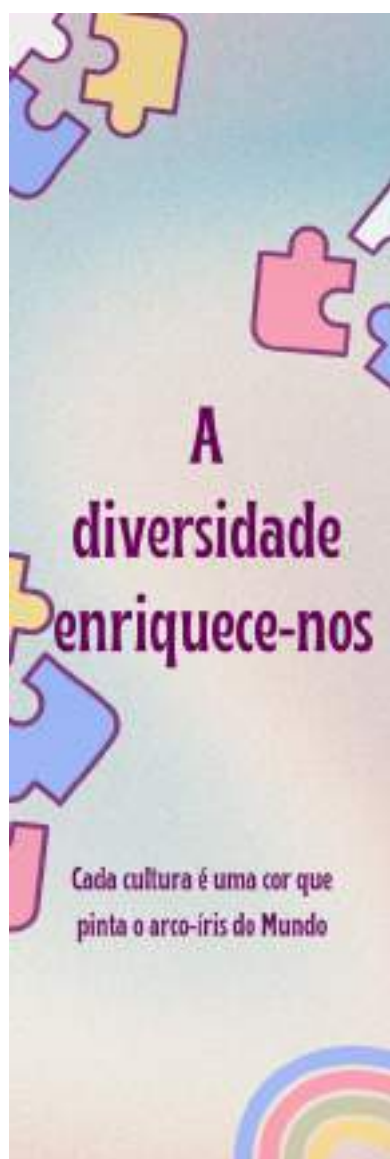
- () Quando todas as pessoas têm os mesmos trajes.
- () Quando existem diferentes costumes, tradições e modos de viver.
- () Quando todas as pessoas falam a mesma língua.

3. Por que é importante respeitar a diversidade cultural?

- () Porque nos ajuda a conhecer diferentes culturas e a aprender com elas.
- () Porque todas as culturas devem ser iguais.
- () Porque só a nossa cultura deve ser valorizada.

Anexo IV

Marcador de Páginas



Anexo F – Fotografias da Atividade “Pelo Mundo”



Anexo G – Análise dos Questionários Implementados na Atividade “Pelo Mundo”

Anexo I

Análise dos Questionários - Escola Básica D. Luís Loureiro

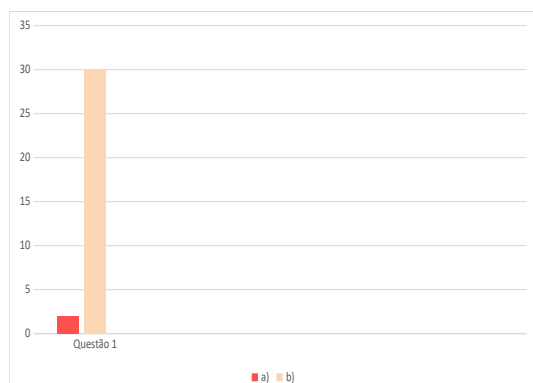
A atividade realizada na Escola Básica D. Luís Loureiro, em Silgueiros, no dia 18 de março de 2025 contou com 32 participantes, duas turmas do 6ºano.

Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “ O que achas que significa a palavra “cultura?””, dois participantes assinalaram a opção errada, a)“Apenas a comida e a música de um país”, face 30 participantes que assinalaram a resposta correta b)“O modo de viver de um povo incluindo tradições, língua, comida”, (Figura 1).

Figura 1

Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial



Na segunda questão “Como devemos tratar as pessoas que têm costumes e tradições diferentes das nossas?”, trinta participantes assinalaram a resposta correta, “a) Devemos respeitar e aprender com elas”, face a duas respostas erradas, uma na opção “b) Devemos dizer que a nossa cultura é melhor” e uma opção na opção “ c) Devemos ignorá-las, pois são muito diferentes de nós” (Figura 2).

Figura 2

Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Na questão 3, “Marca com um X as frases com que concordas”, existiam três opções corretas, “a) O mundo seria muito aborrecido se todas as pessoas fossem iguais.”, “b) Conhecer novas culturas ajuda-nos a aprender mais e a respeitar os outros”, “c) O mais importante é respeitar as pessoas, independente da sua cultura.”. No entanto, apenas dois participantes assinalaram as três opções. Considerando as respostas à terceira questão, denota-se uma limitação na interpretação da questão, a grande maioria dos participantes achou que apenas poderia selecionar uma opção.

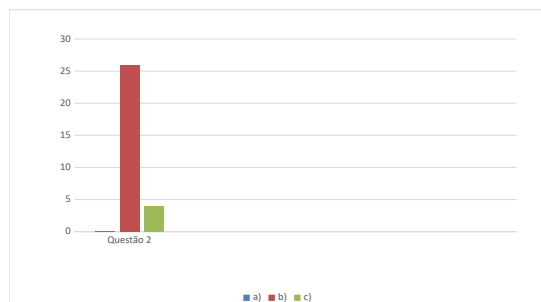
Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, obteve-se 100%, num total de 30 participantes gostaram da atividade.

Na segunda questão, “O que é diversidade cultural?”, vinte seis participantes responderam corretamente, assinalando, a opção b) “Quando existem diferentes costumes, tradições e modos de viver”, face a quatro participantes que assinaram a resposta errada, c) “Quando todas as pessoas falam a mesma língua.” (Figura 3).

Figura 3

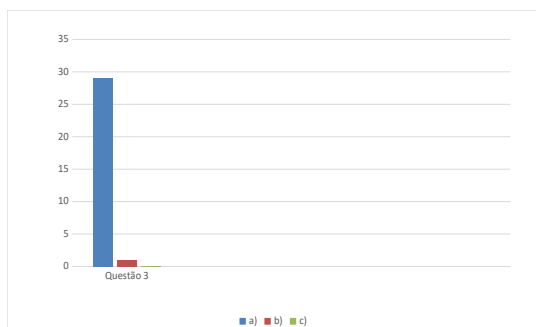
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



Na terceira questão, “Porque é importante respeitar a diversidade cultural?”, vinte e nove participantes selecionaram a opção correta, a) “Porque nos ajuda a conhecer diferentes culturas e aprender com elas.”, face a um participante que selecionou a resposta errada, b) “Porque todas as culturas devem ser iguais” (Figura 4).

Figura 4

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Anexo II

Escola Básica de São Pedro do Sul

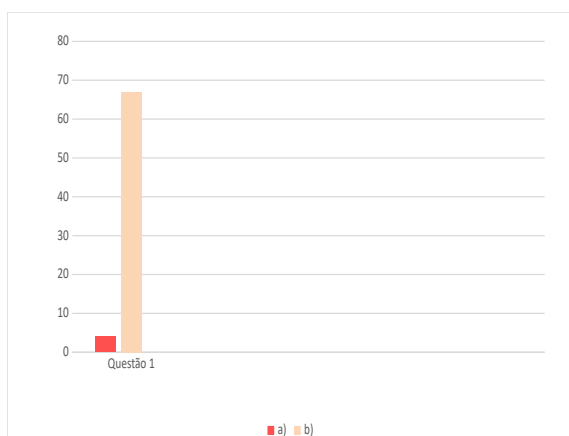
A atividade “Pelo Mundo”, realizada na Escola Básica e Secundária de São Pedro do Sul, em São Pedro do Sul, no dia 03 de abril de 2025 contou com setenta e um participantes, quatro turmas do 5ºano.

Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “O que achas que significa a palavra “cultura?””, quatro participantes assinalaram a opção errada, a) “Apenas a comida e a música de um país”, face a sessenta e sete que assinalaram a resposta correta, b) “O modo de viver de um povo incluindo tradições, língua, comida”, (Figura 1).

Figura 1

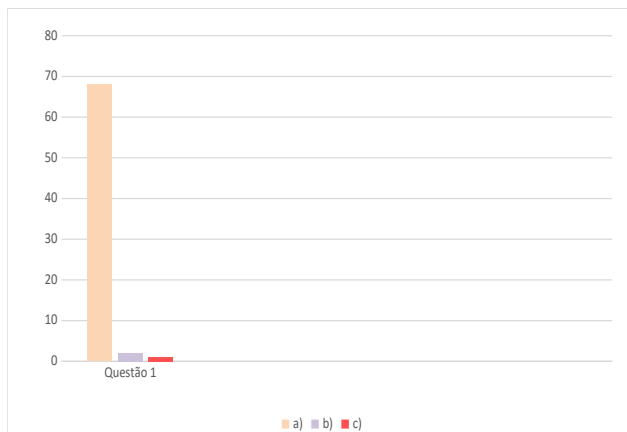
Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial



Na segunda questão “Como devemos tratar as pessoas que têm costumes e tradições diferentes das nossas?”, sessenta e oito participantes assinalaram a resposta correta, face a três respostas erradas, duas na opção b) “Devemos dizer que a nossa cultura é melhor” e uma opção na opção c) “Devemos ignorá-las, pois são muito diferentes de nós” (Figura 2).

Figura 2

Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Na última questão, questão 3, “Marca com um X as frases com que concordas”, existiam três opções corretas, a)“O mundo seria muito aborrecido se todas as pessoas fossem iguais.”, b)“Conhecer novas culturas ajuda-nos a aprender mais e a respeitar os outros”, c)“O mais importante é respeitar as pessoas, independente da sua cultura.”. No entanto, apenas trinta sete (52%) participantes assinalaram as três opções.

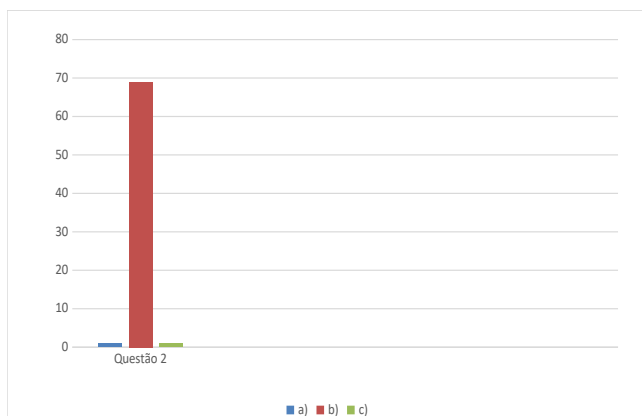
Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, obteve-se 97% (n= 69) de respostas, num total de 71 participantes, na opção de que gostaram da atividade. Uma das respostas foi considerada nula, por assinalar as duas opções.

Na segunda questão, “O que é diversidade cultural?”, sessenta e nove participantes responderam corretamente, assinalando, a opção b)“Quando existem diferentes costumes, tradições e modos de viver”, face a dois participantes que assinaram a resposta errada, uma na opção a)“ Quando todas as pessoas têm os mesmos trajes” e uma na opção c)“ Quando todas as pessoas falam a mesma língua.” (Figura 3).

Figura 3

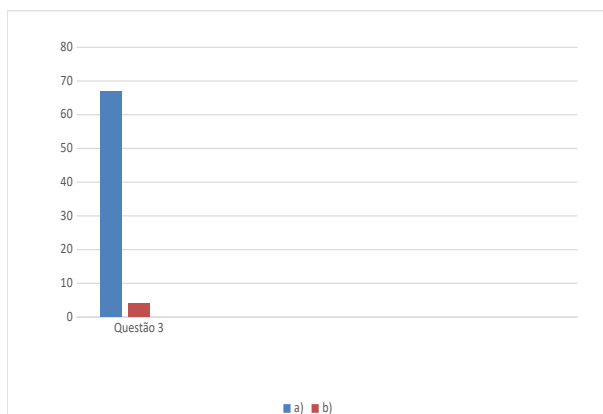
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



Na terceira questão, “Por que é importante respeitar a diversidade cultural?”, sessenta e sete participantes selecionaram a opção correta, a) “Porque nos ajuda a conhecer diferentes culturas e aprender com elas.”, face a quatro participantes que selecionaram a resposta b) “Porque todas as culturas devem ser iguais” (Figura 4).

Figura 4

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Analisando o Questionário de Avaliação Final num todo, verifica-se que 67 participantes responderam corretamente, representando 94% dos participantes.

Anexo H – Ficha da Atividade “ Quem pode ser?”

Designação da Atividade: “Quem Pode Ser?”

Data: 14/05/2025 Hora: 9:30h	Tempo previsto: 50min	Local: Escola Básica Aquilino Ribeiro
Público-Alvo: Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico		Nº Participantes: 20
Objetivo Geral: Contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Género		
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Desmistificar estereótipos/preconceitos associados ao género; • Consciencializar para a importância da garantia da igualdade de oportunidades; • Clarificar o conceito de "Igualdade de Género". 		
Designação da atividade: <p>De forma a compreender a perceção que as crianças têm relativamente à representação de género, serão entregues, numa primeira fase, os Questionários de Avaliação Inicial (Anexo II). De seguida, pede-se a cada criança participante que diga o seu nome e qual a profissão que gostaria de ter quando crescer.</p> <p>A atividade inicia-se com a questão, “O que significa Igualdade de Género?”, após as partilhas dos/das participantes, transmite-se a ideia de que “ Igualdade de Género, é quando meninos e meninas têm os mesmos direitos e deveres.”</p> <p>Posto isto, de forma a promover um momento de reflexão nos/as participantes, os/as mesmos/as serão convidados a jogar ao jogo “Quem pode ser?”, com o intuito de desconstruir ideias pré-concebidas relativamente ao género. Serão apresentadas imagens referentes a cores, profissões e tarefas domésticas (Anexo A), às quais se pretende que os/as participantes associem os géneros. Durante a apresentação de cada imagem, os participantes serão questionados/as acerca da sua escolha, com o intuito de promover a reflexão. O jogo termina após todas as imagens serem associadas, resultando num cartaz. Finalizado jogo, será realizada uma sùmula das principais ideias.</p> <p>Num segundo momento será transmitido um pequeno vídeo intitulado “Histórias do Lucas: isto não é para Meninas?” (dos 44s aos 3m:53s). Após a visualização do vídeo as crianças serão questionadas sobre o que viram.</p> <p>De forma a concluir, proporciona-se um momento de conversa e partilha para consciencializar as crianças participantes da importância de se garantir a igualdade de oportunidades, reforçando a mensagem de que não existem profissões ou cores específicas para nenhum dos géneros. Após o momento de reflexão cada participante irá receber, um Marcador de Livros (Anexo IV) e será solicitada a sua colaboração na resposta ao Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo III).</p>		
Recursos Humanos : <ul style="list-style-type: none"> - Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; - Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal. 	Recursos Materiais: <ul style="list-style-type: none"> - Cartolina A2 - Imagens (Anexo I) -Velcro 	Recursos Financeiros: <p>15€</p>

Avaliação:

- Questionário de Avaliação Inicial
- Questionário de Avaliação Final







E

M



R

?











Anexo II

Questionário de Avaliação Inicial

Atividade – “Quem pode ser?”

Pinta a estrela que responde à pergunta.

1. Quem pode vir a ser Polícia?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

2. Quem pode vestir cor-de-rosa?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

3. Quem deve ter mais direitos?

- ☆ Os meninos;
- ☆ As meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas devem ter os mesmos direitos.

4. Quem pode gostar da cor azul?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

5. Quem pode vir a ser presidente de um país?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

Anexo III

Questionário de Avaliação Final

Atividade – “Quem pode ser?”

1. Gostaste da atividade?



Sim



Não

2. A atividade ajudou-te a perceber o que é a Igualdade de Género?

Sim

Mais ou menos

Não

3. O que é a igualdade de género?

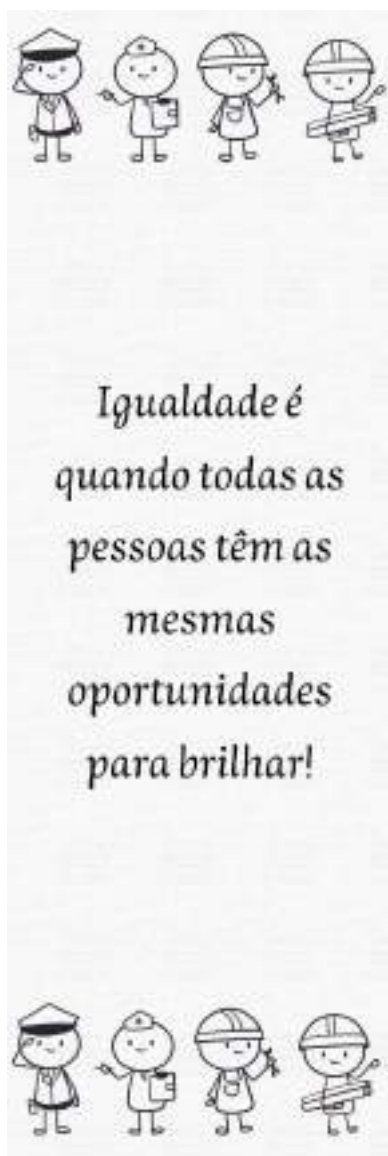
Meninos e as meninas terem os mesmos direitos;

Meninos terem mais direitos do que as meninas;

Meninas terem mais direitos do que os meninos.

Anexo IV

Marcador de Páginas



Anexo I – Fotografias da Atividade “Quem pode ser?”



Anexo J – Análise dos Questionários Implementados na Atividade “Quem pode ser?”

A atividade realizada na Escola Básica Aquilino Ribeiro, no dia 14 de maio de 2025 contou com 44 participantes do 3º ano.

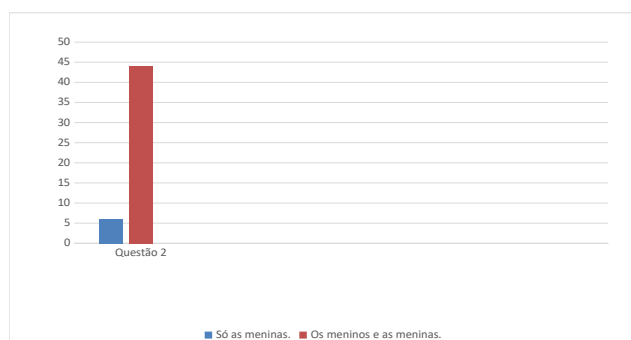
Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão, “Quem pode vir a ser Polícia?”, todos os 44 participantes, assinalaram a resposta correta, “Os meninos e as meninas”.

Na segunda questão, “Quem pode vestir cor-de-rosa”, 38 participantes assinalaram a resposta correta, “Os meninos e as meninas”, enquanto, 6 participantes assinalaram a resposta “Só as meninas” (Figura 1).

Figura 1

Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial

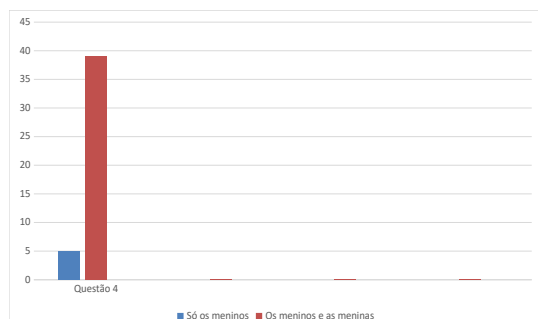


Na questão 3, “Quem deve ter mais direitos?”, todos os participantes assinalaram a resposta correta “Os meninos e as meninas devem ter os mesmos direitos”.

Na questão 4, “Quem pode gostar da cor azul?”, 39 participantes assinalaram a resposta correta “Os meninos e as meninas”, fase a 5 que assinalaram a respostas, “Só os meninos” (Figura 2).

Figura 2

Questão 4 do Questionário de Avaliação Inicial

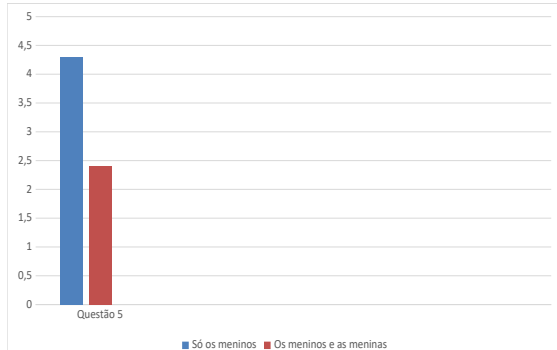


Na quinta e última questão, “Quem pode vir a ser presidente de um país?”, 39 participantes selecionaram a resposta correta “Os meninos e as meninas”, fase a 5 que selecionaram a resposta “Só os meninos”

(Figura 3).

Figura 3

Questão 5 do Questionário de Avaliação Inicial



Considerando o Questionário de Avaliação Inicial num todo, verifica-se que 36 participantes assinalaram corretamente todas as questões, representado 82% da amostra total.

Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, obteve-se 100%, um total de 44 participantes gostaram da atividade.

Na segunda questão, “A atividade ajudou-te a perceber o que é a Igualdade de género?”, todos os participantes selecionaram a opção, “Sim”.

Na terceira e última questão, relativa ao conceito de igualdade de género, “O que é igualdade de género”? todos os participantes assinalaram a resposta correta, “Os meninos e as meninas terem os mesmos direitos”.

Anexo K – Planificação da Atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais!”

Designação da Atividade: “Tod@s diferentes, tod@s iguais”		
Data: 19/05/2025; 02/04/2025; 23/05/2025	Tempo previsto: 45 minutos	Local: Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa; Escola Gomes Enes de Azurara; Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.
Público-Alvo: Alunos/as do 3.º Ciclo do Ensino Básico		Nº Participantes: 22
Objetivo Geral: Promover a inclusão social – ODS 10		
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a compreensão da interculturalidade • Promover o respeito em relação a outras culturas • Sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade. 		
Designação da atividade: <p>De forma a perceber qual o conhecimento prévio dos/das participantes sobre o tema, serão entregues, numa primeira fase, os Questionários de Avaliação Inicial (Anexo III).</p> <p>Em seguida, coloca-se em prática uma dinâmica quebra-gelo com os/as adolescentes, que consiste em pedir a cada pessoa que diga o seu primeiro nome e uma palavra que associe à interculturalidade (deve pedir-se para não repetirem o que já tenha sido dito anteriormente por outra pessoa). Nessa sequência, o/a aluno/a seguinte, terá de repetir a palavra que o/a último/a colega referiu e acrescentar uma nova palavra que relacione com o tema.</p> <p>A segunda fase, inicia-se com uma explicação do que significa multiculturalidade e Interculturalidade (Anexo I).</p> <p>Após a explicação inicia-se um jogo, com objetivo de conhecer melhor os costumes e diferenças culturais de vários países. A cada questão, os/as alunos(as) têm de levantar o sinal de concordo ou discordo (Anexo II), e em seguida refletir sobre a resposta. O jogo termina após as 10 questões, refletindo-se que interculturalidade traduz o encontro, a convivência e a troca de influências entre pessoas de diferentes culturas, respeitando as diferenças e valorizando o que cada cultura tem de único, enfatizando que a interculturalidade não é só sobre culturas distantes, mas também sobre como lidamos com a diversidade dentro da própria comunidade ou escola.</p> <p>Após o momento de reflexão cada participante irá receber, um Passaporte Intercultural (Anexo V) e será solicitada a sua colaboração na resposta ao Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo IV).</p>		
Recursos Humanos : - Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; - Técnico do Núcleo Distrital de	Recursos Materiais: - Cartão; -Palitos de madeira;	Recursos Financeiros: 20 €

Viseu da EAPN Portugal.		
Avaliação: <ul style="list-style-type: none">- Questionário de Avaliação Inicial- Questionário de Avaliação Final		

Anexo I

Apresentação PowerPoint





Multiculturalidade



Interculturalidade



Interculturalidade

O que é?



Interculturalidade

inter + cultura

(reciprocidade, interação)

De Oliveira, 2014

Concordo ou Discordo?

👍 👎



Todas as pessoas árabes são muçulmanas e terroristas.



Nem todas as pessoas árabes são muçulmanas, muitas delas são cristãs, judias e de outras religiões. Além disso, a grande maioria das pessoas muçulmanas são pacíficos e associar o Islão ao terrorismo é um estereótipo injusto.



**Todas as pessoas africanas
vivem em pobreza e em tribos.**



África é um continente vasto, com cidades modernas, tecnologia avançada e economias em crescimento. Existem zonas pobres, mas também países desenvolvidos .



Nos países árabes, todas as mulheres são obrigadas a usar hijab.



O uso do véu varia de acordo com a cultura e a região. Em muitos países árabes, as mulheres têm liberdade de escolha, ou seja, usam o hijab por motivos religiosos ou culturais.



Todas as pessoas na Índia são hindus.



Embora o hinduísmo seja a religião maioritária, a Índia tem uma diversidade religiosa.



Segundo os Censos da Índia de 2011:

- **Hinduísmo: 79,8% da população**
- **Islamismo: 14,2% da população**
- **Cristianismo: 2,3% da população**
- **Sikhismo: 1,7% da população**
- **Budismo: 0,7% da população**
- **Jainismo: 0,4% da população**
- **Outras religiões: 0,7%**

(Office of the Registrar General & Census Commissioner India, 2011)



A cor da pele determina a inteligência.



Não há qualquer relação entre a cor da pele e a inteligência.



As pessoas indianas vivem todas em bairros pobres e superlotados.



A Índia tem bairros pobres, mas também tem bairros ricos, arranha-céus, centros tecnológicos e uma classe média crescente. Cidades como Bangalore e Hyderabad são grandes centros de tecnologia e inovação.



Vidhana Soudha, Bangalore



Hyderabad



As pessoas japonesas têm todas a mesma cultura e forma de pensar.



A diversidade regional dentro do Japão é enorme e as pessoas têm personalidades e estilos de vida diferentes.



- Diversidade física – Tal como em qualquer outro país, há variações no tom de pele, traços faciais e estrutura corporal entre os japoneses.
- Diferenças culturais regionais – O Japão tem 47 províncias, cada uma com tradições, sotaques e hábitos distintos.
- Estilos de vida e pensamento variados – No Japão, existem pessoas conservadoras e progressistas, introvertidas e extrovertidas, artistas, cientistas, desportistas.
- Influência da globalização – As novas gerações japonesas são altamente influenciadas por culturas estrangeiras, adotando diferentes estilos de vida, moda e ideologias.

(Embaixada do Japão em Portugal, s.d)



O Brasil é um país perigoso e sem segurança.





Há cidades brasileiras com altos índices de criminalidade, mas também há muitas áreas seguras. O Brasil é um país enorme, e a segurança varia muito consoante a região e a cidade.



A comida indiana é toda muito picante.





A comida indiana é rica em especiarias, mas nem todos os pratos são picantes. Existem pratos suaves e aromáticos, como butter chicken, biryani e dosa, que podem ser preparados sem picante.



Butter chicken



Biryani



Dosa



As pessoas francesas são todas arrogantes.



Este estereótipo vem da ideia de que as pessoas francesas são muito patriotas e orgulhosas da sua cultura. Na realidade, tal como em qualquer país, há pessoas simpáticas e antipáticas.

Os mitos culturais mostram como a imagem do país é muitas vezes baseada em estereótipos.

Estes mitos podem parecer inofensivos, mas, muitas vezes, alimentam preconceitos e criam barreiras entre culturas.

- ✓ Os mitos culturais não correspondem à realidade.**
- ✓ Cada cultura é diversa e não pode ser reduzida a estereótipos.**
- ✓ O respeito e o conhecimento são essenciais para combater preconceitos.**
- ✓ Questionar informações antes de aceitá-las como verdade é fundamental.**



Referências Bibliográficas

Embaixada do Japão em Portugal. (s.d). *Árvore Japão*. https://www.embjapan.pt/pt/pt_info_japan.html

Office of the Registrar General & Census Commissioner. (2011). *Population by religious community - India. Population Census 2011*. <https://www.censusindia.gov.in/vada/index.php/catalog/11361>

Wongwattana, L. (2018). Multiculturalidade, Transculturalidade, Interculturalidade. *Revista Construção Psicológica*, 24 (27), 21-36. <https://psicic.bvsolad.org/pdf/psic/20182704.p.03?pagina=6.71>



Anexo II

Placa



Anexo III

Questionário de Avaliação Inicial

Atividade - “Tod@s diferentes, tod@s iguais”

1. O que entendes por "mito cultural" ou "estereótipo"?

2. Assinala a resposta que consideras correta.

Consideras que os estereótipos condicionam a perceção acerca das diferentes culturas?

- a) Não, os estereótipos não afetam em nada a perceção.
b) Sim, os estereótipos condicionam a perceção sobre as diversas culturas.

3. Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade?

- a) É o diálogo e a interação entre culturas diferentes, onde se promove o respeito e a valorização das diversidades.
b) É a imposição de uma cultura dominante sobre todas as outras.
c) É a coexistência pacífica de culturas diversas, mas sem qualquer troca ou diálogo.
d) É o processo homogeneização onde as diferenças culturais são eliminadas em prol de uma única identidade.

Anexo IV

Questionário de Avaliação Final

Atividade - “Tod@s diferentes, tod@s iguais”

1. Gostaste da atividade?



2. Assinala a resposta que consideras correta.
 - a. Qual das seguintes repostas define melhor o conceito de interculturalidade, após participares nesta atividade?
 - a) O diálogo e a interação entre culturas diferentes, promovendo o respeito e a valorização da diversidade.
 - b) A imposição de uma cultura dominante sobre as outras.
 - c) A simples coexistência de culturas sem qualquer troca.
 - d) O processo de homogeneização, onde se eliminam as diferenças culturais.
 - b. Qual das seguintes afirmações descreve melhor o impacto negativo dos mitos culturais na sociedade?
 - a) Os mitos culturais reforçam estereótipos e preconceitos, criando barreiras à compreensão e ao convívio.
 - b) Os mitos culturais incentivam o diálogo e a descoberta das diferenças, promovendo a inclusão.
 - c) Os mitos culturais ajudam a preservar tradições, sem afetar as relações sociais.
 - d) Os mitos culturais servem apenas como forma de entretenimento, sem influenciar o comportamento das pessoas

Anexo V

Passaporte Intercultural



Explorador Gastronómico

Experimenta um prato típico de outra cultura.

Ceviche
Descobre a experiência.
 Come um festival de cores e aromas
 Descobre a harmonia entre o doce e o salgado
 Tão rico como uma história bem contada

Pad Thai
Descobre a experiência.
 Come um festival de cores e aromas
 Descobre a harmonia entre o doce e o salgado
 Tão rico como uma história bem contada

Tortilha de Batata
Descobre a experiência.
 Come um festival de cores e aromas
 Descobre a harmonia entre o doce e o salgado
 Tão rico como uma história bem contada

Caçador de Palavras

Aprende palavras em outra língua e regista-as.

Playlist Global

"Solo y Pá a Die" - Leónidas
Canto contra a injustiça e o Claburo militar na Argentina.

"Wine Sister" Alina
Canto de resistência contra o Apartheid, no tempo do do fim nacional do África do Sul.

Histórias do Mundo

A Lenda do Tsuru

Segundo a lenda japonesa, quem dobrar mil vezes de origem terá um desejo realizado pelo céu. Esta criança tornou-se imediatamente conhecida através da história de Sodeko Tsuru, uma menina vítima da malhaça do bombe atómico de Hiroshima. Uma esperança de se curar de leucemia. Semelhante a dobrar mil vezes, mas há um outro de terminar. De sua existência, se não sempre suspiramos a vida, fazendo a vida um trabalho de paz, esperança e perseverança. Neste sentido, a obra de origem tornou-se uma história de paz, esperança e perseverança.

<https://www.org/pt/ingles/curriculo-2020>

Sabedoria sem Fronteiras

"Alle guten Dinge sind drei."
As melhores coisas vêm em três.

"Wie het kleine niet eert, is het grote niet weerd."
Quem não honra o pequeno não merece o grande.

"الصبر مفتاح الفرج" (As-sabr miftah al-faraj)
A paciência é a chave para o alívio.

Anexo L – Fotografias da Atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais!”



Anexo M – Análise dos Questionários Implementados dn Atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais!”

Anexo I

Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa

A atividade realizada na Escola Básica Integrada Santa Cruz da Trapa, no dia 2 de abril de 2025 contou com 22 participantes, do 9.º ano.

Na dinâmica quebra-gelo foi pedido aos/às participantes que dissessem o seu nome e uma palavra que associassem à interculturalidade (Tabela 1).

Tabela 1

Palavras associadas à interculturalidade

Palavras
Interação
Diferenças culturais
Variedade
Igualdade
Diversificação
Religião
Respeito
Diferença
Convívio
Ideais
Direitos
Igualdade de género
Comunicação
Introdução
Paz
Empatia

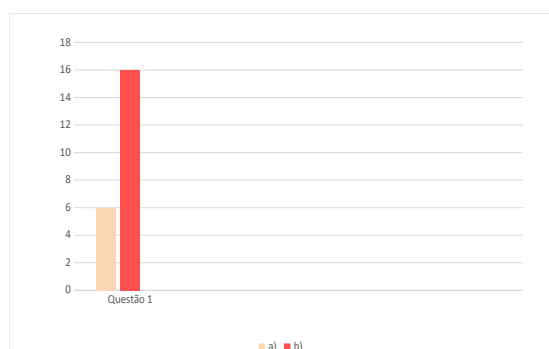
Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “O que entendes por “mito cultural” ou “estereótipo”?”, apenas cinco participantes responderam corretamente, onze responderam erradamente e os restantes seis não responderam (Tabela 2).

Tabela 2*Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial*

Resposta Correta	Resposta Incorreta
São ideias pré formuladas geralmente más ou ofensivas sobre alguém ou alguma coisa.	É uma coisa que toda a gente diz Não sei
Uma ideia formulada de forma a generalizar um grupo, nomeando aspetos, ideias, religiões ou até cor-de-pele.	Não sei o que é
Preconceito	Nada
Uma ideia de diferentes culturas	É uma coisa ou estilo de vida que uma pessoa faz
Algo que se acha que é comum numa determinada cultura.	Não sei nada
	Uma pessoa que acha que tem coisas em comum numa cultura diferente.

Na segunda questão, “Consideras que os estereótipos condicionam a perceção acerca de diferentes culturas?”, seis participantes selecionaram a opção a) “Não, os estereótipos não afetam em nada a perceção”, face a dezasseis participantes que selecionaram a resposta correta, b) “Sim, os estereótipos condicionam a perceção sobre as diversas culturas”(Figura 1).

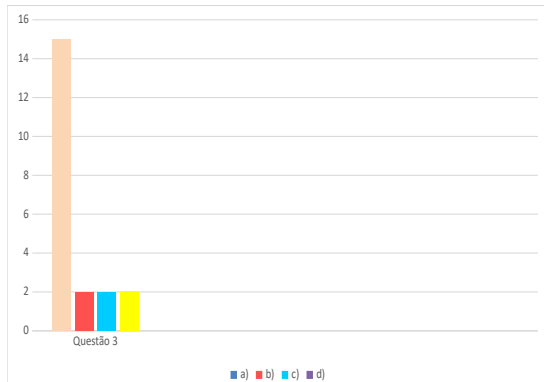
Figura 1*Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial*

Na terceira questão, “Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade?”, quinze participantes assinalaram a resposta correta a) “É o diálogo e a interação entre culturas diferentes, onde se promove o respeito e a valorização das diversidades”, dois assinalaram a opção b) “É a imposição de uma cultura dominante sobre todas as outras”, dois assinalaram a opção c) “É a coexistência pacífica

de culturas diversas, mas sem qualquer troca ou diálogo”, dois assinalaram a opção d) “É o processo de homogeneização onde as diferenças culturais são eliminadas em prol de uma única identidade, e por último, uma resposta foi considerada nula por assinalar duas opções (Figura 2).

Figura 2

Questão 3 do Questionário de Avaliação Inicial



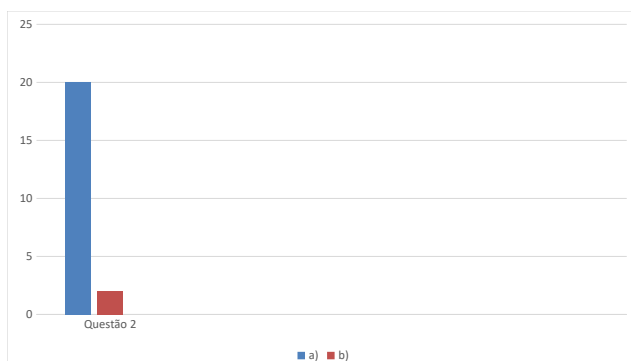
Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, dezanove participantes assinalaram a opção “Sim”, num total de 22 participantes.

Na segunda questão, “Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade, após participares nesta atividade?”, vinte participantes assinalaram a resposta correta, a) “O diálogo e a interação entre culturas diferentes, promovendo o respeito e a valorização da diversidade”, enquanto dois selecionaram a resposta errada b) “A imposição de uma cultura dominante sobre as outras (Figura 3).

Figura 3

Questão 2 do Questionário de Avaliação Final

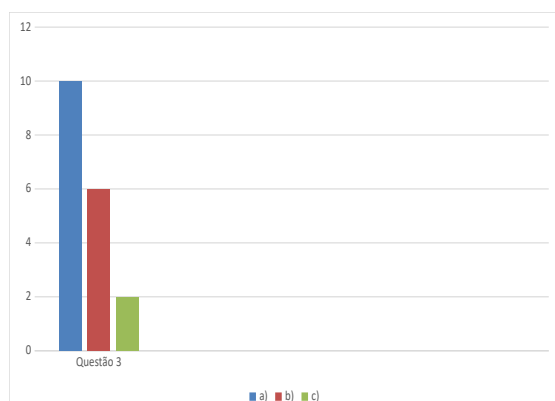


Na terceira questão, “Qual das seguintes afirmações descreve melhor o impacto negativo dos mitos culturais na sociedade?”, dez participantes assinalaram a opção correta a) “Os mitos culturais reforçam estereótipos e preconceitos, criando barreiras à compreensão e ao convívio”, seis assinalaram a opção,

b)“Os mitos culturais incentivam o diálogo e a descoberta das diferenças, promovendo a inclusão”, um assinalou a opção c) “ Os mitos culturais ajudam a preservar tradições, sem afetar as relações sociais (Figura 4).

Figura 4

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Anexo II

Escola Gomes Eanes de Azurara

A atividade realizada na Escola Básica Gomes Eanes de Azurara, no dia 19 de maio de 2025 contou com 36 participantes, do 9.º ano.

Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “O que entendes por “mito cultural” ou “estereótipo”?”, apenas 1 participante respondeu corretamente, 22 responderam erradamente e os restantes 13 não responderam (Tabela 1).

Tabela 1

Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial

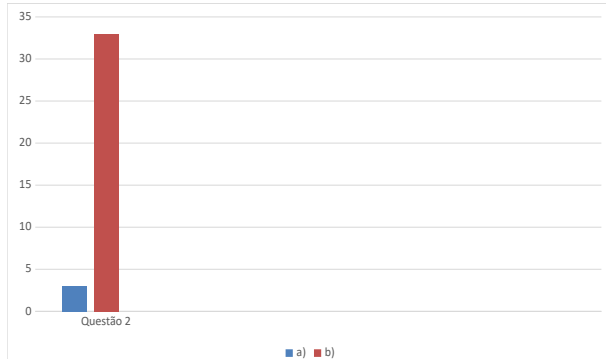
Resposta Correta	Resposta Incorreta
O estereótipo é quando julgamos a pessoa pela sua aparência e cultura	Uma cultura homogenia
	Não sei (8)
	Amizade
	Entendo que seja uma coisa de mistura de várias culturas como regiões e países diferentes.
	Nada (3)
	Culturas diferentes
	É uma cultura dominante sobre as outras
	É um mito de uma cultura (2)
	Mito cultural é meio que algumas mentiras sobre culturas ou a imposição de uma outra cultura
	Um mito cultural é uma cultura que não existe.
	Um estereótipo são várias pessoas de culturas diferentes.
	Eu entendo como só porque uma pessoa tem uma determinada cor, etnia ou cultura, colocamos as pessoas como se fossem iguais.

Na segunda questão, “Consideras que os estereótipos condicionam a perceção acerca de diferentes culturas?”, 3 participantes selecionaram a opção a) “Não, os estereótipos não afetam em nada a perceção”, face 33 participantes que selecionaram a resposta correta, b) “Sim, os estereótipos

condicionam a percepção sobre as diversas culturas”(Figura 1).

Figura 1

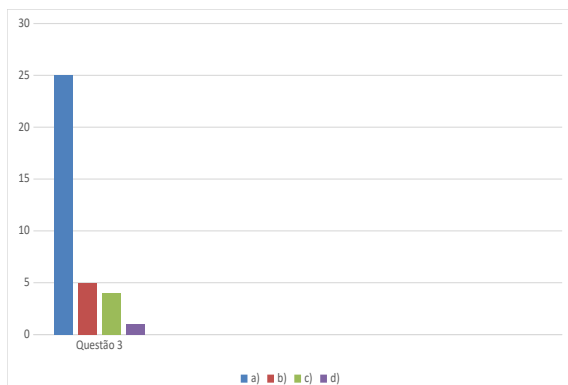
Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial



Na terceira questão, “Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade?”, 25 participantes assinalaram a resposta correta a) “É o diálogo e a interação entre culturas diferentes, onde se promove o respeito e a valorização das diversidades”, 5 assinalaram a opção b) “É a imposição de uma cultura dominante sobre todas as outras”, 4 assinalaram a opção c) “É a coexistência pacífica de culturas diversas, mas sem qualquer troca ou diálogo”, 1 assinalou a opção d) “É o processo de homogeneização onde as diferenças culturais são eliminadas em prol de uma única identidade, e por último, um/a participante não selecionou nenhuma opção (Figura 2).

Figura 2

Questão 3 do Questionário de Avaliação Inicial



Questionário de Avaliação Final

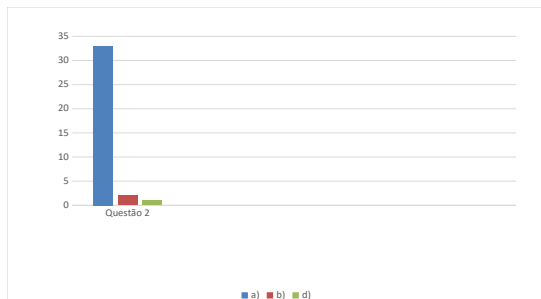
A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, todos os participantes assinalaram a opção “Sim”.

Na segunda questão, “Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade, após participares nesta atividade?”, 33 participantes assinalaram a resposta correta, a) “O diálogo e a interação entre culturas diferentes, promovendo o respeito e a valorização da diversidade”, 2 selecionaram a

resposta b)“A imposição de uma cultura dominante sobre as outras e um a resposta d) “O processo de homogeneização, onde se eliminam as diferenças culturais” (Figura 3).

Figura 3

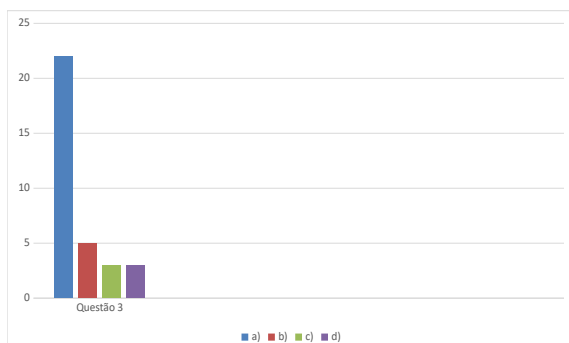
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



Na terceira questão, “Qual das seguintes afirmações descreve melhor o impacto negativo dos mitos culturais na sociedade?”, 22 participantes assinalaram a opção correta a)“Os mitos culturais reforçam estereótipos e preconceitos, criando barreiras à compreensão e ao convívio”, 5 assinalaram a opção, b)“Os mitos culturais incentivam o diálogo e a descoberta das diferenças, promovendo a inclusão”, 3 assinalaram a opção c)“Os mitos culturais ajudam a preservar tradições, sem afetar as relações sociais” e 3 a opção d) “Os mitos culturais servem apenas como forma de entretenimento, sem influenciar o comportamento das pessoas” (Figura 4).

Figura 4

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Anexo III

Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo

A atividade realizada na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo, no dia 23 de maio de 2025 contou com 41 participantes, do 9.º ano.

Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “O que entendes por “mito cultural” ou “estereótipo”?”, 11 participantes responderam corretamente, 19 responderam erradamente e os restantes 11 não responderam (Tabela 1).

Tabela 1

Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial

Resposta Correta	Resposta Incorreta
É uma mentira cultural (5)	Não sei (3)
Estereótipo é um preconceito	Muita Cultura
É a banalização de uma nacionalidade ou raça através de características negativas, como, o árabe terrorista ou o asiático inteligente.	Nada (3)
É o que condiciona a perceção sobre as culturas.	O que entendo por mito cultural é que fala de diversas culturas
Estereótipo ocorre quando só pela maioria das pessoas de uma certa cultura terem alguma característica, passamos a considerar que todos destas cultura têm.	É uma coisa que inventaram antigamente (3)
É a perceção generalizada sobre uma cultura. (2)	Um estereótipo é uma regra ou proibição normalmente criado pela cultura, religião e sociedade.
	São pessoas de diferentes culturas. (5)
	Deve ter algo relacionado com a emigração.
	Pessoas terem mais direitos que outras por causa de uma determinada condição.

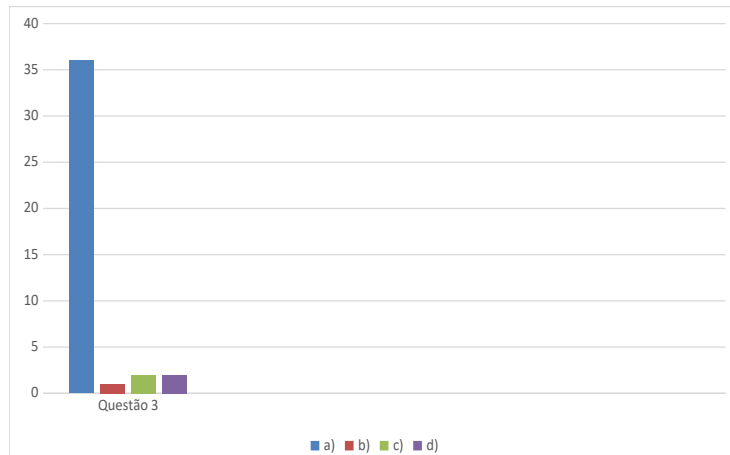
Na segunda questão, “Consideras que os estereótipos condicionam a perceção acerca de diferentes culturas?”, 40 participantes assinalaram a opção b) “Sim, os estereótipos condicionam a perceção sobre as diversas culturas” e um participante não respondeu.

Na terceira questão, “Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade?”, 36 participantes assinalaram a resposta correta a) “É o diálogo e a interação entre culturas diferentes, onde se

promove o respeito e a valorização das diversidades”, 1 assinalou a opção b) “É a imposição de uma cultura dominante sobre todas as outras”, 2 assinalaram a opção c) “É a coexistência pacífica de culturas diversas, mas sem qualquer troca ou diálogo”, 2 assinalou a opção d) “É o processo de homogeneização onde as diferenças culturais são eliminadas em prol de uma única identidade, e por último, um/a participante não seleccionou nenhuma opção (Figura 1).

Figura 1

Questão 3 do Questionário de Avaliação Inicial



Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, todos os participantes assinalaram a opção “Sim”.

Na segunda questão, “Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade, após participares nesta atividade?”, 40 participantes assinalaram a resposta correta, a) “O diálogo e a interação entre culturas diferentes, promovendo o respeito e a valorização da diversidade” e 1 d) “O processo de homogeneização, onde se eliminam as diferenças culturais” (Figura 2).

Figura 2

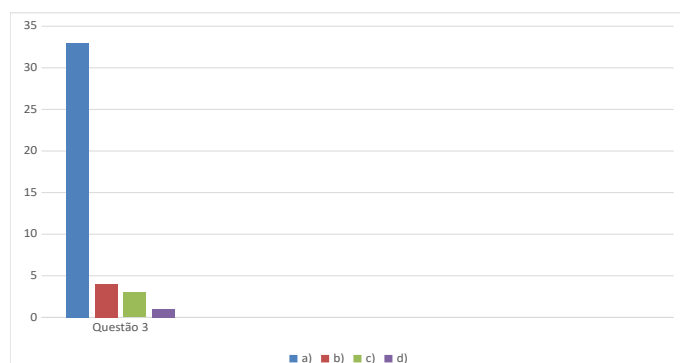
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



Na terceira questão, “Qual das seguintes afirmações descreve melhor o impacto negativo dos mitos culturais na sociedade?”, 33 participantes assinalaram a opção correta a) “Os mitos culturais reforçam estereótipos e preconceitos, criando barreiras à compreensão e ao convívio”, 4 assinalaram a opção, b) “Os mitos culturais incentivam o diálogo e a descoberta das diferenças, promovendo a inclusão”, 3 assinalaram a opção c) “Os mitos culturais ajudam a preservar tradições, sem afetar as relações sociais” e 1 a opção d) “Os mitos culturais servem apenas como forma de entretenimento, sem influenciar o comportamento das pessoas” (Figura 3).

Figura 3

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Anexo N – Planificação da Atividade “ A idade não nos define”

Designação da Atividade: “A idade não nos define”		
Data: 24/02/2025; 7/03/2025	Tempo previsto: 45 minutos	Local: Escola Secundária Emídio Navarro; Escola Profissional Mariana Seixas.
Público-Alvo: Alunos/as do Ensino Secundário		Nº Participantes: 23

Objetivo Geral: Promover a inclusão social		
Objetivos Específicos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar para o tema do idadismo; • Refletir sobre como os estereótipos de idade afetam as pessoas. 		
Designação da atividade:		
<p>De forma a compreender a perceção que os participantes têm sobre o tema, serão entregues, numa primeira fase, os Questionários de Avaliação Inicial (Anexo II).</p> <p>Inicia-se a atividade questionando as pessoas participantes quanto à noção de idadismo, pedindo que definam o conceito numa palavra, de forma a elaborar-se uma chuva de ideias. Em segunda, realiza-se a explicação/exposição do conceito de idadismo, através de uma pequena apresentação (Anexo I).</p> <p>Numa segunda parte, dividem-se os participantes em grupos de 4 a 5 elementos, a fim de entregar pequenas histórias que levam à reflexão. Cada grupo tem de responder às seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas? 2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/ discriminação em relação à idade. <p>Após 10 minutos de reflexão, cada grupo elegerá um/a porta-voz, para apresentar reflexão de cada história.</p> <p>Termina-se a atividade com a transmissão de dois vídeos que permitem a reflexão sobre o idadismo, reforçando a ideia de que a idade não define as pessoas, nem a sua capacidade.</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=R0MPuWg3pzs</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=ieptKrw6C48</p> <p>Após o momento de reflexão cada participante irá receber, um Marcador de Livros (Anexo IV) e será solicitada a sua colaboração na resposta ao Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo III).</p>		
Recursos Humanos :	Recursos Materiais:	Recursos Financeiros:
- 2 Estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; - Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.	- Histórias (Anexo I);	- 10 €
Avaliação:		
<ul style="list-style-type: none"> - Questionário de Avaliação Inicial - Questionário de Avaliação Final 		

Anexo I
Apresentação PowerPoint

IDADISMO

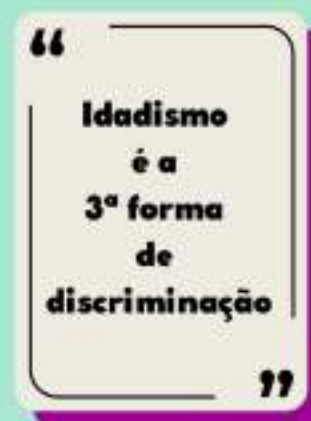
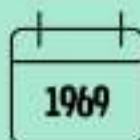
Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

Sofia Abrantes - Estagiária

IDADISMO

i.da.dis.mo
nome masculino

atitude preconceituosa e
discriminatória com base na idade;



10 HÁBITOS PARA COMBATER O IDADISMO

- 1 Educar sobre o idadismo
- 2 Combater estereótipos
- 3 Criar oportunidades de diálogo
- 4 Promover a inclusão
- 5 Valorizar a experiência individual
- 6 Refletir sobre as próprias atitudes
- 7 Incentivar a intergeracionalidade
- 8 Evitar linguagem negativa
- 9 Promover o respeito
- 10 Praticar o empatia

Parte Prática

Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idalistas?
2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.

1

É da Idade

A Maria, de 72 anos, sente dores fortes nas costas há meses. No centro de saúde, o médico não lhe prescreve exames e durante a consulta diz-lhe:

- "Isso é normal, é da sua idade."

Só depois de insistir muito, consegue ser encaminhada para um especialista, que descobre um problema grave na coluna que precisa de tratamento imediato.



Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?

2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.



2

Velho Demais para o Tratamento?

O António, de 80 anos, recebe o diagnóstico de um problema cardíaco. O médico sugere apenas cuidados paliativos, dizendo que a cirurgia seria "demasiado arriscada para a idade dele".

Mais tarde, a neta, estudante de medicina, investiga e descobre que havia um tratamento adequado. Depois de procurar uma segunda opinião, António faz a cirurgia e melhora significativamente.



Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?
2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.



3

Muito nova para opinar

A Marta, de 15 anos, está numa reunião de família onde todas as pessoas falam sobre política. Entusiasmada, partilha a sua opinião sobre um tema, mas o tio interrompe:

— “Ah, Marta, ainda és muito nova para entender essas coisas.”

Ela fica frustrada, porque estudou o tema na escola e tem argumentos válidos. Sente-se ignorada apenas por ser adolescente.



Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?

2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.



4

Sem voz

A Rosa, de 78 anos, dirige-se ao Hospital. Ao chegar, a enfermeira fala com a sua filha.

Enfermeira: 'Ela toma estes medicamentos, certo?'

Durante a avaliação médica, a enfermeira ignora a Rosa, fazendo as questões apenas à sua filha.



Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?

2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.



5

Sabe o Que Está a Fazer?

A Beatriz tem 21 anos e começou recentemente um trabalho como auxiliar de saúde num lar de pessoas idosas. No primeiro dia, ao tentar ajudar uma residente a levantar-se da cama, ouve:

- "Menina, tem a certeza de que sabe o que está a fazer? Parece tão novinha..."

A Beatriz sorri e tenta explicar que recebeu formação para o trabalho, mas a senhora continua desconfiada e pede para ser ajudada por outra funcionária mais velha.

Durante o turno, Beatriz repara que outras pessoas residentes também hesitaram em aceitar a sua ajuda. Algumas pedem auxílio apenas a auxiliares com mais idade do que a Beatriz, mesmo quando ela está disponível para apoiar.



Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?
2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.



6

Tecnologia para todos?

A Isabel tem 70 anos e pede ajuda à sua neta Catarina para usar o telemóvel. Enquanto explicava pela terceira vez à avó como usar o novo telemóvel, a Catarina suspirou:

-“Deixa lá avó. Estas coisas já não são para a tua geração...”

Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?
2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.

7


Velho demais para este Emprego?

O João, aos 58 anos, candidatou-se a um novo emprego na empresa onde sempre sonhou trabalhar. Quando entregou o curriculum, o entrevistador franziu a testa.

-“Não acha que já tem idade a mais para começar aqui?”

Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?
2. Corrija a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.



<https://www.youtube.com/watch?v=RDHPuWg3pzs>
<https://www.youtube.com/watch?v=ieptKrw6C48>

WATCH VIDEO



Obrigada pela participação!



Referências Bibliográficas

- Berger, L. & Mailloux-Poirier, D. (1994). *Pessoas Idosas: Uma abordagem global*. Lusodidacta.
- Davidovic, M. (2007). Ageism: does it exist among children? *The Scientific World Journal*, 7, 1134-1139.
- OMS. (2021). *Relatório Mundial sobre o Idadismo: Resumo Executivo*. <https://www.who.int/pt/publications/i/9789240020504>

Anexo II

Questionário de Avaliação Inicial – Atividade “A idade não nos define”

1. Conheces o conceito de idadeísmo?

() Sim

() Não

2. O que significa para ti “Idadismo”.

Anexo III

Questionário de Avaliação Final - Atividade “A idade não nos define”

1. Gostaste da atividade?

Sim

Não

2. O que é idadismo?

Um tipo de discriminação com base na idade

Um movimento para promover a juventude

Uma nova fase da vida

Um tipo de inclusão social

3. O idadismo pode afetar:

Apenas pessoas idosas

Apenas pessoas jovens

Pessoas de qualquer idade

Nenhuma das opções anteriores

4. Sugestões de melhoria desta atividade.

5. Sugestões de temas para futuras atividades:

Anexo IV

Marcador de Páginas



Anexo O – Fotografias da atividade “ A idade não nos define”



Anexo P – Análise dos Questionários Implementados na atividade “A idade não nos define”

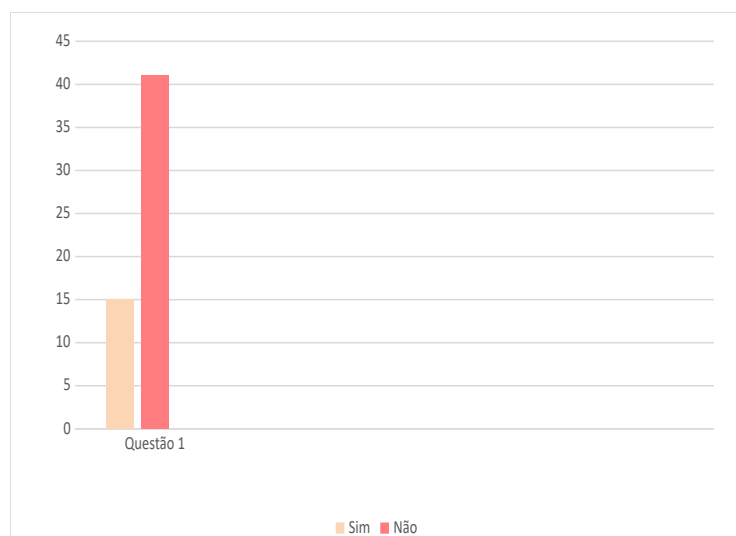
A atividade realizou-se no 24 de fevereiro na Escola Secundária Emidio Navarro e no dia 7 de março de 2025, na Escola Profissional Mariana Seixas. A atividade dirigida ao ensino secundário, contou com 56 alunos/as do Curso de Auxiliar de Saúde.

Questionário de Avaliação Inicial

À primeira questão “Conheces o conceito de Idadismo?”, 15 participantes afirmaram conhecer ao selecionar a opção “Sim”, face a 41 que assinalaram “Não”.

Figura 1

Questão 1 do Questionário de Avaliação Inicial



Na segunda questão, “O que significa para ti “Idadismo”? cinco participantes responderam corretamente, 6 responderam de forma incompleta, 3 não responderam e 42 responderam erradamente (Tabela 1).

Tabela 1

Questão 2 do Questionário de Avaliação Inicial

Resposta Correta	Resposta Incompleta	Resposta Incorreta
Está relacionado ao preconceito de idades.	Preconceito com a idade, especialmente contra as pessoas idosas.	Uma religião, como o cristianismo.
Significa que é um preconceito sofridos por pessoas por conta da idade.	É sobre a idade, ou seja, quando uma pessoa idosa é julgada pela idade.	Idadismo significa a idade além de fronteiras
Ter preconceito com a idade das pessoas.	Quando criamos aquela ideia de que “oh um idoso a	Preconceito com a pessoa idosa. Exemplo: um erro no transito;

	conduzir, que loucura”.	“Tinha de ser um idoso a conduzir.”
Idadismo significa o preconceito com a idade.	O idadismo é o preconceito com a idade mais avançada.	Algo relacionado com a idade.
O idadismo é o preconceito ou exclusão pela idade da pessoa.	Preconceito com as pessoas idosas	Idade de cada ser humano.
	É o preconceito com as pessoas idosas.	Coisas relacionadas com a idade.
		Alguma coisa relacionada com a idade.
		A idade não reflete o que a pessoa é capaz de fazer.
		Alguma coisa relacionada com a idade.
		Sobre a idade.
		Idadismo deve estar relacionado com idades e com a diferença de idades, se calhar como um pré conceito bullying.
		Para significa a idade.
		Não sei
		Na minha opinião idadismo. Tem haver com o bullying entre idades.
		Não sei
		Não sei
		Não conheço
		Idadismo para mim é o processo de envelhecimento das pessoas.
		Não faço a menor ideia, mas pode ter a ver com a idade.
		Tem alguma coisa a ver com a idade.
		Lidar com pessoas de faixa etária diferente, como os idosos.
		Lidar com pessoas de faixa

		etária diferentes.
		Lidar com pessoas de faixa etárias.
		Talvez algo sobre a faixa etária das idades.
		Lidar com pessoas de faixa etária diferentes.
		Uma religião, como o cristianismo.
		Idadismo significa que é a idade.
		Idade
		Não sei o que significa
		Tem a ver com a idade.
		Penso que o idadismo está relacionado com o avanço da idade.
		O idadismo deve ser conforme a idade a pobreza vai aumentado.
		O penso que o idadismo está relacionado com o envelhecimento.
		Conceito que explica que a idade não nos define.
		O idadismo é um processo de envelhecimento
		Conceito que explica que a idade não importa, não nos define.
		Para mim, tem a ver com o envelhecimento.
		Idade envelhecida.
		Idadismo é quando chegamos à idade idosa.
		Passar dos anos da vida de uma pessoa

		Envelhecimento ao longo da vida.
		Para mim idadismo tem a ver com a idade e que vai aumentado a pobreza.

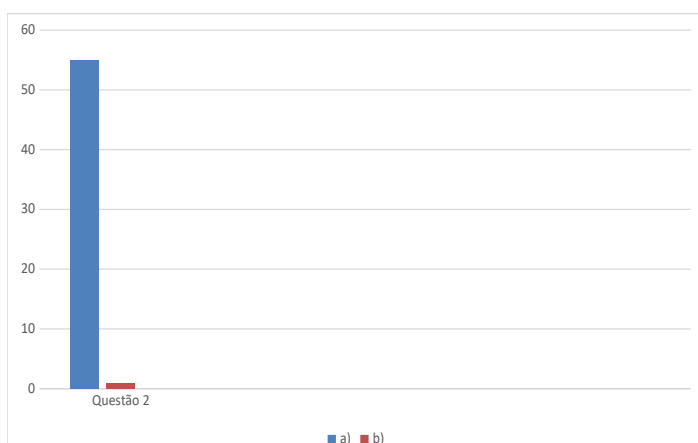
Questionário de Avaliação Final

A primeira questão, relativa ao grau de satisfação da atividade, 50 participantes assinalaram a opção “Sim”, num total de 56 participantes.

Na segunda questão, “O que é idadismo?”, 55 participantes assinalaram a resposta correta, a) “Um tipo de discriminação com base na idade”, face a um participante que assinalou a resposta c) “Um nova fase” (Figura 2).

Figura 2

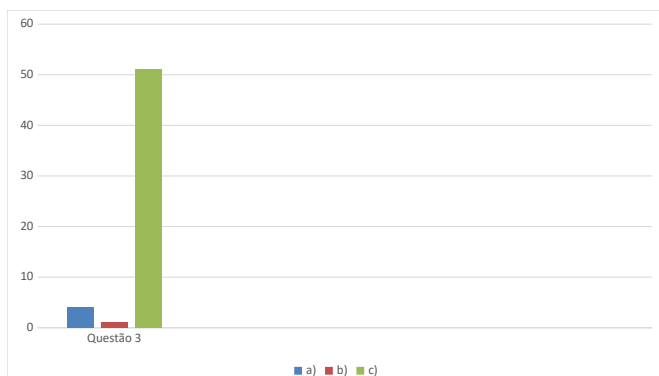
Questão 2 do Questionário de Avaliação Final



Na terceira questão, “O Idadismo pode afetar”, 51 participantes assinalaram a resposta correta, c) “Pessoas de qualquer idade”, 4 selecionaram a opção a) “Apenas pessoas mais velhas” e um selecionou a opção b) “Apenas pessoas mais jovens” (Figura 3).

Figura 3

Questão 3 do Questionário de Avaliação Final



Na quarta questão “Sugestões de melhoria desta atividade” foi possível recolher as seguintes sugestões (Tabela 2).

Tabela 2

Questão 4 do Questionário de Avaliação Final

Sugestões de Melhoria
Mais vídeos e Kahoots
Menos Interação
Mais vida na fala
Atividade mais dinâmica

A quinta e última questão, “Sugestões de temas para futuras atividades” teve as seguintes respostas (Tabela 3).

Tabela 3

Questão 5 do Questionário de Avaliação Final

Sugestões de tema para futuras atividades	Nº
Sedentarismo	2
Outra Religião	1
Um experimento social	2
Preconceitos	3
Diversidade Cultural	3
Xenofobia	4
Desporto	3
Racismo	9
Bullying	5
Saúde mental	1
Orientação Profissional	1
Direitos humanos	5
Aborto	2
Eutanásia	1

Anexo Q – Reflexão da Ação de Formação: “Respostas Sociais do Futuro – O primado do SAD”

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2024, realizou-se no auditório do Instituto Politécnico de Viseu, a ação de formação intitulada “Respostas Sociais do Futuro - O Primado do Serviço de Apoio Domiciliário”. Esta teve como formadora Paula Guimarães e como público-alvo coordenadores/as de equipas, diretores/as técnicos/as, técnicos/as e dirigentes de organizações sociais e/ou entidades públicas. O objetivo geral da ação de formação passava por Conhecer e desenvolver competências no âmbito da gestão de respostas sociais no domínio do envelhecimento.

Durante a formação foram abordadas as seguintes temáticas: O futuro das respostas sociais na Europa e em Portugal; Potencialidades de financiamento; Planear a longevidade e prevenir a dependência; Discussão de casos práticos; O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – Potencialidades e constrangimentos; Como organizar o SAD do futuro – gestão de equipas, código de conduta, sigilo profissional, gestão da chave; O apoio aos cuidadores informais.

A participação na formação revelou-se uma oportunidade profundamente enriquecedora, tanto a nível profissional como pessoal. A formação abordou temáticas centrais para a prática social contemporânea, oferecendo uma visão ampla e crítica sobre os desafios e possibilidades que se colocam às respostas sociais, em particular ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), num contexto de envelhecimento demográfico e de crescente complexidade social. Enquanto técnica, a reflexão sobre o futuro das respostas sociais na Europa e em Portugal permitiu compreender a necessidade urgente de adaptação e inovação no setor, reforçando a importância de serviços mais humanizados, flexíveis e centrados na pessoa. A análise das potencialidades de financiamento demonstrou que a sustentabilidade destas respostas depende não só dos apoios disponíveis, mas também da capacidade estratégica das organizações em captar e gerir recursos de forma eficiente.

Temas como planear a longevidade e prevenir a dependência evidenciaram o papel preventivo da intervenção social, onde a antecipação de necessidades e a promoção de estilos de vida ativos são fundamentais para garantir maior autonomia e qualidade de vida na velhice.

A discussão de casos práticos foi particularmente relevante, pois proporcionou um espaço de partilha e de pensamento crítico, permitindo relacionar os conteúdos teóricos com a realidade do terreno, identificando boas práticas e obstáculos concretos.

A abordagem às potencialidades e constrangimentos do SAD reforçou a importância do trabalho

em rede, da valorização das equipas e da necessidade de políticas públicas que reconheçam o papel central deste serviço na promoção do envelhecimento digno em contexto domiciliário. Discutir como organizar o SAD do futuro — com ênfase na gestão de equipas, no código de conduta, no sigilo profissional e na gestão da chave — destacou a complexidade ética e logística envolvida na intervenção social e a responsabilidade dos profissionais no respeito pela privacidade e pelos direitos das pessoas acompanhadas. Por fim, a reflexão sobre o apoio aos cuidadores informais sensibilizou para a urgência de integrar estes agentes no sistema de respostas, reconhecendo o seu papel essencial e, simultaneamente, o seu direito a descanso, formação e suporte emocional.

Anexo R – Reflexão da Ação de Formação: “Liderar com Impacto e com Inteligência Emocional”

Nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2025, realizou-se no auditório do Instituto Politécnico de Viseu, a ação de formação intitulada “ Liderar com Impacto e com Inteligência Emocional”. Esta teve como formadora Núria Mendonza e como público-alvo profissionais de áreas da saúde e intervenção social, tais como: psicólogos/as, técnicos/as de serviço social, psicopedagogos/as, terapeutas ocupacionais, animadores/as socioculturais, educadores/as sociais. O objetivo geral da ação de formação passava por desenvolver novas competências de Liderança para fazer face aos desafios atuais, de forma a avaliar o estado atual e desejado do perfil de Liderança; adquirir estratégias de gestão emocional e gestão de conflitos; desenvolver uma atitude diferenciadora e impactante na gestão de pessoas e resultados.

Durante a formação foram abordadas as seguintes temáticas: O Eu Líder e o Nós Equipa – conceitos e enquadramento; As Power Skills do Líder atual; A Liderança Situacional, diferentes estilos de liderança e níveis de maturidade das equipas; Autoanálise dos principais skills de liderança promotores de impacto positivo na gestão da mudança e resultados; O líder coach- metodologias de coaching para a eficácia da liderança; motivação de equipas e gestão de conflitos; O líder emocionalmente inteligente: competências de gestão emocional e relacional em contexto de trabalho e a prática da Liderança e a Liderança na prática no contexto atual.

Enquanto Educadora Social a presença na ação de formação "Liderar com Impacto e com Inteligência Emocional" pode trazer múltiplos benefícios, tanto a nível profissional como pessoal. Entre as principais vantagens, está o desenvolvimento da liderança, que permite aprimorar competências para atuar de forma mais eficaz com os diversos públicos-alvo, aprender a motivar e inspirar pessoas, reforçando o papel do educador social como agente de mudança, e melhorar a comunicação e a assertividade no trabalho com diferentes públicos (Northouse, 2021). A inteligência emocional aplicada é outro fator essencial, ajudando a desenvolver autoconsciência e autocontrolo emocional para lidar com situações desafiantes, gerir conflitos de forma construtiva e promover um ambiente mais harmonioso, assim como cultivar a empatia e fortalecer as relações interpessoais com colegas, formandos e a comunidade (Goleman et al, 2019). Estudos recentes demonstram que líderes com elevada inteligência emocional conseguem criar equipas mais resilientes e produtivas (Ashkanasy & Dorris, 2017). O impacto no trabalho social é significativo, tornando o profissional mais resiliente e preparado para enfrentar desafios diários, aprendendo estratégias para influenciar positivamente o comportamento de grupos e indivíduos, aumentando a capacidade de adaptação a mudanças e atuando de forma eficaz em

diferentes contextos sociais (Dugan, 2017). A liderança transformacional continua a ser um modelo eficaz para educadores sociais, pois promove mudanças positivas através da inspiração e do envolvimento emocional (Bass, 2019). O crescimento profissional e pessoal é outro benefício importante, melhorando a capacidade de tomar decisões estratégicas com base na inteligência emocional, desenvolvendo competências que podem abrir novas oportunidades na carreira e aumentando a confiança e o bem-estar, melhorando a qualidade de vida no trabalho.

Referência Bibliográficas

Ashkanasy, N. M., & Dorris, A. D. (2017). *Emotional intelligence in leadership development: A review*. In J. Passmore (Ed.), *The Wiley Blackwell handbook of the psychology of leadership, change, and organizational development* (pp. 263-283). Wiley Blackwell.

Bass, B. M. (2019). *Transformational leadership: Industrial, military, and educational impact*. Routledge.

Dugan, J. P. (2017). *Leadership theory: Cultivating critical perspectives*. John Wiley & Sons.
<https://www.wiley.com/enus/Leadership+Theory%3A+Cultivating+Critical+Perspectives-p-9781118864159>

Goleman, D., Boyatzis, R., & McKee, A. (2019). *Primal leadership: Unleashing the power of emotional intelligence* (2^a ed.). Harvard Business Review Press.
<https://nlpbi.com/wp-content/uploads/2019/03/HBR-Primal-Leadership-Goleman-Boyatzis-McKee.pdf>

Northouse, P. G. (2021). *Leadership: Theory and practice* (9^a ed.). Sage Publications.
<https://edge.sagepub.com/northouse9e>

Sadri, G. (2021). *Emotional intelligence and leadership effectiveness: A review of recent research*. *Journal of Business and Psychology*, 36(2), 231-245. <https://doi.org/10.xxxx/yyyy>

Anexo S – Reflexão da Ação de Formação: “Academias da Mente: Estratégias para Replicação e Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável”

Nos dias 20 e 21 de março de 2025, realizou-se na Fundação Mariana Seixas, a ação de formação intitulada “Academias da Mente: Estratégias para Replicação e Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável”. Esta teve como formadoras Vanda Serra e Ana Santos e como público-alvo Profissionais de áreas da saúde e intervenção social, tais como: psicólogos/as, técnicos/as de serviço social, psicopedagogos/as, psicomotricistas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, técnicos de atividade física, animadores/as socioculturais e educadores/as sociais. O objetivo geral da ação de formação passava por capacitar as pessoas participantes para a replicação e implementação do programa "Academia da Mente", dotando-as de conhecimentos teóricos e práticos sobre o envelhecimento ativo e saudável, a estimulação cognitiva, a Dança Sénior® e outras estratégias que promovam o bem-estar físico, mental e social da população idosa.

A ação de formação teve como conteúdos programáticos: Fundamentos neuropsicológicos e determinantes do envelhecimento ativo e saudável; Programa da Academia da Mente; Componentes práticas do Programa Academia da Mente: Dança Sénior®, Estimulação Cognitiva e Atividades Criativas; Estratégias para Replicação e Implementação. Destes conteúdos referidos, destaca-se positivamente a parte prática da formação, nomeadamente, as atividades de Dança Sénior, implementadas pela formadora Ana Santos, e a demonstração de exercícios de estimulação cognitiva implementados e desenvolvidos pela formadora Vanda Santos.

Esta formação reforçou a convicção de que o envelhecimento deve ser encarado como uma etapa ativa, participativa, e que cabe aos/às profissionais criar respostas integradas que respeitem e valorizem as pessoas idosas. A replicação do programa *Academia da Mente* surge, assim, como uma ferramenta relevante na promoção de uma sociedade mais inclusiva, onde o envelhecimento é visto como uma oportunidade de crescimento, e não como uma perda.

Em suma, esta ação de formação proporcionou um espaço de aprendizagem partilhada, reflexão crítica e valorização de práticas inovadoras, sendo um contributo concreto para a qualificação da intervenção social no domínio do envelhecimento.

Anexo T – Reflexão - Oficina de Prática e Conhecimento: “Práticas de Intervenção Direta no RSI”

No dia 25 e 27 de novembro o Núcleo Distrital da EAPN de Viseu, organizou a Oficina de Prática e Conhecimento: “Práticas de Intervenção Direta no RSI”. A ação dinamizada pelo Dr. Hélder Nogueira, Sociólogo, tinha como objetivos: compreender as funções do/a ajudante de ação direta no âmbito do protocolo do RSI; promover competências para a comunicação empática, ética e capacitadora entre famílias e equipa e promover práticas de intervenção direta associadas às atividades da vida diária e gestão doméstica.

No dia 25, ao iniciar-se a ação, o Dr. Hélder apresentou os seus objetivos para a sessão, são de destacar os seguintes, sensibilizar os participantes para o papel do RSI na Inclusão social; capacitar os profissionais com metodologias e ferramentas de intervenção eficazes; refletir sobre os desafios e as boas práticas; trabalho de competências, saber ser, saber estar; testemunhos das pessoas sobre a sua praxis laboral. Após uma breve conversa informal, de apresentações da praxis laboral de cada elemento da ação, foram debatidas as limitações do RSI. Desse modo, segundo o Dr. Hélder no que concerne às limitações, estas são, subsidiodependência; capacidade de respostas limitadas; recursos insuficientes, sobrecarga das equipas técnicas e estigma.

O Gabinete de Estratégia e Planeamento (2019), identifica como desafios/limites do RSI: preconceitos existentes na sociedade portuguesa relativamente à medida e aos beneficiários; as condições e os valores pecuniários dos apoios; a falta de articulação com o 3.º sector nas reflexões sobre a medida; a insuficiência de recursos humanos; formação dos técnicos; a burocracia que envolve a medida; baixo envolvimento dos beneficiários. Após um momento de reflexão/debate sobre os desafios desta medida de combate à pobreza, foi possível identificar as boas práticas, nomeadamente, a criação modelos de integração diferentes, modelos de integração de trabalho; valorização das competências dos beneficiários, envolver os beneficiários na comunidade.

Para um contrato de RSI ter sucesso torna-se fulcral encontrar respostas que enviem as pessoas, valorizando as competências dos beneficiários, envolvendo-os na sociedade, de forma que se desmistifique o olhar que urge perante os beneficiários. Foram apontados os direitos dos beneficiários, e os deveres do mesmo, entre eles, celebrar o contrato de inserção; comparecer a todas as reuniões, atividades; comunicar qualquer alteração do agregado familiar; manifestar vontade de mudança. Como deveres da equipa técnica foram identificados, os seguintes, prevenir algumas ações de incumprimento, arranjar respostas; assegurar toda a confidencialidade.

Segundo o Dr. Hélder, existem quatro grandes barreiras no RSI, as barreiras dos beneficiários, barreiras institucionais, barreiras sociais e territoriais e por último as barreiras éticas e relacionais. Como

barreiras aos beneficiários, são de elencar, a resistência à mudança, associada a um histórico de fracassos; dificuldades em integrar o mercado de trabalho, pela falta de formação académica e de experiência profissional; problemas pessoais, pessoais, nomeadamente, problemas saúde mental ou física, isolamento, dependências, famílias disfuncionais e estigma social face aos beneficiários. As barreiras institucionais passam, pela burocracia excessiva, que limita o tempo de qualidade com os beneficiários); a falta de recursos humanos (equipas técnicas com excesso de casos, falta de meios para o número de casos); a inadequação dos contratos dos beneficiários, tornando-se difíceis de realizar e a falta de articulação interinstitucional. Como barreiras sociais e territoriais, foram identificadas, as ofertas de emprego instáveis e mal remunerados; o isolamento social; a falta de acessos e o preconceito em relação aos beneficiários, marginalização. Por último, as barreiras étnicas e relacionais, desconfiança entre beneficiários e técnicos, relações frágeis; conflitos de interesse, tensão entre cumprir as metas institucionais e dar a qualidade da resposta adaptada.

Como forma de superar as barreiras, é necessário, investir nas equipas técnicas; desenvolver planos de interseção adequados e realistas aos beneficiários; promover a articulação interinstitucional, a importância dos núcleos locais de inserção (NLI); as organizações que fazem parte do NLI terem respostas adequadas aos beneficiários; celebrar conquistas; elaborar os documentos de fácil leitura com o plano de atividades, como forma de desmitificar o RSI, mostrando os resultados com números.

Após a apresentação dos desafios inerentes ao RSI, deu-se um momento de reflexão das práticas profissionais com todos os elementos, partindo do papel da empatia na intervenção em RSI. O técnico deve perceber quem é o beneficiário, conhecer a sua história de vida; quem foram os seus pais; como é a sua casa; como foi a vida ao longo dos anos; quem são os amigos.

Desta forma, torna-se importante reconhecer a complexidade do trabalho com o outro, que requer dos técnicos gestores de processo uma capacidade empática de se ajustar ao mundo social dos indivíduos. Ou seja, deste modo, torna-se importante incorporar à ação, uma abordagem compreensiva, com enfoque na proximidade, individualização e proatividade social. Segundo Carvalho (2016), a individualização é um valor que está relacionado com a necessidade de reconhecer cada pessoa como indivíduo único. Os cidadãos não são tratados de forma diferente, são reconhecidos pelo que são: indivíduos com problemas, preocupações, necessidades e capacidades que são específicas para eles.

A empatia é uma qualidade fundamental no processo de acompanhamento, é um processo profundo de contacto com o mundo interior de outra pessoa, de entrar em sintonia com as diversas vertentes dos seus sentimentos, significados, de forma a saber como é ser o outro naquele momento (Godinho, 2015). Outra qualidade fundamental no acompanhamento é a autodeterminação, que representa a liberdade de escolha e de participação na vida social (Carvalho, 2016).

Considerando a intervenção com os beneficiários de RSI, a empatia e o empowerment assumem um papel fulcral. Para Carvalho (2016), o empowerment é um dos valores que leva a aquisição de poder e de autonomia, associado à autodeterminação. Desse modo, a noção de empowerment é fundamental

para os técnicos que desempenham funções no âmbito do RSI, implicando modificar uma certa realidade com recurso a atores específicos e sob formas que variam em função do contexto.

Referências Bibliográficas

- Carvalho, M. (2016). *Ética aplicada ao serviço social: dilema e práticas profissionais*, 1ª edição, editora: PACTOR. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/14535/11/Doutoramento%20-%20T%C3%A2nia%20Godinho.pdf7>
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2019). *Rendimento Mínimo em Portugal: 20 anos RMG/RSI*. <https://www.planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2023/01/Estudo-4.pdf>

Anexo U – Oficina de Prática e Conhecimento “Parentalidade: Protetora ou de Risco”

Nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2025, realizou-se via Zoom, a oficina prática e conhecimento “Parentalidade: Protetora ou de Risco”. Esta foi dinamizada por Melanie Tavares, Psicóloga e Ana Perdigão, Jurista.

Esta oficina tinha como destinatários profissionais sociais da área da infância e juventude. O primeiro dia, com Dra. Melanie foi possível refletir sobre boas práticas parentais. A sua apresentação abordou os diferentes estilos parentais e relações vinculativas.

Como definido por Maccoby e Martins (1983), foram abordados os diferentes estilos parentais, designadamente democrático, autoritário, indulgente e negligente. Após a definição de cada um, coube perceber que a parentalidade representa uma das funções mais complexas e exigentes do desenvolvimento humano, sendo determinante no percurso emocional, social e cognitivo das crianças. No entanto cabe, também aos profissionais reconhecer que o comportamento dos pais e cuidadores tem influência direta no desenvolvimento global da criança, esta formação propõe uma mudança de paradigma: abandonar práticas autoritárias e punitivas, frequentemente enraizadas em modelos tradicionais, em prol de estratégias baseadas na empatia, no respeito mútuo e na comunicação eficaz.

No segundo dia a Dra. Ana abordou a legislação relevante na área das crianças e jovens, nomeadamente destacam-se : a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC); a Constituição Portuguesa da República (CRP); a Lei No147/99 de 1 de setembro Regulamento da União Europeia No679/2016 de 25 de maio.

Esta contextualização permitiu compreender o modo como o quadro legal se operacionaliza no terreno, articulando diferentes níveis de intervenção desde a prevenção à ação judicial, sempre com foco na salvaguarda dos direitos da criança. Destaca-se ainda a relevância da articulação entre os profissionais da área social, da educação, da saúde e da justiça. A atuação integrada e informada permite uma resposta mais célere e eficaz, especialmente em situações de risco e perigo, onde a intervenção deve ser simultaneamente sensível e rigorosa.

Assim, posto isto a formação representou uma oportunidade valiosa para refletir sobre o impacto das práticas parentais no bem-estar e crescimento saudável das crianças, promovendo uma abordagem fundamentada nos princípios da parentalidade positiva e sobre a respetiva legislação.

Referências Bibliográficas:

Maccoby, E. E. & Martin, J. A. (1983). *Socialization in the context of the family: Parentchild*

interaction. Wiley.

Anexo V – Reflexão II Conferência da CPCJ de Viseu: “Dizer não ao abuso – um compromisso com a criança”

No dia 20 de novembro, realizou-se no auditório da Escola Superior de Saúde de Viseu (ESSV) a II Conferência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viseu (CPCJ), que tinha como tema “Dizer não ao abuso – um compromisso com a criança”. Com início programado para as 14:30h, a Conferência, contou a presença de várias entidades de relevância na cidade de Viseu, entre elas, Dr. Olivério Ribeiro, vice-presidente da ESSV; Dra. Leonor Barata, vereadora da Câmara Municipal de Viseu; Rui Matos, intendente da PSP de Viseu; Rúben Caldeira, Capitão da GNR de Viseu; Anabela Guedes, Presidente da CPCJ de Viseu.

Na sessão de abertura todas, o Dr. Olivério Ribeiro, a Dra. Anabela Guedes e a Dra. Leonor Barata falaram de como é importante quebrar o ciclo, da Convenção dos Direitos Humanos e da necessidade de trabalhar em rede, de forma a assegurar a qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens. O Intendente da PSP de Viseu, Rui Matos, falou do Programa Escola Segura, dirigido à comunidade escolar, sendo o programa de policiamento de proximidade mais antigo e dos mais bem-sucedidos em Portugal. O Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro define as regras do Programa Escola Segura, descrevendo-o como um programa de âmbito nacional, incluindo todos os estabelecimentos de ensino não superior, públicos, privados e cooperativos, através de ações de sensibilização, garantindo a segurança do meio escolar e sua envolvente, prevenindo comportamentos de risco e reduzindo os atos geradores de insegurança em meio escolar. (PSP, 2023).

O abuso sexual corresponde a qualquer tipo de violência sexual. É um ato de violência através do qual indivíduo ou grupo obriga o outro a assistir ou a realizar atividades de cariz sexual, sem que a tenha desejado ou consentido (Ordem dos Psicólogos, 2023). O abuso sexual é um crime público, previsto no artigo 171º do Código Penal. Segundo os dados expostos, pela PSP, 1/10 crianças são vítimas de abuso, sendo predominante no sexo feminino. O Capitão Rúben Baldeia, da GNR (Guarda Nacional Republicana) de Viseu, trouxe a realidade, em números, do abuso sexual de crianças em Portugal e no concelho de Viseu. Assim, segundo os dados apresentados pelo Capitão, a nível nacional perfil do autor do abuso é masculino (94,3%) entre os 31 e 40 anos (24,9%) e o perfil da vítima de é feminino (77,3%) entre os 8 e os 13 anos de idade (62,5%), sendo a maioria dos abusos cometido por familiares (51,4%). As crianças/jovens abusadas tendem a dar sinais de alerta, entre eles importa referir, mudanças bruscas de comportamento; retrocesso comportamental; isolamento, perturbações do sono, lesões, problemas ginecológico/urológicos. A GNR, tem um papel ativo na prevenção através da secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário e do Plano de ações de sensibilização sobre os “Direitos das Crianças”.

No que concerne ao concelho de Viseu, foram apresentados os números dos abusos sexuais existentes nos últimos 4 anos, nomeadamente, quatro em 2020; um em 2021; cinco em 2022; em 2023

não foram registados quaisquer abusos, e até outubro de 2024 foi registado um. Destes casos identificados, todos os abusadores eram do sexo masculino e as vítimas apenas uma foi do sexo masculino. A nível nacional, segundo as Forças de Segurança, em 2020 as vítimas de abuso sexual foram 190; em 2021 foram 198; em 2022 foram 218; em 2023 foram 243 e em 2024 até ao momento 220.

A Dra. Leandra Cordeiro, Psicóloga Clínica e docente na Escola Superior de Educação de Viseu, no seu painel intitulado de “Abuso Sexual: da Prevenção à Intervenção”, abordou os conceitos de abuso sexual e parafilias. As parafilias são comportamentos desviantes, caracterizados por uma excitação sexual recorrente e intensa por objetos ou atividades atípicas, manifestado em fantasias ou comportamentos sexuais ao longo de pelo menos seis meses (American Psychiatric Association, 2013). Após a apresentação de mitos e verdades sobre o abuso sexual, que o abuso sexual de crianças não é tão comum quanto as pessoas pensam, no entanto é fulcral criar um ambiente familiar que permita à criança expressar as suas emoções e abordar temas sensíveis, reforçando a ideia de que a maior prevenção tem de partir de casa.

O segundo painel, intitulado “Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Jovens” teve como oradora a Dra. Ana Rita Brito, da AKTO, Associação sem Fins Lucrativos e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. A equipa multidisciplinar da AKTO aposta em formações na área dos Direitos Humanos e Democracia, com a finalidade de formar pessoas mais conscientes e profissionais e que possam desenvolver projetos relevantes no terreno, sensibilizando a população para a temática do Tráfico Humano (AKTO, s.d). Em Portugal, desde 2018, foram sinalizadas 168 pessoas vítimas de tráfico humano. O tráfico humano inclui, violência, rapto, ameaça grave, abuso de autoridade, consiste no recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou receção de pessoas através da força, fraude ou engano, com o objetivo de as explorar para obtenção de lucro. Entre as causas deste tipo de tráfico encontram-se, a exploração sexual; trabalho forçado; atividades criminosas forçadas e a doação de órgãos. A Dra. Ana Rita, também abordou a prática de mutilação genital feminina, em 2023, foram identificados 238 casos de mutilação genital feminina.

Desta forma, foi possível perceber a importância do papel dos técnicos, que desempenham um papel fundamental na prevenção e combate ao abuso infantil, atuando em diversas frentes que vão desde a sensibilização comunitária até à intervenção direta com crianças e famílias em situação de risco.

Referências Bibliográficas

AKTO. (s.d). *Quem somos*. <https://www.akto.org/pt/>

Ordem dos Psicólogos. (2023). *Vamos falar sobre o abuso sexual*. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/opp_vamosfalarsobreabusosexual_documento.pdf

Parlamento Europeu. (2023). *Tráfico de seres humanos: a luta da UE contra a exploração*. <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20230921STO05705/trafico-de-seres-humanos-a-luta-da-ue-contra-a-exploracao>

PSP .(2023). *Escola Segura*. <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>

Anexo W- Reflexão “Seminário Comunidade de Cuidados: Boas práticas ao serviço”

No dia 21 de novembro, no auditório do IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude), realizou-se o Seminário “Comunidade de cuidados: Boas práticas ao serviço”, uma iniciativa das Obras Sociais de Viseu e do IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas). O seminário deu-se em três painéis.

O primeiro painel teve como moderadora Olga Marques, Diretora do Estabelecimento Dr. Victor Fontes da APPACDM Viseu, e como oradores, Maria do Rosário Simões, do Instituto da Segurança Social de Viseu e Major José Carvalho, do IASFA. A apresentação da Dra. Maria do Rosário Simões intitulada de “Comunidade de Cuidados: A Importância da Rede Social”, iniciou-se com a contextualização teórica da Rede Social e da visualização de um pequeno vídeo. Criada na resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, com o objetivo de um trabalho alargado em rede através de uma planificação estratégica. Dessa forma, a rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados, assente no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica que visa o planeamento estratégico da intervenção social local. O envolvimento e participação de todas as entidades e grupos da população, leva a uma obtenção de formas de complementaridade e entrosamento eficazes entre medidas e programas nacionais e instrumentos de planeamentos locais, potenciando os resultados de ambos. No entanto, na prática surgem obstáculos ao trabalho em rede, sendo de destacar, o desconhecimento do trabalho e competências do outro; a ausência de flexibilidade e abertura; o pensamento individualizado, e a rede social ser meramente vista como um programa.

O major José Carvalho, Presidente do Centro de Ação Social do IASFA, apresentou a instituição e as suas intervenções. O IASFA foi criado a 3 de novembro de 2005 e intervém nos distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco, resultando em 4mil beneficiários. A Organização desenvolve uma estratégia de proximidade, visitando aos concelhos, de forma a garantir e promover a Ação Social complementar dos seus beneficiários, através de uma gestão do sistema de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas.

O Painel 2 deteve como moderador Aníbal Maltez das Obras Sociais, coordenador do CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) e dois oradores, Lia Araújo, Docente na Escola Superior de Educação de Viseu e José Carreira, Presidente das Obras Sociais de Viseu. A apresentação da Doutora Lia Araújo, intitulada “O educador Social na Intervenção Socioeducativa com Pessoas Idosas – Que benefícios?”, abordou as boas praticas na intervenção com Pessoas Idosas.

O fenómeno de envelhecimento demográfico assume papel do maior desafio da sociedade contemporânea, o que tem motivado e justificado a preocupação e interesse sobre as suas repercussões e oportunidades. Em 2022, segundo o Instituto Nacional de Estatística o índice de envelhecimento atingiu o valor de 185,6 idosos por cada 100 jovens. Na sua origem estão fatores, sociais e económicos, onde é possível destacar o decréscimo da fecundidade e da taxa de natalidade, alinhada com o aumento da

esperança média de vida, bem como a forte emigração portuguesa das décadas de 60 e 70 (Villaverde Cabral, 2013). A intervenção com pessoas idosas carece de uma atenção especial, pelo facto das pessoas idosas estarem vulneráveis à exclusão, em consequência das limitações associadas ao processo de envelhecimento, mas também porque são detentores de um valioso “saber de experiência feito” de que a sociedade tanto carece (Carvalho & Baptista, 2004). Nesse sentido, partindo do papel, a educação deve contemplar a realidade das pessoas idosas, através de ações socioeducativas que potenciem a participação de todas as pessoas, valorizando e potenciando os contributos dos mais velhos. Cabe, assim, ao Educador Social, munir as pessoas idosas de meios para que estas adotem uma posição mais ativa, mas também criar oportunidades para que a comunidade seja recetora, inclusiva e integradora (Amante et al., 2014). Assim, como referido na apresentação da Dra. Lia, o Educador Social deve promover a interação e integração social; potenciar o desenvolvimento pessoal; melhorar processos (meta)cognitivos, de forma a prevenir declínios prematuros.

O segundo momento do Painel 2, intitulado de “Comunidade para todas as idades” teve como orador o Dr. José Carreira, ao encontro da apresentação da Dra. Lia suprarreferida, abordou o Idadismo. Perante este tema, torna-se fulcral referir que a palavra “idadismo” foi adicionada, apenas, em 2023 ao Dicionário da Língua Portuguesa. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2022), o idadismo é o preconceito em relação a idade, surge na categorização e divisão das pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças. O Dr. José Carreira definiu como medidas de combate ao idadismo, o compromisso nas políticas públicas e as atividades socioeducativas e intergeracionais. Dessa forma, a Organização Mundial de Saúde (2022), apresenta três recomendações de ação que visam a ajudar as partes interessadas na redução do idadismo. A Implementação das seguintes recomendações requer compromisso político, participação de diferentes setores e atores, e adaptações específicas para os diferentes contextos. Quando possível, devem ser implementadas conjuntamente para maximizar o seu impacto no idadismo. No que concerne às ações estas são investir em estratégias com base científica para prevenir e combater o idadismo; melhorar os dados e as pesquisas para compreender melhor o idadismo e como reduzi-lo; construir um movimento, envolvendo toda a sociedade civil, para mudar o discurso em torno da idade e do envelhecimento.

O terceiro e último painel, teve como moderador, o Coronel Lúcio Campos, Diretor do Centro de Apoio Social de Viseu. Este painel consistiu numa apresentação de boas praticas de várias Organizações de referência, nomeadamente, o Centro Social Vale do Homem, a Associação de Solidariedade Social de Lafões (ASSOL) e a Associação Hípica e Psicomotora de Viseu.

Referências Bibliográficas

Amante, M., Araújo, L., Fernandes, R., Fonseca, S., Magalhães, C., Martins, E., Mendes, F. & Xavier, P. (2014). A Prática do Educador Social no Envelhecimento: da Formação á ação. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10166/1/COM_AraujoLia_2014.pdf

- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Organização Mundial de Saúde. (2022). Relatório Mundial sobre o Idadismo.
<https://pt.scribd.com/document/731863993/9789275724453-por>
- Villaverde Cabral, M. (Coord.) (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santo

Anexo X – Reflexão “Sessão online: Inteligência Artificial e Direitos Humanos – onde estamos e para onde queremos ir”

No dia 12 de novembro de 2024, realizou-se uma sessão Online que tinha como tema “Inteligência Artificial e Direitos Humanos – onde estamos e para onde queremos ir”. Esta sessão foi organizada pelos Núcleos Distritais de Aveiro e de Viseu da EAPN Portugal, com o objetivo de contribuir para a informação, sensibilização e debate sobre os desafios decorrentes da Inteligência Artificial (IA), num contexto de inevitabilidade da sua presença na nossa vida individual e coletiva e, sobretudo, no contexto do trabalho e da intervenção social.

Esta sessão teve como oradora a Dr. Ana Cláudia Albergaria, Socióloga, que apresentou o seu projeto de investigação referente ao Doutoramento em Sociologia: Inteligência Artificial e Direitos Humanos. O projeto de investigação visa promover o conhecimento e a reflexão sobre inteligência artificial ética. Como objetivos específicos deste estudo é possível destacar os seguintes: identificar os potenciais desafios e potencialidades da IA na relação com os Direitos Humanos; identificar as estratégias da União Europeia no que concerne às Políticas Públicas para a promoção da IA Responsável; identificar as representações sociais sobre IA e sobre os impactos nas sociedades em geral e nos direitos humanos em particular; identificar estratégias de prevenção de riscos decorrentes da utilização de sistemas inteligentes; promover a participação ativa de grupos multidisciplinares/stakeholders na reflexão/ação sobre IA Responsável. A Dr. Ana Cláudia além da caracterização do seu projeto, explicou a estrutura e a caracterização sociodemográfica dos entrevistados, identificando ser um projeto de metodologia qualitativa que partiu de uma análise documental.

Apesar da utilização recorrente nos dias de hoje do termo “inteligência artificial”, já há muito se fala deste. Segundo McCarthy (1963 cit. Por Barbosa & Portes, 2023), a inteligência artificial é um ramo da ciência da computação que se propõe elaborar sistemas que simulem a capacidade humana de racionar, perceber e resolver problemas. Ou seja, para o criador do termo a definição de Inteligência Artificial é “a ciência e engenharia de produzir sistemas inteligentes, sistemas que remetem o pensamento humano. Durante a sessão foi referido que apesar destas capacidades, os Sistemas de IA, ainda, não conseguem simular competências humanas tais como, a empatia, as emoções, a sensibilidade, a simpatia e o toque humano.

Algumas tecnologias de IA existem há mais de 50 anos, mas o melhor desenvolvimento da capacidade de processamento, a disponibilidade de quantidades elevadas de dados e novos algoritmos permitiram grandes progressos da IA nos últimos anos (Parlamento Europeu, 2020). A revolução tecnológica diferencia-se das outras pela forma não linear como ocorre, pela velocidade. Esta muda o que fazemos, como fazemos e a percepção sobre o ser humano, transformando sistemas inteiros. No entanto, à medida que a IA está cada vez mais presente na vida quotidiana, surge a preocupação associada à discriminação algorítmica. Algoritmos, muitas vezes vistos como imparciais e objetivos,

podem perpetuar, podem levar a situações de exclusão sociais/discriminação (Viana & Macedo, 2024). O uso de algoritmos não adequados em softwares de apoios/medidas sociais pode levar a que uma família seja excluída, colocando-a em situação de vulnerabilidade social.

Segundo o Relatório dos Riscos Globais (2023), a desinformação e informação falsa estão no topo do ranking, revelando assim o impacto da revolução tecnológica. Esta responsabilidade é partilhada, pois a imprevisibilidade da inovação relaciona-se com o a sua natureza coletiva. A antecipação das eventuais consequências da inovação é algo fundamental porque poderá contribuir para que escolhas mais responsáveis aconteçam no futuro.

A Estratégia Nacional de Inteligência foi criada com o objetivo promover e mobilizar a sociedade em geral para o ensino e investigação, para a inovação de produtos e serviços que envolvam IA. Esta afirma que as IA, trazem justiça e bem-estar, permitindo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Dessa forma, é importante que se reforce a qualificação da população, em competências digitais e nomeadamente as que envolvem as tecnologias IA. O uso inadequado da IA, pode representar vários riscos para os cidadãos, inclusive junto das crianças. Os vários riscos associados é possível referir, a discriminação ou exclusão automatizada de crianças em determinadas oportunidades devido a informação enviesada nos dados na IA; violação dos dados pessoais e da proteção dos direitos da criança; limitações na análise preditiva de Inteligência Artificial, com a criação de perfis; reforço das desigualdades entre crianças no acesso a tecnologias (Zanetti et al, 2020)

Em, 2021 a UNICEF, definiu recomendações relativamente às políticas publicas para a Inteligência Artificial em relação às crianças entre elas: a IA deve ser usada para o desenvolvimento e o bem-estar das crianças; assegurar a inclusão de todas as crianças; dar prioridade à equidade e à não discriminação das crianças; proteger os dados e privacidade das crianças; garantir a segurança das crianças; fornecer transparência, explicabilidade e responsabilidade às crianças; capacitar governos e empresas que usam IA sobre os direitos das crianças; preparar as crianças para o desenvolvimento presente e futuro da Inteligência Artificial. Segundo o Artigo 20º da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital (Lei n.º 27/2021), as crianças têm direito a proteção especial e aos cuidados necessários ao seu bem-estar e segurança no ciberespaço; as crianças podem exprimir livremente a sua opinião e têm a liberdade de receber e transmitir informações ou ideias, em função da sua idade e maturidade.

Posto isto, é possível afirmar que as potencialidades do uso da IA para as crianças são inúmeras, mas os riscos do seu uso indevido também o são. Assim, importa que entidades públicas e empresas assegurem o cumprimento destas recomendações.

Referências Bibliográficas

Barbosa, L. & Portes, L. (2023). A Inteligência Artificial. *Revista Tecnológica Educativa II* (236).
https://abt-br.org.br/wp-content/uploads/2023/03/RTE_236.pdf#page=16

- In code 20230. (s.d). Estratégia Nacional de Inteligência Artificial.
<https://www.incode2030.gov.pt/aip-2030/>
- Lei n.º 27/2021 -Diário da República n.º 95/2021, Série I de 2021
<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2021-164870244>
- Parlamento Europeu. (2020). *O que é a inteligência artificial e como funciona?*
<https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20200827STO85804/o-que-e-a-inteligencia-artificial-e-como-funciona>
- Parlamento Europeu. (2023). Lei da UE sobre IA: primeira regulamentação sobre inteligência artificial
<https://www.europarl.europa.eu/topics/en/article/20230601STO93804/eu-ai-act-first-regulation-on-artificial-intelligence>.
- Unicef. (2021). Policy guidance on AI for children. Unicef.
<https://www.unicef.org/innocenti/media/1341/file/UNICEF-Global-Insight-policy-guidance-AI-children-2.0-2021.pdf>
- Viana, G. & Macedo, C. (2024). Inteligência Artificial e a Discriminação Algorítmica. *Revista Eletrônica Direito, 1* (19). <https://direitoeti.com.br/direitoeti/issue/view/20/7>
- World Economic Forum. (2024). The Global Risks Report 19.
https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2024.pdf
- Zanetti, M., Rendina, S., Picci, L., & Peluso Cassese, F. (2020). Potential risks of Artificial Intelligence in education. *Form@re - Open Journal Per La Formazione in Rete*, 20(1), 368–378.
<https://doi.org/10.13128/form-8113>

Anexo Y – Reflexão “Webinar: Entre a Imigração e o Tráfico de Seres Humanos”

No dia 9 de abril de 2025, ocorreu via zoom, o Webinar Entre a Imigração de Seres Humanos- como distinguir e como intervir. Este foi organização pelo O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal e a Freguesia de Viseu. Esta iniciativa tinha como objetivo de promover uma reflexão aprofundada sobre a problemática, esclarecer mitos e percepções associadas a fluxos migratórios e debater estratégias eficazes de prevenção, deteção e combate.

O webinar contou a participação vários oradores, João Miguel Carvalho (CIES-ISCTE - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia), Carlos Graça (Autoridade para as Condições de Trabalho de Beja), Beatriz Tomé (Associação para o Planeamento da Família) e Ana Figueiredo (Saúde em Português).

A presença de oradores com diferentes áreas de especialização permitiu uma abordagem multidisciplinar que enriqueceu o debate. A articulação entre a produção de conhecimento académico, o trabalho no terreno e a experiência institucional revelou-se essencial para compreender não apenas a dimensão do fenómeno, mas também as estratégias de atuação mais eficazes. Foram apresentados dados concretos sobre os fluxos migratórios em Portugal, bem como sobre a realidade do tráfico de seres humanos. Esta distinção, muitas vezes negligenciada na opinião pública, foi um dos pontos centrais do webinar, tal como referido pelo Parlamento Europeu (2024), nem toda a migração é voluntária, e muitas pessoas são vítimas de redes organizadas que exploram a sua vulnerabilidade.

O webinar destacou ainda a importância da prevenção, deteção precoce e intervenção integrada, enfatizando o papel fundamental das instituições públicas, das organizações da sociedade civil e dos profissionais que, nas áreas da saúde, educação, ação social ou laboral, estão na linha da frente deste tipo de intervenção. A necessidade de formação contínua, cooperação interinstitucional e sensibilização comunitária foi reiterada ao longo da sessão.

Do ponto de vista pessoal e profissional, esta formação reforçou a importância de olhar para a migração com um olhar informado, ético e humanizado. Enquanto técnica é essencial não cair em estereótipos simplistas e procurar compreender as causas profundas que levam tantas pessoas a migrarem ou a serem alvo de tráfico. Reconhecer os sinais, respeitar os direitos humanos e agir com empatia são responsabilidades que nos cabem.

Referência Bibliográfica:

Parlamento Europeu. (2024). *Explorar as causas da migração: porque é que as pessoas migram?*.
<https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20200624STO81906/explorar-as-causas-da-migracao-porque-e-que-as-pessoas-migram>

Anexo Z – Planificação da atividade “Interculturalidade e Diversidade Cultural”

Designação da ação: “Interculturalidade e Diversidade Cultural”		
Data: 6 de janeiro de 2024	Tempo previsto: 50 minutos.	Locais: Escola Secundária Alves Martins.
Público-Alvo: Jovens em idade escolar.		Participantes: Jovens com idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos.
Objetivo Geral: Contribuir para a compreensão e desconstrução de preconceitos associados à diversidade cultural; Promover o diálogo intercultural através da sensibilização.		
Objetivos Específicos: Promover o conhecimento sobre a temática analisada; Promover atitudes como o respeito e valorização entre todas as pessoas; Consciencializar para a existência de diferenças, favorecendo as igualdades nas relações interpessoais.		
Descrição da ação: Inicialmente, coloca-se em prática uma dinâmica quebra-gelo com as pessoas participantes, que consiste em pedir a cada pessoa que diga o seu primeiro nome e uma palavra que associe à diversidade cultural ou interculturalidade (deve pedir-se para não repetirem o que já tenha sido dito anteriormente por outra pessoa). Nessa sequência, a pessoa ao lado de quem acabou de falar, terá de repetir a palavra que o/a último/a colega referiu e acrescentar uma nova palavra que relacione com a diversidade cultural ou com a interculturalidade. Numa segunda fase, de forma clarificar-se o conceito da temática analisada e outros que lhe surgem associados, questionam-se as pessoas participantes relativamente ao que entendem por “Diversidade Cultural” e por “Interculturalidade”, assim como, de que forma estes dois conceitos se manifestam no seu dia-a-dia e nas suas interações sociais. Ainda no sentido de esclarecer estes conceitos, pede-se às pessoas participantes que reflitam sobre a forma como se sentem em relação a culturas diferentes da sua e se reconhecem algum preconceito em relação a pessoas com uma cultura distinta. De seguida, e de forma a finalizar esta parte da ação, é apresentado um cenário hipotético às pessoas participantes, para que discutam sobre a forma como lidariam com a situação apresentada e como poderiam estabelecer a compreensão e respeito mútuo (exemplo: uma vez que os participantes se encontram no final do seu percurso escolar e poderão, ou não, entrar para o mercado de trabalho numa fase posterior, colocar um cenário que envolva um colega de trabalho ou um cliente/destinatário com práticas e hábitos culturais diferentes). Numa fase seguinte, será transmitido o documentário Mohsin , relacionado com a temática da ação, de forma a propiciar o pensamento crítico e reflexivo.		

Após a sua visualização, as pessoas participantes devem partilhar as suas interpretações em relação ao que acabaram de ver e refletir, em grupo, sobre as mensagens transmitidas. Sugere-se, também, a colocação de questões para que se facilite a reflexão:

- O que acharam da história do Mohsin, que viram retratada neste documentário?
- Que aspetos vos marcaram mais neste vídeo que pudemos visualizar?
- O que pensam sobre Portugal como país de acolhimento de pessoas migrantes ou refugiadas?
- Como poderemos melhorar a forma como são acolhidas pessoas migrantes ou refugiadas em Portugal?

Numa última fase, pede-se às pessoas participantes que formem grupos de quatro a cinco elementos, aos quais serão entregues, uma folha A4 com questões (Anexo I). O objetivo será responder às questões evidenciadas na folha (“Quais são os benefícios da interculturalidade e da diversidade cultural? De que forma podemos usufruir desses benefícios?” e “De que forma podemos promover uma cultura de respeito e inclusão na sociedade, incluindo no contexto escolar?”), colocando as respostas às questões por tópicos, com a finalidade de se promover a reflexão sobre essas mesmas questões.

Recursos Humanos :

Estagiárias do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco (2). Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

Recursos Materiais:

Computador;
 Projetor;
 Folhas A4 com as questões impressas;

Recursos Financeiros:

0 euros.

Avaliação prevista:

Através de questionários de avaliação (Anexo II), em papel, que serão entregues aos/às jovens no final da atividade.

Anexo I - Folha com as questões a colocar às pessoas participantes



Diversidade Cultural

Quais são os benefícios de viver numa sociedade culturalmente diversa? De que forma podemos usufruir desses benefícios?

De que forma podemos promover uma cultura de respeito e inclusão na sociedade, incluindo no contexto escolar?



Anexo II – Questionário de Avaliação

Questionário de avaliação

1. Já possuías algum conhecimento sobre a "Diversidade Cultural"?

Sím () e onde adquiriste esse conhecimento: _____.

Não ()

2. Sentiste-te confortável no decorrer da ação?

Sím ()

Não ()

Justifica a tua resposta: _____.

3. Consideras esta ação útil para a compreensão da temática?

Sím ()

Não ()

Justifica a tua resposta: _____.

4. Sentes que esta ação aumentou a tua compreensão sobre o tema em questão?

Sím ()

Não ()

Justifica a tua resposta: _____.

5. Consideras que esta ação contribui para promover a inclusão de pessoas de diferentes origens culturais?

Sím ()

Não ()

Justifica a tua resposta: _____.

6. Deixa-nos um comentário, uma sugestão ou uma crítica.

_____.

Obrigado pela participação!

Anexo AA – Planificação da Atividade “Inclusão e Diversidade”

Designação da Atividade: “Inclusão e Diversidade”		
Tema: Inclusão social e diversidade		
Data: 23/05/2025	Tempo previsto: 1 hora	Local: Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Jovens em idade escolar		Participantes: Alunos do Ensino Secundário
Objetivo Geral Contribuir para uma melhor compreensão da relação entre a inclusão e a diversidade.		
Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none">• Clarificar os conceitos de inclusão e diversidade;• Desconstruir ideias pré-concebidas associadas à diferença;• Consciencializar para a importância do respeito entre as pessoas, de forma a contribuir para uma sociedade mais tolerante e inclusiva.		
Descrição da ação 1ª parte (10 minutos) A ação inicia-se com uma dinâmica quebra-gelo desenvolvida com as pessoas participantes, que consiste em pedir a cada uma delas que diga o seu primeiro nome, uma característica sua que diga respeito a uma parte de si e o porquê de a ter escolhido. A particularidade enunciada poderá ser um traço de personalidade, uma especificidade física, um valor, ou um adjetivo que a pessoa considere que diga respeito a si mesma. Posteriormente, pede-se que cada uma delas se junte à pessoa que tem uma característica semelhante ou mais aproximada, relativamente à que referiu inicialmente, formando-se grupos de dois ou três elementos. De seguida, pede-se que cada um explique as razões que o levaram a juntar-se àquela pessoa. No momento seguinte, pede-se que retomem as posições iniciais e que se juntem à pessoa que revelou a característica que será contrária ou que estará mais distante da que referiu inicialmente. Nesse momento terão de conversar entre si e descobrir uma outra particularidade que seja comum entre as duas e expor a característica comum que conseguiram descobrir, promovendo-se a reflexão conjunta entre a diversidade e o enriquecimento inerente à diferença. No final da reflexão poderá ser transmitido o vídeo “All That We Share” (TV2) no sentido de se finalizar este ponto inicial. 2ª parte (10 minutos) Nesta fase tentar-se-á clarificar um conjunto de conceitos inerentes ao tema da ação a desenvolver.		

Especificamente, a inclusão social, a exclusão social, a discriminação, a diversidade (cultural, étnica, linguística, religiosa, etc.), o respeito pela diferença, assim como, os preconceitos e estereótipos inerentes às causas da exclusão social. Tentar-se-á relacionar os conceitos descritos com as vivências concretas das pessoas participantes, refletindo-se acerca da sua concretização no quotidiano e no desenvolvimento das suas relações sociais.

3ª parte (25 minutos)

Serão transmitidos vários vídeos que exemplificam diferentes situações relacionadas com o tema da ação, com o objetivo de se promover o pensamento crítico:

[“That Little Voice”](#)

[“What would Christmas be without love?”](#)

[Campanha contra a discriminação das Comunidades Ciganas \(Catarina Furtado\)](#)

[Campanha contra a discriminação das Comunidades Ciganas \(Francisco George\)](#)

[“Different”](#)

[“Ser Bonito”](#)

[“It's our world”](#)

[“Migrants”](#)

Depois de se visualizar cada um dos vídeos tentar-se-á compreender a interpretação que as pessoas participantes fizeram de cada um deles e refletir-se em conjunto sobre as mensagens transmitidas.

4ª Parte (15 minutos)

Por último, quem dirige a sessão lê em voz alta cada uma das afirmações abaixo descritas. Depois, baseando-se no que pensa sobre a afirmação, cada uma das pessoas participantes indica qual a resposta por si selecionada (“Concordo”, “Discordo” ou “Não sei / Não tenho a certeza”). É então solicitado a algumas das pessoas que participam na ação, que fundamentem a sua escolha e como as afirmações se relacionam com o preconceito e com a inclusão. Este mesmo processo é utilizado em cada uma das afirmações:

- As pessoas em situação de desemprego estão nessa situação por falta de talento.
- A cor de pele tem influência na capacidade para desempenhar determinadas tarefas ou funções.
- Os mais pobres têm menor capacidade de fazer valer os seus direitos.
- As profissões onde se pode ganhar mais dinheiro são as mais importantes.
- As pessoas com excesso de peso são menos inteligentes do que as que têm um peso considerado normal.
- A maioria das pessoas ciganas que vive em Portugal são nómadas e de nacionalidade romena.
- O Estado tem o dever de proteger as famílias, desde que sejam de nacionalidade portuguesa.

<ul style="list-style-type: none"> • Um imigrante africano, quando chega a Portugal, tem os mesmos direitos que um imigrante europeu. • Uma pessoa com deficiência visual tem o direito a entrar com o cão de assistência em locais onde é proibida a entrada de animais. • Gozar com os outros colegas é a melhor forma de nos tornarmos populares. • Há muitas pessoas idosas que vivem isoladas e marginalizadas. 	
Recursos humanos	Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal
Recursos financeiros	Indefinido

Anexo AB – Diagrama de Gantt

Tabela 1

Diagrama de Gantt

Medidas	2024		2025				
	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio
1. Implementação de Estratégias Socioeducativas para a Promoção dos ODS em Contexto Escolar							
2. Participação em projetos/iniciativas promovidas por outras entidades							
3. Participação nas atividades desenvolvidas pelas EAPN Portugal							



EBOOK

EDUCAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atividades Socioeducativas
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



EDUCAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atividades Socioeducativas
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

EAPN
2025

FICHA TÉCNICA

Título

Educar para o Desenvolvimento Sustentável

Atividades Socioeducativas – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Autora

Sofia Abrantes

Ilustração

Canva, Freepik

Revisão

Susana Fonseca (ESE.IPV)

Lia Araújo (ESE.IPV)

Tiago Caio (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal)

Edição

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

Rua Costa Cabral, 2368

4200-218 Porto

www.eapn.pt

Data da Edição:

2025

ÍNDICE

Introdução	1
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3
ATIVIDADES	8
1.º CICLO	9
Atividade 1	10
Atividade 2	17
Atividade 3	27
2.º CICLO	36
Atividade 4	37
Atividade 5	47
Atividade 6	51
3.º CICLO	63
Atividade 7	64
Atividade 8	72
Atividade 9	89
ENSINO SECUNDÁRIO	91
Atividade 10	92
Atividade 11	104
Atividade 12	110
Avaliação	136
Considerações Finais	167
Referências Bibliográficas	169

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pelas Nações Unidas em 2015, define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) interligados que propõem uma visão comum para alcançar um desenvolvimento sustentável, abrangendo questões sociais, económicas e ambientais até 2030. Entre estes objetivos destacam-se áreas essenciais como a igualdade de género, a educação de qualidade, a ação climática, ou a saúde e o bem-estar, pilares fundamentais para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável (UNRIC, 2018).

Neste contexto, torna-se evidente a importância de envolver as gerações mais jovens na reflexão e ação em torno destes temas. A infância e a adolescência são etapas determinantes no desenvolvimento humano, marcadas pela aprendizagem contínua e pela construção de valores. Durante estas fases, a família representa o primeiro e mais importante espaço de socialização, desempenhando um papel crucial na educação e na formação da criança. Posteriormente, a escola surge como um contexto privilegiado não apenas de transmissão de conhecimentos, mas também de promoção da cidadania, da consciência crítica e da responsabilidade social (D'Aroz & Vestena, 2021).

É precisamente neste cruzamento entre educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social que a escola se afirma como um espaço transformador, capaz de inspirar e preparar crianças e adolescentes para se tornarem cidadãos mais conscientes, ativos e solidários. Ao integrar os ODS nos processos educativos, abre-se caminho para a construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis (Menezes et al., 2021).

O ebook "Educar para o Desenvolvimento Sustentável" surge no decorrer do trabalho desenvolvido no estágio curricular, do mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, realizado no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.

Este recurso foi concebido com o intuito de apoiar educadores/as, técnicos/as, professores/as, animadores/as e outros/as profissionais na dinamização de atividades que estimulem a reflexão, a criatividade e o compromisso das crianças e adolescentes com os valores e princípios subjacentes aos ODS. As propostas apresentadas podem ser implementadas em contextos socioeducativos.

O ebook tem como principal finalidade promover a educação para o desenvolvimento sustentável, através de atividades socioeducativas que estimulem a compreensão e o envolvimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De forma mais específica, pretende-se:

- Sensibilizar para os desafios globais que afetam o planeta e as sociedades contemporâneas, promovendo uma consciência crítica e solidária.
- Fomentar o conhecimento dos 17 ODS, de forma adaptada às diferentes faixas etárias.
- Estimular competências pessoais e sociais como a empatia, a cooperação, o pensamento crítico, a criatividade e o sentido de responsabilidade.
- Promover a participação ativa na construção de soluções locais para problemas globais, incentivando o espírito de cidadania e compromisso com a transformação social.

As atividades encontram-se divididas por escolaridade. Cada ciclo de ensino é representado por uma cor distinta, a saber:

- 1.º Ciclo do Ensino Básico (dos 6 aos 10 anos)
- 2.º Ciclo do Ensino Básica (dos 10 aos 12 anos)
- 3.º Ciclo do Ensino Básico (dos 12 aos 15 anos)
- Ensino Secundário (dos 15 aos 18 anos)

Em cada atividade, no canto superior direito encontram-se representados por símbolos os ODS subjacentes na respetiva atividade.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A 25 de setembro de 2015, os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de promover um mundo melhor, erradicando a pobreza em todas as suas dimensões. No dia 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o Mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas que vigoram durante 15 anos (UNRIC, 2018).

Os 17 ODS devem ser analisados a partir de quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: social, económica, ambiental e institucional. Estes, visam concretizar o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, ao exigir a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais, independentemente das diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Silva, 2018).

Os ODS estruturam-se em cinco Pilares: Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias:

- Pessoas: Erradicar a pobreza e a fome em todas as suas formas, assim como zelar para que todos os cidadãos possam explorar o seu potencial com dignidade e igualdade, num meio ambiente saudável;

- Prosperidade: Conseguir que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e plena e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;

- Planeta: Proteger o planeta contra a degradação, mediante um consumo, uma produção e uma gestão dos recursos naturais sustentável, e adotar medidas para travar as alterações climáticas;

- Paz: Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência;

- Parcerias: Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 através de parcerias baseadas na solidariedade e focadas nas necessidades das pessoas mais vulneráveis (CCDRC, 2024).

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 1 - Erradicar a Pobreza

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todas os lugares



ODS 2 - Erradicar a Fome

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



ODS 3 - Saúde de Qualidade

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos.



ODS 4 - Educação de Qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.



ODS 5 - Igualdade de Género

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



(UNRIC, 2018)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 6 - Água Potável e Saneamento

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



ODS 10 - Reduzir as Desigualdades

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

(UNRIC, 2018)



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



ODS 13 - Ação Climática

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos



ODS 14 - Proteger a Vida Marinha

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



(UNRIC, 2018)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável



(UNRIC, 2018)



ATIVIDADES



10 ciclo

Atividade 1

“O valor de cada pessoa”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a inclusão social

Objetivos Específicos:

- Compreender o que é exclusão social e as suas consequências;
- Promover a empatia, o respeito pelas diferenças e a valorização de cada pessoa;
- Promover o respeito e a valorização da diversidade cultural;
- Estimular a curiosidade e o interesse por outras culturas.

Dinâmica Quebra-gelo:

- Distribui-se aleatoriamente um cartão colorido a cada participante, que deverá unir-se a colegas que tenham um cartão da mesma cor, formando um grupo em função dessa particularidade.
- Cada cor terá dois cartões, há exceção de uma cor escolhida do dinamizador. Isto acontece de forma a haver um/a participante que fica sozinho.
- Após alguns minutos, as crianças estarão distribuídas em grupos em função das cores de cada cartão e serão questionadas, como forma de reflexão, sobre como se sentiram, sendo que, algumas delas ficaram sozinhas/isoladas por não encontrarem outras criança com uma cor igual.

Através das seguintes questões, explicar-se-á que o que sentiram relaciona-se com a exclusão social:

Como te sentiste ao interagir apenas com quem tinha a mesma cor que tu?
Como te sentiste ao ficares sozinho/a?
Acham justo dividir o grupo desta forma?

- Explica-se que um dos principais motivos de exclusão social na sociedade são as diferenças entre culturas.

Atividade 1

“O valor de cada pessoa”

Descrição da Atividade:

- Apresenta-se às crianças um “saco da cultura”, onde estarão elementos representativos de cada cultura (páginas 12 a 15).
- Cada participante retira uma imagem do saco e associa a um dos cinco países assinalados no mapa (colando a imagem no mapa com velcro).

Após todas as imagens associadas dá-se por terminado o jogo, concluindo-se que a diversidade cultural é uma riqueza de diferentes tradições, costumes, línguas, crenças e formas de viver das pessoas ao redor do mundo. Cada cultura tem algo especial e único. De forma a promover-se uma análise ainda mais profunda deste tema, sugere-se nesta fase a exibição do vídeo *Erste Christmas* e posterior reflexão.

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

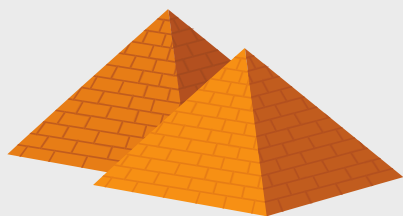
Recursos Materiais:

Cartões coloridos; imagens; mapa mundo; saco de pano; velcro; vídeo.

Atividade 1

"O valor de cada pessoa"

Imagens



Atividade 1

“O valor de cada pessoa”

Imagens



Atividade 1

"O valor de cada pessoa"

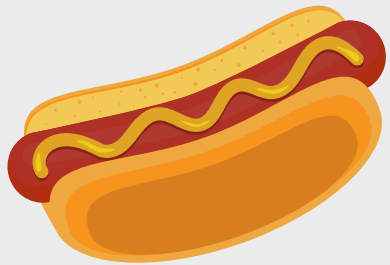
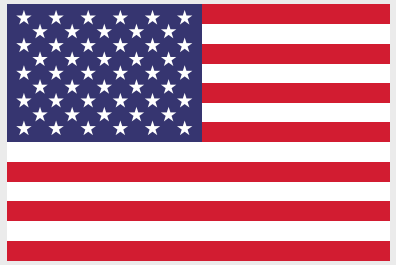
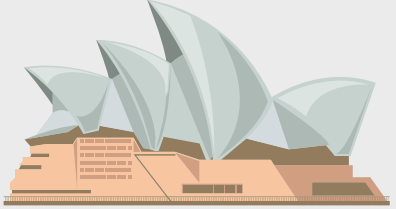
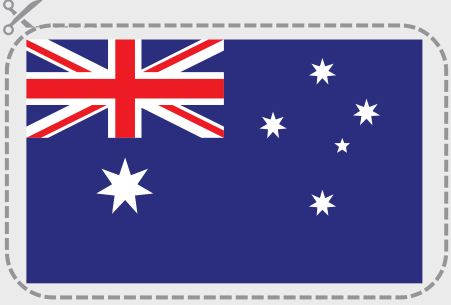
Imagens



Atividade 1

"O valor de cada pessoa"

Imagens



Atividade 1

“O valor de cada pessoa”

Mapa Mundo



Saco da cultura



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Género (ODS 5)

Objetivos Específicos:

- Desmistificar estereótipos/preconceitos associados ao género;
- Consciencializar para a importância da garantia da igualdade de oportunidades;
- Clarificar o conceito de "Igualdade de Género".

Dinâmica quebra-gelo:

Pede-se aos/às participantes que se sentem em círculo.

Cada participante terá de dizer:

- O seu nome
- Algo que gosta de fazer (ex.: “Sou a Maria e gosto de jogar à bola”, “Sou o Tiago e gosto de dançar”)

O/A dinamizador/a reage a cada partilha, questionando os/as participantes

- ex.: “Jogar à bola não é só para meninos, pois não?”

No final, reforça-se a ideia de que todas as pessoas gostam de coisas diferentes e podemos fazer o que gostamos!

Descrição da Atividade:

- Distribuem-se 4 cartas (páginas 20-27) por cada participante;
- Cada peça de dominó tem duas partes, do lado esquerdo, um mito associado ao género e do lado direito a verdade/desconstrução do mito, de formar a ligar um mito à verdade correspondente;

Durante o decorrer do jogo são colocadas questões às crianças, com o intuito de promover a reflexão:

Alguma vez tinham ouvido esta frase? O que pensam sobre ela?
Porque é que acham que não é verdade? / Porque é que acham que é verdade?
O que estão a dizer é o que costumam fazer?”

- O jogo termina quando todas as peças forem jogadas;

Atividade 1

“Dominó da Igualdade de Género”



A atividade conclui-se, com um momento de conversa e partilha para consciencializar as crianças da importância de se garantir a igualdade de oportunidades, reforçando a mensagem de que não existem profissões ou cores específicas para nenhum dos géneros.

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Recursos Materiais:

Cartas Dominó.

Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

Cartas Dominó

OS MENINOS SÃO
MELHORES EM
MATEMÁTICA

$$1 + 2 = 3$$



TODAS AS CORES
SÃO PARA TODAS
AS PESSOAS



OS MENINOS NÃO
PODEM GOSTAR DE
ABRAÇOS E
CARINHO



MENINAS E MENINOS
PODEM SER BOAS/BONS
EM MATEMÁTICA SE
PRATICAREM



OS BRINQUEDOS
DE COZINHA SÃO
PARA MENINAS



A FORÇA NÃO DEPENDE
DO GÊNERO



AS MENINAS NÃO
PODEM JOGAR
FUTEBOL



COZINHAR É
PARA TODAS AS
CRIANÇAS, E
BRINCAR
TAMBÉM!



AS MENINAS
DEUIM VESTIR
COR-DE-ROSA E
OS MENINOS
AZUL



AS MENINAS PODEM
JOGAR E SER
FUTEBOLISTAS



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

Cartas Dominó

**OS MENINOS
DEVEM
RESOLVER TUDO
SOZINHOS E NÃO
PEDIR AJUDA**



**TODAS AS
PESSOAS
MERECEM
CARINHO**

**CHORAR É
COISA DE
MENINA**



**TODAS AS
PESSOAS
PODEM PEDIR
AJUDA**

**OS
VIDEOJOGOS
SÃO PARA
MENINOS**



**TODAS AS
PESSOAS
DEVEM
EXPRESSAR AS
SUAS EMOÇÕES**

**AS MENINAS
SÓ PODEM SER
PROFESSORAS
OU
ENFERMEIRAS**



**CADA PESSOA
TEM A SUA
MANEIRA DE SER**

**AS MENINAS
DEVEM SER
DELICADAS E
CALMAS**



**TODOS E TODAS
PODEMOS
SEGUIR A
PROFISSÃO QUE
QUISERMOS**

Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

Cartas Dominó

AS MENINAS
TÊM DE TER O
CABELO
COMPRIDO



CUIDAR DOS MAIS
PEQUENOS É UMA
RESPONSABILIDADE
DE TODAS AS
PESSOAS



OS MENINOS
NÃO PODEM
FAZER
TEATRO



CADA PESSOA
ESCOLHE O
CABELO QUE
MAIS GOSTA



OS MENINOS
NÃO PODEM
CUIDAR DE
BEBÊS



TODOS E TODAS
PODEM SER
ATORES /ATRIZES



SÓ OS MENINOS
É QUE USAM
CALÇAS



TODOS E TODAS
PODEM SABER
DESENHAR



SÓ AS MENINAS
SABEM
DESENHAR



TODOS E TODAS
PODEM USAR
CALÇAS



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

Cartas Dominó

AS TAREFAS
DOMÉSTICAS SÃO
RESPONSABILIDADE
DAS MENINAS



OS VIDEOJOGOS
SÃO PARA
TODOS/TODAS



CIENTISTA É
PROFISSÃO DE
HOMEM



AS MENINAS
PODEM
ESCOLHER
QUALQUER
PROFISSÃO



OS MENINOS
SÃO MAIS
FORTES DO
QUE AS
MENINAS



TODOS E
TODAS DEVEM
AJUDAR EM
CASA



OS MENINOS
NÃO PODEM
USAR
PULSEIRAS OU
COLARES



AS MENINAS
TAMBÉM
PODEM
GOSTAR DE
CARROS



SÓ OS MENINOS
É QUE PODEM
GOSTAR DE
CARROS E
CORRIDAS



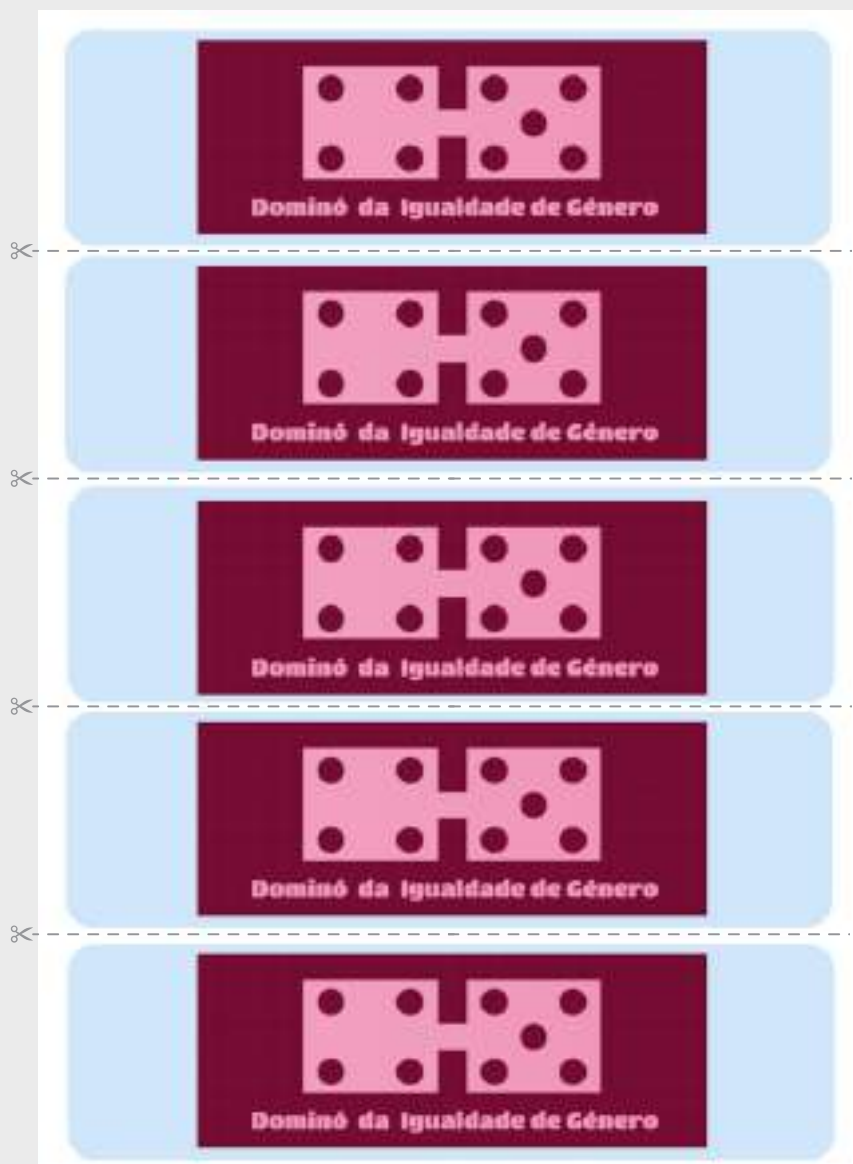
TODOS E TODAS
PODEM USAR OS
ACESSÓRIOS DE
QUE GOSTAM



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

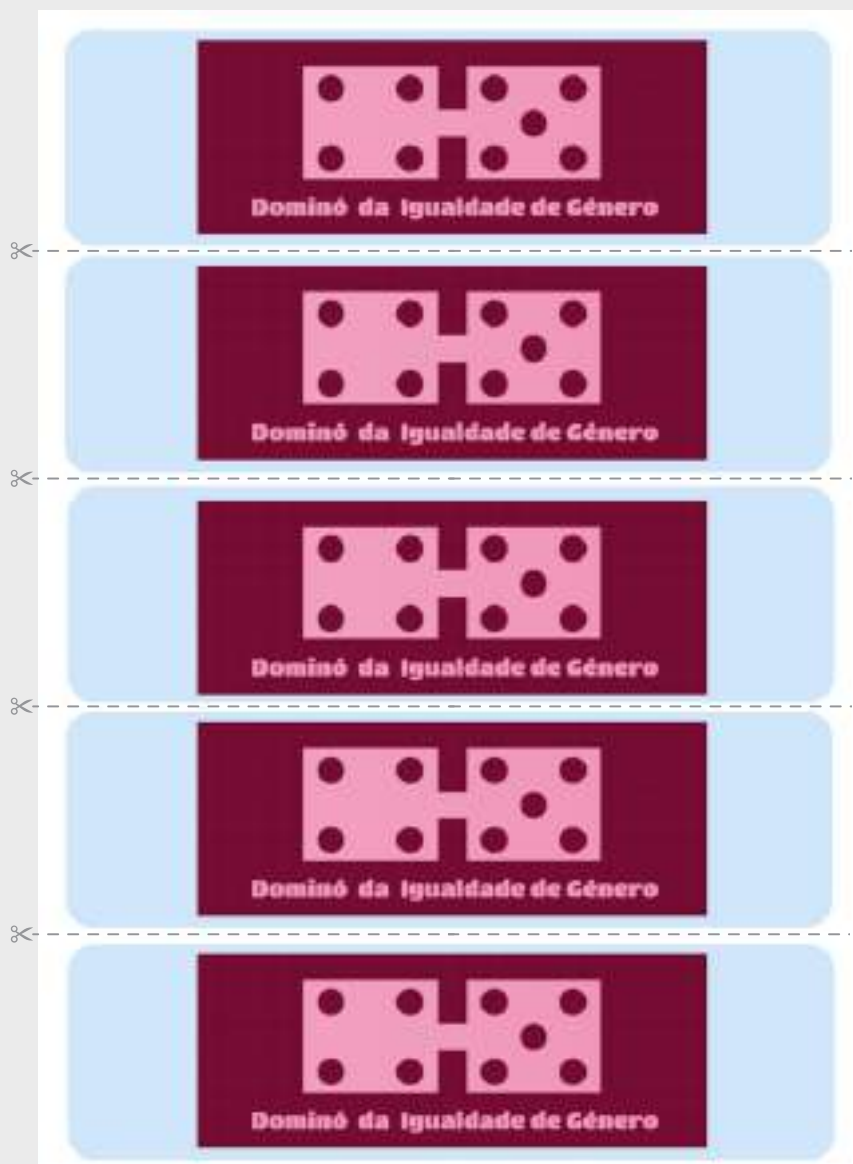
Cartas Dominó



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

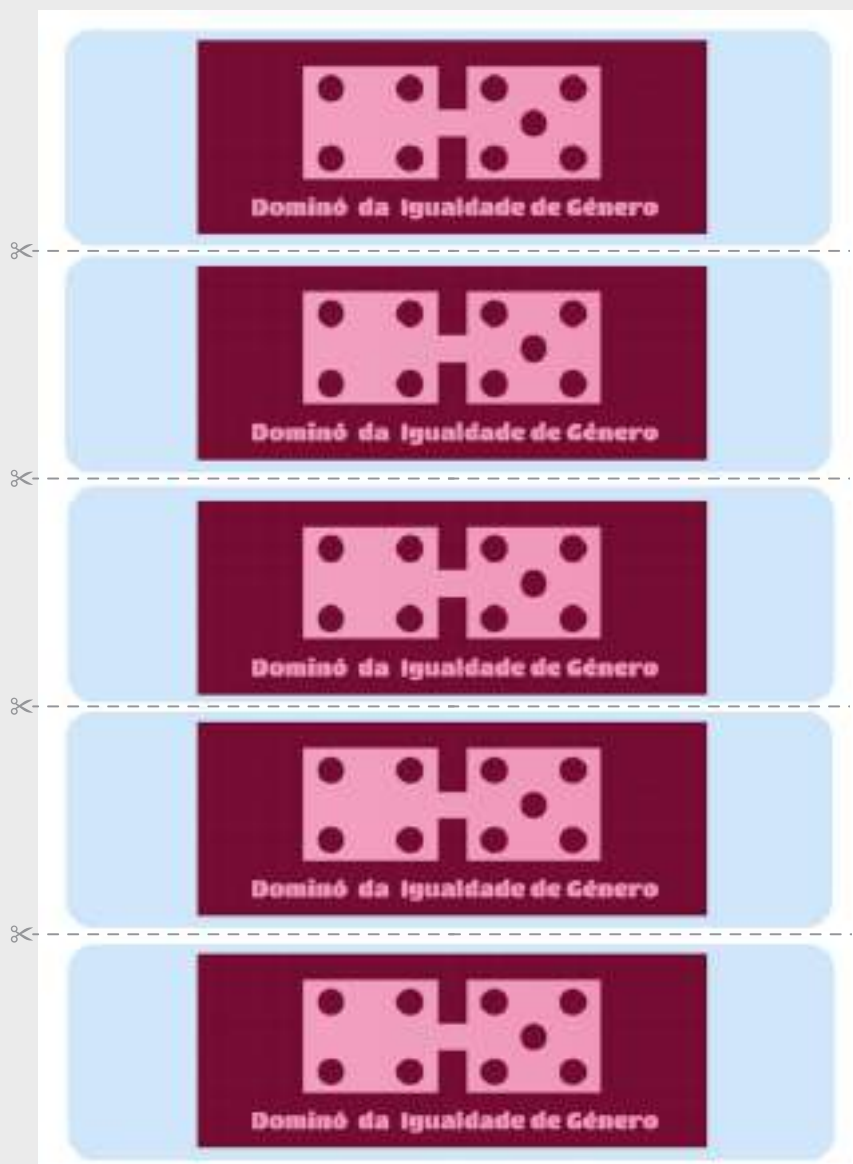
Cartas Dominó



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

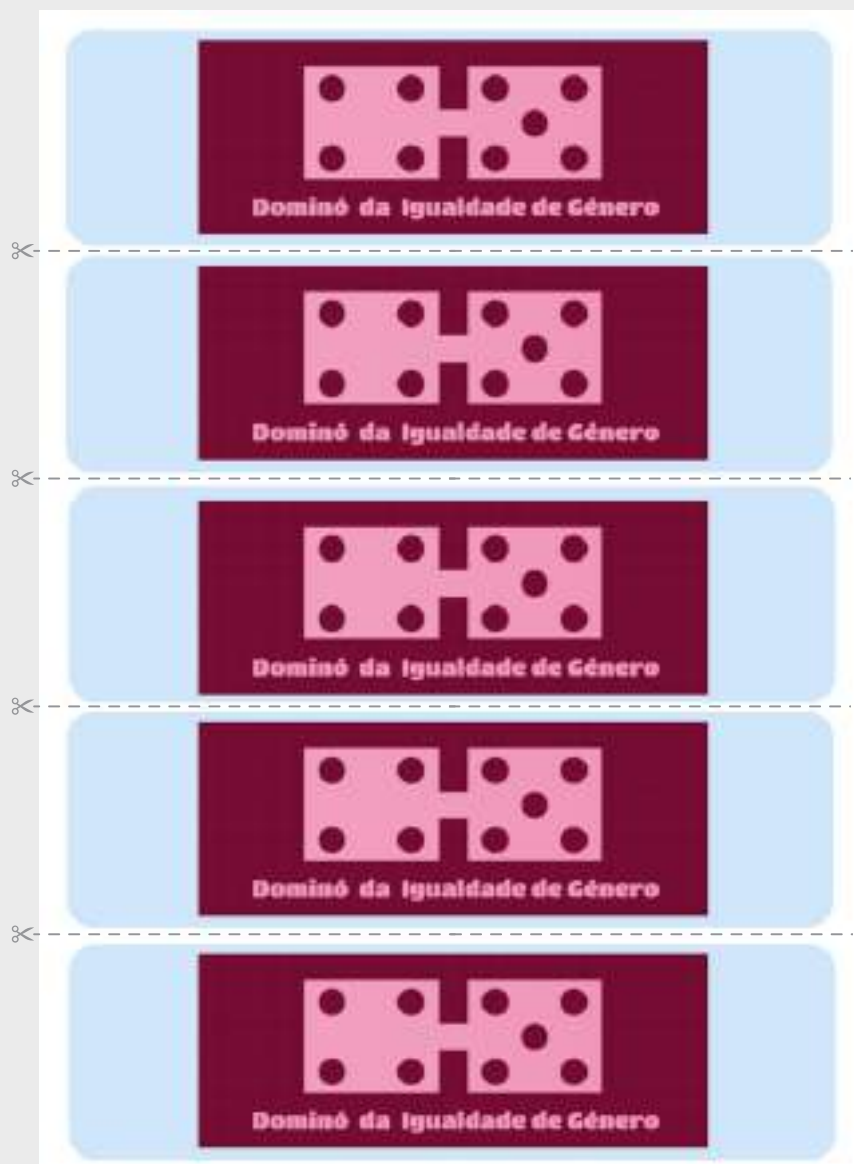
Cartas Dominó



Atividade 2

“Dominó da Igualdade de Género”

Cartas Dominó



Atividade 3

“Quem pode ser?”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Género (ODS 5)

Objetivos Específicos:

- Desmistificar estereótipos/preconceitos associados ao género;
- Consciencializar para a importância da garantia da igualdade de oportunidades;
- Clarificar o conceito de "Igualdade de Género".

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se a cada participante que diga o seu nome e qual a profissão que gostaria de ter quando crescer.

Descrição da Atividade:

- A atividade inicia-se com a questão, “O que significa Igualdade de Género?”.
- Após as partilhas dos/das participantes, transmite-se a ideia de que “Igualdade de Género, é quando meninos e meninas têm os mesmos direitos e deveres.”
- Apresentam-se imagens referentes a cores, profissões e tarefas domésticas (páginas 29 a 35), nas quais se pretende que as crianças participantes estabeleçam uma associação de género;
- A cada imagem, serão questionadas acerca da sua escolha, com o intuito de promover a reflexão;
- O jogo termina após todas as imagens serem associadas, resultando num cartaz;

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Recursos Materiais:

Cartolina A2; Imagens; Marcador de Página.

Atividade 3

“Quem pode ser?”

Imagens



Atividade 3

“Quem pode ser?”

Imagens



Atividade 3

“Quem pode ser?”

Imagens



Atividade 3

“Quem pode ser?”

Imagens



Atividade 3

“Quem pode ser?”

Imagens



Atividade 3

“Quem pode ser?”

Imagens



Atividade 3

"Quem pode ser?"

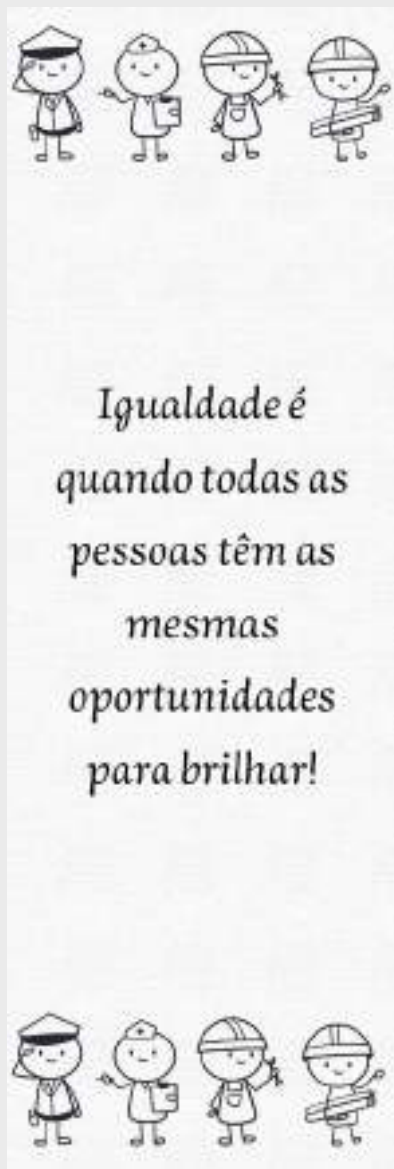
Imagens



Atividade 3

“Quem pode ser?”

Marcador de Página





Atividade 4

“Pelo Mundo”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a inclusão social (ODS 10)

Objetivos Específicos:

- Contribuir para a compreensão da interculturalidade;
- Promover o respeito em relação a outras culturas.
- Sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade.
- Reconhecer influências de outros países e culturas em diversos aspectos do seu dia a dia.

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se a cada participante que diga o seu nome, um país que gostasse de conhecer e porquê.

No final faz-se uma pequena reflexão sobre os países e as razões enumeradas.

Descrição da Atividade:

- Os/As participantes são divididos/as em grupos.
- A cada grupo são destinadas duas “casinhas” (página 38) e cada uma representa um país.
- Distribuem-se imagens de elementos culturais (páginas 39 a 45), para serem associados ao seu respetivo país, de modo, a completar a casinha (as imagens e as casinhas devem ter velcro, para se poder colar).
- Terminado o jogo, realiza-se um momento de reflexão através das seguintes questões:

Como podemos respeitar as pessoas com costumes diferentes dos nossos?
Como podemos tornar a escola mais inclusiva?

Atividade 4

“Pelo Mundo”

A atividade termina refletindo-se que a diversidade cultural é uma riqueza de diferentes tradições, costumes, línguas, crenças e formas de viver das pessoas ao redor do mundo. Cada cultura tem algo especial e único, como a sua música, comida, roupas e festas. Ao aprender sobre outras culturas, ampliamos o nosso conhecimento e tornamo-nos pessoas mais respeitosas e tolerantes.

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos.

Recursos Materiais:

Imagens; casinhas (a base pode ser o fundo de um garrafão e o telhado em cartão); velcro (de forma a poder-se colar as imagens); marcador de página

Vídeo complementar ao tema:

What is diversity? (de forma a promover-se uma compreensão mais facilitada, deve-se ativar no vídeo as legendas com tradução automática.)

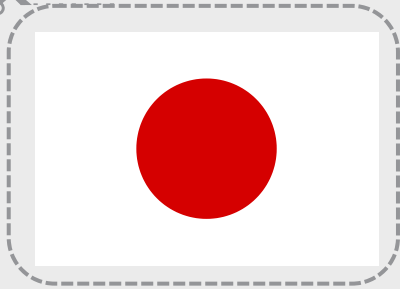
Exemplo das Casinhas



Atividade 4

“Pelo Mundo”

Imagens



Japão



Brasil



Atividade 4

"Pelo Mundo"

Imagens



Índia



Angola

Atividade 4

“Pelo Mundo”

Imagens



Estados Unidos da América

HOLLYWOOD



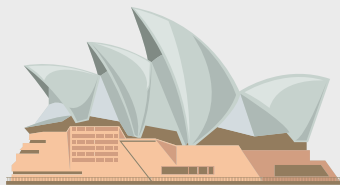
Atividade 4

"Pelo Mundo"

Imagens



Grécia

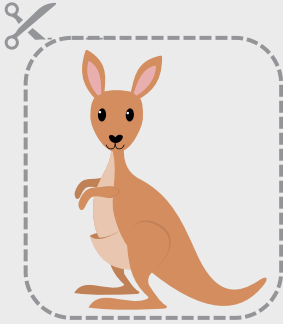


Austrália

Atividade 4

“Pelo Mundo”

Imagens



México

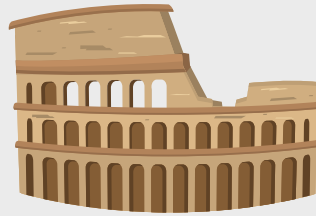


Itália

Atividade 4

"Pelo Mundo"

Imagens



Arábia Saúdita

Atividade 4

“Pelo Mundo”

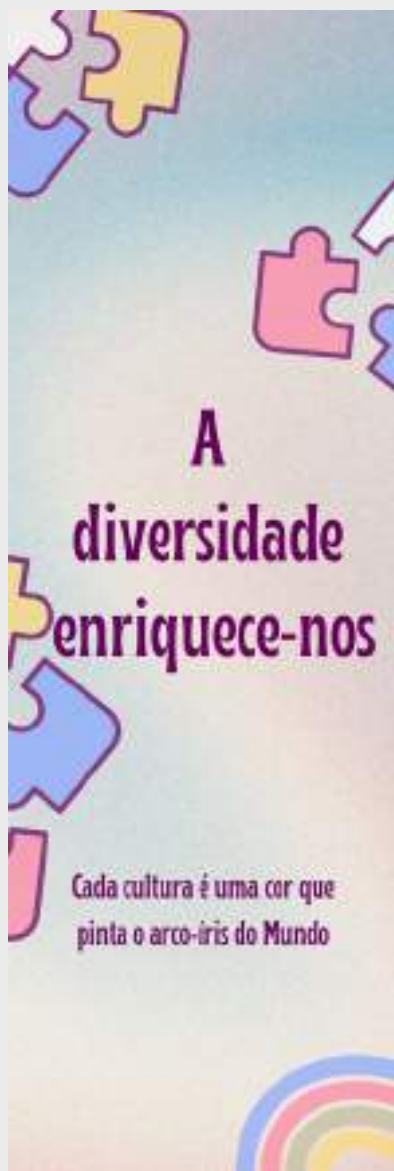
Imagens



Atividade 4

“Pelo Mundo”

Marcador de Página



Atividade 5

"Era uma vez..."



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Género

Objetivos Específicos:

- Desmistificar estereótipos/preconceitos associados ao género;
- Consciencializar para a importância da garantia da igualdade de oportunidades;
- Clarificar o conceito de "Igualdade de Género".

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se aos/às participantes que digam o seu nome e qual a profissão que gostariam de ter quando crescessem.

Descrição da Atividade:

- A atividade inicia-se com a questão: "O que significa Igualdade de Género?".
- Após as partilhas dos/das participantes, transmite-se a ideia de que "Igualdade de Género, é quando meninos e meninas têm os mesmos direitos e deveres."
- Divide-se a turma em quatro grupos e distribuem-se pequenas histórias incompletas (página 49), pedindo-se aos/às participantes que as completem.
- Cada grupo terá de apresentar uma história aos/às restantes participantes.
- A cada apresentação as crianças são questionadas sobre:

- que aconteceu no final da história?
- Que mensagem a história transmite?
- que aprendemos sobre a igualdade de género?

A atividade termina reforçando a importância de se garantir a igualdade de oportunidades e que não existem profissões ou cores específicas para nenhum dos géneros.

Atividade 5

"Era uma vez..."

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos.

Recursos Materiais:

Histórias; Marcador de Página.

Vídeo completar ao tema principal:

O que é a igualdade de género - RTP Ensina

Atividade 5

"Era uma vez..."

Histórias

1

O Tomás sempre gostou de cozinhar, mas na escola dizem que isso não era coisa de rapaz...

Perguntas:

Como reagiu o Tomás?

Será que desistiu ou provou que cozinhar é para todas as pessoas?

Quem a apoiou?



2

A Leonor adorava futebol, mas quando quis entrar na equipa descobriu que era um desperício de rapazes...

Perguntas:

Como se sentiu a Leonor?

Alguém a ajudou a lutar pelo seu sonho?

O que aconteceu quando ela mostrou o seu talento?



3

O João queria ser enfermeiro porque adorava cuidar das outras pessoas, mas os colegas riem-se e dizem que isso era profissão de mulheres...

Perguntas:

Como reagiu o João?

Encontrou exemplo de homens enfermeiros?

O que aconteceu na final?



4

A Sara queria ser cientista, mas sempre ouviu que as raparigas não são tão boas a matemática e ciências...

Perguntas:

Será que ele desistiu ou seguiu o seu sonho?

Como provou que todas as pessoas podem ser cientistas?

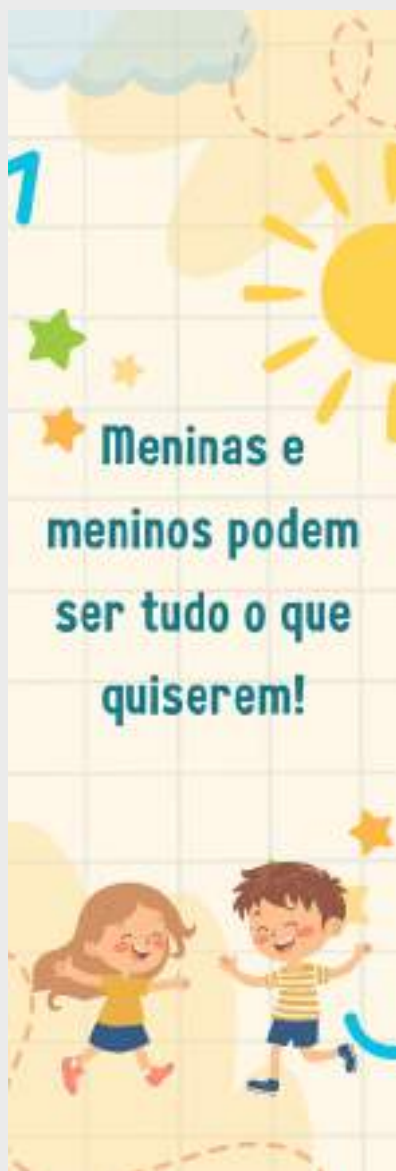
Quem a ajudou no caminho?



Atividade 5

"Era uma vez..."

Marcador de Página



Atividade 6

“Aventura Sustentável”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a consciencialização da importância de viver em cidades mais sustentáveis, seguras e inclusivas.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver atitudes e comportamentos sustentáveis no contexto urbano.
- Estimular o pensamento crítico e criativo sobre os desafios e soluções para melhorar a vida nas cidades.
- Fomentar a empatia e a cidadania ativa.

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se aos/às participantes que digam o seu primeiro nome, uma cidade que gostaram de visitar em Portugal e o porquê.

Descrição da Atividade:

- Inicia-se o jogo de tabuleiro (página 55) lançando o dado.
- Ao longo do jogo, os/as participantes percorrem um tabuleiro que representa uma cidade imaginária. No caminho, deparam-se com casas que convidam a refletir sobre comportamentos sustentáveis, resolver desafios criativos, ou identificar atitudes prejudiciais ao ambiente e à comunidade (cartas presentes nas páginas 56 a 62).
- As casas do jogo estão divididas por categorias: Heróis da Sustentabilidade (boas ações); Desafios da Cidade (propõem questões ou desafios); Movimento Amigo do Planeta (valorizam formas de mobilidade sustentável); Armadilhas Urbanas (alertam para más práticas com consequências no jogo).
- O jogo termina após todos/as os/as participantes chegarem à meta.
- Declara-se vencedor o/a primeiro/a participante a chegar à meta.
- A atividade termina com uma reflexão de grupo, transmitindo a ideia de que uma cidade sustentável é feita com atitudes pequenas, mas muito importantes: cuidar do lixo, ajudar quem precisa, andar mais a pé, respeitar as diferenças e imaginar soluções para melhorar o lugar onde vivemos.

Atividade 6

“Aventura Sustentável”

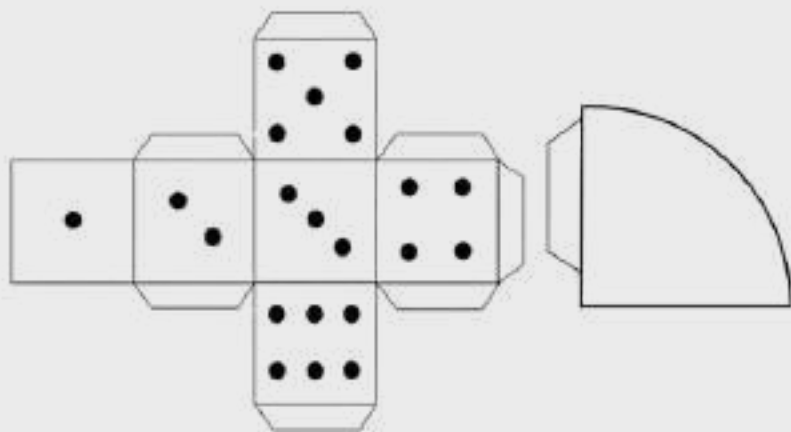
Recursos Humanos:

Dinamizador/a; crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos.

Recursos Materiais:

Tabuleiro; cartas; manual de instruções; soluções; molde do dado e do peão.

Molde do dado e peão



Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Tabuleiro



Descarregue [aqui](#) o tabuleiro e as cartas do jogo.

Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Heróis da Sustentabilidade



Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Heróis da Sustentabilidade



Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Armadilhas Urbanas



Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Desafios da Cidade

<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Onde deixamos o pote de leite vazio?</p> <ul style="list-style-type: none">• Ecoponto Amarelo• Ecoponto Verde• Ecoponto Azul <p>Avança 1 casa</p>	<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Qual é o transporte mais amigo do ambiente?</p> <ul style="list-style-type: none">• Carro• Bicicleta• Avião <p>Avança 2 casas</p>
<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Deixate lixo fora do caixote.</p> <p>Recua 1 casa</p>	<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Diz uma ação que ajude o planeta.</p> <p>Avança 1 casa</p>
<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Diz 3 coisas que podemos reciclar.</p> <p>Avança 2 casas</p>	<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Diz uma regra que todas as pessoas devam seguir na cidade.</p> <p>Avança 2 casas</p>
<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Se fosses presidente da tua cidade, o que farias para incluir todas as pessoas?</p> <p>Avança 2 casas</p>	<p>DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Onde deixamos as garrafas de vidro?</p> <ul style="list-style-type: none">• Ecoponto Amarelo• Ecoponto Verde• Ecoponto Azul <p>Avança 2 casas</p>

Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Desafios da Cidade

<p>n.º 1 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Inventa um meio de transporte que não polui.</p> <p>Avança 1 casa.</p>	<p>n.º 2 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>O que é necessário para andar de trotinets em segurança?</p> <p>Avança 2 casas.</p>
<p>n.º 3 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Em 10 segundos, diz o nome de 3 espaços que existem numa cidade.</p> <p>Recua 1 casa.</p>	<p>n.º 4 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Onde estamos uma lata de sumo vazia?</p> <ul style="list-style-type: none">• Ecoponto Amarelo• Ecoponto Verde• Ecoponto Azul <p>Avança 1 casa.</p>
<p>n.º 5 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>E se o teu amigo usasse cadeira de rodas e não conseguisse entrar num edifício. O que faria?</p> <p>Avança 1 casa.</p>	<p>n.º 6 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Porque é importante termos rampas nos passeios e edifícios?</p> <p>Avança 2 casas.</p>
<p>n.º 7 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>O que é uma cidade sustentável?</p> <p>Avança 2 casas.</p>	<p>n.º 8 DESAFIOS DA CIDADE</p> <p>Se tivesses um amigo que não ouvia, como podias comunicar com ele?</p> <p>Avança 2 casas.</p>

Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Desafios da Cidade



Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Cartas - Movimento Amigo do Planeta



Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Manual de Instruções

Manual de Instruções



Escola para o Desenvolvimento Sustentável
Fórculo Distrital de Viseu da SAPN Portugal

Jogo de Tabuleiro: Aventura Sustentável

Destinatários: Alunos/as dos 1.º Ciclo do Ensino Básico

Duração estimada: 30 a 45 minutos

Número de jogadores: 2 a 6

Objetivo do jogo

Explora uma cidade cheia de desafios e boas práticas, aprendendo como torná-la mais sustentável, segura, inclusiva e amiga do ambiente.

Vence o/a jogador/a que obtiver o final com mais cidades sustentáveis realizadas!

Materiais incluídos:

1 Ficha de “Aventura Sustentável”
6 Fichas (um por jogador)

1 Dado

4 tipos de cartas:

2 Fichas de Sustentabilidade

2 Anúncios Urbanos

10 Desafios do Cidade

10 Movimento Amigo da Planeta

Manual de Instruções

Preparação do jogo

- Coloca o tabuleiro no centro;
- Sorteia (sem cada conjunto de cartas e fichas) nos seus respetivos montes;
- Cada jogador/a escolhe um peão e coloca no “caso Partido”;

Definir quem começa (por exemplo, quem tem o caso da “aventura” primeiro).

Regras do jogo

No início, cada jogador/a lança o dado e desloca o peão de caso correspondente.

Concedendo o caso onde parar, realiza a ação indicada:

- Fichas de Sustentabilidade: Boa prática;
- Anúncios Urbanos: Ações que prejudicam a sustentabilidade no local onde se encontra;
- Desafios do Cidade: Cartas com perguntas, desafios ou suplicas;
- Movimento Amigo da Planeta: Fichas de localização amigas do planeta.

Sugestão de Reflexão Final

“O que aprendemos hoje sobre a nossa cidade?”

Que perguntas tentamos fazer em cada cidade diferente?”

Após que conhecemos melhor a que temos uma cidade sustentável, o que podemos fazer no nosso bairro, bairro da família para todos?”

Atividade 6

“Aventura Sustentável”

Soluções



AVENTURA SUSTENTÁVEL

Soluções

PTP Desafios da Cidade

Como debater o assunto de forma saudável?
Exemplo: Amarelo

Como é o movimento mais antigo da comunidade?
Ex: bicicleta

De 2 meses que podemos sentir.
Exemplo: Geração de água limpa de feijão cozido.

De uma foto que pode o primeiro.
Exemplo: Fechar o telefone enquanto fomos ao dentista.

Se fosse presidente da tua cidade, o que teria que fazer toda a população?
Exemplo: Se eu fosse presidente da minha cidade, criaria porque e escolhe onde todas as crianças pudessem brincar e aprender juntas, mesmo que fossem diferentes.

Qual é necessário para poder de trabalhar em segurança?
Equipamento de Proteção Individual (luvas, capacete, calças e coturnos)

Em 10 segundos, diz e nome de 3 espaços que existem numa cidade.
Exemplo: Hospital, Aviação, Centro Comercial

Como debater um foto de uma cidade?
Exemplo: Amarelo

Como debater as cores da cidade?
Exemplo: Verde

É na tua cidade que os cidadãos de todas as idades conseguem entrar nos edifícios.
Qual futuro?
Preveremos a criação ou de um sistema de rotas que mostra onde há acessibilidade.

Porque é importante termos sempre os pontos e edifícios?
Exemplo: Aviação, segurança, fim de linha

Como a tua cidade poderá ser melhor para as pessoas mais velhas?
Exemplo: Melhorar os pontos

Qual é uma cidade sustentável?
Uma cidade sustentável costea a preservação do meio ambiente sem a perda das suas habitações.

Se tivesse um cargo que não tem, como podias contribuir com ele?
Exemplo: Língua Gestual Portuguesa



Atividade 7

“Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais”



Tempo previsto: 45 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a inclusão social (ODS 10)

Objetivos Específicos:

- Contribuir para a compreensão da interculturalidade
- Promover o respeito em relação a outras culturas
- Sensibilizar para o modo como as diferenças culturais podem enriquecer a sociedade.

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se aos/às participantes que digam o seu primeiro nome e uma palavra que associem à interculturalidade (deve pedir-se para não repetirem o que já tenha sido dito anteriormente por outra pessoa).

Descrição da Atividade:

- Inicia-se com uma explicação do que significa multiculturalidade e Interculturalidade (página 65).
 - O/A dinamizador/a coloca afirmações (página 65 a 68. Em cada uma delas os/as participantes têm de levantar o sinal de concordo ou discordo (página 70) e em seguida refletir sobre a resposta.
- O jogo termina após as 10 afirmações, refletindo-se que interculturalidade traduz o encontro, a convivência e a troca de influências entre pessoas de diferentes culturas, respeitando as diferenças e valorizando o que cada cultura tem de único, enfatizando que a interculturalidade não é só sobre culturas distantes, mas também sobre como lidamos com a diversidade dentro da própria comunidade ou escola.

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos.

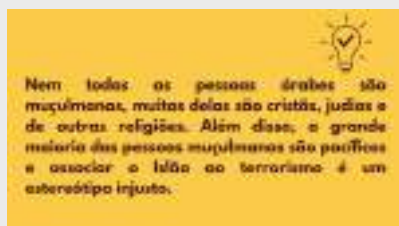
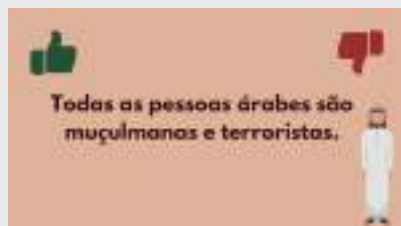
Recursos Materiais:

Placas; Palitos de madeira; Apresentação; Passaporte Intercultural.

Atividade 7

“Todas Diferentes, Todas Iguais”

Apresentação



Atividade 7

“Todas Diferentes, Todas Iguais”

Apresentação



Todas as pessoas africanas vivem em pobreza e em tribos.



África é um continente vasto, com cidades modernas, tecnologia avançada e economias em crescimento. Existem zonas pobres, mas também países desenvolvidos.



Nos países árabes, todas as mulheres são obrigadas a usar hijab.



O uso de véu varia de acordo com a cultura e a região. Em muitos países árabes, as mulheres têm liberdade de escolha, ou seja, usam o hijab por motivos religiosos ou culturais.



Todas as pessoas na Índia são hindus.



Embora o hinduísmo seja a religião majoritária, a Índia tem uma enorme diversidade religiosa. Segundo as Censos da Índia de 2011:

- Hinduísmo: 79,8% da população
- Islã: 14,2% da população
- Cristianismo: 2,3% da população
- Sikhismo: 0,7% da população
- Budismo: 0,7% da população
- Jorinismo: 0,4% da população
- Outras religiões: 0,7%



A cor da pele determina a inteligência.



Não há qualquer relação entre a cor da pele e a inteligência.

Atividade 7

“Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais”

Apresentação



As pessoas indianas vivem todas em bairros pobres e superlotados.



A Índia tem bairros pobres, mas também tem bairros ricos, arranha-céus, centros tecnológicos e uma classe média crescente. Cidades como Bangalore e Hyderabad são grandes centros de tecnologia e inovação.



Victoria Memorial, Calcutá



Hyderabad



As pessoas japonesas têm todas a mesma cultura e forma de pensar.



A diversidade regional dentro do Japão é enorme e as pessoas têm personalidades e estilos de vida diferentes.



Exemplos de diversidade: - Há cerca de 300 idiomas falados no Japão, com cerca de 100 milhões de falantes nativos.

- Há cerca de 100 grupos étnicos no Japão, com cerca de 10 milhões de membros.

- Há cerca de 100 grupos religiosos no Japão, com cerca de 10 milhões de membros.

- Há cerca de 100 grupos políticos no Japão, com cerca de 10 milhões de membros.

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55555555>



O Brasil é um país perigoso e sem segurança.



Há cidades brasileiras com altos índices de criminalidade, mas também há muitas áreas seguras. O Brasil é um país enorme, e a segurança varia muito conforme a região e a cidade.



A comida indiana é toda muito picante.



Atividade 7

“Todas Diferentes, Todas Iguais”

Apresentação



A família indiana é rica em especiarias, mas nem todos os pratos são picantes. Existem pratos suaves e aromáticos, como butter chicken, biryani e dosa, que podem ser preparados sem pimenta.



Butter chicken



Biryani



Dosa



As pessoas francesas são todas arrogantes.



Este estereótipo vem do ideia de que as pessoas francesas são muito patriotas e orgulhosas de sua cultura. Na realidade, tal como em qualquer país, há pessoas simpáticas e antipáticas.

Os mitos culturais mostram como a imagem de país é muitas vezes baseada em estereótipos.

Esses mitos podem parecer inofensivos, mas, muitas vezes, afetam as percepções e criam barreiras entre culturas.

- ✓ Os mitos culturais não correspondem à realidade.
- ✓ Cada cultura é diversa e não pode ser reduzida a estereótipos.
- ✓ O respeito e o entendimento são essenciais para combater generalizações.
- ✓ Questionar informações antes de aceitá-las como verdade é fundamental.



Atividade 7

“Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais”

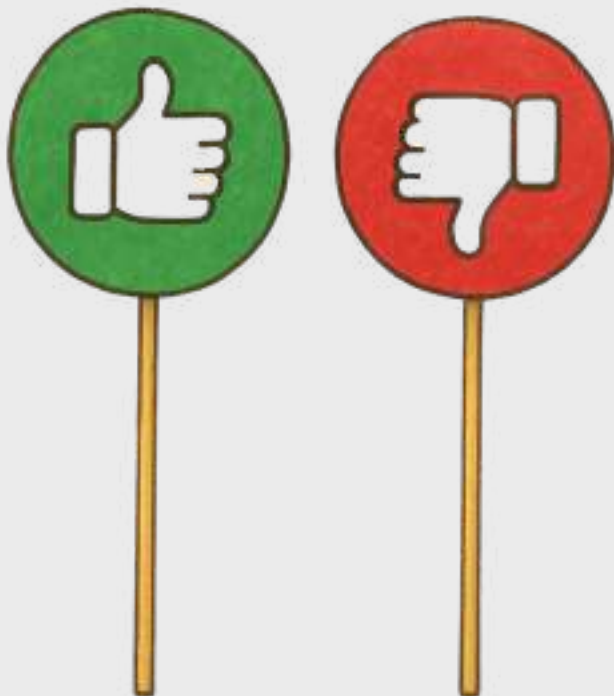
Placas



Atividade 7

“Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais”

Exemplo para a construção das placas:



Atividade 7

“Todas Diferentes, Todas Iguais”

Passaporte Intercultural



Explorando Geotecnologia

Escolha um país para explorar de suas atitudes.

- Canadá**
Bastante hospitaleiro.
 Sim, quero conhecer o Canadá.
 Não, não quero conhecer o Canadá.
 Não sei se quero conhecer o Canadá.
- País Tibetano**
Bastante hospitaleiro.
 Sim, quero conhecer o Tibete.
 Não, não quero conhecer o Tibete.
 Não sei se quero conhecer o Tibete.
- Coreia do Sul**
Bastante hospitaleiro.
 Sim, quero conhecer a Coreia do Sul.
 Não, não quero conhecer a Coreia do Sul.
 Não sei se quero conhecer a Coreia do Sul.

Canções de Fronteiras

Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões...

Playlist Global

"This is my life" - Justin Bieber
Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões.

"We are the World" - Various Artists
Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões.

Histórias de Mundo

A Jornada do Herói

Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões...

Germany - "Alle gehen doch ein bisschen weiter..."
Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões.

France - "We are the World" - Various Artists
Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões.

Arabic - "Al-Balad Al-Qadima" (The Old City)
Assim como podemos cruzar fronteiras e regiões.

Atividade 8

“Memory ODS”



Tempo previsto: 40 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a consciencialização crítica e o envolvimento ativo na implementação dos ODS

Objetivos Específicos:

- Reconhecer os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Associar problemas reais a soluções práticas.
- Promover trabalho em equipa e consciência ecológica.

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se aos/às participantes que digam o seu primeiro nome e um ODS que conhecem.

Descrição da Atividade:

- O jogo inicia-se, embaralhando as cartas e colocando-as viradas para baixo.
- Cada participante, na sua vez, deverá virar duas cartas (páginas 74-81). Se as cartas formarem par correspondente, a pessoa que está a jogar recolhe as cartas e joga novamente. Se não corresponderem, deve virá-las novamente para baixo e retirar uma carta de perguntas (páginas 82-87).
- O jogo termina quando todos os pares forem encontrados. Vence quem tiver mais pares.
- Durante o jogo os/as participantes são incentivados/as a explicar o objetivo em questão, promovendo a aprendizagem e a sensibilização para os temas.

A atividade termina com a reflexão de que os ODS ajudam-nos perceber o que está mal no mundo e o que podemos melhorar, como tentar acabar com a pobreza, proteger o ambiente, garantir saúde, educação e igualdade para todas as pessoas. Deixando presente que cuidar do planeta é responsabilidade de todos/as e que mesmo sendo jovens, podemos fazer a diferença com atitudes simples.

Atividade 8

“Memory ODS”

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos.

Recursos Materiais:

Cartas; Questões; Manual de Instruções.

Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Mais de 80% das espécies animais vivem em florestas, ameaçadas todos os dias pela desflorestação.



Plantar árvores melhora a qualidade do ar, reduz a temperatura ambiente e promove o bem-estar nas cidades.



12L desperdiçados por minuto.



Fechar a torneira e poupar até 100L.



1 panel solar poupa o mesmo que 10 árvores adultas.



80% da energia mundial ainda vem de combustíveis fósseis.



Cidades com ciclovias têm menos 50% de CO₂.



Os transportes poluem 30% do ar das cidades.



1 saco plástico usado por 12 minutos, polui o oceano por 5 séculos.

Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Em 2024, em Portugal, a diferença salarial entre homens e mulheres era de 13,2%.



Em 2020, Portugal contava com 52% de mulheres cientistas e engenheiras.



Em cada 5 crianças em Portugal vive em situação de pobreza.



O acesso à educação reduz a pobreza em 40%.



152 milhões de crianças trabalham no mundo.



Trabalho para vida melhor.



Indústrias poluem 20% do ar.



Energias renováveis.



Em Portugal, os 20% mais ricos ganham 5x mais do que os 20% mais pobres.

Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Atividade 8

"Memory ODS"

Cartas



Atividade 8

“Memory ODS”

Cartas de Perguntas

Qual destas medidas ajuda a combater a pobreza?

- A) Aumentar os impostos para toda a gente
- B) Garantir acesso à educação e aos cuidados de saúde
- C) Fechar instituições aos países mais pobres
- D) Reduzir a saúde pública

O que é a agricultura sustentável?

- A) Uma forma de produzir alimentos respeitando o ambiente e os animais
- B) Um tipo de agricultura que usa muitos produtos químicos
- C) Cultivar apenas uma planta em grandes quantidades
- D) Produzir alimentos ao para vender ao estrangeiro

O que contribui para uma boa saúde pública?

- A) Reduzir o número de médicos
- B) Campanhas de vacinação para todos
- C) Fechar centros de saúde
- D) Usar medicamentos sem receita médica

O que se espera de uma educação de qualidade?

- A) Que todos os alunos decorem conteúdos
- B) Que se melhorem alguns aprendizes
- C) Que todos tenham acesso à educação

Qual destas opções mostra desigualdade de género?

- A) Uma mulher ser presidente
- B) Um rapaz ajudar nas tarefas domésticas
- C) Uma mulher ganhar menos do que um homem pelo mesmo trabalho
- D) Mulheres e homens terem as mesmas oportunidades

Qual é um dos grandes problemas relacionados com a água no mundo?

- A) Toda a gente tem água canalizada
- B) Existe água em excesso
- C) Muitas pessoas ainda não têm acesso à água potável nem a saneamento básico
- D) Só chove nos países pobres

Qual destas fontes de energia é renovável e amiga do ambiente?

- A) Petróleo
- B) Carvão
- C) Gas natural
- D) Energia solar

Qual é uma característica de trabalho digno?

- A) Horários excessivos e salários baixos
- B) Trabalhar sem contrato
- C) Boas condições de trabalho e salários justos
- D) Explicação de meros

Atividade 8

“Memory ODS”

Cartas de Perguntas

0 que pode ser considerado inovação?

- A) Fazer sempre tudo da mesma maneira
- B) Usar tecnologia apenas para diversão
- C) Criar ou melhorar algo para resolver problemas reais
- D) Vender produtos em excesso

0 que significa reduzir desigualdades?

- A) Tratar todos e todas da mesma forma independentemente das suas necessidades
- B) Ignorar quem tem menos oportunidades
- C) Promover a justiça social e dar mais apoio a quem mais precisa

0 que torna uma cidade mais sustentável?

- A) Ter mais carros e estradas
- B) Construir prédios altos sem espaços verdes
- C) Promover transportes públicos, bicicletas e áreas verdes
- D) Fumigar-se mais e dia todo

Como podemos alcançar de forma mais responsável?

- A) Comprar tudo o que está em promoção
- B) Evitar o desperdício e reutilizar materiais
- C) Usar produtos descartáveis sempre que possível
- D) Comer fast food todos os dias

Qual destas ações ajuda a combater as alterações climáticas?

- A) Usar mais o carro a gasolina
- B) Destruir florestas para construção
- C) Usar sacos de plástico e garrafas descartáveis
- D) Ligar-se mais mesmo durante o dia

0 que prejudica as oceanos e a vida marinha?

- A) A presença de algas
- B) O uso de energias renováveis
- C) O plástico e outros resíduos lançados no mar
- D) As correntes marinhas

0 que devemos fazer para proteger os ecossistemas terrestres?

- A) Cegar animais selvagens por si verê-lo
- B) Plantar árvores e proteger os habitats naturais
- C) Queimar florestas para construir casas
- D) Deixar lixo na natureza

0 que ajuda a manter a paz numa sociedade?

- A) Respeitar os direitos humanos e resolver conflitos com diálogo
- B) Imposição de força e silenciamento de opiniões
- C) Desigualdade entre pessoas
- D) Ignorar os problemas sociais

Atividade 8

“Memory ODS”

Cartas de Perguntas

Por que é importante os países cooperarem entre si?

- A) Para competir uns com os outros
- B) Para resolver os conflitos internacionais
- C) Para resolver problemas globais em conjunto
- D) Para facilitar o comércio internacional

O que torna uma escola inclusiva?

- A) Aceitar todos os alunos, não é adaptar-se às suas necessidades
- B) Excluir quem tem dificuldades
- C) Dar mais atenção aos melhores alunos
- D) Escutar sempre da mesma maneira

Como podemos poupar água em casa?

- A) Tomar duchas rápidas
- B) Deixar a torneira aberta enquanto escovamos os dentes
- C) Lavar o carro com mangueira
- D) Usar a máquina de lavar cheia

O que pode ser uma inovação tecnológica?

- A) Um novo sistema que ajuda a poupar energia nas escolas
- B) Usar velas em vez de lâmpadas
- C) Comprar água filtrada
- D) Usar brinquedos iguais aos amigos

Qual destas atitudes é sustentável?

- A) Comprar apenas o necessário e reutilizar produtos
- B) Comprar roupas novas todas as semanas
- C) Usar plásticos descartáveis todos os dias
- D) Deixar fora o que não funciona

O que caracteriza uma sociedade pacífica?

- A) Respeito pelas diferenças humanas e diálogo
- B) Uso da força para resolver conflitos
- C) Injustiça e corrupção
- D) Ignorar as leis

Qual é um direito fundamental de todos os cidadãos?

- A) Ter acesso à justiça e ser tratado com igualdade
- B) Ser acusado sem provas
- C) Ser julgado com base em bratos
- D) Não poder participar na sociedade

Atividade 8

“Memory ODS”

Cartas de Perguntas



Atividade 8

“Memory ODS”

Cartas de Perguntas



Atividade 8

“Memory ODS”

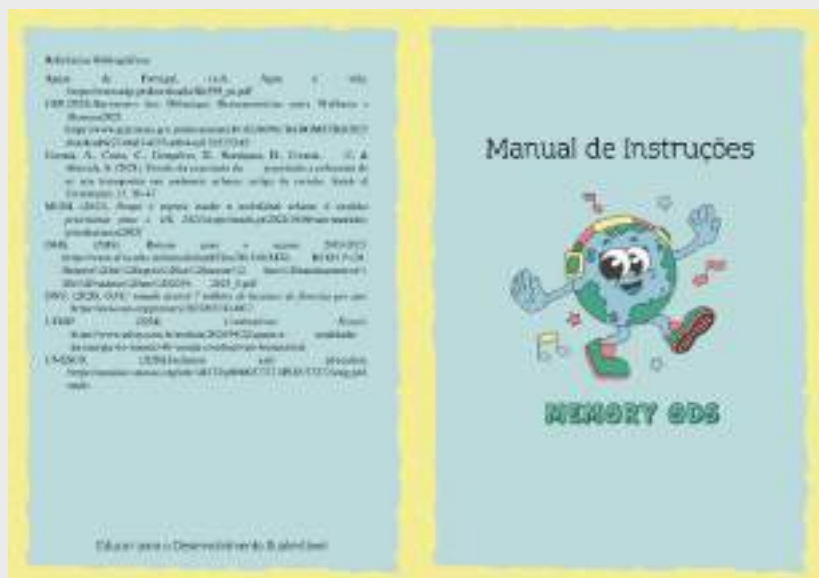
Cartas de Perguntas



Atividade 8

“Memory ODS”

Manual de Instruções



Jogo de Memória: Memory ODS

Destinatários: Alunos do 3.º Ciclo do Ensino

Idade:

Duração instrução: 30 minutos

Número de jogadores: 2 a 6 participantes

Objetivo do Jogo:

Descobrir e memorizar as 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através de um jogo divertido, reforçando o conhecimento sobre temas como o ambiente, educação, igualdade, ambiente e paz.

Materiais Incluídos:

16 cartas (17 pares), cada par com:

- Um lado com o problema
- Outro lado com a solução

25 cartas de perguntas

manual de instruções

Preparação do Jogo

- Distribuir todas as cartas e cartas de perguntas para fazer sobre uma superfície plana.

Manual de Instruções



MEMORY ODS

Regras do Jogo

- Cada jogador, na sua vez, vira duas cartas;
- Se as cartas formarem par correspondente o jogador recolhe as cartas e joga novamente;
- Se não correspondem, deve virá-las novamente para baixo e retirar uma carta de perguntas;
- O jogo termina quando todas as cartas forem encontradas;
- Vence o jogador com maior número de pares.

Atividade 9

“Gênero define capacidade?”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Gênero

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre os papéis sociais do homem e da mulher na sociedade.
- Identificar estereótipos de gênero e seus resultados.
- Promover o respeito pelas diferenças e a igualdade entre gêneros.

Dinâmica quebra-gelo:

- As pessoas participantes têm de dizer o seu primeiro nome e completar a frase “Igualdade de gênero, para mim, é...”. No final desta dinâmica reflete-se em conjunto sobre o modo como se completou a frase.

Descrição da Atividade:

- Inicia-se na atividade com a visualização do vídeo: *“Like a Girl”*
- Após a visualização os/as participantes são questionados/as sobre o vídeo e promove-se uma reflexão sobre o mesmo.
- De seguida, o/a dinamizador/a pede aos/às participantes que se dividam em grupos de 4 elementos tendo de responder às seguintes questões:

Onde há mais desigualdade de género: na escola, em casa, no trabalho?
Quais soluções poderiam ser adotadas para mudar isso?

- Após a reflexão sobre as questões deve ser escolhido um/a porta-voz de cada grupo para apresentar as conclusões a que chegaram.

Os grupos deverão partilhar: A área onde identificaram mais desigualdade de género; Exemplos concretos observados ou vividos; Soluções propostas.

A atividade termina com um momento de reflexão, passando a mensagem que as diferenças de género existem, mas não devem limitar os direitos, oportunidades ou capacidades e que a igualdade se constrói com ações.

Atividade 9

“Género define capacidade?”

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

Recursos Materiais:

Meios audiovisuais; ligação à internet.



Ensino Secundário

Atividade 10

“A idade não nos define”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a inclusão social

Objetivos Específicos:

- Sensibilizar para o tema do idadismo;
- Refletir sobre como os estereótipos de idade afetam as pessoas.

Dinâmica quebra-gelo:

- Os/as participantes dizem o seu primeiro nome e definem idadismo numa palavra.

Descrição da Atividade:

- Inicia-se a atividade questionando as pessoas participantes quanto à noção de idadismo, pedindo que definam o conceito numa palavra, de forma a elaborar-se uma chuva de ideias.
- Realiza-se a explicação/exposição do conceito de idadismo, através de uma pequena apresentação (página 99).
- De seguida, divide-se os participantes em grupos de 4 a 5 elementos e entregam-se pequenas histórias que levam à reflexão (página 94 a 97), devendo responder às seguintes questões:

Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?

Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito ou discriminação em relação à idade.

- Após 10 minutos de reflexão, cada grupo elegerá um/a porta-voz, para apresentar a reflexão de cada história.

Terminada a atividade, o/a dinamizador/a consciencializa os/as participantes que combater o idadismo é dar um passo importante para construir uma sociedade mais justa, onde todas as idades possam ser valorizadas, escutadas e respeitadas. Sendo que o verdadeiro progresso acontece quando há diálogo intergeracional e quando as diferenças são vistas como oportunidades de aprendizagem, e não como barreiras.

Atividade 10

“A idade não nos define”

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

Recursos Materiais:

Histórias; apresentação; Folheto; Marcador de Página.

Atividade 10

“A idade não nos define”

Histórias



Velho demais para este Emprego?

O João, aos 58 anos, candidatou-se a um novo emprego na empresa onde sempre sonhou trabalhar. Quando entregou o curriculum, o entrevistador franziu a testa.

-“Não acha que já tem idade a mais para começar aqui?”



Tecnologia para todos/as?

A Isabel tem 70 anos e pede ajuda à sua neta Catarina para usar o telemóvel. Enquanto explicava pela terceira vez à avó como usar o novo telemóvel, a Catarina suspirou:

-“Deixa lá avó. Estas coisas já não são para a tua geração...”



Atividade 10

“A idade não nos define”

Histórias



Muito nova para opinar

A Marta, de 15 anos, está numa reunião de família onde todas as pessoas falam sobre política. Entusiasmada, partilha a sua opinião sobre um tema, mas o tio interrompe:

— “Ah, Marta, ainda és muito nova para entender essas coisas.”

Ela fica frustrada, porque estudou o tema na escola e tem argumentos válidos. Sente-se ignorada apenas por ser adolescente.



Sem voz

A Rosa, de 78 anos, dirige-se ao Hospital. Ao chegar, a enfermeira fala com a sua filha.

Enfermeira: “Ela toma estes medicamentos, certo?”

Durante a avaliação médica, a enfermeira ignora a Rosa, fazendo as questões apenas à sua filha.



“A idade não nos define”

Histórias



Sabe o Que Está a Fazer?

A Beatriz tem 21 anos e começou recentemente um trabalho como auxiliar de saúde num lar de pessoas idosas. No primeiro dia, ao tentar ajudar uma residente a levantar-se da cama, ouve:

- “Menina, tem a certeza de que sabe o que está a fazer? Parece tão novinha...”

A Beatriz sorri e tenta explicar que recebeu formação para o trabalho, mas a senhora continua desconfiada e pede para ser ajudada por outra funcionária mais velha.

Durante o turno, Beatriz repara que outras pessoas residentes também hesitaram em aceitar a sua ajuda. Algumas pedem auxílio apenas aos auxiliares com mais idade do que a Beatriz, mesmo quando ela está disponível para apoiar.



É da Idade

A Maria, de 72 anos, sente dores fortes nas costas há meses. No centro de saúde, o médico não lhe prescreve exames e durante a consulta diz-lhe:

- “Isso é normal, é da sua idade.”

Só depois de insistir muito, consegue ser encaminhada para um especialista, que descobre um problema grave na coluna que precisa de tratamento imediato.



Atividade 10

“A idade não nos define”

Histórias



Velho Demais para o Tratamento?

O António, de 80 anos, recebe o diagnóstico de um problema cardíaco. O médico sugere apenas cuidados paliativos, dizendo que a cirurgia seria “demasiado arriscada para a idade dele”.

Mais tarde, a neta, estudante de medicina, investiga e descobre que havia um tratamento adequado. Depois de procurar uma segunda opinião, António faz a cirurgia e melhora significativamente.



Atividade 10

“A idade não nos define”

Questões



Questões:

1. Nesta história onde podemos encontrar atitudes idadistas?
2. Corrige a história de modo a não existir nenhum preconceito/discriminação em relação à idade.

Atividade 10

“A idade não nos define”

Apresentação



Atividade 10

“A idade não nos define”

Apresentação



3

Muito novo para o inglês?

Olha, eu só sou, um novo estudante de inglês aqui, não sei muito sobre inglês, poderia me ajudar com algumas perguntas?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?
— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

Questões:

1. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

2. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

4

Sem via

Olha, eu só sou, um novo estudante de inglês aqui, não sei muito sobre inglês, poderia me ajudar com algumas perguntas?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

Questões:

1. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

2. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

5

Sabe o que é um verbo?

Olha, eu só sou, um novo estudante de inglês aqui, não sei muito sobre inglês, poderia me ajudar com algumas perguntas?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

Questões:

1. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

2. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

6

Qual é o seu nome?

Olha, eu só sou, um novo estudante de inglês aqui, não sei muito sobre inglês, poderia me ajudar com algumas perguntas?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

— Olha, não se preocupe, sou muito paciente. Entenda-me, qual é a sua dúvida sobre o inglês, ou o português?

Questões:

1. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

2. Como você se sente ao aprender um novo idioma?

Atividade 10

“A idade não nos define”

Folheto - 10 Hábitos para Combater o Idadismo



Atividade 10

“A idade não nos define”

Marcador de Página



Atividade 11

"Trabalho Igual, Salário Igual? "



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Contribuir para uma melhor compreensão da Igualdade de Género no mercado de trabalho

Objetivos Específicos:

- Compreender o conceito de igualdade de género;
- Identificar as principais causas das diferenças salariais entre homens e mulheres;
- Refletir sobre estratégias e políticas para promover a igualdade salarial;
- Sensibilizar os/as alunos/as para a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Dinâmica quebra-gelo:

- Os/as participantes dizem o seu primeiro nome e o que acham sobre a igualdade de género em Portugal, seguindo-se uma breve reflexão sobre os seus contributos.

Descrição da Atividade:

- Inicia-se um momento de conversa com os/as participantes, a partir da seguinte questão:

Acham que, em Portugal, homens e mulheres ganham o mesmo pelo mesmo trabalho?

- Seguidamente, os/as participantes partilham as suas opiniões e justificam as respostas.
- Numa fase seguinte, são partilhados, através de uma apresentação (páginas 106 - 108), dados reais sobre a disparidade salarial em Portugal.
- Posteriormente, são colocadas afirmações para os/as participantes classificarem como verdade ou mito, com o auxílio das placas com o M ou V, pedindo-se que justifiquem as suas respostas.
- Após a reflexão sobre cada afirmação (se é verdadeira ou falsa), cada participante deve enumerar uma ação concreta para reduzir a desigualdade existente.

Atividade 11

"Trabalho Igual, Salário Igual? "

A atividade termina enfatizando que a luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho não beneficia apenas as mulheres, mas toda a sociedade. Um mercado de trabalho mais justo é mais produtivo, inovador e sustentável.

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

Recursos Materiais:

Placas V ou M; apresentação; Vale.

Atividade 11

"Trabalho Igual, Salário Igual?"

Apresentação



Atividade 11

"Trabalho Igual, Salário Igual?"

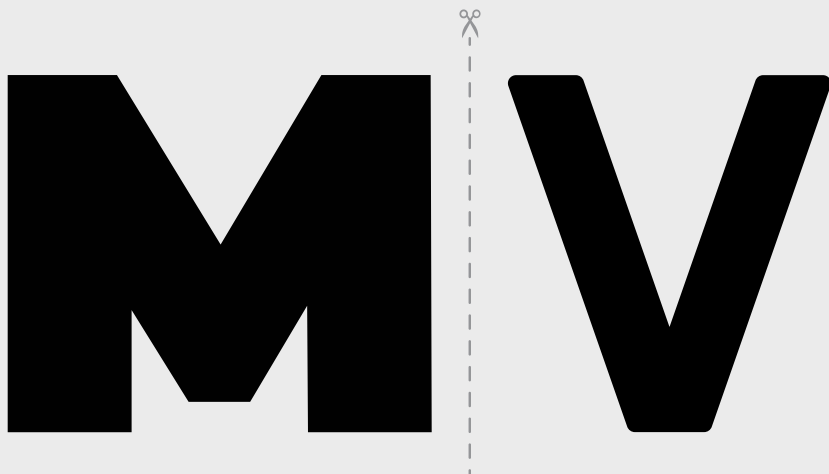
Apresentação



Atividade 11

"Trabalho Igual, Salário Igual?"

Moldes para as placas



Vale



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”



Tempo previsto: 50 minutos

Local: Sala de aula

Objetivo Geral: Promover a reflexão crítica e o conhecimento dos ODS

Objetivos Específicos:

- Promover o conhecimento dos 17 ODS e a sua importância para o desenvolvimento sustentável.
- Estimular o pensamento crítico sobre os problemas globais e locais relacionados com os ODS.
- Fomentar a criatividade e a expressão pessoal ao propor soluções práticas para desafios sociais e ambientais.
- Incentivar atitudes de responsabilidade social e cidadania ativa.

Dinâmica quebra-gelo:

- Pede-se aos/às participantes que digam o seu primeiro nome e que completem a seguinte frase:

"Se o meu ODS fosse um [objeto/animal/cor], seria _____ porque _____" (exemplo: Se o meu ODS fosse uma cor, seria verde, porque a Ação Climática precisa de esperança e de renovação.)

Descrição da Atividade:

- O/A dinamizador/a faz uma breve apresentação sobre o que são os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e a sua relevância para a vida de cada cidadão/cidadã (pagina 139), através de um cartaz que poderá ser consultado.
- O jogo tem dois conjuntos de cartões:
 - Cartões "Verdade" → com perguntas sobre os ODS.
 - Cartões "Consequência" → com pequenos desafios ligados à sustentabilidade ou à cidadania.
- Os cartões serão colocados em sacos distintos e misturados.
- Em círculo, cada participante escolhe "Verdade" (responder a uma pergunta) ou "Consequência" (realizar um desafio). Se o participante responder corretamente ou realizar o desafio, mantém-se em jogo.

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Regras com Pontuação:

- Responde corretamente +2
- Cumpre a consequência +2
- Recusa ou falha 0

No final da atividade somam-se todos os pontos. A pessoa participante com mais pontos ganha.

Após a atividade oferece-se um momento de partilha e reflexão, deixando a mensagem que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não são ideias distantes, mas sim compromissos que dizem respeito à nossa escola, ao nosso bairro, à nossa família e até aos nossos hábitos diários. Pequenas ações podem ser passos concretos para cumprir esses objetivos.

Recursos Humanos:

Dinamizador/a; adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

Recursos Materiais:

Cartas, folheto ODS.

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

O que é uma cidade sustentável?
Dá um exemplo.

O que significa “mobilidade sustentável”?

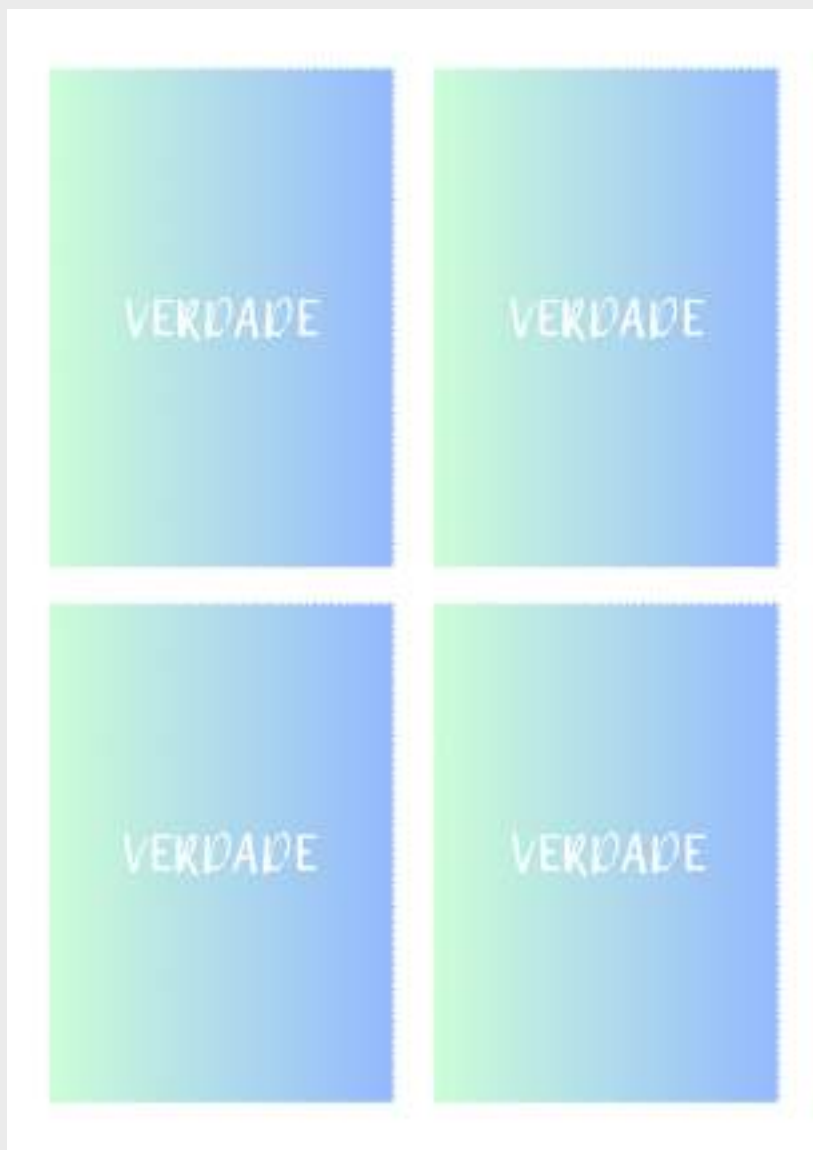
Sabes dizer o que são os ODS?

Quantos são os ODS?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

O que é uma cidade sustentável?
Dá um exemplo.

Cite uma ação simples que podes fazer para tornar a tua cidade mais limpa.

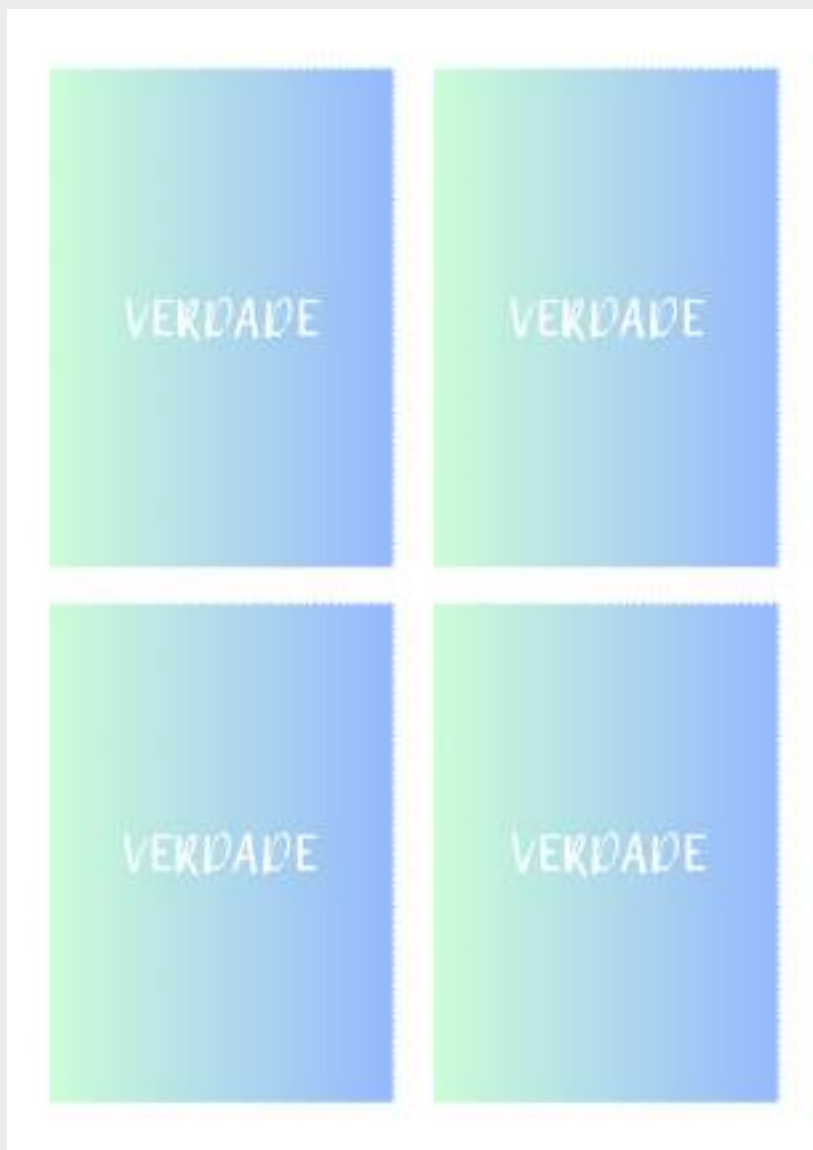
Na tua opinião, o que torna uma cidade boa para viver?

Costumas praticar alguma atividade física semanalmente?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Já sentiste que foste tratado/a de forma diferente por causa do teu género?

Alguma vez sentiste que o uso excessivo do telemóvel afetou o teu bem-estar?

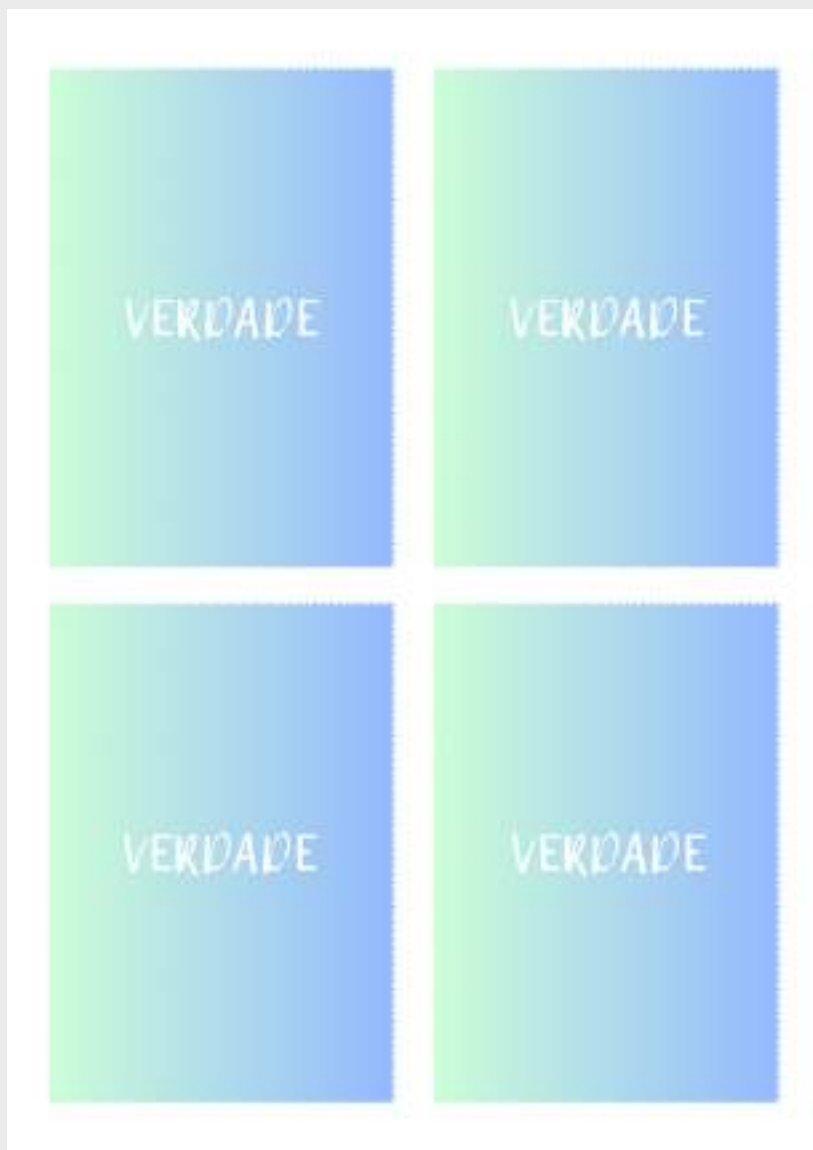
Alguma vez tomaste a iniciativa de defender alguém?

Como o uso excessivo de carros afeta a vida nas cidades?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

De que forma a construção descontrolada prejudica o ambiente urbano?

Que problemas ambientais podem existir numa cidade?

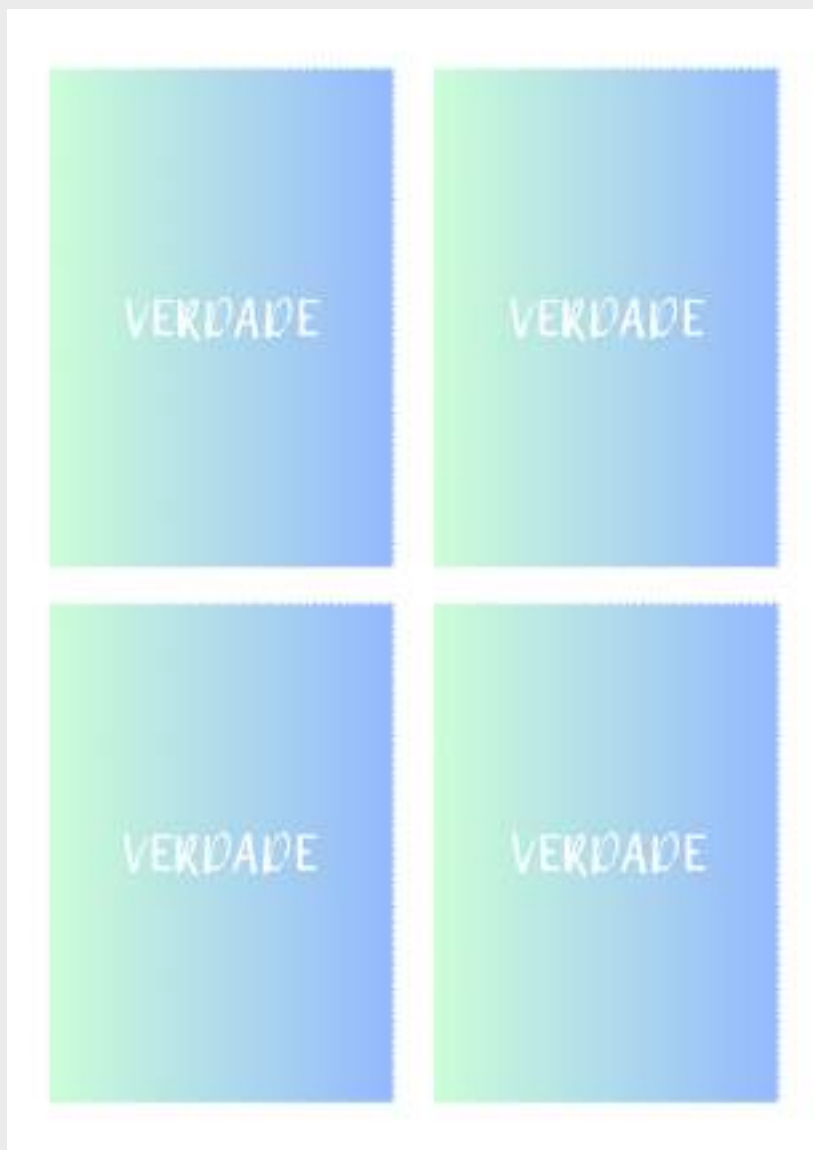
Cidades com desigualdade social podem ser sustentáveis? Porquê?

Diz uma diferença entre cidade sustentável e cidade poluída.

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Se fosses presidente da câmara da tua cidade, o que farias para atingir o ODS 11?

O ODS 16 defende sociedades pacíficas e inclusivas. Consideras a tua escola um lugar onde se promove a paz e o respeito pelas diferenças?

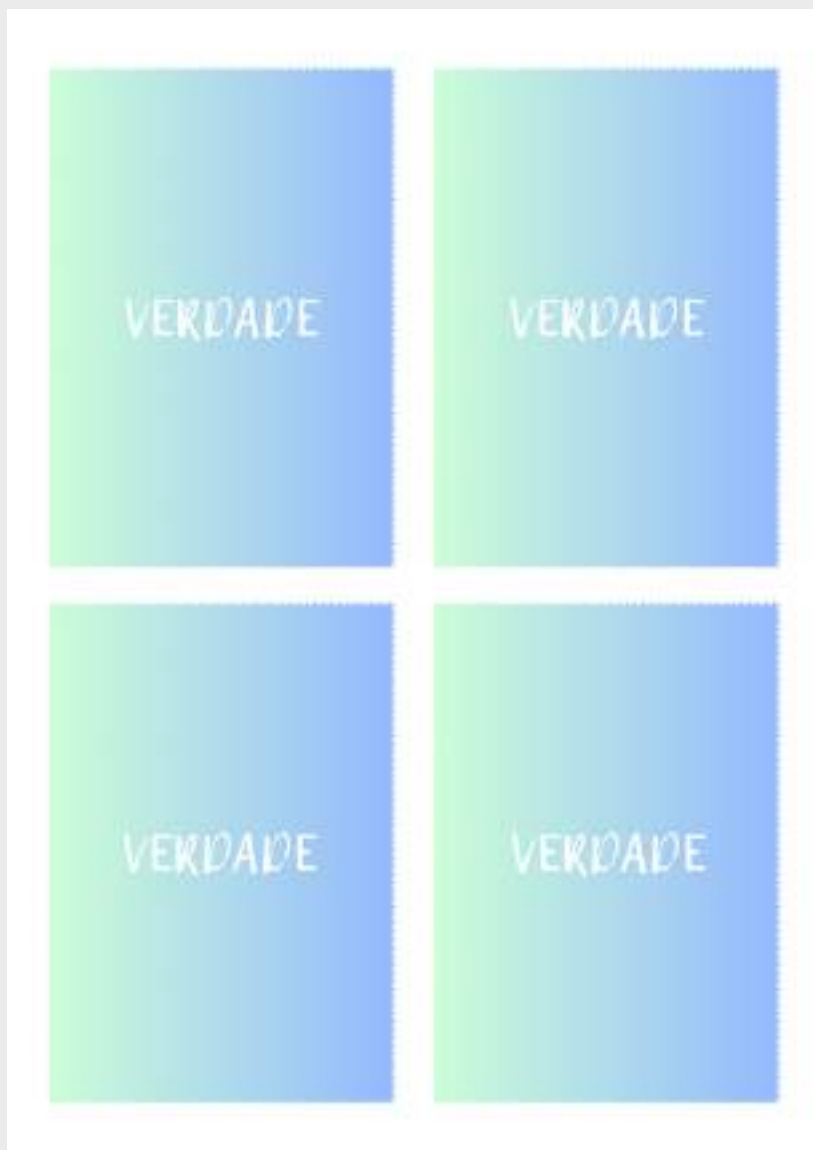
Já presenciaste um comentário sexista? Como reagiste?

O ODS 10 também se refere à inclusão de migrantes e refugiados. Que medidas concretas achas que devem ser tomadas na tua comunidade escolar para incluir melhor alunos estrangeiros?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Se fosses presidente da câmara da tua cidade, o que farias para atingir o ODS 10?

Qual o papel dos jovens na transformação das cidades?

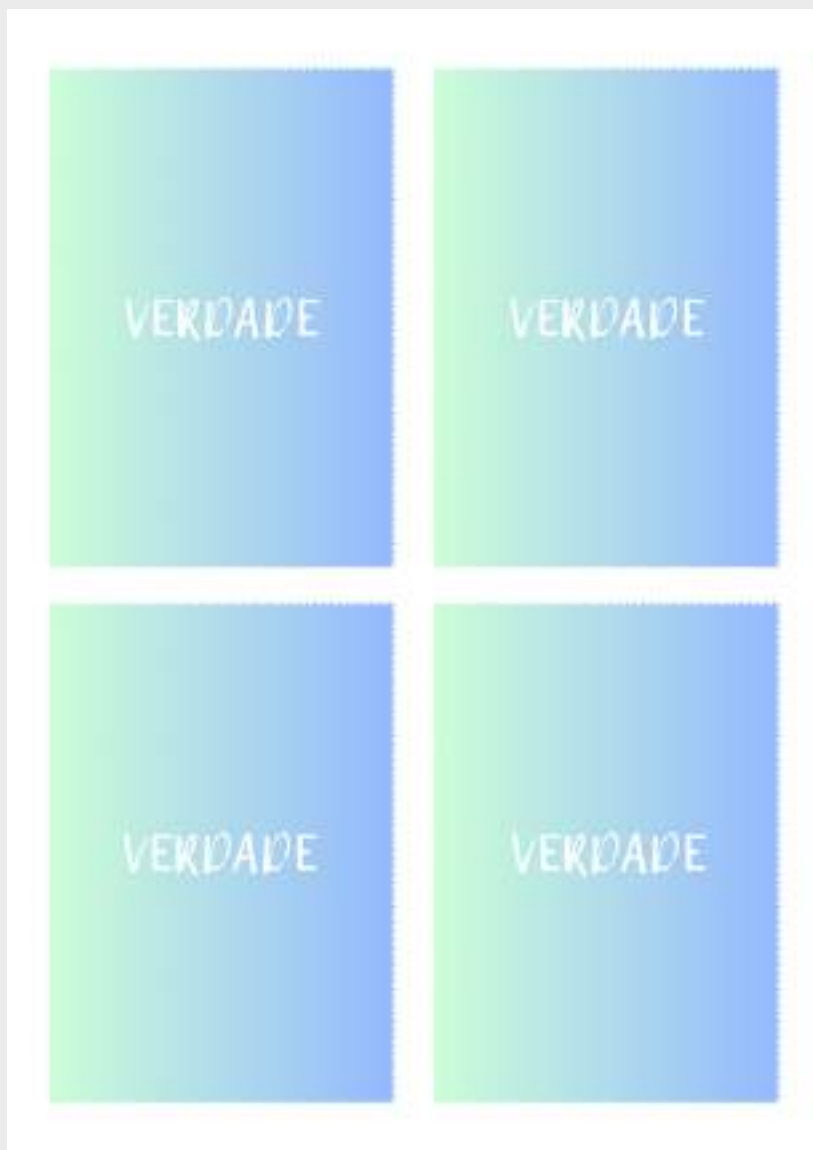
Como podemos tornar os espaços urbanos mais acessíveis para todos, incluindo pessoas com deficiência?

As mulheres ainda ganham, em média, menos do que os homens pelo mesmo trabalho. Conheces casos concretos ou percebes esta desigualdade no teu contexto?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Faz uma proposta concreta (mesmo que pequena) para melhorar a sustentabilidade da tua escola.

De que forma a tua escola é ou poderá ser um espaço sustentável?

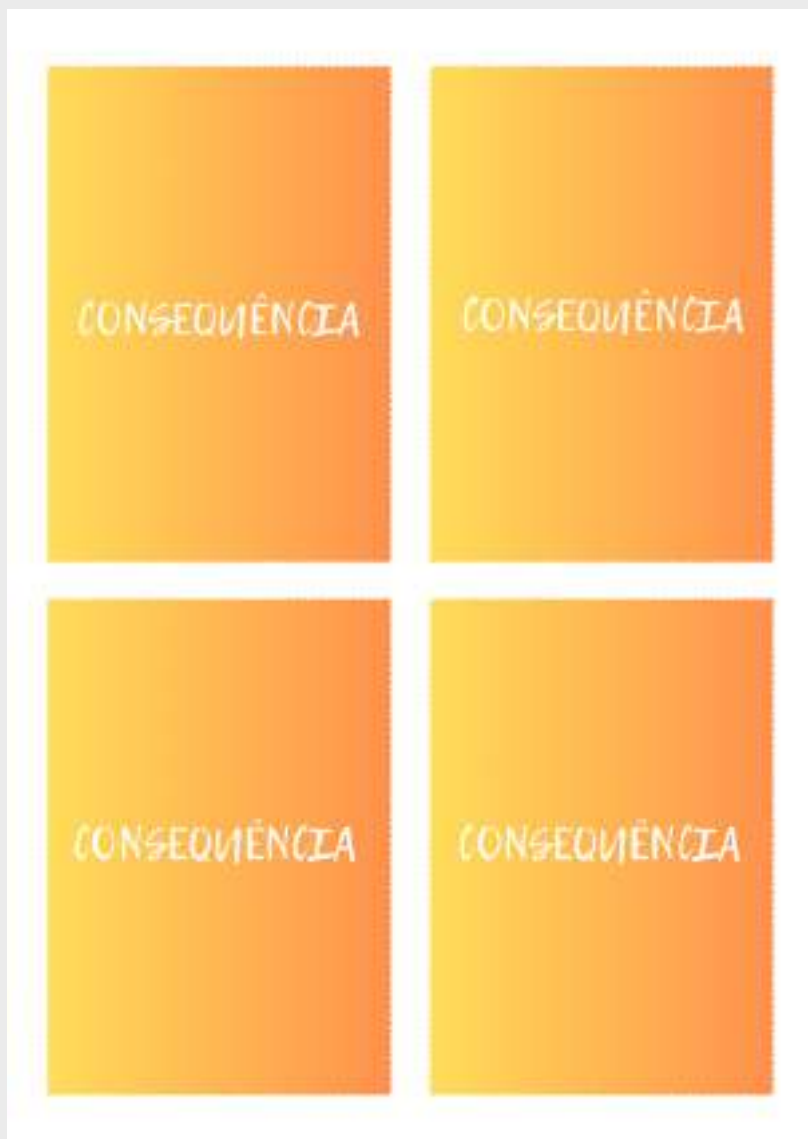
Imagina um parque urbano para jovens: que serviços teria e como seria sustentável?

Diz o nome de 2 marcas sustentáveis e o que as distingue.

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Diz um hábito da sociedade que contribui para a crise climática.

Abre a mochila. Há algo que não precisavas de ter trazido hoje? Reflete por 10 segundos e partilha.

Imagina que és influenciador/a. Lança uma dica de consumo consciente em menos de 20 segundos.

Diz o nome de 2 marcas sustentáveis e o que as distingue.

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Completa a frase:
“A igualdade
começa quando...”

Cita ou inventa
uma frase
inspiradora que
promova o
respeito pelas
diferenças.

Imagina que és
influenciador/a.
Lança uma dica de
consumo
consciente em
menos de 20
segundos.

Imagina uma
cidade inclusiva.
Que serviços teria
para pessoas com
deficiência, por
exemplo?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Cita um hábito saudável que adotaste (ou gostarias de adotar) e porquê.

Cria uma ideia para reduzir o desperdício alimentar na cantina da escola.

Se tivesses uma horta escolar, que 3 alimentos plantarias e porquê?

Cria um nome para uma app que tornaria a tua comunidade mais ecológica. Explica a função.

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas

Diz 3 coisas que podemos fazer para proteger os rios e mares.

Descreve uma floresta do futuro: o que há de diferente e como a protegemos.

Diz um grupo, instituição ou marca que gostarias de ver a colaborar com a tua escola por uma causa.

Se pudesses criar um projeto em grupo para melhorar o bairro, o que farias e com quem colaborarias?

Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Cartas



Atividade 12

“Verdade ou Consequência Sustentável”

Folheto ODS



ODS 1 - Erradicação da Pobreza
Eliminar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

ODS 2 - Fome Zero e Segurança Alimentar
Garantir a segurança alimentar, melhorar os sistemas agrícolas, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar
Garantir a saúde e o bem-estar de todos, em todas as idades, promovendo estilos de vida saudáveis e melhorando os sistemas de saúde.

ODS 4 - Educação de Qualidade
Garantir a educação de qualidade para todos, promovendo as habilidades necessárias para o trabalho e o emprego decentes.

ODS 5 - Igualdade de Gênero
Alcançar a igualdade de gênero e promover o empoderamento das mulheres e meninas.

ODS 6 - Água Potável e Saneamento
Garantir a disponibilidade e o acesso equitativo de água potável e saneamento para todos.

ODS 7 - Energia Limpa e Acessível
Garantir o acesso a energia limpa, confiável, sustentável e moderna para todos.

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico
Promover o crescimento econômico sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
Construir infraestruturas resilientes, promover a inovação e melhorar os sistemas de infraestrutura industrial.

ODS 10 - Redução das Desigualdades
Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre países.

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
Construir cidades sustentáveis, inclusivas, resilientes e seguras.

ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis
Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis.

ODS 13 - Ação Climática
Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.

ODS 14 - Vida Aquática
Conservar e usar os oceanos, mares e recursos aquáticos de forma sustentável.

ODS 15 - Vida Terrestre
Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, reverter e evitar a degradação da terra, enfrentar o risco de extinção de espécies e conservar a diversidade genética.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Promover sociedades pacíficas e justas, fortalecer o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

ODS 17 - Parceria para o Desenvolvimento Sustentável
Fortalecer os meios de implementação, revitalizar o espírito de parceria global para o Desenvolvimento Sustentável.

© 2015 - 2016. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo. Todos os direitos reservados. www.sp.gov.br/ods



AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO

Objetivo da Avaliação

A avaliação teve como principal objetivo aferir o resultado das atividades socioeducativas no desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens participantes. Procurou-se compreender o ponto de partida de cada grupo, assim como as mudanças observadas ao longo do processo.

Metodologia de Avaliação

Todas as atividades propostas neste ebook foram avaliadas através da aplicação de questionários de avaliação inicial e de avaliação final, preenchidos no início e no final de cada atividade, adaptados à faixa etária dos/das participantes.

Esta abordagem permitiu:

- Identificar expectativas, conhecimentos prévios e necessidades das pessoas participantes;
- Recolher percepções sobre a experiência, aprendizagens adquiridas e mudanças sentidas no final das atividades.

Questionários Iniciais

Os questionários iniciais foram planejados com o objetivo de:

- Compreender o ponto de partida das pessoas participantes em relação ao tema da atividade;
- Perceber as expectativas individuais e coletivas;
- Identificar competências já desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento.

Questionários Finais

No final de cada atividade, foi aplicado um questionário com vista a:

- Avaliar a satisfação dos participantes;
- Identificar aprendizagens significativas;
- Observar possíveis mudanças de comportamento, atitudes ou conhecimentos;
- Recolher sugestões para melhorar futuras atividades.

Os questionários das atividades presentes no ebook encontram-se disponíveis nas páginas que se seguem, assim como a avaliação das atividades implementadas.

AVALIAÇÃO

No âmbito do estágio no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, algumas atividades aqui presentes foram implementadas em contexto escolar, no distrito de Viseu, o que permitiu a aplicação dos instrumentos de avaliação e a subsequente análise dos dados recolhidos.

Consideram-se as seguintes atividades implementadas:

- Atividade 1
- Atividade 4
- Atividade 7
- Atividade 10

As restantes atividades, não tendo sido ainda operacionalizadas, apresentam unicamente os respetivos instrumentos de avaliação, com o objetivo de possibilitar a sua futura aplicação e monitorização do impacto junto dos públicos-alvo.

Nas páginas seguintes, são apresentados os Questionários que permitem a avaliação das atividades e a análise da avaliação das respetivas atividades implementadas.

AValiação

Atividade 1 - "O valor de cada pessoa"

Questionário de Avaliação Inicial

Assinala com verdadeiro ou falso.

1. Todas as pessoas têm o mesmo valor.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

2. Ser diferente pode ser um problema.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

3. Já vi alguém ser tratado de forma injusta.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

4. Se uma pessoa for excluída, isso não é problema meu.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

5. O que significa "diversidade cultural"?

- a) Significa que todos somos iguais em todos os países.
- b) Significa que as pessoas de diferentes países têm formas diferentes de viver, falar e celebrar.
- c) Significa que a comida de todos os países é a mesma.

AVALIAÇÃO

Atividade 1 - "O valor de cada pessoa"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.



2. Como te sentes em relação às diferenças entre as pessoas?

- a) Acho que cada pessoa é especial à sua maneira.
- b) Ainda acho que algumas pessoas têm mais valor do que outras.
- c) Não sei.

3. Porque é que é importante respeitar as culturas de outras pessoas?

- a) Porque todas as culturas têm algo a ensinar.
- b) Porque é divertido copiar as roupas e danças.
- c) Porque assim fazemos amigos.

4. O que é a diversidade cultural?

- a) As pessoas de diferentes países têm culturas diferentes, com formas diferentes de viver e celebrar.
- b) Todos os países são iguais, com as mesmas comidas, músicas e danças.
- c) As pessoas só têm diferentes roupas.

5. Como podemos garantir que ninguém se sinta como o ouriço na escola?

Avaliação da Atividade Implementada

“O valor de cada pessoa”

No decorrer da atividade “O valor de cada pessoa”, implementada aos alunos e alunas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da EBI de Santa Cruz da Trapa e no Centro Escolar de Oliveira de Frades, foi possível recolher um conjunto de dados. Apresentam-se, de seguida, as conclusões com maior relevo:

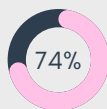


NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES:

94 PARTICIPANTES

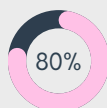
idades compreendidas entre os 6 anos e os 10 anos

De uma forma generalizada, verifica-se que, os/as participantes acham que todas as pessoas têm o mesmo valor.



74% afirmam que todas as pessoas têm o mesmo valor

Quando questionados/as sobre o conceito de diversidade cultural:



80% identificaram corretamente o significado

No decorrer da atividade,

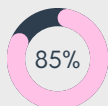
- **Elemento cultural identificado com mais facilidade:**

Bandeiras; Gastronomia; Elementos culturais dos Estados Unidos da América.

- **Elemento cultural identificado com mais dificuldade:**

Elementos culturais da Índia; Tapioca.

Após a atividade,



85% identificaram corretamente o significado de diversidade cultural

Posto isto, é possível perceber que os objetivos previstos para a atividade foram alcançados, nomeadamente: Promover a empatia, o respeito pelas diferenças e a valorização de cada pessoa; Promover o respeito e a valorização da diversidade cultural.

AVALIAÇÃO

Atividade 2 – “Dominó da Igualdade de Género”

Questionário de Avaliação Inicial

Pinta a estrela que responde à pergunta.

1. Quem pode vir a ser Polícia?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

2. Quem pode vestir cor-de-rosa?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

3. Quem deve ter mais direitos?

- ☆ Os meninos;
- ☆ As meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas devem ter os mesmos direitos.

4. Quem pode gostar da cor azul?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

5. Quem pode jogar videojogos?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

AVALIAÇÃO

Atividade 2 - “Dominó da Igualdade de Género”

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.



2. A atividade ajudou-te a perceber o que é a Igualdade de Género?

Sim

Mais ou menos

Não

3. O que é a igualdade de género?

- Os Meninos e as meninas terem os mesmos direitos;
- Os Meninos terem mais direitos do que as meninas;
- As Meninas terem mais direitos do que os meninos.

4. Existem cores ou profissões para cada um dos géneros?

- Sim, o cor-de-rosa é para as meninas e o azul para os meninos;
- Sim, apenas as meninas podem vir a cozinhar num restaurante e apenas os meninos podem vir a ser presidentes de um país.
- Não. Todas as cores são para todas as pessoas e todas as pessoas podem ser aquilo que quiserem.

AValiação

Atividade 3 - "Quem pode ser?"

Questionário de Avaliação Inicial

Pinta a estrela que responde à pergunta.

1. Quem pode vir a ser Polícia?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

2. Quem pode vestir cor-de-rosa?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

3. Quem deve ter mais direitos?

- ☆ Os meninos;
- ☆ As meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas devem ter os mesmos direitos.

4. Quem pode gostar da cor azul?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

5. Quem pode vir a ser presidente de um país?

- ☆ Só os meninos;
- ☆ Só as meninas;
- ☆ Os meninos e as meninas.

AVALIAÇÃO

Atividade 3 - "Quem pode ser?"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.

Sim



Não



2. A atividade ajudou-te a perceber o que é a Igualdade de Género?

Sim

Mais ou menos

Não

3. O que é a igualdade de género?

- Os Meninos e as meninas terem os mesmos direitos;
- Os Meninos terem mais direitos do que as meninas;
- As Meninas terem mais direitos do que os meninos.

Atividade 4 - "Pelo Mundo"

Questionário de Avaliação Inicial

Assinala a resposta que consideras correta.

1. O que achas que significa a palavra "cultura"?

() Apenas a comida e a música de um país.

() O modo de viver de um povo, incluindo tradições, língua, comida, festas e costumes.

2. Como devemos tratar as pessoas que têm costumes e tradições diferentes das nossas?

() Devemos respeitar e aprender com elas.

() Devemos dizer que a nossa cultura é melhor.

() Devemos ignorá-las, pois são muito diferentes de nós.

3. Marca com um X as frases com que concordas:

() O mundo seria muito aborrecido se todas as pessoas fossem iguais.

() Conhecer novas culturas ajuda-nos a aprender mais e a respeitar os outros.

() O mais importante é respeitar as pessoas, independentemente da sua cultura.

AVALIAÇÃO

Atividade 4 - "Pelo Mundo"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.

Sim



Não



2. O que é a diversidade cultural?

- () Quando todas as pessoas têm os mesmos trajés.
- () Quando existem diferentes costumes, tradições e modos de viver.
- () Quando todas as pessoas falam a mesma língua.

3. Por que é importante respeitar a diversidade cultural?

- () Porque nos ajuda a conhecer diferentes culturas e a aprender com elas.
- () Porque todas as culturas devem ser iguais.
- () Porque só a nossa cultura deve ser valorizada.

Avaliação da Atividade Implementada

“Pelo Mundo”

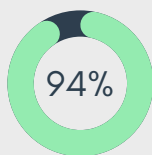
No decorrer da atividade “Pelo Mundo”, implementada aos alunos e alunas do 2.º Ciclo da Escola Básica D. Luís Loureiro e do Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul, foi possível recolher um conjunto de dados. Apresentam-se, de seguida, as conclusões com maior relevo:



NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES:

103 PARTICIPANTES

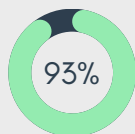
idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos



De uma forma generalizada, verifica-se que, os/as participantes tinham conhecimento sobre o que é a cultura.

No decorrer da atividade, os/as participantes demonstraram facilidade em associar os elementos culturais ao país.

Após a atividade,



93% dos participantes identificaram corretamente o conceito de interculturalidade

Posto isto, é possível afirmar que os objetivos da atividade foram atingidos, promovendo assim, a compreensão da interculturalidade; o respeito em relação a outras culturas.

AVALIAÇÃO

Atividade 5 - "Era uma vez"

Questionário de Avaliação Inicial

1. O que entendes por "igualdade de género"?
 - a) Meninos e meninas devem ter os mesmos direitos e oportunidades.
 - b) Meninos e meninas são sempre iguais em tudo.
 - c) Que cada um tem o seu papel específico na sociedade.

2. Achas que há atividades mais adequadas para meninos e outras para meninas?
 - a) Sim, algumas atividades são mais para meninos e outras para meninas.
 - b) Não, todos e todas podem fazer qualquer atividade de que gostem.

AValiação

Atividade 5 - "Era uma vez"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Assinala o símbolo.

Sim



Não



2. A atividade ajudou-te a perceber o que é a Igualdade de Género?

Sim

Mais ou menos

Não

3. O que é a igualdade de género?

- a) Os meninos e as meninas terem os mesmos direitos;
- b) Os meninos terem mais direitos do que as meninas;
- c) As meninas terem mais direitos do que os meninos.

4. A tua opinião sobre profissões ou atividades para meninos e meninas mudou depois desta atividade?

- a) Sim, percebi que todos e todas podem fazer o que gostam.
- b) Não, já pensava assim antes.
- c) Não, continuo com a mesma opinião.

5. O que melhorarias nesta atividade?

AVALIAÇÃO

Atividade 6 - “Aventura Sustentável”

Questionário de Avaliação Inicial

1. O que é uma cidade sustentável?
 - Uma cidade com muitos prédios
 - Uma cidade que cuida do ambiente e das pessoas
 - Uma cidade onde ninguém pode brincar
2. Qual destas ações ajuda a cuidar da cidade?
 - Deitar lixo no chão
 - Usar os transportes públicos ou andar a pé
 - Riscar os muros com desenhos
3. Escolhe a(s) frase(s) com a(s) qual(is) concordas:
 - Todas as pessoas devem sentir-se bem na sua cidade
 - Só algumas pessoas devem ter espaço para brincar
 - Ajudar as outras pessoas é uma forma de melhorar a cidade

AVALIAÇÃO

Atividade 6 - "Aventura Sustentável"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Sim



Não



2. Depois do jogo, o que percebeste que é importante numa cidade sustentável?

- Que deve ter muitos edifícios altos
- Que deve ter espaços verdes, ser limpa e segura para todas as pessoas
- Que deve ter muitos carros a circular

2. O que podes fazer para ajudar a tua cidade a ser mais limpa?

- Deitar o lixo no chão quando ninguém está a ver
- Levantar o lixo para casa ou usar os caixotes
- Esperar que os adultos limpem tudo

3. Qual destas atitudes mostra empatia e cidadania?

- Ajudar um colega novo a integrar-se
- Rir de alguém que é diferente
- Ser o primeiro em tudo, mesmo empurrando os outros

4. Depois do jogo, como achas que podes ajudar a melhorar a tua rua ou escola?

- Cuidar dos espaços públicos e respeitar os outros
- Não fazer nada, pois não é da minha responsabilidade
- Usar materiais sem pensar no desperdício

AValiação

Atividade 7 - "Todes Diferentes, Todes Iguais"

Questionário de Avaliação Inicial

1. O que entendes por "mito cultural" ou "estereótipo"?

2. Assinala a resposta que consideras correta.

Consideras que os estereótipos condicionam a perceção acerca das diferentes culturas?

- a) Não, os estereótipos não afetam em nada a perceção.
- b) Sim, os estereótipos condicionam a perceção sobre as diversas culturas.

3. Qual das seguintes respostas define melhor o conceito de interculturalidade?

- a) É o diálogo e a interação entre culturas diferentes, onde se promove o respeito e a valorização das diversidades.
- b) É a imposição de uma cultura dominante sobre todas as outras.
- c) É a coexistência pacífica de culturas diversas, mas sem qualquer troca ou diálogo.
- d) É o processo homogeneização onde as diferenças culturais são eliminadas em prol de uma única identidade.

AValiação

Atividade 7 - "Todes Diferentes, Todes Iguais"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Sim



Não



2. Assinala a resposta que consideras correta.

2.1. Qual das seguintes repostas define melhor o conceito de interculturalidade, após participares nesta atividade?

- a) O diálogo e a interação entre culturas diferentes, promovendo o respeito e a valorização da diversidade.
- b) A imposição de uma cultura dominante sobre as outras.
- c) A simples coexistência de culturas sem qualquer troca.
- d) O processo de homogeneização, onde se eliminam as diferenças culturais.

2.2. Qual das seguintes afirmações descreve melhor o impacto negativo dos mitos culturais na sociedade?

- a) Os mitos culturais reforçam estereótipos e preconceitos, criando barreiras à compreensão e ao convívio.
- b) Os mitos culturais incentivam o diálogo e a descoberta das diferenças, promovendo a inclusão.
- c) Os mitos culturais ajudam a preservar tradições, sem afetar as relações sociais.
- d) Os mitos culturais servem apenas como forma de entretenimento, sem influenciar o comportamento das pessoas.

Avaliação da Atividade Implementada

“Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais”

No decorrer da atividade “Tod@s Diferentes, Tod@s Iguais”, implementada aos alunos e alunas do 3.º Ciclo da Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa, foi possível recolher um conjunto de dados. Apresentam-se, de seguida, as conclusões com maior relevo:

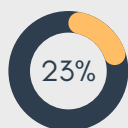


NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES:

22 PARTICIPANTES

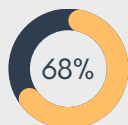
idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos

Antes da atividade,



23%

De uma forma generalizada, verifica-se que, os/as participantes não tinham conhecimento sobre o que é um mito cultural/estereótipo.

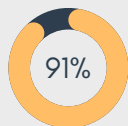


68%

68% dos/das participantes responderam corretamente sobre o conceito de interculturalidade.

No decorrer da atividade, os/as participantes demonstraram facilidade em identificar os factos, permitindo desconstruir pré-conceitos e estereótipos.

Após a atividade,



91%

91% dos/das participantes responderam corretamente sobre o conceito de interculturalidade.

Desta forma, é perceptível o impacto que a atividade teve nos participantes, levando à concretização dos objetivos.

AVALIAÇÃO

Atividade 8 - “Memory ODS”

Questionário de Avaliação Inicial

1. Já ouviste falar dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

- Sim
- Não
- Não tenho a certeza

2. Quem definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

- As Escolas públicas
- O Governo de Portugal
- A Organização das Nações Unidas (ONU)
- Uma empresa internacional

3. Assinala os temas que consideras que estão relacionados com os ODS:

(Podes assinalar mais do que uma opção)

- Erradicação da pobreza
- Igualdade de género
- Proteção dos oceanos
- Avaliação escolar
- Energias renováveis
- Aumento do consumo

AVALIAÇÃO

Atividade 8- “Memory ODS”

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Sim 

Não 

2.O que são os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

- Um conjunto de regras sobre comportamento nas escolas
- Objetivos criados pela ONU para ajudar a construir um mundo mais justo, inclusivo e sustentável
- Planos para aumentar a produção industrial nos países desenvolvidos
- Desafios criados pelas empresas para aumentar os lucros

3.Porque é importante conhecermos e trabalharmos os ODS?

- Para aprendermos mais sobre geografia
- Para contribuirmos para a resolução de problemas globais, como a pobreza, a fome, as desigualdades e as alterações climáticas
- Para podermos usar mais recursos naturais
- Porque fazem parte de um jogo de computador

4.Quem definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

- As Escolas públicas
- O Governo de Portugal
- A Organização das Nações Unidas (ONU)
- Uma empresa internacional

AVALIAÇÃO

Atividade 9 - “Género define capacidade?”

Questionário de Avaliação Inicial

1. O que entendes por igualdade de género?

2. Achas que existem profissões “de rapazes” e profissões “de raparigas”?

Sim

Não

Depende – porquê[_____]

AVALIAÇÃO

Atividade 9 - "Género define capacidade?"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

Sim



Não



2. Depois desta atividade, o que entendes por igualdade de género?

3. O que podes fazer no teu dia a dia para promover a igualdade de género?

AVALIAÇÃO

Atividade 10 - "A idade não nos define"

Questionário de Avaliação Inicial

1. Conheces o conceito de idadeísmo?

() Sim

() Não

2. O que significa para ti "Idadismo".

AValiação

Atividade 10 - "A idade não nos define"

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

() Sim

() Não

2. O que é idadeísmo?

() Um tipo de discriminação com base na idade

() Um movimento para promover a juventude

() Uma nova fase da vida

() Um tipo de inclusão social

3. O idadeísmo pode afetar:

() Apenas pessoas idosas

() Apenas pessoas jovens

() Pessoas de qualquer idade

() Nenhuma das opções anteriores

4. Sugestões de melhoria desta atividade.

5. Sugestões de temas para futuras atividades:

Avaliação da Atividade Implementada

“A idade não nos define”

No decorrer da atividade “A idade não nos define”, implementada aos alunos e alunas do Ensino Secundário da Escola Profissional Mariana Seixas e Escola Secundária Emídio Navarro, foi possível recolher um conjunto de dados. Apresentam-se, de seguida, as conclusões com maior relevo:

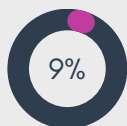


NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES:

56 PARTICIPANTES

idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos

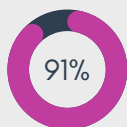
Antes da atividade,



De uma forma generalizada, verifica-se que, os/as participantes não tinham conhecimento sobre o idadismo.

No decorrer da atividade, os/as participantes demonstraram facilidade em identificar as atitudes idadistas presentes nas histórias e concretizar a respetiva correção.

Após a atividade,



91% identificaram corretamente o conceito de idadismo.

Desta forma, é perceptível o impacto que a atividade teve nos participantes, levando à concretização dos objetivos.

Atividade 11 - "Trabalho Igual, Salário Igual? "

Questionário de Avaliação Inicial

1. O que entendes por "igualdade de género"?

2. Achas que, atualmente, existe igualdade de género no mercado de trabalho em Portugal?

- () Sim, homens e mulheres têm as mesmas oportunidades.
- () Não, as mulheres ainda enfrentam desafios em relação aos homens.
- () Não sei.

Atividade 11 - "Trabalho Igual, Salário Igual? "

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

() Sim

() Não

2. O que é a igualdade de género?

3. O que é a desigualdade salarial e por que razão ela ocorre?

4. Como podes contribuir, para promover a igualdade de género no futuro?

() Apoiar políticas de igualdade no trabalho e questionar atitudes discriminatórias.

() Evitar participar na discussão sobre desigualdade de género.

() Apoiar que as mulheres tenham mais responsabilidades domésticas para que não se possam dedicar à carreira profissional.

() Nenhuma das alternativas.

Atividade 12 - "Verdade ou Consequência Sustentável "

Questionário de Avaliação Inicial

1. Já ouviste falar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

() Sim

() Não

2. Sabes quantos ODS existem no total?

() 5

() 10

() 17

3. Qual é o principal objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

a) Aumentar os lucros das empresas globais

b) Melhorar o comércio entre países ricos

c) Promover o desenvolvimento económico, social e ambiental de forma equilibrada e sustentável para todas as pessoas até 2030

d) Controlar as decisões dos governos através da ONU

Atividade 12 - "Verdade ou Consequência Sustentável "

Questionário de Avaliação Final

1. Gostaste da atividade?

() Sim

() Não

2. Sabes quantos ODS existem no total?

() 5

() 10

() 17

3. Qual consideras ser o principal objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

a) Reduzir o número de países pobres no mundo

b) Promover o crescimento económico das grandes potências

c) Construir um mundo mais justo, sustentável e inclusivo para todos

d) Estabelecer regras ambientais apenas para países em desenvolvimento

4. Indica uma pequena ação que possas adotar no teu dia a dia relacionada com os ODS:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades apresentadas ao longo deste eBook foram pensadas e desenvolvidas com o objetivo de promover a sensibilização de crianças e jovens para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através de uma abordagem participativa, lúdica e pedagógica. A sua implementação permitiu observar não só o envolvimento ativo dos participantes, mas também o despertar de reflexões importantes sobre temas como a igualdade de género e a interculturalidade.

Destaca-se, ainda, o impacto positivo no desenvolvimento de competências socioemocionais, como a escuta ativa, a empatia e o sentido de justiça. Em alguns casos, os participantes mostraram-se surpreendidos ao refletirem sobre comportamentos naturalizados, como a divisão de tarefas por género ou os preconceitos associados à origem cultural dos colegas, o que mostra que as atividades promoveram momentos de consciencialização e desconstrução de preconceitos e estereótipos.

Este ebook foi criado com o propósito de apoiar educadores/as, técnicos/as, professores/as, animadores/as e outros/as profissionais na promoção de práticas socioeducativas que contribuam para a consciencialização e envolvimento de crianças e adolescentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A educação é um pilar essencial para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Esta visão está de acordo com o ODS 4, que defende uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e, em particular, com a meta 4.7, que valoriza a promoção da educação para o desenvolvimento sustentável, para os direitos humanos, para a igualdade de género e para a cidadania global (UNRIC, 2018).

Ao trabalharmos os ODS de forma lúdica, participativa e adaptada às diferentes idades, estamos a fomentar uma cidadania ativa, crítica e comprometida com a mudança, tal como propõe o Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário (Direção - Geral da Educação, 2016), que

CONSIDERAÇÕES FINAIS

reconhece o papel transformador da educação na promoção de sociedades mais justas, solidárias e sustentáveis.

De igual forma, o Plano Nacional de Implementação da Agenda 2030 em Portugal reforça o papel da educação não formal na consciencialização e mobilização das gerações mais novas, enquanto agentes fundamentais da mudança (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Cada atividade aqui proposta pretende ser um convite à reflexão, ao diálogo e à ação. Mais do que transmitir informação, propomos experiências que favorecem a escuta, a empatia, o pensamento crítico e o envolvimento com o mundo que nos rodeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CCDR. (2024). *Monitorização e Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Na Região Centro*.
<https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2024/10/Monitorizacao-e-Implementacao-dos-Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel-na-Regiao-Centro.pdf#page=12.10>
- D’Aroz, M. & Vestena, C. (2021). Infância e Pobreza em Contexto de Vida: A perspectiva das crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 28(3), 375-399.
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosd.epesquisa>
- Direção-Geral da Educação. (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário*. Ministério da Educação.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf
- Menezes, K., Rodrigues, C. & Candito, V. (2021). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável articulados à aprendizagem baseada em projetos: possibilidades para a educação em saúde. In *XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências*.
https://www.researchgate.net/publication/357805212_Os_Objeticivos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_articulados_a_aprendizagem_baseada_em_projetos_posibilidades_para_a_educacao_em_saude
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2017, julho). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, Nova Iorque.
<https://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>
- Silva, E. (2018). Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nação. In Negri, J., Araújo, B. & Bacelette, R. (Org.), *Desafios da Nação*, 2 (pp. 659-678). Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8301>
- UNRIC. (2018). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*.
https://e4k4c4x9.delivery.rocketcdn.me/pt/wpcontent/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf#page=2.07

